



Cristina Donza Cancela e Lara Castro

NORTES MIGRANTES
DESLOCAMENTOS, TRAJETÓRIAS
E OCUPAÇÃO NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

309

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Nortes Migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira, coletânea caprichosamente organizada pelas pesquisadoras Cristina Donza Cancela e Lara de Castro, ambas respeitadas historiadoras de importantes universidades do Norte do país, traz oportunamente a público reflexões atuais sobre uma gama de deslocamentos de contingentes humanos para a Amazônia ao longo de sua atribulada e pouco conhecida história.

A partir de um diálogo da História com a Antropologia, a Demografia e outros campos do saber, e do uso revigorante de metodologias diversas, o livro reúne um conjunto rico, complexo e variado de trabalhos assinados tanto por jovens pesquisadoras(es), quanto por profissionais experientes não apenas na docência universitária, mas sobretudo na lida com os arquivos, acervos e fontes de dentro e de fora da região, incluindo nesse cômputo instituições de memória da Espanha e de Portugal.

Mergulhando em temporalidades múltiplas que vão do século XVIII pombalino até meados do século XX; passando, no percurso, pela introdução de populações escravizadas – assim como por suas fugas em busca da liberdade – ao longo do século XIX e pela indução estratégica de ocupação e

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

fixação de trabalhadores nas políticas desenvolvimentistas de Vargas aplicadas à região, o livro contribui sobremaneira para o necessário estabelecimento de uma percepção diferenciada de uma Amazônia que se produz historicamente de forma complexa e plural, incorporando legados culturais manifestos não apenas por suas populações tradicionais, mas também por vidas e experiências caboclas, nordestinas, europeias e africanas.

Carrego a certeza de que os leitores e leitoras de Nortes migrantes se sentirão enriquecidos com a qualidade das pesquisas e dos escritos da coletânea, assim como espero, eles se sintam estimulados a refletir, com base nas luzes do nosso passado, sobre os deslocamentos atuais de refugiados e imigrantes que nos alcançam, vendo-os não apenas como episódios recorrentes de nossa história, mas também como fenômenos positivos e capazes de agregar valor à essa construção sempre rica e inacabada que é o povo brasileiro.

Maria Luiza Ugarte Pinheiro

Nortes Migrantes

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023-2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alcinéa Cavalcante

Fabício Ferrão Araújo

Aldrin Moura de Figueiredo

Heloisa Starling

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ilana Feldman Marzochi

Ana Maria Martins Machado

Ilana Trombka

Carlos Ricardo Cachiollo

João Batista Gomes Filho

Cid de Queiroz Benjamin

Ladislau Dowbor

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Márcia Abrahão Moura

Eduardo Bueno

Rita Gomes do Nascimento

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Toni Carlos Pereira

Cristina Donza Cancela
Lara de Castro
Organizadoras

Nortes Migrantes

Deslocamentos, trajetórias e ocupação na
Amazônia brasileira

Edições do Senado Federal
vol. 309

Brasília, 2023

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 309

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF

Editoração eletrônica: SEGRAF

Ilustração de capa: SEGRAF

Projeto gráfico: Eduardo Franco

© Senado Federal, 2023

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

Todos os direitos reservados

Nortes migrantes : deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira / Cristina Donza Cancela, Lara de Castro, orgs. — Brasília : Senado Federal, 2023.

310 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 309)

ISBN: 978-65-5676-300-2

1. Amazônia, ocupação, séc. XVIII-XX. 2. Migração, história, Amazônia. 3. Negros, imigração, Pará, séc. XVIII. 4. Portugueses, história, Pará. 5. Comércio, Amazônia. 6. Colonização, Amazônia. I. Cancela, Cristina Donza, org. II. Castro, Lara de, org. III. Série.

CDD 325.309811

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Coimbra Diniz – CRB1 1179

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 IMIGRAÇÃO COMPULSÓRIA AFRICANA PARA A CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ, 1756-1778	15
<i>Antonio Otaviano Vieira Junior</i>	
Apresentação	16
Resistência à solução africana	18
Companhia e inserção de africanos	24
Distribuição interna e irregular	37
Considerações Finais	41
2 OS HENRIQUES: DE <i>HOMBRESBUENOS</i> A COMERCIANTES DE GROSSO TRATO NA AMAZÔNIA COLONIAL	45
<i>Marília Cunha Imbiriba dos Santos</i>	
Antes do Pará, Lisboa: Migrações Intermédias	47
Matrimônio, contendas e fortunas	54
Redes de sociabilidade	58
Considerações finais	63
3 PORTUGUESES E O DESENVOLVIMENTO FABRIL EM BELÉM – O CASO DOS OLIVEIRA SIMÕES	65
<i>Anndrea Caroliny da Costa Tavares</i>	
Imigração, cidade e indústria	67
A Fábrica Gram Pará – Um negócio em família	77
Considerações finais	86
4 “RUA BRAGANÇA N. 3”: IMIGRAÇÃO PORTUGUESA, REDES SOCIAIS, TRABALHO E MORADIA (BELÉM, 1834-1930)	89
<i>Cristina Donza Cancela</i>	
Redes sociais de trabalho e moradia	94

	Considerações finais	103
	Referências	106
5	DE CAIXEIRO A HOMEM DE NEGÓCIOS: A TRAJETÓRIA DE JANUÁRIO ANTÔNIO DA SILVA NO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA	109
	<i>Mábia Aline Freitas Sales e Daniel Souza Barroso</i>	
	De Joaquins e Januário: migrações em família para o Grão-Pará	111
	A riqueza de Januário: composição da fortuna de um negociante português no Grão-Pará	115
	O mundo de Januário: sociabilidades e hierarquias sociais no Grão-Pará	123
	O mundo sem Januário: considerações quase que finais	127
6	REDES DE COMÉRCIO E EXTRATIVISMO: TRAJETÓRIA DE UM NEGOCIANTE PORTUGUÊS NO RIO MADEIRA (1854-1917)	129
	<i>Paula de Souza Rosa</i>	
	Introdução	129
	Do cais do Porto ao rio Madeira	131
	Redes de comércio, extrativismo e ascensão social	134
	Considerações finais	146
	Referências	147
7	INDÍGENAS E MIGRANTES: MEMÓRIAS DESERDADAS DO AVANÇO RUMO AO OESTE AMAZÔNICO (SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX)	151
	<i>Antonio Alexandre Isidio Cardoso</i>	
	Introdução	151
	Trajetos e contendas	152
	Devassa documentada	157
	Considerações finais	163
	Referências	165

8	MOBILIDADES CLANDESTINAS EM ROTAS CONTESTADAS: ESCRAVOS FUGIDOS, DESERTORES E CRIMINOSOS ENTRE O PARÁ, O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO E A GUIANA FRANCESA NA DÉCADA DE 1860	167
	<i>Adalberto Paz</i>	
	A difícil arte de perseguir desertores sem a “confusão que tem havido neste negócio”	167
	Sobre canoas perdidas e liberdades conquistadas: fugas de escravos para o Contestado	181
	Tentativas de aliciamento e disputas pelo poder no Amapá	186
	Considerações finais	190
	Referências	192
9	O NEGÓCIO DE ESCRAVIZADOS NO GRÃO-PARÁ DOS OITOCENTOS: ROTAS, PROCEDÊNCIAS E DINÂMICAS	199
	<i>Diego Pereira Santos</i>	
	O tráfico de escravizados diante do comércio livre	206
	As isenções para o comércio de escravos no Grão-Pará e os Oitocentos	212
	Concluindo...	218
10	NOTAS SOBRE MIGRAÇÕES AO PARÁ (1910-1916)	219
	<i>Franciane Gama Lacerda</i>	
	A presença no Pará	222
	Seringueiros	232
	Referências	236
11	“DESLOCADOS DA SECA” NA HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS: EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS DE MIGRAÇÃO DE NORDESTINOS PARA A AMAZÔNIA (CEARÁ, DÉCADA DE 1950)	239
	<i>Renata Felipe Monteiro</i>	
	Considerações finais	255
	Referências	257

12	POLÍTICAS ANTIMIGRATÓRIAS: ENTRE AS TENTATIVAS DE IMOBILIZAÇÃO ATRAVÉS DA OFERTA DE TRABALHO EM OBRAS PÚBLICAS E A PUJANTE VIGILÂNCIA DAS FRONTEIRAS	259
	<i>Lara de Castro</i>	
	Políticas de Estado antimigratórias	260
	Frentes de trabalho: ocupar, justificar o socorro e fixar	266
	Policiamento nas fronteiras: vigiar e controlar	269
	Norte × Sul: integração, articulação de redes, estigmatização do migrante nacional	277
	Referências	283
13	A ESCRITA DA HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XX	287
	<i>Sidney Lobato</i>	
	Introdução: Amazônia, uma região de migrantes	287
	O pêndulo do otimismo entre caboclos e nordestinos	290
	A migração nos escritos dos apologistas do Estado forte	294
	A vez dos profissionais da pesquisa sociológica	297
	Migrando de vítimas a sujeitos	302
	Palavras finais	304
	Referências	307

APRESENTAÇÃO

As pesquisas sobre migrações na Amazônia, até início dos anos 1980, obedeciam, assim como outros estudos sobre migrantes no Brasil, a uma lógica equívoca. Ainda que diversos trabalhos reconhecessem a importância das mais variadas formas de deslocamentos transnacionais, inter-regionais e intrarregionais na conformação do processo de ocupação, consideravam-se esses movimentos como subordinados quase que unicamente às políticas de Estado com interesses socioeconômicos com vistas a assegurar sucesso de ações colonizadoras, civilizatórias, de povoamento e proteção de fronteiras.

As vontades, os desejos, as escolhas da população migrante, fosse ela livre, liberta ou escravizada, branca, indígena ou negra, de deslocamentos nacionais ou internacionais, pouco protagonizavam a historiografia especializada sobre o assunto, assim como também acontecia em outras produções semelhantes. Longe de querer menosprezar a importância do papel do Estado e outras estruturas nas narrativas históricas, há de se considerar a relevância das pesquisas da História Social, sobretudo nas discussões sobre a agência dos sujeitos e suas experiências em diferentes espaços e temporalidades para o reordenamento das perspectivas e até ampliação dos estudos sobre as migrações.

Concomitantemente ao fortalecimento dos estudos sobre migrações do ponto de vista da História Social, ocorreu uma maior qualificação de docentes das Instituições de Ensino Superior da Região Norte com a saída de professoras e professores para realização de estudos de pós-graduação *stricto sensu*. Entretanto, a criação dos PPGHs na UFPA e UFAM, em 2004 e 2006, respectivamente, garantiu ainda maior produção de conhecimento histórico à Amazônia, impulsionando igualmente as pesquisas sobre as mais diversas formas de mobilidade.

Nesse contexto, o grupo de pesquisa *População, família e migração, na Amazônia – RUMA*, fundado em 2010, iniciou suas ações centradas

principalmente nos estudos migratórios. Tais ações não se resumem à publicação e orientação de trabalhos acadêmicos, embora os valorize profundamente. O grupo avançou sobre ações mais amplas, como a preservação e organização de fontes relacionadas à imigração para a Amazônia, o atendimento de vários descendentes de portugueses que buscam nas bases de dados do grupo referências sobre a chegada e fixação de seus antepassados, a oferta para alunes de graduação de cursos sobre a digitalização de documentos, organização de base de dados, elaboração de projetos de pesquisa e discussão de textos voltados à migração, além de uma política sistemática de internacionalização que possibilita receber pesquisadores nacionais e estrangeiros, como também oferecer aos alunes a possibilidade de pesquisar em arquivos de outros países.

A ideia desta coletânea surgiu justamente após a organização de uma mesa redonda sobre *Migração na Amazônia*, em um ciclo de palestras organizado pelo grupo de pesquisa RUMA. A interação das participantes fez com que nós, juntamente com Maria Luiza Ugarte Pinheiro, que também compôs a mesa, sinalizássemos, a partir dali, uma parceria futura. O primeiro trabalho foi a proposta de organização de uma publicação com pesquisadores da Amazônia que trabalhassem com o tema da história da migração nacional ou estrangeira, em diversas temporalidades e localidades da Amazônia brasileira.

Boa parte dos artigos desta coletânea discute a migração incorporando os números, mas também as trajetórias de vida, num esforço de pensar sobre os deslocamentos em diferentes escalas (micro e macro) e de fugir do modelo *push-pull* (pois as escolhas são coletivas e também individuais). Nessa esteira, categorias de análise como trajetórias, redes sociais, sociabilidades, experiências, territórios e fronteiras estão presentes na maior parte dos artigos, estabelecendo o diálogo entre o contexto estrutural econômico, social e político, com as escolhas, interesses e necessidades pessoais e familiares daqueles que migram. O jogo de escalas assim traçado ajuda a compreender não apenas as trajetórias pessoais abordadas, mas também os contextos, as representações, as imagens acerca dos deslocamentos, que são trabalhados não de forma abstrata, mas na perspectiva da experiência dos sujeitos.

Parte dos trabalhos discute a trajetória de indivíduos que tiveram

mobilidade social, o que permite ao pesquisador realizar um estudo mais denso, dado que esses sujeitos costumam ter participação intensa e, muitas vezes, duradoura, em diferentes redes de apoio construídas ao longo dos anos no circuito político, institucional, econômico e social. Outra parte dos artigos, no entanto, tem como objeto de análise os indivíduos dos grupos populares, percebendo a dinâmica da migração, as vivências do deslocamento, a fixação nas áreas de destino e a participação no mundo do trabalho. Para esses grupos, a documentação sobre um único sujeito costuma ser mais rarefeita, mas as pistas deixadas por diversos indivíduos nos ajudam a montar o mosaico plural dos populares que circularam nas cidades, nas florestas e nos rios situados em diferentes territórios e áreas de fronteira.

Assim, este livro não é apenas um conjunto de artigos acadêmicos, é a materialização de anos de pesquisa e de esforços para se compreender a alteridade no processo de construção da população Amazônica.

Antônio Otaviano Vieira Júnior discute a migração forçada de africanos para a capitania do Grão-Pará entre os anos de 1756-1778, destacando os discursos de resistência à inserção de escravizados africanos, o papel da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no tráfico negreiro, a distribuição interna dessa escravaria, bem como a influência da epidemia (1748-1750) nesse cenário.

Centrada cronologicamente também no período colonial, **Marília Cunha Imbiriba dos Santos** observa como a migração é um processo que ocorre em diversas etapas, o que demonstra a partir da trajetória de Ambrósio Henriques, acompanhando seu deslocamento do Reino da Galiza a Lisboa, até chegar à Praça de Belém. Em análise, a autora evidencia como o processo de migração não implicava o distanciamento da sociedade portuguesa e se tornava possível a partir do apoio de terceiros. A diversificação de negócios, as alianças matrimoniais e os cargos de governança também são discutidos pela autora como forma de consolidação de riqueza familiar desse homem de negócios e familiar do Santo Ofício.

Na sequência, **Anndrea Caroliny da Costa Tavares** debruça-se também sobre a análise de trajetória, nesse caso, da família portuguesa Oliveira Simões. Em seus estudos, a historiadora acompanha a família ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, destacando

sua atuação na fomentação da indústria, em Belém, as redes de sociabilidade e o capital simbólico criados a partir da divulgação da empresa e da família nas exposições internacionais e publicações nacionais sobre a presença da comunidade portuguesa no Brasil.

Cristina Donza Cancela analisa a imigração portuguesa, no século XIX e início do XX, a partir dos marcadores sociais de classe e gênero, tendo como referência as redes de apoio, trabalho e moradia que esses sujeitos estabeleciam, em particular aqueles advindos de uma mesma freguesia. Discute a mobilidade social de trabalhadores e, por fim, observa como a imigração feminina costuma ser subnotificada nos passaportes coletivos, o trabalho invisibilizado e o destaque às redes de apoio formadas por irmãs.

Mábia Aline Freitas Sales e **Daniel Souza Barroso**, na observação das trajetórias, mostram a inserção do comerciante português Januário Antônio da Silva, na elite da sociedade paraense, ao longo dos Oitocentos, traçando as mudanças e adaptações de seu patrimônio em função das transformações econômicas ocorridas naquela centúria. Desse modo, às atividades mercantis e à posse de terras e escravos, somaram-se os investimentos econômicos em imóveis urbanos, letras, dívidas ativas e capital simbólico traduzido na participação em confrarias religiosas e laços de parentesco espiritual.

Paula de Souza Rosa nos mostra o avanço da fronteira extrativista às margens do rio Madeira, na segunda metade do século XIX, por meio das redes de comércio pelo interior amazônico, pensadas a partir da trajetória do negociante português, José Francisco Monteiro. Envoltos na exploração de seringais, esse português estabeleceu a partir da construção de redes de relações, inclusive com povos indígenas, o trânsito entre o Madeira, a praça de Belém e de Manaus, adotando, assim como outros, a diversificação de atividades e patrimônio, além de agregar capital simbólico com a inserção em cargos político-burocráticos e militares.

Antônio Alexandre Cardoso estuda os meandros e complexidades do avanço colonizatório em direção também ao oeste amazônico, resultando no inevitável encontro e no estabelecimento de diferentes acordos, conflitos e alianças entre indígenas, escravos, libertos, mocambeiros e migrantes de diferentes origens que chegavam para complexar

ainda mais as relações em meio à floresta e aos rios. O historiador analisa as motivações, sobretudo econômicas, de tais contatos, ou seja, a ascensão da chamada economia da borracha a partir de meados do século XIX. Além disso, Cardoso busca enfatizar outros aspectos não somente relacionados aos deslocamentos e ao mundo do trabalho, mas também quanto à reconstituição de identidades e culturas em meio à violência e à exploração.

Adalberto Paz, na mesma linha, também analisa diferentes redes de contato, no entanto, no Baixo Amazonas. O historiador desnuda diversas formas de mobilidade, incluindo as rotas de movimentação, circulação e fugas de escravos, desertores e criminosos entre a província do Pará, o Contestado Franco-Brasileiro e a Guiana Francesa em meados do século XIX. Abarcando uma extensa região entre a foz do rio Amazonas, o litoral oceânico e os territórios transfronteiriços para além do rio Oiapoque, o autor perscruta o modo como diversos sujeitos excluídos e estigmatizados por matizes de cor, raça e classe conseguiram articular redes e parcerias, as quais lhes possibilitaram reconfigurar não somente os espaços, mas principalmente práticas econômicas, organizações políticas e, como resultado, suas próprias trajetórias de vida.

Diego Pereira Santos discute a migração forçada de grupos de escravizados africanos para o Grão-Pará na primeira metade do século XIX, compreendendo a dinâmica do trato negreiro a partir da política de incentivos da coroa portuguesa, suas cifras e procedências, bem como as questões relacionadas aos negociantes de escravos e o estabelecimento de redes com a finalidade de seu estímulo.

Um último grupo de trabalhos debruça-se mais especialmente sobre os migrantes nacionais, especialmente os oriundos da região atualmente conhecida por Nordeste. **Franciane Gama Lacerda** analisa justamente a experiência de migrantes, muitos deles nordestinos, no período de crise da economia da borracha, nas décadas iniciais do século XX. Observa o trânsito de homens, mulheres e crianças, entre seringais, núcleos agrícolas e a cidade de Belém, pontuando a agência desses sujeitos nas relações de trabalho, nas estratégias de sobrevivência, ou mesmo nos momentos de descanso e divertimento nos bares e hotéis da cidade, problematizando a visão passiva com que o migrante é muitas vezes analisado.

Renata Monteiro analisa as tessituras de migrantes cearenses rumo à Amazônia. Em seu relato, a historiadora persegue as experiências de deslocamentos de alguns trabalhadores nordestinos que passaram pela Hospedaria Getúlio Vargas na década de 1950, rumo à Região Norte do Brasil. Lugar que foi construído para atender aos Soldados da Borracha na década de 1940, mas que continuou como o principal centro de referência para a população migrante cearense que almejava ir para outras regiões do país na década seguinte.

Já **Lara de Castro**, ao analisar as políticas antimigratórias na década de 1950 no Nordeste, observa como Estado tentou reprimir as migrações ao temer a perda da força de trabalho e de votos com a saída de trabalhadoras e trabalhadores pobres em períodos de secas. Se de um lado buscava-se evitar as migrações em massa para Amazônia e Sudeste imobilizando os pobres nas frentes de emergência, a população esforçava-se diuturnamente para seguir suas vontades, entrave que teve uma resposta repressiva com, por exemplo, a instalação de policiamento em fronteiras pelo país. Além disso, são estudadas as diferentes posturas diante dos deslocamentos de migrantes rumo ao Norte e ao Sul e as estigmatizações associadas aos migrantes pobres das secas.

Para fechar esta coletânea, **Sidney Lobato** realiza um balanço acerca de importantes modelos interpretativos sobre o fenômeno migratório a partir do referencial amazônico. Nesse sentido, Lobato analisa de que forma intelectuais e diferentes agentes públicos relacionaram o tema da migração a questões políticas e teóricas consideradas fundamentais, dentre as quais, o desenvolvimento socioeconômico e cultural da Amazônia e o tipo de trabalhador melhor adaptado (ou adaptável) às peculiaridades daquela região. Por fim, o autor aponta de que modo as pesquisas em História Social têm possibilitado maior ênfase no protagonismo dos sujeitos na tessitura das suas escolhas em torno da migração, opondo-se à ideia de vítimas de ações e estruturas alheias à sua vontade.

O livro reuniu, dessa maneira, uma parcela plural de temas sobre diferentes sujeitos no universo amazônico, tendo como eixo central os estudos sobre as migrações. Entendemos que muito já foi feito e há muito ainda por fazer. Desejamos uma boa leitura a todas, todos e todes!

1

IMIGRAÇÃO COMPULSÓRIA
AFRICANA PARA A CAPITANIA
DO GRÃO-PARÁ, 1756-1778¹

Antonio Otaviano Vieira Junior²
Universidade Federal do Pará

RESUMO

Neste capítulo trataremos do processo de imigração compulsória africana para a capitania do Grão-Pará entre os anos de 1756-1778. Os pontos de análise serão o contexto da epidemia (1748-1750), que será utilizado como argumento para fomentar a entrada de cativos negros. Concomitantemente, destacaremos os discursos de resistência à inserção de escravizados africanos, o papel da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no tráfico negreiro e a distribuição interna dessa escravaria. A pesquisa sedimenta-se num conjunto de fontes administrativas gestadas nos dois lados do Atlântico e que são amalgamadas por um conjunto de interesses e embates políticos.

Palavras-chave: Imigração. Africanos. Amazônia.

1 A pesquisa contou com o financiamento da CAPES e do CNPq.

2 Professor da Faculdade de História e Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA). Pesquisador CNPQ, Membro do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA - UFPA/CNPq). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP).

ABSTRACT

In this chapter we will deal with the African compulsory immigration process for the captaincy of Grão-Pará between the years 1756-1778. The points of analysis will be the context of the epidemic (1748-1750) that will be used as an argument to encourage the entry of black captives. Concomitantly, we will highlight the speeches of resistance to the insertion of African slaves, the role of the Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão in the slave trade and the internal distribution of this slavery. The research is based on a set of administrative sources managed on both sides of the Atlantic and which are amalgamated by a set of interests and political clashes.

Keywords: Immigration. Africa. Amazônia.

APRESENTAÇÃO

Entre os anos de 1748-1750, a capitania do Grão-Pará foi palco de uma epidemia que alcançou privilegiadamente sua população nativa, significando um aumento das demandas por mão de obra por parte dos colonos, pois os índios eram a principal força de trabalho explorada na região.³ O número de mortos pelo contágio instiga-nos a analisar um cenário em que a imigração compulsória de cativos da África emergiu como possibilidade para sanar os desdobramentos produtivos do surto.⁴

3 SOUZA JÚNIOR, José Alves. “Jesuítas, colonos e índios: a disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena”. In: RUIZ-PEINADO, José; CHAMBOULEYRON, Rafael. *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII-XXI)*. Belém: Editora Açáí, 2010. p. 47-64.

4 Destacamos que desde o século XVII já havia tensões relacionadas ao controle da mão de obra indígena e ainda no final desse mesmo século foi criada a Companhia de Comércio do Maranhão com objetivo de fomentar a entrada de escravizados africanos na região. Iniciativa que fracassou após três anos de existência. Em 1685 a Companhia encerrou suas atividades. Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Suspiros por um escravo de Angola: discurso sobre a mão de obra africana na Amazônia Seiscentista”. *Revista Humanitas*, Belém, v. 20, n. 1/2, p. 99-111, 2004.

O contágio não criou uma demanda específica, mas acirrou tensões econômicas, sociais e políticas que se arrastavam desde o século XVII e envolviam o uso, a resistência e o monopólio do trabalho escravo dos diversos povos indígenas que habitavam o “sertão” da capitania. Diante da resistência dos colonos em aceitar o fim da escravidão indígena, a Coroa lusitana, a partir da criação de uma Companhia de Comércio, resolveu incrementar a inserção de escravizados africanos. Tal esforço corria no sentido de ampliar o número de moradores⁵ a se utilizar dessa força de trabalho e, com isso, favorecer a diminuição da resistência ao fim da escravidão dos indígenas.

O tráfico negreiro era uma importante vertente comercial dessa Companhia, principalmente por articular regiões diferentes do Império Português, a saber, Cabo Verde, Bissau, Cacheu, Benguela e Luanda na África com as cidades de Belém e São Luís. Sob a chancela da Companhia, entre 1757 e 1778 vieram 117 carregações⁶ de cativos africanos para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, 62 vieram especificamente para o Grão-Pará, 54 vieram para o Maranhão e uma, no ano de 1774, partiu de Belém com 20 escravizados para o Mato Grosso. Efetivamente, a Companhia de Comércio tentou transportar nessas viagens 20.168 cativos. Desse número subtraem-se 745 indivíduos que fugiram ou morreram antes do embarque para a América.

O processo de imigração de africanos para o Grão-Pará obviamente não pode ser percebido como imigração espontânea, ou seja, como

5 Moradores: habitantes de uma circunscrição administrativa e que “formam um conjunto de pessoas de diferentes qualidades institucionais definidas” e que também possuem propriedades. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 409. Embora na maioria dos casos o termo se referisse a brancos, ele não é necessariamente racial; embora fosse étnico. Cf. ALMEIDA, Maria. “A Falácia do Povoamento: ocupação portuguesa na Amazônia setecentista”. In: COELHO, Mauro Cezar (org.). *Meandros da História*. Belém: Ed. UNAMAZ, 2005. p. 21-33.

6 A carregação era um lote de mercadoria numerado e transportado pelos navios da Companhia. Havia carregações de urzela, chapéus, anzóis... e de escravos. O controle financeiro dos administradores, em especial a atenção entre a diferença dos escravos embarcados e dos recebidos, tinha como base de verificação a “carregação”.

uma opção voluntária de indivíduos que buscam no deslocamento uma estratégia de melhoria das suas condições de vida ou de sujeitos históricos que fogem de alterações climáticas, guerras ou fome. A diáspora africana foi marcada pela transformação de mulheres, homens e crianças em mercadoria, a coisificação do ser humano. Sob a égide da violência, milhões de africanos emigraram compulsoriamente; o deslocamento significava a perda de parte da autonomia de suas vidas.⁷

Essa perspectiva não pode ser toldada por uma percepção generalizada desse processo para todo o Império lusitano, mas considerar múltiplas realidades. Aqui, destacamos uma Amazônia colonial em demandas e resistências ao fluxo migratório africano, e que se articulam com as necessidades de “braços” impostas por uma epidemia e uma economia baseada fundamentalmente na exploração do trabalho indígena. Essas especificidades estão ligadas ao esforço da monarquia portuguesa em assegurar a posse e exploração das riquezas naturais da América Setentrional.⁸ Reiteradamente nos interessa nesse capítulo discutir a imigração compulsória africana para a capitania do Grão-Pará, considerando resistências locais à inserção de escravizados africanos, a criação de uma Companhia de Comércio que facilitasse o tráfico negreiro, e, posteriormente, como tais imigrantes foram distribuídos internamente na capitania.

RESISTÊNCIA À SOLUÇÃO AFRICANA

A entrada de trabalhadores escravizados africanos no Grão-Pará representava a possibilidade da substituição do cativo indígena, porém essa percepção não foi compartilhada com parte dos moradores. Entre

7 Segundo David Eltis, a maior parte da imigração para a América entre os anos de 1630-1830 foi marcada pela coerção, pela privação de liberdade e/ou laços de dependência contratuais. ELTIS, David. “Free and Coerced Migrations: the Atlantic in Global Perspective”. *European Review*, v. 12, n. 3, p. 313-328, 2004.

8 BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1963. p. 255-280. COSTA, João Paulo Oliveira (org.). *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: Bertrand, 2014. p. 264-295.

colonos, proprietários de fazendas e exploradores das “drogas do sertão” havia uma forte resistência ao uso da mão de obra africana.

Podemos encontrar indícios dessa objeção numa carta anônima produzida logo após o recém-nomeado (1751) governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fazer sua primeira audiência na Câmara de Belém e propor aos vereadores e a outros moradores a introdução regular de cativos africanos. O objetivo da carta, a qual também chamaremos de manifesto, era “dar com mais acerto Resposta a Proposta, q o Sr. General [Mendonça Furtado] da parte de sua Magestade, que Deos guarde propôs ao Senado da Camara sobre a **Introdução de pretos neste Estado** [grifo nosso]”.⁹ O autor (o documento foi escrito na primeira pessoa do singular) deixava claro que o novo governador era um intermediário das reais decisões e estas mereciam mais acurada análise. Para tanto, se fazia necessário “averiguar hua matéria de tanta ponderação, de que com muita razão se queixa o pouco, e ainda os mesmos, q assignarão...”.¹⁰

O manifesto avançava de maneira intensa e de imediato adjetivava a decisão do rei: “me parece se devia primeiro discotir a cauza de hua tam **inopinada** [grifo nosso] resolução de sua Real Majestade”.¹¹ A resolução se ancoraria na ideia de “que os Tapuyas não podem ou não devem ser escravizados o que hé notoriamente falso”.¹² Segundo o documento, a medida carecia de esclarecimento acerca das consequências para “a boa conservação do seu Estado, e estabelecimento dos seus Vassallos”.¹³ Na carta, o rei foi tratado como alguém distante da realidade da região e carente de informação acerca das consequências de sua determinação: “Reprezentado lhe porem os inconvenientes presentes, o que de futuro podem acontecer...”.¹⁴

A introdução do manifesto vai explicitamente de encontro às decisões reais. A Coroa era tratada como desinformada e ameaçada pelo autor do

9 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino, mç. 597, doc. 03.

10 Ibidem.

11 Ibidem.

12 Ibidem.

13 Ibidem.

14 Ibidem.

escrito, que se autoproclamava a voz dos “vassalos”. O objetivo do texto era informar melhor ao rei e fazê-lo reverter sua decisão. O rei deveria ser persuadido e, para tanto, o documento seguia construindo argumentos baseados na suposta ineficácia do trabalho africano para os colonos do Grão-Pará. O primeiro argumento tratava da pobreza dos moradores e do alto preço dos “pretos”: “aquele par de prettos não remedearem a necessidade dos muitos de que carecem, para tirar lucro que avulte”.¹⁵ E, caso os moradores comprassem africanos “fiados”, poderiam não ter recursos para saldar a dívida e ter seus bens hipotecados – “ficariam em pior estado”.¹⁶

A argumentação também se baseava na desqualificação da mão de obra africana para atender às necessidades dos moradores do Grão-Pará. Os africanos não estariam adaptados ao trabalho específico da região, “não servem mais que trabalharem com hua fouce, e machado”. Não tinham habilidades para caçar e pescar “como fazem os tapuyas para sy e seus senhores”.¹⁷ Além de não serem capazes de prover a mesa dos colonos, os africanos ainda teriam que ser alimentados.

Outro ponto do manifesto foi a necessidade de deslocamento interno: “todo o trato desta capitania he por mar, por ser toda cortada de Rios só os tapuyas [grifo nosso] servem para remar e governar as canoas”. Sem os índios, segundo a carta anônima, nem brancos nem negros conseguiriam se deslocar nos matos, correndo o risco de se perderem e de morrerem na floresta – “das terras desta capitania serem todas de matos”.¹⁸ Outra dificuldade era a presumida falta de habilidade que os “pretos” teriam para fazer “paneyros, tipitis e outras cousas de que se usa no trafego de Roças”, dificultando o transporte da produção. Em poucas linhas, o manifesto reforçava a imagem de um índio nato para ser explorado, criado em canoas e ao rigor do tempo, que “resistia como ninguém”.¹⁹ Por outro lado, o africano era considerado inapto para trabalhar na região, principalmente por não ter as habilidades e o conhecimento das

15 Ibidem.

16 Ibidem.

17 ANTT, Ministério do Reino, mç. 597, doc. 03.

18 Ibidem.

19 Ibidem.

realidades locais. De forma taxativa, o documento refutava a entrada de africanos e concluía: “se não pode estranhar a este povo [do Grão-Pará] a não aceitação dos pretos”.²⁰

Destacamos outro documento que segue no mesmo sentido da carta citada, também anônimo e datado de 11 de novembro de 1751. Faz menção às esperanças depositadas no governo de Mendonça Furtado, à incapacidade do Estado do Maranhão de pagar os “filhos da folha” pela diminuição das rendas reais e ao fato de o seu autor ter doze anos de experiência na região – indícios de ter sido escrito por uma autoridade local. Afirmava categoricamente que as medidas reais de combate ao suposto declínio produtivo eram insatisfatórias: “Os pretos que dizem S. Majestade há de mandar, e os Ilheos povoadores ajudam alguma cousa, mas muito pouco, e devagar, e de presente talvez mais prejuízo”.²¹

Novamente era destacada a debilidade das soluções alvitradas pelo rei, em especial a inserção de escravizados africanos. No contraponto, foram propostas soluções alternativas: o rei deveria mandar os missionários intensificarem descimentos (deslocamento de índios da floresta para as aldeias) para que cada aldeia nos arredores de Belém contasse com pelo menos 600 índios, os governadores deveriam mandar “escoltas” numa área entre 30 e 50 léguas da cidade para capturar “por estes mattos milhares de índios fugidos...”, por último, deveria ser dada permissão para os moradores fazerem seus próprios descimentos nos “sertões”.²² Nesse sentido, não seria a entrada de africanos que resolveria o problema de mão de obra, e sim a percepção e valorização do “sertão” como área de contínua oferta de trabalhadores nativos. Mais um documento redigido em Belém apresentava clara resistência à substituição do trabalho escravo indígena pelo africano.

Não podemos generalizar e afirmar que todos os moradores de Belém resistiam à inserção de escravizados africanos, o que pode ser percebido na solicitação feita no dia 30 de maio de 1749 pela câmara de vereadores

20 Ibidem.

21 ANTT, Ministério do Reino, mç. 597, doc. 05.

22 ANTT, Ministério do Reino, mç. 597, doc. 05.

da cidade, que pediu ao monarca que enviasse “alguns navios de pretos escravos para estes se repartirem com os moradores...”.²³ Esse pedido se justificava, segundo os solicitantes, pela alta mortalidade na escravaria indígena gerada pela epidemia. No conjunto de súplicas ao rei, contidas no documento, os camaristas também reforçavam a necessidade de financiamento de tropas de captura de índios. Na lógica da vereança, a escravidão africana não significava o fim da escravidão indígena, e, nesse caso, era apresentada como uma solução pontual e não estrutural.

No outro lado do Atlântico, Lisboa tinha clareza da resistência ao trabalho escravo africano, fato indicado no parágrafo sete da *Instrução* real ao governador Mendonça Furtado: era necessário persuadir os moradores “a que se sirvam de Escravizados Negros”.²⁴ Em 31 de maio de 1751, oito meses após a aclamação de D. José I como soberano de Portugal, o rei chancela um documento com orientações específicas para Mendonça Furtado²⁵: “Esta instrução guardareis secretamente e dela só comunicareis ao Governador do Maranhão²⁶ os parágrafos e matérias que vos parecerem ser convenientes para o seu governo nas observâncias das minhas Reais Ordens”.

O tom de segredo que marcava a documentação valorizava a importância das medidas administrativas, divididas em 32 artigos. A base das orientações desaguava no combate à escravidão indígena. Logo no

23 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 30 de maio de 1749, cx. 31, doc. 2917.

24 O título completo era *Instrução que Vossa Mage. he servido de mandar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado Governador e Capitam General do Estado do Pará e Maranhão*, ao qual chamamos resumidamente de *Instrução*. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Coleção Pombalina, F. 348. SOUZA, JR., Alves. *Tramas do Cotidiano – Religião, Política, Guerra e Negócios do Grão-Pará dos Setecentos*. Belém: Ed. Edufpa, 2012, p. 93: [...] “as *Instruções* constituíam-se numa verdadeira planilha de projeções do governo metropolitano [...] eram na verdade, indagações sobre como se poderia melhor proceder para tornar a exploração da região rentável para a Coroa”.

25 Arquivo Histórico Ultramarino/ Projeto Resgate (AHUPR), Capitania do Grão-Pará, 31 de maio de 1751.

26 *Ibidem*. A primeira determinação das orientações secretas é que o Estado do Maranhão fique dividido em dois governos: um sediado na cidade de Belém, principal centro administrativo, e outro em São Luís, cujo governador deveria ser Luiz Vasconcelos Lobo – que seria subalterno a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

segundo artigo, o rei deixava claro que a exploração e controle da região passavam necessariamente pela regulação do uso da mão de obra do índio: “O interesse público e as conveniências do Estado que se de governar estão, indispensavelmente, unidas aos negócios pertencentes a Conquista, e liberdade dos Índios...”.²⁷ O que na prática significaria também o combate ao controle do trabalho indígena, em especial pelos jesuítas.²⁸ Ainda segundo a *Instrução*, a epidemia havia gerado um cenário favorável para o fortalecimento da aceitação dos escravizados africanos pelos moradores:

podereis facillitalos [aos moradores] a este modo [com a inserção de escravizados africanos] de cultivar as terras na ocaziam presente em que a Epidemia os matou tantos Índios os anos passados, da ocazião a mudarem de método e facilitar-se a pratica do que vos aponto [mudar da escravidão indígena para a africana].²⁹

A intensificação da crise na oferta de trabalhadores na região do Grão-Pará serviu como reforço para uma série de discursos nos quais figurava a tensão em torno da ampliação do uso do trabalho escravo africano na capitania. O tema central do debate era a substituição da escravidão indígena pela africana – que também havia gerado tensões em fins do século XVII no Estado do Maranhão.³⁰ De um lado, os discursos lisboetas, gestados pelo rei e seus conselheiros. Tanto no reinado de D. João V quanto no de D. José I, criava-se uma forte tendência de combater a escravidão indígena e apostar no tráfico negreiro como solução para as

27 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 31 de maio de 1751. Artigo 2º.

28 COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão para o Mar*: um estudo sobre a experiência da América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

29 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 31 de maio de 1751, cx. 32, doc. 3050, Artigo 7º.

30 CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravidados do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do XVIII)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

demandas de trabalhadores do Estado do Maranhão, com destaque para a capitania do Grão-Pará, recém-assolada por uma crise epidêmica. No Grão-Pará, administradores e moradores, escondidos sob o anonimato ou por meias palavras, reivindicavam a intensificação da escravidão indígena, questionavam a validade da inserção de africanos na região e/ou não a viam como substituta dos escravizados nativos.

COMPANHIA E INSERÇÃO DE AFRICANOS

Os anos que antecederam a criação da Companhia Geral de Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão foram marcados pelo aumento dos privilégios ingleses no comércio com Portugal e colônias. Segundo Manuel Nunes Dias, os produtos tropicais como cacau, açúcar, tabaco, algodão, madeira e couros faziam “a fortuna do mercantilismo inglês”.³¹ A criação da Companhia não era uma empreitada resumida ao norte da América lusitana, mas sim uma tentativa de imposição da nova forma de gerir o comércio no Império, nas palavras do Marquês de Pombal: “Acho absolutamente necessário reunir todo o comércio deste reino e das suas colônias em companhias”.³²

Entretanto, pensando especificamente o Estado do Grão-Pará, a Companhia estava relacionada diretamente ao esforço da administração lusitana em reduzir a importação de produtos manufaturados e matérias-primas, além da retomada do monopólio comercial da região.³³ Também se articulava à tentativa da Coroa de garantir a integridade territorial, o desenvolvimento comercial do norte da América³⁴ e o combate

31 DIAS, Manuel Nunes. “Fomento Ultramarino e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1755-1778”. *Revista de História*, v. 32, n. 66, p. 359-428, 1966, p. 54.

32 BOXER, 1969, p. 184.

33 Ibidem, p. 183.

34 CARREIRA, Antonio. *As Companhias Pombalinas de Navegação, comércio e tráfico de escravizados entre a costa africana e o nordeste brasileiro*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1969. p. 35.

à escravidão indígena.³⁵ A mão de obra se constituía um problema para o desenvolvimento econômico do Estado do Grão-Pará e Maranhão, efetivando a Companhia como possibilidade de solução a partir da inserção de cativos africanos.

A primeira embarcação com africanos transportados pela Companhia chegou a Belém em 1756: foi a Galera São José. Logo, o bispo Miguel de Bulhões³⁶ recomendou “que regulassem os preços dos escravizados, de sorte, q este Povo acabasse de compreender a utilidade que lhe havia de resultar da Nova Companhia, e q refletissem q esta era a primeira acção dela...”.³⁷ Preocupação plenamente sintonizada com a estratégia do governador Mendonça Furtado de oferecer africanos antes de publicar a Lei de Liberdade Geral do Índio – o intuito era amenizar a possibilidade de revolta por parte dos moradores. A embarcação trouxera 91 africanos oriundos do porto de Cacheu³⁸, vendidos por uma quantia que oscilava entre 100\$000 e 120\$000. Para efeito de contextualização desse valor, citamos que, nessa mesma ocasião, a arroba do cacau foi embarcada ao preço de 1\$200. Ou seja, os valores médios dos escravizados alcançariam 100 arrobas de cacau.³⁹ Parte do custo elevado do cativo poderia se articular com a diferença entre oferta e demanda.⁴⁰ Isso fica explícito ao considerarmos que, durante a epidemia, somente nas duas freguesias que compunham a cidade de Belém, faleceram 6.374 indígenas

35 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Colibri, 1999. p. 53.

36 Entre 1752-1756, o bispo Miguel de Bulhões foi governador interino do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Na ocasião, substituiu Mendonça Furtado, que estava envolvido com as delimitações de fronteiras com a Espanha. A nomeação do bispo deixava clara a sintonia entre os ditames josefinos e as ações de Miguel de Bulhões. Cf. NEVES, Amaro. *D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa*. Aveiro: ADEAV, 2006. p. 61-80.

37 BNP, Coleção Pombalina, F.321.

38 ANTT, Companhia Geral de Comercio do Pará e Maranhão (CGCPM), Livro 1.

39 BNP, Coleção Pombalina, F.321.

40 Nesse sentido, outros fatores interferiam no preço final do cativo: custo do transporte, disputas entre régulos na África, fuga e morte de escravizados antes do embarque, epidemias e maior penetração no continente africano para a captura de escravizados. Cf. DIAS, 1966, p. 80.

nas propriedades dos moradores e religiosos.⁴¹ No seu primeiro ano de funcionamento, a Companhia inseriu 947 cativos⁴², ficando evidente que quantitativamente a demanda não seria imediatamente satisfeita.

O relato de outro governador do Estado do Grão-Pará, Manoel Bernardo de Mello de Castro, fortalece a ideia de que a venda de cativos africanos não era suficiente para atender ao interesse de todos os potenciais compradores. Nele consta que no dia 14 de julho de 1761, na cidade de Belém, ancorou um “Navio de Pretos” da Companhia. Essa embarcação teria saído do porto paraense no dia 6 de janeiro do mesmo ano, navegado até Bissau e lá embarcado 149 cativos. Durante a viagem de retorno morrera um indivíduo. A nau era a terceira a aportar naquele ano em Belém transportando cativos, tendo as anteriores trazido africanos “menos bons e se venderão mais caros”.⁴³ Lançou amarras no porto às 22h, na manhã seguinte foi visitada pelos representantes do fisco e à tarde foram postos os escravizados à venda:

[...] a qual só em meia tarde do mesmo dia se vendeo toda [...] sempre há desordens q desculpa a ambição da compra pela necessidade dela; motivo porque sempre há queixosos e por não poderem ser servidos todos [...] Tudo isto da a V. Exa. [Francisco Xavier de Mendonça Furtado] huma evidente prova de que a carência dos escravos he muita, e pouca a quantidade que aqui conduz a Companhia.⁴⁴

A rapidez na venda dos escravizados muitas vezes era acompanhada por tumultos. Poderiam os moradores não conseguir adquirir cativos, mesmo tendo a quantia necessária para a compra. Essa incapacidade dava-se pelo enfrentamento com uma elite comerciante local que monopolizava a compra desses indivíduos – alguns carregamentos eram vendidos antes mesmo do desembarque.⁴⁵

41 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 16 de maio de 1750, cx. 31, doc. 2976.

42 ANTT, CGCPM, Livro I.

43 ANTT, Ministério do Reino, mç. 597, doc. 139.

44 Ibidem.

45 SOUZA Jr., José Alves. “Negro da Terra E/Ou Negros da Guiné: trabalho, resistência

Mas, se a “quantidade” de africanos transportados pela Companhia era reduzida, de quantos escravizados estamos falando? Esse número não é tão fácil de se encontrar, existindo divergências entre autores. Manuel Nunes Dias nos apresenta 25.365 escravizados transportados entre 1756-1778 para os portos de Belém e São Luís, sua contagem é baseada nos “extratos de faturas”.⁴⁶ Antônio Carreira nos apresenta um número diferenciado que abrange os anos de 1756-1788: 28.682 escravizados embarcados, desses, 16.078 foram destinados ao Grão-Pará – para encontrar esse número, o autor uniu dados das carregações e dos Livros de Balanço.⁴⁷

Para tentar apontar um caminho menos impreciso, optamos pela análise apoiada em dados seriais de um mesmo corpo documental, e, portanto, restringimo-nos aos Livros de Carregações da Companhia (não incluindo os Livros de Balanço e Diários). Essa opção limitou cronologicamente nosso escrutínio aos anos entre 1758-1778. O levantamento feito nas carregações da Companhia disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo pode nos dar uma ideia aproximada do volume de escravizados transportados: 20.168 indivíduos⁴⁸ atravessaram o Atlântico com destino ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. Seguindo nosso foco exclusivo para a capitania do Grão-Pará, os dados das carregações apontam para 13.316 africanos⁴⁹, distribuídos em 62 carregações entre os anos de 1758-1778. Entretanto, devemos diminuir desse número os que morreram antes do embarque, sejam por doenças, afogados ou em tentativas de fugas: 712 mortos declarados pela própria Companhia.

e repressão no Grão-Pará no período do Diretório”. *Revista Afro-Ásia*, n. 48, p. 173-211, jul./dez. 2013.

46 DIAS, 1966, p. 82.

47 CARREIRA, 1969, p. 89.

48 ANTT, CGCPM, Livros 45-52.

49 *Ibidem*. Esse valor poderia alcançar a somatória de 14.263 cativos dispostos entre 1756-1778, desde que consideremos, além das carregações, o Livro I (diário) do ano de 1756 com 91 escravizados e o Livro 79 (balanço) com mais 856 escravizados. Entretanto, para efeito de menor imprecisão dos dados, optamos em trabalhar com uma série contínua e nos atermos ao número de 13.316 (1758-1778), baseado exclusivamente nos Livros das Carregações.

Assim, segundo as carregações, foram embarcados com destino ao porto de Belém 12.604 africanos.

Ao longo desse período, teríamos, em média, 666 escravizados embarcados anualmente. Mas, na prática, esse processo se mantinha irregular ao longo dos anos. Por exemplo, em 1765 foram embarcados 1.772 cativos e dois anos depois o número de embarcados decresceu a 160 africanos. Destacamos ainda que não encontramos na documentação referências aos anos de 1760, 1766⁵⁰, 1768, 1769 e 1770, o que pode representar sub-registros ou a redução a zero cativo enviado pela Companhia. Os anos de 1762 (498 cativos), 1764 (216 cativos), 1767 (160 cativos), 1774 (323 cativos), 1776 (414 cativos) e 1777 (334 cativos) não alcançaram a média de embarque. Na outra ponta, destacamos que, nos anos de 1758 (1.329 cativos), 1762 (1.623 cativos), 1765 (1.772 cativos), 1771 (1.069 cativos) e 1775 (1.239 cativos), o envio de escravizados orbitou acima da média. Destarte, observamos que a distribuição cronológica da escravaria inserida no Grão-Pará pela Companhia era irregular.

Dos cativos embarcados, 54,5% se concentraram no período entre 1758-1765, ou seja, em sete anos. Nesse intervalo, houve a predominância de embarcações que partiram de Angola para Belém, trazendo carregações com alta concentração de escravizados. Fundamentalmente, destacamos que os outros 13 anos foram responsáveis por menos da metade dos embarques. No geral, o pós-1765 significou uma tendência de queda na entrada anual de africanos. Essa irregularidade poderia influenciar nos preços dos cativos e nas disputas internas para aquisição de maiores plantéis.

Para além da distribuição cronológica do embarque de cativos, podemos avançar sobre a análise quanto aos portos onde a Companhia embarcava esses escravizados. Pois a origem do embarque repercutia diretamente no tempo de viagem e na concentração de escravizados por navio. Características que se relacionavam diretamente com a mortali-

50 Nos anos de 1760 e 1766, foram embarcados 820 cativos para o Maranhão, que pode ser indício de que a ausência de referência nesses anos no Grão-Pará significa o embarque de zero cativo e não um sub-registro. Cf. ANTT, CGCPM, Livros 45 e 48.

dade durante o transporte atlântico e o preço de africanos no mercado escravo do Grão-Pará.

Ao longo dos anos, o Estado do Grão-Pará e Maranhão apresentou um padrão diferenciado em relação ao Estado do Brasil. Para este último, associase à predominância de cativos embarcados na região de Angola (Luanda e Benguela). Algumas estimativas destacam que entre 1701-1810, 68% dos escravizados que foram comercializados no Brasil partiram dessa região africana e os outros 32% embarcaram na Costa da Mina. Essas contagens também apontam para o volume reduzido do comércio de negros oriundos de Cabo Verde.⁵¹

Entretanto, quando consideramos a ação da Companhia, o fluxo de cativos apresenta diferença em relação ao Estado do Brasil. Dois fatores naturais ajudam a explicar essa diferença: o primeiro se associa ao vento e às correntes marítimas do Atlântico Norte, e o segundo diz respeito à localização das fontes de cativos africanos.⁵² Como nos lembra Walter Hawthorne, viagens mais longas traziam consigo maiores custos e maiores riscos de mortalidade de escravizados, tornando mais “racional” economicamente os navios com cativos partirem da região de Angola com destino aos portos mais ao sul da América.⁵³

A criação da Companhia revalorizou o tráfico de cativos embarcados em Cabo Verde, Cacheu e Bissau (região da Senegâmbia). Mas destacamos que, em números absolutos, Luanda e Benguela continuavam a ser predominantes, portanto, menos “racional” economicamente. Instigante nesse levantamento é considerar que, para a cidade de São Luís, a mesma Companhia privilegiou esmagadoramente os cativos que partiram da Senegâmbia. Das 54 carregações com destino ao Maranhão (1758-1778), apenas duas partiram da região de Angola e outras 50 tiveram como

51 Cf. CURTIN, Philip. *The Atlantic Slave Trade – a Census*. Wisconsin (E.U.A.): University of Wisconsin Press, 1969, p. 208.

52 SILVA, Daniel Domingues. “The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680-1846: volume, routes and organization”. *Slavery and Abolition*, v. 29, n. 4, p. 477-501, 2008.

53 HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and Atlantic Slave Trade*. Cambridge (U.K.): Cambridge University Press, 2010, p. 38.

porto de origem Bissau, Cacheu ou Cabo Verde – duas carregações não identificaram a origem.⁵⁴

Ao tratar das carregações da Companhia destinadas a Belém, podemos fazer uma resumida análise dos portos de origem do plantel embarcado. Das 62 carregações entre 1758-1778, apenas uma, com 155 escravizados, não nos possibilitou identificar o porto de partida. As demais foram distribuídas assim:

Tabela 1: Porto de Embarque das carregações para o Grão-Pará

Origem	Carregação	Quantidade escravizados	Percentual (%) de Escravizados
Luanda e Benguela	11	6.291	47,8%
Cabo Verde, Cacheu, Bissau (Senegâmbia)	50	6.870	52,2%
Total	61	13.161	100%

Fonte: ANTT, CGCPM, Livros 45-52.

A partir da data de registro das carregações⁵⁵, podemos observar uma tendência ao equilíbrio no número de escravizados distribuídos por porto de origem, 47,8% x 52,2%. A variação é na quantidade de carregações e na distribuição cronológica: os cativos oriundos da África Central Ocidental foram distribuídos em apenas 11 viagens, enquanto de Cabo Verde, Cacheu e Bissau foram distribuídos em 50 carregações. Essa diferença pode ser desdobrada na concentração de escravo por viagem, aspecto fundamental para se pensar o potencial de sobrevivência dos cativos durante a travessia.

54 ANTT, CGCPM, Livros 45-52.

55 A data de registro é diferente da data de saída do carregamento. Em geral, o carregamento era registrado no livro da Companhia em até três meses após a saída da carga.

Das 11 carregações oriundas da região de Angola, nove se concentraram entre os anos de 1758-1765, com o total de 5.217 cativos transportados, ou seja, 83% dos cativos que embarcaram em Luanda e Benguela se concentraram nesses setes anos. Essa tendência já havia sido citada por Antonio Carreira, que apontou os anos de 1756-1765 como período de concentração de escravizados transportados pela Companhia e embarcados nos portos da região de Angola. Ainda segundo esse autor, essa tendência fora fruto da concorrência de outra Companhia de Comércio, a de Pernambuco e Paraíba, que fez da África Central Ocidental seu principal porto de partida de escravizados. A partir de 1772 até 1782, a Companhia do Grão-Pará voltaria a transportar escravizados da região de Angola.⁵⁶

O porto de embarque da escravaria poderia significar a presença de diferentes etnias africanas compondo o plantel de cativos transportados e vendidos em Belém. A primeira embarcação da Companhia com escravizados atracou em Belém no ano de 1756 e trouxe etnias de origem linguística sudanesas como mandinga, papel, falupo, banhuns, burano e balanta.⁵⁷ No geral, até 1765, com o domínio de carregações vindas da região de Angola, os cativos comercializados no Grão-Pará eram predominantemente de origem linguística banta, como cabinda, cabundá, monjolo, congo e cassanje. As etnias eram marcadas por diferenças culturais, sociais e econômicas. Ou seja, o processo de inserção de escravizados e o destaque de portos de embarque de cativos poderiam estabelecer diferenças internas à capitania. Por exemplo, os papel, balanta, majango, cassanga e bigajô baseavam suas atividades econômicas no cultivo do arroz e do milho, na extração da sura (suco extraído de palmeiras) e criação de gado bovino. Os mandinga, jalofo e fula valorizavam a criação de gado para o comércio e consumo de leite e ainda se destacavam na produção e comércio de artesanato. Destaca-se que entre esses grupos existiam diferenças linguísticas, religiosas e na organização do território.⁵⁸ Efetivamente, pode-se imaginar que a

56 CARREIRA, 1969, p. 237.

57 ANTT, CGCPM, Livro 1.

58 CARREIRA, 1969, p. 96-98.

aquisição de escravizados num período determinado poderia influenciar a dinâmica produtiva e cultural da região que os recebia. Tornando-a mais ou menos afeita, por exemplo, à pecuária, a determinadas práticas agrícolas e/ou religiosas.

No caso dos escravizados oriundos da região de Cabo Verde, Cacheu e Bissau, a concentração é pós-1765. Entre 1766-1778, foram embarcados 4.730 cativos em 36 carregações, aproximadamente 69% do total da escravaria transportada dessa região. Durante os primeiros anos da Companhia, a preponderância da origem dos escravizados era da África Central e pós-1765 essa tendência é revertida, com a valorização da origem de cativos embarcados na Senegâmbia. O que evidencia uma contínua valorização da região como área de exportação de escravizados, associada a uma diminuição do tráfico vindo da África Central Ocidental. Esses dados reforçam a tendência já apontada para a primeira metade do século XVIII, que destacava a Senegâmbia como importante fornecedora de escravizados para o Estado do Maranhão.⁵⁹

Para além de fatores naturais, outro ponto pode ajudar a compreensão dessa tendência: a Companhia tinha interesse direto no monopólio do comércio, do controle administrativo e do fisco da região que compreendia “das Ilhas de Cabo Verde e suas anexas, e Costa da Guiné desde o Cabo Branco até o Cabo das Palmas”.⁶⁰ Em 1757, os administradores da Companhia propuseram um acordo à Coroa. Os termos basicamente se resumiam ao controle por 20 anos do governo civil e militar dessa região por parte da Junta da Companhia, incluindo a nomeação de governadores. Em contrapartida, a Companhia se encarregaria de custear fortificações locais, a folha (de funcionários) leiga e eclesiástica, as residências de governadores, as feitorias, as armas e as munições:

Vossa Majestade por bem conceder à Companhia por tempo de vinte anos [...] todas as Rendas Reaes e Mestraes [...] comprehendendo-se nestas generalidades os rendimentos das Alfandegas, Dizimos, foros, Chance-

59 CHAMBOULEYRON, 2006.

60 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 14 de novembro de 1757, cx.43, doc. 3.900.

laria, impostos e outros quaisquer rendimentos, que por respeito do Real e Supremo domínio de Vossa Majestade pertencem a Coroa: a que tudo poderá a Companhia livremente cobrar...⁶¹

Resumidamente, a Companhia custearia a administração e defesa de Cabo Verde, um importante entreposto transatlântico de escravizados, e em troca ficaria com o controle econômico e fiscal da região. Politicamente, procurava não fragilizar a imagem da soberania da Coroa portuguesa: as obrigações assumidas e os direitos que receberia na sua “exterioridade se devem persuadir feitas por Ordem especial de Vossa Magestade”.⁶² A imagem de controle da região pela Companhia não deveria ser explicitada e ficaria ainda a impressão de que o financiamento e os impostos continuavam sob a alçada da Coroa – uma forma de não atrair concorrentes e nem fragilizar a imagem do rei. Essa proposta, segundo o próprio Provedor da Companhia, era interessante para a Coroa não apenas por estabelecer o comércio e seus desdobramentos fiscais para a fazenda real, “mas também em grandes interesses do Estado do Grão-Pará e Maranhão, pela maior facilidade de se introduzir nelle os Escravizados necessários para sua cultura”.⁶³ Os argumentos e as propostas foram atendidos e, no dia 28 de novembro de 1757, o rei D. José I assinou um alvará que fazia as citadas concessões.

O acordo fortalecia a conexão comercial, via Companhia, entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a região da Senegâmbia. Um acordo que interligava áreas diversas do Império: a fragilidade econômica da Coroa lisboeta em investir na administração de suas posses imperiais, a exploração comercial e a necessidade de defesa da região do Cabo Verde, e as demandas por trabalhadores evidenciadas por parte de moradores e administradores do Grão-Pará se articulavam entre si e justificavam um circuito de ingerências políticas e imigrações.

Entretanto, devemos considerar que, nos anos iniciais após a ins-

61 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 14 de novembro de 1757, cx.43, doc. 3.900.

62 Ibidem.

63 Ibidem.

tituição da Companhia, Luanda e Benguela foram privilegiadas como exportadoras de escravizados para o Grão-Pará. Pesava contra os cativos embarcados na África Central Ocidental uma suposta crença quanto à sua fragilidade física, que dificultava a sobrevivência ao tráfico. Essa suposição negligenciava que a alta mortalidade de cativos não se explicava etnicamente, e sim a partir das condições de deslocamento entre Angola e Belém: a duração da viagem e a lotação dos navios que faziam o transporte atlântico se configuravam como facilitadores da disseminação de doenças, em especial bexigas, e da morte por uma alimentação precária.⁶⁴ No documento encaminhado à Companhia pelo governador do Grão-Pará, Manoel Bernado de Mello, em agosto de 1759, alguns indícios fortalecem nossa argumentação. Nele o governador procurou explicar a alta mortalidade em uma “carregação” oriunda de Angola e creditou o fato a três razões: 1) embarque de doentes, 2) o número de escravizados aglutinados em um único navio e 3) “foi ser a maior parte dos ditos negros Muxicongos [originais da África Central Ocidental], que são os da mais ínfima reputação, por serem sumamente mortais”.⁶⁵

Os administradores da Companhia na África se esforçavam para embarcar o máximo de cativos para o Grão-Pará, pois receberiam por “peça” embarcada. Essa tendência gerava muitas vezes carregações com escravizados doentes e fisicamente frágeis. Os responsáveis pela administração da Companhia em Belém procuravam ter o controle dos escravizados que chegavam vivos ao porto da cidade, haja vista que teriam que prestar contas por cativo desembarcado. Assim, a sede da Companhia em Lisboa acabava aglutinando prestações de conta que, contrapostas, poderiam ajudar a evitar números exagerados do embarque ou dados que minimizavam o desembarque.

Essa forma de controle nos auxilia a analisar a mortalidade durante a travessia Atlântica. Nesse caso, nossa análise se balizou nos livros Diários da Companhia gestados pelos administradores em Belém.⁶⁶

64 CARREIRA, 1969, p. 12-13.

65 Ibidem, p. 127.

66 ANTT, CGCPM, Livros 07 a 14.

Nessa documentação, conseguimos levantar 10.344 cativos destinados ao Grão-Pará, com o total de 6.213 que sobreviveram à viagem (60% dos embarcados). No entanto, essa média sofre significativa variação quando consideramos a origem dos embarcados. Para a Senegâmbia, a sobrevivência foi de 4.328 escravizados dos 6.025 embarcados, ou seja, aproximadamente 72% sobreviveram à viagem. Mas, quando a análise foca a África Central, o percentual de sobrevivência cai significativamente para 1.885 de 4.319 transportados, ou seja, aproximadamente 45% sobreviveram à travessia. Resumidamente, de dez cativos embarcados em Cabo Verde, Bissau e Cacheu, aproximadamente sete chegavam vivos a Belém, mas, para Luanda e Benguela, a proporção caía para quatro sobreviventes para cada dez embarcados.

Algumas viagens podem ilustrar a alta da mortalidade dos escravizados vindos da África Central.⁶⁷ Em 1761, partiu de Angola a Galera de Nossa Senhora da Conceição, com uma “carregação” que inicialmente era composta por 514 cativos. No entanto, 25 morreram, 9 fugiram e 30 ficaram doentes e não foram embarcados. A Galera partiu, então, com 450 escravizados, mais “seis crias de pé” e 30 no ventre de suas mães. Desses 450, só chegaram vivos ao Grão-Pará 371, e destes ainda morreram em terra mais cinco escravizados, sendo comercializados apenas 366 escravizados no porto da cidade de Belém.⁶⁸

Ainda na perspectiva de compreensão da mortalidade dos escravizados em trânsito entre a África Central e a capitania do Grão-Pará, devemos considerar a concentração de cativos contida por “carregação”. No primeiro olhar, chama a atenção a diferença entre o número de carregações e de escravizados embarcados. África Central Ocidental tem apenas 11 carregações, no entanto, tem um expressivo volume de transportes, aproximadamente 47,8% (6.291) dos cativos. O que pode ser explicado, em parte, pelo tamanho de cada “carregação”: por exemplo, o navio Nossa Senhora Mãe de Deus, que registrou a “carregação” em

67 Essa análise foi feita exclusivamente a partir dos livros Razão dos administradores da Companhia em Belém. Cf. ANTT, CGCPM, Livros 07 a 14.

68 ANTT, CGCPM, Livro 46, carregação 102 e Livro 07, entradas 1025 e 1031.

dezembro de 1762, notificou o total de 858 escravizados e 9 crias em carregamento, com um decréscimo inicial de 158 escravizados, transportando, no total, 700 escravizados e mais as 9 crias.⁶⁹ Destes, chegaram vivos ao Grão-Pará 524 e 176 escravizados faleceram durante a travessia.⁷⁰ Aliás, nenhum dos carregamentos analisados da África Central Ocidental tinha menos do que 466 escravizados. O grande número de indivíduos agregados em um único “carregamento” gerava alta mortalidade mesmo antes do embarque. Dos 712 cativos da Companhia que morreram antes de serem atirados aos porões dos navios negreiros, 693 óbitos ocorreram na África Central Ocidental.

A concentração de pessoas aumentava a possibilidade e o impacto na difusão de doenças como também agravava a necessidade de mais alimentos e mais espaço. A descrição do reverendo inglês Robert Walsh ao pisar em um navio que transportava 562 escravizados pode nos auxiliar a pensar as consequências da lotação. Segundo o reverendo, os escravizados viajavam sentados e amontoados uns aos outros, sem poderem deitar e menos ainda levantar. Impactado pelo número de pessoas num pequeno espaço, não deixou de declarar a dificuldade de se respirar naquelas condições. Ao mesmo tempo, presenciou queixas relacionadas a enfermidades, entre elas febre e disenteria, numa viagem que duraria aproximadamente 52 dias de navegação.⁷¹ Nesse sentido, os navios que partiam de Cabo Verde levavam vantagem por ter a facilidade da corrente marinha. O mesmo não se aplicava aos que partiam da África Central Ocidental, que deveriam descer até a costa do Congo-Angola e navegar mais ao sul do Brasil, para só aí, então, pelo litoral brasileiro, subir até Belém.⁷²

Podemos ter uma noção do fluxo de escravizados africanos para o Grão-Pará sob a égide da Companhia de Comércio. Ao tentarmos esta-

69 ANTT, CGCPM, Livros 07 e 46, fizemos aqui um cruzamento das informações produzidas antes do embarque e na chegada.

70 ANTT, CGCPM, Livro 07, números de entrada 1397 e 1403.

71 WALSH, Robert. *Notices of Brazil*. London: Frederick Westley and A.H.Davis, v. II, 1830, p. 482-484.

72 BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão-Pará (séc. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2012, p. 95

belecer uma ideia acerca do tráfico de cativos, enveredamos por características como a distribuição da entrada de cativos ao longo dos anos, a origem de embarque dos escravizados, a relação entre os anos e as origens e, por fim, pontuamos resumidamente o número de viagens, concentração de escravo por navio e mortalidade antes e depois do embarque.

DISTRIBUIÇÃO INTERNA E IRREGULAR

Ao compararmos a quantidade de mortos pela epidemia (1748-1750) e a entrada de africanos na capitania do Grão-Pará, temos que lidar com as imprecisões das contagens. Os dados de mortalidade oscilam entre as listagens enviadas pelos responsáveis das aldeias e a estimativa produzida pelo governador Francisco Gurjão de 40 mil óbitos.⁷³ Enfrentando retóricas em torno do número de falecimentos, optamos por minimizar a contagem e acatamos o menor cômputo: 13.246 falecimentos associados à epidemia. O mesmo acontece para pensarmos a entrada de africanos sob as ações da Companhia monopolista. A primeira escolha é negligenciar os escravizados negros⁷⁴ inseridos em 1756, pois para isso teríamos que incorporar diferentes séries documentais. Logo, nossa investigação se concentra nos 20 anos (1758-1778) cobertos pelas carregações. Baseados nesses livros das carregações, temos o número de 12.604 escravizados africanos vivos e embarcados com destino a Belém.

Os números apontam para o maior número de índios mortos pelo surto do que africanos transportados pela Companhia. Essa diferença pode

73 AHUPR, capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2982.

74 O esforço da Coroa em distanciar o indígena do africano pode ser ilustrado pelo parágrafo 10 do Diretório, no qual era determinado que os diretores das Aldeias proibissem que os Índios fossem chamados ou se chamassem de “negros”, “querendo talvez com a infâmia e vileza deste nome [negro], persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravizados Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da Africa”. Cf. *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto sua Majestade não mandar o contrário*. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1929>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ser maior ou menor se considerarmos a possibilidade de sub-registros de mortos, como o próprio governador Gurjão apontou, ou os 947 cativos embarcados em 1756. Mas o que buscamos aqui é uma tendência. Não ancorada no rigor exato dos números, e sim nos indícios expostos por eles. E o que as pistas apontam, apesar de suas possíveis imprecisões, é que o surto foi fulminante e durou três anos. Já a possível reposição de braços pela Companhia levou aproximadamente 20 anos, com oscilações não apenas quanto à origem do cativo como também nos anos de inserção. A linha investigativa aponta para a impossibilidade da reposição por parte da Companhia dos trabalhadores mortos pelo contágio.

Em 1778, a capitania do Grão-Pará já apresentava um quadro claro do impacto da inserção de africanos – data do fim do monopólio da Companhia. Reduzindo a escala de análise e nos atendo às vilas/freguesias especificamente, é instigante compararmos o número de mortos pela epidemia e os escravizados contabilizados nesse ano. Começamos pelas duas mais populosas freguesias da capitania, Sé e Santana da Campina. Ao longo dos três anos do contágio, morreram 3.348 indígenas nas propriedades leigas da freguesia da Sé de Belém e nas fazendas e Engenhos da Companhia de Jesus em Jaguari, Curuça, Mamapacú, Gibriê. Em 1778, o número de escravizados africanos contabilizados nessa freguesia foi de 2.362. No caso da freguesia de Santana da Campina, o número de mortos atingiu 3.061 índios, e os escravizados negros inseridos foram contabilizados em 2.031. Ou seja, em ambas as freguesias os escravizados inseridos não alcançavam o número de nativos mortos pela doença.

Em outras localidades, a diferença poderia ser maior. A vila de Monte Alegre teve óbito de 550 índios e apresentava uma escravaria africana composta por dez indivíduos. A vila de Outeiro acusou o falecimento de 173 indígenas e teve zero escravo contabilizado em 1778. No Arquipélago do Marajó, Salvaterra, com seus 371 mortos pelo surto, contrapôs cinco escravizados de origem africana declarados em 1778 e, na vila de Soure, os 438 mortos pela epidemia contrastavam com 79 cativos negros contabilizados. A vila de Alenquer, já mais a oeste, apresentou 200 índios mortos e apenas 67 escravizados africanos. Na contramão desses dados, temos a vila de Cameté, que acusou a morte de 80 indígenas e em 1778 tinha

1.641 cativos africanos.⁷⁵ Como os dados citados pontuam, não houve uma relação direta entre as localidades com alta mortalidade epidêmica e seu possível provimento de escravizados negros. A justificativa apresentada pela Coroa, que relacionava a demanda por mão de obra causada pela epidemia e a distribuição de cativos vindos da África, efetivamente não se concretizou. As localidades mais atingidas pelo surto não se transformariam necessariamente nas que mais receberiam cativos africanos.

Por outro lado, podemos falar que havia uma tendência à irregularidade na distribuição interna dos cativos africanos. Em 1778, o governador João Pereira Caldas iniciou o levantamento sistemático dos fogos, essa contagem gerou um documento intitulado “Mapa das Famílias das Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro”.⁷⁶ A análise dessa documentação nos oferece pistas da distribuição da escravaria de origem africana. O total levantado nesse ano era de 13.476 escravizados negros distribuídos pelas 63 freguesias/vilas/lugares e pelos 4.176 domicílios. As seis maiores populações de cativos estavam: na Sé (2.362) e Campina (2.031) – as duas freguesias formavam a cidade de Belém –, Cameté (1.641), Mojú (876), São Domingos do Rio Guamá (737) e São José de Macapá (604). A soma desse plantel é de 8.261 cativos, significando 61% dos escravizados negros da capitania.⁷⁷

Encontramos indícios de que a maior parte dessa escravaria estava ligada diretamente ao plantio. Nas seis freguesias, a atividade econômica mais citada era agricultura: na freguesia da Sé, do total de 170 senhores proprietários, 146 dedicavam-se às roças; na Campina, dos 43 proprietários, 37 possuíam roças; no Mojú, dos 99 senhores, 83 eram donos de

75 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 15 de setembro de 1750, cx. 32, doc. 3001.

76 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 22 de junho de 1785, cx. 94, doc. 7509.

77 Mesmo em fins do século XVIII e ao longo do XIX, essas regiões continuaram concentrando a maior parte do contingente de escravo da Província do Pará. Cf. BARROSO, Daniel; MOTA, Antonia. “Economia e Demografia da Escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850)”. *Revista História*, São Paulo, n. 176, p. 1-41, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rh/n176/2316-9141-rh-176-a07815.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

roças; e em São Domingos, dos 62 senhores, encontramos 60 com roças. O caso de maior destaque foi o de Cameté, que com seus 513 senhores de fazendas, foram arrolados 506 dedicados ao plantio, sete Engenhos e nenhuma fazenda de gado. Os Engenhos de Cameté possuíam 207 escravizados africanos; o restante estava envolvido na agricultura, em especial nas atividades cacauzeiras: 416 domicílios que indicaram explicitamente envolvimento na produção de cacau e concentravam 1.249 escravizados de origem africana, 76% do plantel da vila. Outro exemplo, a vila de São José de Macapá, tinha o expressivo número de 604 escravizados negros e estava atrelada diretamente ao processo de valorização da rizicultura.⁷⁸

Aliás, pensar em Macapá é considerar que localidades bem próximas poderiam apresentar diferenças na posse de cativos negros. É o que fica evidenciado na heterogeneidade de plantel entre vilas vizinhas como Macapá, Mazagão e Vistosa, situadas no Cabo Norte. Pela contagem dos domicílios do ano de 1778, Macapá tinha 604 cativos, Mazagão, 395 e Vila Vistoza alcançava 119 escravizados.⁷⁹ Além da distância entre números absolutos do plantel, podemos destacar diferenciações na composição da escravaria. Para tanto, destacaremos o escravo homem e adulto. Em Macapá, 90% dos seus cativos eram homens adultos, Mazagão teria 53% e Vila Vistoza, 65%. Ou seja, numa área circunvizinha e dedicada à rizicultura, as três vilas apresentavam distâncias significativas quanto à quantidade e ao perfil dos escravizados.

Macapá era a vila mais antiga e fundada por açorianos, imigrantes que também foram enviados pela Coroa como resposta às demandas

78 Cf. ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. “O Sistema Agrário do Vale do Tocantins Colonial: agricultura para consumo e para exportação”. *Projeto História*, São Paulo, v. 18, p. 237-259, 1999. A autora analisa o avanço da agricultura de exportação no período pombalino, na região do Baixo Tocantins. Para Marcia Mello, há um indicativo de que, a despeito da entrada de africanos para a lavoura, esta não foi suficiente, Cf: MELLO, Marcia. “Contribuição para uma Demografia do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1774-1821”. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, vol. XVI, p. 227-253, 2015. MARIN, 2005. RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e as vilas circunvizinhas. In: MARIN, Rosa Acevedo (Org.). *A escrita da História paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52.

79 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 22 de junho de 1785, cx. 94, doc. 7509.

causadas pela epidemia (1748-1750). Seus fundadores começaram a chegar em 1751 e contaram com um apoio inicial da fazenda real para o estabelecimento de suas propriedades. Anos depois, esse apoio poderia ter feito diferença no cabedal econômico e político para facilitar a aquisição de africanos diretamente com os administradores da Companhia. Outro ponto que pesava a seu favor era o fato de ser esta vila estratégica na defesa da fronteira com os franceses e, por isso, ter recebido trabalhadores para viabilizarem a edificação de uma fortaleza. Mas, apesar de existir um número significativo de cativos africanos nas pedreiras e serrarias destinadas à construção do forte de Macapá, havia indícios de contínua valorização da mão de obra indígena: o sargento mor de obras da fortaleza defendia junto ao governador a preferência por trabalhadores indígenas, pois estes tinham um custo inferior para aquisição e sustento.⁸⁰

Menos da metade da população escrava negra da capitania estava dividida entre as outras 57 localidades. Segundo o Mapa das Famílias, seis delas tinham entre 50-100 cativos, 10 tinham entre 10-49 e 22 tinham entre 00-09 escravizados de origem africana. Para a ampla área da capitania do Grão-Pará, as ações da Companhia não surtiram o efeito desejado pela Coroa. A região com menor número de cativos negros era o Baixo Amazonas, ou seja, mais a Oeste. Essa tendência foi mantida mesmo após o fim do monopólio da Companhia, notadamente a reduzida presença de brancos e cativos negros na capitania do Rio Negro.⁸¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epidemia que ocorreu no Grão-Pará entre 1748-1750 deixou um rastro de mortos e também acentuou antigas disputas políticas. Entre elas, os

80 Cf. CAMILO, Janaína Valéria Pinto. *Homens e Pedras no Desenho das Fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2003. p. 130-131.

81 MELLO, 2015, p. 238. SAMPAIO, Patricia. *Espelhos Partidos*. Manaus: EDUA, 2011, p. 75.

embates em torno do monopólio da mão de obra indígena e a introdução de novos contingentes de trabalhadores. Nesse sentido, a imigração compulsória de cativos africanos não foi bem aceita por parcela dos moradores e administradores da capitania. Esse processo migratório também auxiliou a evidenciar projetos diferenciados: valorização da escravidão indígena *versus* o uso de braços africanos.

Embora legalmente a escravidão indígena tenha sido proibida, na prática essa mão de obra continuou sendo importante. Considerando a concentração na distribuição da escravaria africana até 1778, podemos imaginar que as áreas com pouca ou nula presença de cativos africanos tinham a base de sua economia centrada na mão de obra compulsória indígena⁸² e no uso que escapava às proibições e determinações da Coroa: uma escravidão dissimulada do índio. Segundo Robin Anderson, até finais da década de 1780 a economia do Grão-Pará estava substancialmente atrelada ao uso da mão de obra indígena.⁸³

Nesse mesmo cenário de tensões associadas à diminuição da oferta de trabalhadores indígenas, a imigração compulsória de cativos africanos emergia enquanto proposta cuja efetivação foi marcada por assimetrias. E o foi quando consideramos anualmente a entrada de cativos transportados pela Companhia entre 1758-1778 (com oscilação que variavam entre mais de 1.800 cativos transportados e zero), na relação entre os anos e os portos de embarque (83% dos cativos oriundos da região de Angola foram transportados entre 1758-1765), no número de imigrantes cativos por embarcação, na conseqüente taxa de mortalidade entre os transportados e na distribuição de escravizados africanos na capitania do Grão-Pará.

82 Trabalho Compulsório é definido como aquele trabalho no qual o empregado não pode se retirar quando quer sem correr o risco de punição, mesmo que receba remuneração em troca do serviço prestado. Cf. BRITO, Célia Maria Chaves. Índios das “corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: MARIN, Rosa Acevedo (Org.). *A escrita da História paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 115-137.

83 ANDERSON, Robin. *Following Curupira: Colonization and migration in Pará, 1758 to 1930 as a study in settlement of the humid Tropics*. Tese (Doutorado em História) – Universidade da Califórnia em Davis, Davis, 1976.

Além das assimetrias referidas no parágrafo anterior, também destacamos a relação entre o número de mortos pela epidemia e a reposição de trabalhadores a partir da imigração compulsória africana. Considerando período de monopólio comercial da Companhia, na prática, a alta mortalidade indígena durante os três anos de contágio (1748, 1749 e 1750) numericamente levou 22 anos (1756-1778) para ser equilibrada com a inserção de africanos. E não houve uma relação direta entre as localidades que mais índios perderam durante a doença com a entrada equivalente de cativos negros. Nesse sentido, o uso da epidemia para fortalecer o projeto que apostava na imigração africana em detrimento à escravidão indígena surtiu mais efeito discursivo do que prático, evidenciando a coexistência da exploração do trabalho indígena com a do africano no Grão-Pará; com a ressalva que o peso dessa coexistência era variado internamente na capitania.

Para além dos esforços da Coroa e das demandas produtivas dos colonos, podemos destacar uma Amazônia colonial alcançada pela imigração compulsória africana. Um deslocamento que deixou marcas na composição populacional da região. Reiteramos a ideia de que falar da Amazônia é considerar o diversificado processo de formação da sua população.

2

OS HENRIQUES: DE
HOMBRESBUENOS A
COMERCIANTES DE GROSSO
TRATO NA AMAZÔNIA
COLONIAL¹

*Marília Cunha Imbiriba dos Santos*²

Ambrósio Henriques nasceu na freguesia de Santa Maria do Couso, bispado de Ourense, Reino da Galiza. Tal e qual tantos outros migrantes, veio jovem para a capitania do Pará. Em sua justificação de nobreza, testemunhas relatam que ele veio “de menor idade” para Belém. Quem o manda chamar são seus tios que já moravam na capitania do Pará e eram negociantes. Um desses tios, João Henriques, ou, como consta na justificação de nobreza de Ambrósio, Don Juan Enriques, habilitou-se no ano de 1761 para ser familiar do Santo Ofício.³

1 Pesquisa desenvolvida no âmbito no doutoramento em História dos descobrimentos e da expansão portuguesa na Universidade de Lisboa, sob financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Professora do Centro Universitário FIBRA. Doutora em História pela Universidade de Lisboa, Membro do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA – UFPA/CNPq).

3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Habilitação de João Henriques. Maço 119, diligencia 1890.

João Henriques e Rosendo Henriques tinham tratamento nobre em Belém do Pará e eram já considerados *hombresbuenos*, quando jovens, ainda na Galícia

M. P. S. Francesco Lopes Herrero em nombredelCapitan Don Juan Henriques familiar del Santo Ofício, hombre de negocios, y de Don Rosendo Henriques suhermano, vizinhos de la ciudad de Belem do Grao, naturales y originários delvuestroReyno de Galicia, y feligresia de Santa Maria de Couso o bispado de Orense, hijos legítimos de Don Ambrosio Henriques, netos ygualmente legítimos de Don Juan Henriques, y segundos netos com igual legitimidad d Don Miguel Henriques, digo que mis partes sonhijos dalgo notórios de sangue, y si su padres e abuelos y demas ascendentes por línea recta de varonsin que jamashayan pechado, pegado ni contribuído em los pechos e derramas em que pechan, pagan e contribueron los del estado llano, y antes si gozado de todas las honras, excepciones, franquezas y libertades, que los demashijos dalgo notórios de sangue, y como tal fosse declarado, ele referido [...].⁴

Na habilitação para Familiar do Santo Ofício de João Henriques, tio de Ambrósio Henriques, podemos pinçar algumas informações indispensáveis para percebermos a montagem das redes de negociantes em Belém do Pará no século XVIII. João Henriques migra para Lisboa com o irmão, Rosendo Henriques, depois que ficam órfãos de pai na freguesia de Santa Maria do Couso, bispado de Orense, Reino da Galiza. João Henriques tinha por volta de 11 anos quando chega a Lisboa e seu irmão, Rosendo, 14 anos aproximadamente. Em Lisboa, os irmãos passam a trabalhar como caixeiros de negociantes que tinham sócios na praça do Pará. Testemunhas da habilitação para familiar do Santo Ofício de João Henriques afirmam que ele chega ao Pará com, mais ou menos, 15 anos de idade, no início da década de 1740.

4 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Justificação de Nobreza. Feitos Findos, maço 1, n° 24.

ANTES DO PARÁ, LISBOA: MIGRAÇÕES INTERMÉDIAS

Esse fenômeno de fazer um primeiro movimento migratório para socialização e aprendizagem de uma ocupação era muito comum. Porto e Lisboa são espaços urbanos frequentemente escolhidos por alguns emigrantes para passarem alguns momentos antes da partida definitiva a um destino; escolha esta justificável por essas localidades possuírem forte conexão com a expansão ultramarina. Deslocar-se para meios urbanos, como Porto e Lisboa, integrava-se no processo de socialização, através da aprendizagem de cariz profissional, facilitador da integração social nos futuros espaços de destinos.

Nesse sentido, é possível pensar a migração intermédia como um momento de socialização, em que o jovem se ambientava a novas realidades sociais, podendo adquirir novos conhecimentos e aprender um novo ofício.⁵ Esse movimento realizado por João Henriques “Galiza – Lisboa – Pará” repetiu-se com outros migrantes. Por exemplo, com Antônio Gonçalves Prego, Felipe dos Santos e José Domingues; todos nascidos na Galiza, Bispado de Ourense, que fizeram uma primeira migração para Lisboa, onde aprenderam ofícios ligados ao comércio, e, por fim, migraram para o Grão-Pará, onde se estabeleceram.⁶

Ao chegar na Capitania do Pará, os irmãos passam a negociar e prosperam, tornando-se homens afortunados e com grande cabedal econômico e social. Na habilitação para familiar do Santo Ofício de João Henriques, o comissário responsável pelas averiguações no Pará afirma, no ano de 1761, acerca da capacidade do habilitando que “ele vive na cidade do Pará com trato dos lucros do seu negócio pelo qual tem adquirido mais de quinze mil cruzados”. João Henriques escolhe, para seu sócio, correspondente e procurador em Lisboa, João dos Santos

5 COSME, João. “A emigração para o Brasil através das habilitações do Santo Ofício (1640-1706)”. In: VENTURA, Maria da Graça M. (coord.). *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 206. SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. *Família, trajetórias e Inquisição: Mobilidade Social na Amazônia Colonial (c. 1672 – c. 1805)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

6 SANTOS, Marília Cunha Imbiriba. Op. Cit, 2020 p. 138.

Ledo, homem de negócios e familiar do Santo Ofício. Portanto, podemos perceber que os negociantes que são familiares do Santo Ofício procuram acercar-se de outros comerciantes que também o são. Ao fazerem fortuna na cidade de Belém do Pará, mandam chamar seu sobrinho, filho de uma irmã que ficou na Galiza. O sobrinho, Ambrósio Henriques, foi contactado por carta, conforme relata Rafael dos Santos Quaresma da Silva

Disse que sabe pelo ver e presenciar que o justificante [Ambrósio Henriques] veio para este Estado de menoridade vindo para a companhia de seus tios D. João Henriques e D. Rosendo Henriques, que mandaram vir ao justificante de sua pátria e elle testemunha escreveu algumas cartas para o dito efeito no tempo em que hera caixeiro dos ditos tios do justificante [...].⁷

Nesse caso, como também constatou João Cosme, em regra, a saída de um migrante não era um fenômeno isolado; antes, integrava-se em um contexto mais amplo no qual, em grande medida, o migrante contava com apoio e estímulos de terceiros.⁸ Outra questão é que emigrar para o Brasil não significava cortar o elo definitivamente com o lugar de partida: notícias e, até mesmo, remessas de dinheiro e outras encomendas iam por carta e por conhecidos que faziam a ponte entre os vários portos do vasto Império Português e Espanhol. Caixeiros, marítimos e negociantes levavam dentro das embarcações que singravam o Atlântico notícias, riquezas, cartas para chamar parentes; conectando experiências pessoais aos complexos mecanismos dos circuitos mercantis onde circulavam pessoas, mercadorias, valores e saberes que, continuamente, vão interligar portos, cidades e chegar às mais longínquas aldeias.

Quantos portugueses e espanhóis deixaram suas terras natais e rumaram ao Brasil? Durante três séculos, os jovens portugueses saíram do

7 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Justificação de Nobreza. Feitos Findos, maço 1, nº 24.

8 COSME, João. A emigração para o Brasil através das Habilitações do Santo Ofício (1640-1706). VENTURA, Maria da Graça M. (coord.). *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Lisboa: Colibri, 1997.

Reino para a manutenção de suas Casas; e, segundo Joel Serrão, a partir do último quartel do século XVII a corrente emigratório-colonizadora passa a assumir uma feição mais migratória que colonizadora.⁹ Enquanto alguns indivíduos e famílias acionavam a emigração como uma estratégia para não perder *status* econômico e social, outros indivíduos, já inseridos nas redes transatlânticas, vinham com perspectivas mais concretas de trabalho. Foi o caso dos irmãos João e Rosendo Henriques, que em Lisboa aprenderam o ofício de caixeiros e de lá embarcaram para o Pará. Ambrósio Henriques, o sobrinho, chega ao Pará e é inserido na rede de sociabilidades dos tios, que já estavam estabelecidos com negócios grandes. João Henriques e Rosendo Henriques nunca casaram, deixam todos os bens para o sobrinho, conforme testamento transcrito na justificação de nobreza de Ambrósio Henriques:

João Gualberto de Moraes Freyre, Escrivão ajudante da Provedoria dos Resíduos desta cidade e seus termos Certifico e ponho por fee aos que a presente certidão virem que revendo os livros quinze de registos de testamentos a folhas cincoenta e duas está o registo do testamento com que em 10 de setembro de mil setecentos e setenta e nove faleceu o Capitão Joam Henriques da qual verbalmente he de theor e forma seguinte

Item: Declaro que eu instituo e declaro por meus universais herdeiros em igual parte, a meu irmão Rosendo Henriques e meu sobrinho Ambrósio Henriques, que nesta terra estão comigo presentes de disporem os meus legados

Certifico mais que revendo mais outro livro 17 de semelhantes registos, a folha cento e quarenta e três está o registo do testamento com que em 20 de março de 1780 faleceu nesta cidade Rosendo Henriques do qual a verba sexta he do theor e forma seguinte = Item: Declaro que eu instituo por meu universal herdeiro de todos os meus bens e direitos meus legados a meu sobrinho Ambrósio Henriques que presentemente comigo assiste.¹⁰

9 SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. p. 104-115.

10 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Justificação de Nobreza. Feitos Findos, maço 1, nº 24.

Em sua justificação de nobreza, no ano de 1789, Ambrósio alega possuir “hum bem notório estabelecimento do maior commercio”.¹¹ No entanto, além da lida comercial, Ambrósio Henriques também loteou e agricultou terras, pois, em requerimento de 27 de fevereiro de 1800, ele solicita aforamento de umas terras devolutas que existiam nos subúrbios de Belém do Pará para o aumento da sua plantação de cacau; e nesse requerimento alegava ser “hum dos mayores lavradores deste continente”.¹² Em outro requerimento, do ano de 1802, Ambrósio Henriques solicita ao Príncipe Regente a confirmação da carta de data de sesmaria relativa a um terreno de duas léguas em quadro que possuía na Ilha de Merciana para criação de gado vacum e cavalari¹³. O Fidalgo da Casa de Sua Majestade, João Felipe Barbosa Pereira da Silva, professor na Ordem de Cristo e Coronel de Infantaria do Regimento de Macapá, afirma que sabia pelo ver que Ambrósio Henriques foi

[...] para a cidade do Pará de menor idade para a companhia de seus tios D. João Henriques e Don Rosendo Henriques [...] que sabe pelo ver e ser constante que o justificante se trata com toda a decência, e a ley da nobreza nesta cidade, onde se acha estabelecido e casado com muitos e numerosos bens, assistindo em huma excelente propriedade de casas próprias do justificante das melhores deste Estado, tratando se com carruage e cavallos de sela e numerosa escravatura e outras mais propriedades de casas, fabricas, engenhos, fazendas de culturas, sendo o justificante estimado das principais pessoas e magnates deste Estado sendo hum dos melhores bem feitores deste Estado e da pobreza delle.¹⁴

11 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Justificação de Nobreza. Feitos Findos, maço 1, nº 24.

12 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Requerimento. Caixa 117, documento 9007.

13 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto resgate. Requerimento. Caixa 122, documento 9367.

14 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Justificação de Nobreza. Feitos Findos, maço 1, nº 24.

É importante compreendermos quais as redes de sociabilidade em que Ambrósio Henriques estava inserido para perceber, a partir delas, as dinâmicas de negócios que os comerciantes de grosso trato acionavam. Em sua justificação de nobreza, Ambrósio Henriques alega ser “hum dos mais opulentos daquelle Estado onde vive à Ley da Nobreza”.¹⁵

Um dos grandes sócios de Ambrósio Henriques na Capitania do Pará foi o negociante de grosso trato e Familiar do Santo Ofício Feliciano José Gonçalves. Os caminhos dos negociantes Feliciano José Gonçalves e Ambrósio Henriques estão sempre entrelaçados na Capitania do Pará. Em diversos documentos eles aparecem juntos, como sócios, rematando dízimos e em empreitadas mercantis conjuntas. Podemos dizer que a parceria de ambos contribuiu para o aumento de suas fortunas e, nesse passo, foram homens afortunados de cabedais e poder simbólico. Ambos eram descritos nas documentações como “vivendo com fastuoso tratamento de carruages, cavallo e creados”; possuíam as casas “das mais opulentas daquelle Estado”; tratando-se “segundo as Leys da Nobreza”.¹⁶ Manoel Barata, em seu clássico *Formação Histórica do Pará*, escreve um verbete acerca de Feliciano José Gonçalves, que transcrevemos a seguir.

Feliciano José Gonçalves – natural de Portugal onde exerceu o ofício de correio, foi do Pará negociante e capitão de milícias. Associou-se aqui com Ambrósio Henriques, que com ele formou a firma Feliciano José Gonçalves & C.¹⁷

Em carta de 8 de março do ano de 1793, o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará D. Francisco de Souza Coutinho de Melo e Castro participa a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar a chegada à cidade de Belém do Pará de uma

15 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Justificação de Nobreza. Feitos Findos, maço 1, nº 24.

16 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Requerimento de Ambrósio Henriques e Feliciano José Gonçalves. Caixa 90, documento 7301.

17 BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará*. Pará: Editora da Universidade Federal do Pará, 1973. p. 177.

expedição mercantil que fizeram os negociantes Ambrósio Henriques e seus sócios Feliciano José Gonçalves e Manoel José da Cunha

a fim de explorar e reconhecer a navegação dos Rios Vermelho e Araguaia, por se julgar que poderão permitir a comunicação e commercio para a capital de Goyazes e para a mais importante parte daquela Capitania; a qual expedição mercantil não só correspondeo mas excedeo ao que se podia esperar. Informa a favor dos sobreditos Negociantes como dignos da Real Attenção de Sua Alteza Real, por terem concorrido para utilidade do Real Serviço e do Bem Publico pelas despesas que para isso fizeram e por todas as circunstâncias de tão poderosa empresa [...].¹⁸

O primeiro documento em que aparece Feliciano José Gonçalves e Ambrósio Henriques juntos é do ano de 1783; dez anos depois, em 1793, eles ainda estavam associados na empreitada mercantil. Em sua habilitação para Familiar do Santo Ofício, Feliciano José Gonçalves também diz viver à lei da nobreza, fato confirmado pelo comissário do Santo Ofício que procedia as verificações e provanças no Grão-Pará. Ambrósio Henriques, tal e qual Feliciano, arroga para si estatuto nobre e justificava exemplificando que “vivia a Ley da Nobreza, com carruage, cavallos, creados e escravatura numeroza”. Aqui podemos observar a rede de sociabilidades a mostrar-se: o tio de Ambrósio Henriques era negociante e Familiar do Santo Ofício, Ambrósio andarà os caminhos do tio e tornar-se-á um grande negociante associado à Feliciano José Gonçalves, que era negociante e Familiar do Santo Ofício. A teia começa a costurar-se.

Em 1762, Ambrósio arrematou os dízimos das miunças da Vila de São José de Macapá pelo preço de 530 mil réis, pelo prazo de três anos.¹⁹ No ano de 1774, arrematou os dízimos das miunças e gado vacum e cavalari

18 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Catálogo. Caixa 103, documento 8193.

19 Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Ofício. Caixa 53, documento 4846.

da Vila de São José de Macapá.²⁰ Todas essas rematações feitas em sociedade entre Ambrósio e Feliciano. No ano de 1788, Ambrósio Henriques era capitão e vereador do Senado da Câmara de Belém do Pará; antes, em 1778, também fora vereador e, segundo consta, foi diversas vezes da governança da terra. Em 1797, Ambrósio Henriques era Tesoureiro Geral do Real Erário e deputado da Junta da Fazenda Real do Pará²¹. Em suas petições e requerimentos, Ambrósio Henriques nunca deixava de lembrar os serviços prestados, pois, sabia ele que, para receber a Graça Real, antes tinha que dar conta do Real Serviço como um fiel vassalo.

Se pois, Senhora, os dois Polos da Esphera Monarchica são o Castigo dos Delinquentes e o premio dos Benemeritos, e sempre na Real e Liberalissima Mão de V. Mage se divizão os prémios pa quem os merece; o suppe se faz digno de algum destes, pelo seu zelo, trabalho, e despesa de sua fazenda em utilidade do Real Serviço de V. Mage [...].²²

Ambrósio Henriques amealha sua fortuna diversificando seus negócios, que, como vimos, vão desde plantações, passando por engenhos, arrematando dízimos e negócios mercantis. Além disso, recebe herança dos seus tios e dote de sua esposa. Aliás, em relação a esse dote, temos vasta documentação de um litígio movido pela tia da esposa de Ambrósio, que demonstra que, além das redes comerciais, os negociantes também faziam alianças matrimoniais com a intenção de aumentar seu cabedal econômico e social.

Ambrósio Henriques está envolvido em uma contenda entre os anos de 1778 e 1782. A situação é um claro exemplo do quanto que casamentos também eram alianças e negócios. Neste caso, o matrimônio de Ambrósio Henriques com Antônia Joaquina de Oliveira Silva é o motivo da contenda. Esse casamento e a briga patrimonial por ele gerada, nos

20 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Ofício. Caixa 73, documento 6146.

21 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Requerimento. Caixa 109, documento 8571.

22 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Consulta. Caixa 107, documento 8473.

dizem das estratégias acionadas pelos sujeitos para o aumento de suas fortunas e cabedais.

MATRIMÔNIO, CONTENDAS E FORTUNAS

Dona Antônia Joaquina de Oliveira Silva deixou o Reino em finais do ano de 1776, atravessou o Atlântico e aportou na cidade de Belém do Pará para morar com sua tia viúva. Vinda de uma família pobre, que, de acordo com a tia, vivia em “absoluto estado de miséria”, a travessia para o novo mundo descortinava nova vida e outras possibilidades e oportunidades. A noção de família era outra naqueles tempos, pois a tia declara que mandou vir do Reino uma sua sobrinha “parenta em terceiro ou quarto grau”. Fato é que Antônia Joaquina de Oliveira Silva desembarca na cidade de Belém para morar com Dona Antônia Clara da Fonseca, viúva, de posses, natural da cidade de Belém do Pará.

Dona Antônia Clara da Fonseca “já avançada em anos”, como ela mesma se definiu, vivendo sozinha sem ascendentes nem descendentes, “chamou para si huma parenta em terceiro ou quarto grau, com o destino de a beneficiar e perceber unicamente della o útil da sua companhia”. Pouco tempo depois de instalar a sobrinha em sua casa, Dona Antônia Clara da Fonseca recebe o padre Manoel de Sousa de Novaes Trovão, vigário da cidade de Belém, pároco da igreja de Santana, de onde dona Antônia era paroquiana, com a proposta de intermediar o consórcio de sua sobrinha recém-chegada com um grande negociante da praça do Pará, Ambrósio Henriques.

De acordo com Dona Antônia Clara, o padre Manoel Trovão e Ambrósio Henriques urdiram um plano para levar a efeito o consórcio matrimonial porque o padre sabia, dito pela própria Dona Antônia Clara, que a parenta recém-chegada tinha captado a benevolência da tia, que pretendia legar à sobrinha toda a sua fortuna.

Por medo de deixar a sobrinha desassistida de marido, ou por acreditar que Ambrósio Henriques era um bom casamento, já que era sabido por todos na cidade da riqueza e opulência do negociante e de seus tios João e Rosendo Henriques, Dona Antônia consente com o casamento e

concede um dote para assistir à sobrinha. Podemos antever na escritura de doação do dote a motivação da permissão do matrimonio dado por Dona Antónia Clara Fonseca:

[...] que ella tem em sua companhia sua sobrinha Donna Antonia Joaquina de Oliveira e Silva que sendo nascida e havendo sempre vivido em Portugal por um acesso de afeto e contemplação della doadora e deixando a comovida de sua pátria se passou para esta cidade com o fim de assistir a mesma doadora enquanto viva, e que por ella entender a inconstância de sua vida e o risco de ficar a dita sua sobrinha por morte della doadora em estado livre, e de não conseguir, talvez, aliança de hum competente matrimonio, havia concebido o desígnio de a casar com o Alferes Ambrosio Henriques, e considerando de huma parte a necessidade do dote para a sustentação dos encargos matrimoniais, sem o qual não poderia efetuar-se este tão util casamento, e de outra a total falta que esta sua sobrinha tem de bens com que se possa dotarse [...] doa a dita sua sobrinha Donna Antonia Joaquina de Oliveira a titulo de dote, a metade dos seus bens [...].²³

De acordo com a queixa judicial feita por Dona Antônia Clara da Fonseca, meses depois do casamento, o que seria apenas um dote com alguns bens foi manipulado e alterado por Ambrósio Henriques com a conivência do padre e de um advogado, que, queixando-se Dona Antônia Clara, valendo-se de sua inocência e boa-fé, a fez assinar, um pouco antes do consórcio, uma escritura em que “presentemente dotava a sua sobrinha metade do que possuía, e por sua morte o resto”. Com esse matrimônio que ocorreu no ano de 1777, Ambrósio Henriques levava metade dos bens de Dona Antônia Clara, com promessa de levar o resto após o falecimento da tia; e, segundo consta nos autos, a única condição imposta pela senhora era que Ambrósio e sua futura esposa tivessem

23 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto resgate. Consulta do Conselho Ultramarino para a Rainha D. Maria I, sobre requerimento de Antonia Clara da Fonseca. Caixa 86, documento 7069.

por ela gratidão e a ela fizessem companhia. Porém, consumado o casamento, segundo o relato de Dona Antônia Clara,

[...] assim que celebraram a dita escriptura e o dicto consórcio, se transportarão para a casa da suplicante, onde passados alguns meses a deixarão, separandose com escândalo geral, e fazendo o que ninguém imaginou de tanto benefício, tendo por causal a figura da validade da mesma doação [...].²⁴

Vendo-se nessa situação, sem os bens que dotou à sobrinha e sabendo que a fez herdeira de seus bens por sua morte, Dona Antônia Clara intentou ação no juízo competente, mas não logrou êxito porque, segundo ela

[...] o Juiz de Fora, perante quem corre a causa, é devedor do Doado [Ambrósio Henriques], de importantes somas de dinheiro, que o influi a faltar a administração da Justiça para que V. Mag. o destinou²⁵

Achando-se injustiçada, justamente porque Ambrósio Henriques era um homem de importante capital simbólico e econômico, a suplicante viaja a Lisboa para pedir justiça e relata que

[...] na situação em que se vê, se tem reputado huma as muitas vezes pela pessoa mais desgraçada, e persuadindo se que só prostrada diante do real trono de V. Mag. alcançará providência para se haver por nulla a dita doação, visto que, pelo meio ordinário o não pode conseguir; porque a pobreza em que está a redúzio a termos de não competir com os suplicados por serem opulentos.²⁶

24 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto resgate. Consulta do Conselho Ultramarino para a Rainha D. Maria I, sobre requerimento de Antonia Clara da Fonseca. Caixa 86, documento 7069.

25 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto resgate. Consulta do Conselho Ultramarino para a Rainha D. Maria I, sobre requerimento de Antonia Clara da Fonseca. Caixa 86, documento 7069.

26 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto resgate. Consulta do Conselho Ultramarino

Devemos observar que, apesar dos exageros do discurso para comover aquele que lê no afã do convencimento, Dona Antônia Clara da Fonseca, ao falar dos suplicados, está a falar de Ambrósio Henriques e de sua sobrinha Antônia Joaquina de Oliveira Silva que, segundo a própria tia, chega ao Pará abandonando a “miséria” em que vivia no Reino para tornar-se uma senhora opulenta, casada com um dos comerciantes mais ricos e importantes do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Podemos observar essas questões na petição que faz Dona Antônia Clara da Fonseca à Rainha.

Diz Donna Antonia Clara da Fonseca, viúva e natural da Cidade do Pará, que ella suplicante se viu justamente obrigada a conduzir se a este País, em idade tão adeantada como manifesta; passando pelas incomodidades de transitar o mar, unicamente a fim de procurar o remédio as ingratidões de uma sobrinha a quem chamou para sua companhia; e tiro o viver de pobre, fazendoa senhora de avultado dote por cujo motivo casou com Ambrósio Henriques contra a vontade da suplicante e persuadida que V. Mag. pela Sua Real e grande bondade avia ter aquela comiseração que a Sua virtude manifesta; lhe requereo a ve se V. Mag. de dignarse a de lhe anular uma falsa escriptura; que maquinou o esposado para a enganar. (..) vem procurar o refúgio prostada diante do Real Trono de V. Mag.; para que como May não permita va sem aquele remedio que pederá tantas violências e ingratidões e quera pela Sua preciosa vida restituir a Suplicante a bem aventurança que possuía anulando a falsa escriptura, pois se acha já no consternavel estado de pobresa, sem ter que gastar passando as necessidades que nunca julgou sofreria fora da sua Patria e Casa a mais de hum ano.²⁷

Ambrósio Henriques, portanto, aumenta os cabedais com esse matrimônio; principalmente em capital simbólico e econômico porque casa

para a Rainha D. Maria I, sobre requerimento de Antonia Clara da Fonseca. Caixa 86, documento 7069.

27 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto resgate. Consulta do Conselho Ultramarino para a Rainha D. Maria I, sobre requerimento de Antônia Clara da Fonseca. Caixa 86, documento 7069.

com uma mulher vinda do Reino e recebe um generoso dote da tia com a promessa de receber toda a fortuna após a morte de Dona Antônia Clara. Em declaração contida em uma Ação decendial, Ambrósio Henriques e Antônia Joaquina citam a tia para que vá reconhecer, em juízo, a escritura que assinou com os termos de doação de metade dos bens em dote e da outra metade legada após a morte, exigindo o casal que a tia fosse condenada a fazer um inventário de seus bens para que deles pudessem, os suplicantes, tomar conhecimento do que lhes pertencia. Declaram Ambrósio Henriques e Antônia Joaquina que, já por princípio da dita doação, receberam: um sítio, umas casas na cidade, uns chãos, dezoito escravos e alguns móveis.

Portanto, redes de sociabilidade dos tios que estavam inseridos em negócios mercantis e na rede de relações entre familiares do Santo Ofício, diversificação das atividades econômicas com pedidos de sesmarias para plantação, herança e alianças matrimoniais vão compor a fortuna de Ambrósio Henriques e, de igual maneira, as mesma estratégias foram acionadas por Feliciano José Gonçalves, que também valeu-se de alianças matrimoniais, inseriu-se em redes de comerciantes, arrematou dízimos em sociedade com Ambrósio Henriques, patrocinou expedições mercantis para facilitar o contato entre as praças do Pará e Goiás, também em sociedade com Ambrósio Henriques, e inseriu-se nas redes de Familiares do Santo Ofício, tornando-se Familiar em 1790.

REDES DE SOCIABILIDADE

Ser homem de negócios da praça mercantil do Pará no século XVIII também era um marcador social e, portanto, é importante perceber a atuação e articulação a nível político desses homens.

Ambrósio Henriques vai, enquanto vereador do Senado da Câmara de Belém, na vereança de 1776 a 1778, pressionar o Rei, junto a outros vereadores, para que a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão seja extinta, alegando ser um grande prejuízo ao comércio e aumento da Fazenda Real e felicidade daqueles povos do Estado do

Grão-Pará. Por conta disso, Ambrósio Henriques e seu grupo político serão rechaçados pelo Governador.

Em grande medida, os nomes de Feliciano José Gonçalves, Ambrósio Henriques, João e Rosendo Henriques são alguns dos que deixaram indícios documentais de suas vinculações ao comércio na praça do Pará e nas rotas atlânticas conectadas a essa praça. Esmiuçar, ainda que em parte, suas trajetórias, estratégias, sucessos, alianças e fracassos é fundamental para contribuir com uma história que ainda está por ser feita: a história dos negociantes e comércio da praça do Pará para além da Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão.

Feliciano José Gonçalves e Ambrósio Henriques faziam parte de um grupo político que costumava agir em conjunto. Por exemplo, no ano de 1783, Ambrósio e Feliciano fazem requerimento para a Rainha D. Maria I, solicitando provisão para mandar à correição do Crime da Corte o então Juiz de Fora da Comarca do Pará, José Pedro Fialho de Mendonça, porque, segundo os suplicantes, o Juiz de Fora foi autor de um libelo de injúrias proferidas contra ambos; “[...] Praticando tudo isto o referido Ministro para os infamar e injuriar, por motivos particulares vergonhosíssimos ao character de Magistrados”²⁸

Já no ano de 1797, outro requerimento de Ambrósio Henriques solicitando provisão de interpelação contra outro Juiz de Fora da cidade de Belém do Pará, desta vez, por nome Joaquim Frota de Almeida, alegando Ambrósio que foi “injuriado no seu crédito pelo Doutor Luis Joaquim Frota de Almeida Juiz de Fora da mesma cidade pretende de demanda lo em juízo pela satisfação de sua honra”.²⁹

Interessante perceber que, entre imiscuir-se em disputas e conflito e costurar alianças, temos Ambrósio Henriques em contendas com dois Juízes de Fora, e, depois, no ano de 1800, é justamente com um Juiz de Fora que ele casará sua filha; consorciando-se com uma família que,

28 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Requerimento. Caixa 90. Documento 7301.

29 Arquivo Histórico ultramarino. Projeto Resgate. Requerimento. Caixa 109. Documento 8571.

durante todo o século XIX e século XX, fará parte de uma elite forte e proeminente do Pará. Em ofício de 14 de junho de 1800, o Juiz de Fora e da Alfândega da Capitania do Pará, Joaquim Clemente da Silva Pombo, anuncia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de estado da Marinha e Ultramar, o seu casamento com a filha de Ambrósio Henriques.³⁰

Envolvendo-se em questões políticas e ocupando cargos da governança da terra, Ambrósio Henriques se associa a outros para lutar pelos interesses dos negociantes quando remete requerimentos ao Rei para que extinga a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, recebendo, inclusive, segundo consta em documento analisado adiante, retaliações do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, no ano de 1778.

Nesse requerimento em questão, os vereadores da Câmara da cidade de Belém do Pará, António Rodrigues da Silva, o Capitão João Manuel Rodrigues, o Alferes Ambrósio Henriques e o procurador da Câmara Manoel Duarte Gomes, queixam-se contra o governador por este os ter suspenso de suas funções enquanto vereadores. Os suplicantes alegam, inclusive, que a suspensão não foi interina, e sim perpétua porque o governador procedeu uma nova eleição. Diz Ambrósio e seus aliados que

Fes eleger o ditto Governador por hum diminuto numero de votos o Mestre de Campo João Ferreira Ribeiro, o Mestre de Campo Lourenço Furtado, o sargento Mor Theodozio Constantino Chermont e Procurador o Alferes João Garcia Galvão; todos da facção d'elle Governador, e os mais aptos para em tudo se unirem as suas malignas intenções e formaes atentados como ao diante se esporá.³¹

Interessante perceber que, no grupo que seria aliado ao governador, consta o nome de membros de uma elite ligada aos primeiros colonizadores do Grão-Pará. No documento, podemos observar os nomes dos

30 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Ofício. Caixa 117, Documento 9034.

31 Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Requerimento. Caixa 79, D. 6568.

mestres de campo João Ferreira Ribeiro e Lourenço Furtado, que, ao lado das famílias Oliveira Pantoja, Moraes Bittencourt e Correa de Miranda, figuravam no rol das famílias ditas tradicionais ou também chamadas “nobreza da terra”. É um grupo que se configura paulatinamente desde a chegada dos primeiros antepassados à capitania do Pará, a forma como eles se estabeleceram na terra, as ferramentas que acionaram para a construção de suas nobrezas e o longo caminho que pavimentaram para que as futuras gerações usufruíssem de prestígio e honrarias por pertencer a um “tronco” descendente dos primeiros desbravadores, dos primeiros colonizadores, que recorrentemente lembrarão à Coroa, através de pedidos de mercês, que devem ser regiamente recompensados pelos seus serviços e pelos serviços de seus pais e avós.

Por outro lado, Ambrósio Henriques e seu sócio, Feliciano José Gonçalves, são migrantes (um da Galícia e o outro de Lisboa), ambos comerciantes, e isso talvez nos indique esses espaços de poder que eram disputados por uma elite tradicional e por uma elite que chega ao Pará em um momento de valorização do comércio, por meio das políticas implementadas pela Coroa no período pombalino.

Aliás, a família do mestre de campo João Ferreira Ribeiro estará envolvida em muitas contendas por conta dessa disputa entre a elite tradicional descendente dos primeiros desbravadores e os recém-chegados do Reino. Na Quinta-Feira Santa do ano de 1742, Luis Barreto, um advogado recém-chegado do Reino, estava dentro da Sé de Belém e, ao sair, às quatro horas da tarde, passou à porta da casa de Gaspar de Sequeira e Queirós que dava de frente para uma das portas laterais da catedral. De dentro da casa, saíram três homens, “dois negros tapuias e um preto do dito sargento mor [Antônio Ferreira Ribeiro]”.³² Os três armados com paus, chamados “borassangas”, e um deles com um faim³³, e pelas costas deram duas rigorosas pancadas no advogado Luís Barreto

32 Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate, Pará, Caixa 26, documento 2429.

33 Um ferro com ponta ou espadachim.

“lhe foi preciso vir recuando aos golpes mortais, que os ditos escravos unidos lhe atiravam e com que o perseguiram ate as portas de sua casa”.³⁴

Em resumo, o advogado foi espancado por escravos, com paus, em plena rua, à vista de muitas testemunhas. Em carta ao Rei, pede providências e acusa de mandante do crime o sargento-mor Antônio Ferreira Ribeiro em cumplicidade com seu cunhado Gaspar de Sequeira e Queirós e seu genro Luis Pourat. Alega que é uma família muito influente na qual Antônio Ferreira Ribeiro é juiz e já o foi muitas vezes, além de ser sargento-mor; e que o seu cunhado Gaspar de Sequeira e Queirós é capitão, enquanto Luis Pourat, seu genro, serve na câmara. A isso acresce que o escrivão da câmara é seu primo e que o juiz dos órfãos, Pedro Correa Teixeira, é seu tio, irmão legítimo de seu pai, João Ferreira Ribeiro, além de que os dois juizes da câmara, Hilario Pimentel e João Furtado de Vasconcelos, são seus parentes.

Em carta ao Rei, Luis Francisco Barreto denuncia os procedimentos da família:

E por isso Senhor o dito sargento mor e o dito seu genro Luis Pourat nesta cidade se portam régulos e temerários não só pelo que obraram com o suplicante mas também pelo que usam com outros, pois o dito sargento mor a quem lhe pede o que ele deve logo o ameaça com os seus negros e companeados como fez a Manoel Lopes Maneta e a todos descompõem, como também obrou com Manoel Pereira [...] na porta dele há quantidade de servos seus com os ditos paus ou baraças e **isto mesmo usa com toda pessoa e especialmente com os nacionais deste Reino, cuja vontade e sede parece só se saciaria bebendo lhe o sangue se preciso fosse.** [...] e finalmente seria preciso infinito para relatar os descatos e distúrbios que causam nesta cidade os sobreditos já envolvendo se no governo da republica e nas eleições das justiças fazendo oficiais dela seos apaniguados com notório suborno e ambição, e já com se portarem régulos em toda a matéria e vilipendiarem qualquer pessoa honrada.³⁵

34 Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate, Pará, Caixa 26, documento 2429.

35 Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate, Pará, Caixa 26, documento 2429,

No trecho que destacamos do documento, Luis Barreto afirma que há uma disputa bem clara entre as famílias tradicionais e os nacionais do Reino. Portanto, migrantes precisavam acionar estratégias para serem inseridos nessa sociedade. Nesse sentido, a disputa dos “apaniguados do governador” com o grupo de Ambrósio Henriques, anos depois, nos indica que essa situação era recorrente na Capitania do Pará. Rastrear esses conflitos na documentação do período pode nos indicar, mais claramente, os desdobramentos e estratégias acionadas por esses sujeitos que vivenciaram o cotidiano do Grão-Pará colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como Feliciano e Ambrósio, outros negociantes acionaram estratégias, como bem demonstra estudo acerca dos Familiares do Santo Ofício, que eram negociantes na praça do Pará.³⁶ A maioria era proveniente do reino, sobretudo do norte português; começaram a vida saindo de suas terras natais e fazendo migração intermédia em grandes cidades como Lisboa e Porto, onde aprenderam ofícios e fizeram uma primeira socialização necessária à migração. Começaram principalmente como oficiais mecânicos e caixeiros, e, ao migrar para o Pará, tornaram-se negociantes de grosso trato, inserindo-se em redes de sociabilidade e solidariedade comuns.

Pensamos que esses negociantes-mercadores-migrantes tentavam a todo o custo conciliar as componentes econômica e social – *cabedal* e *status*. Por exemplo, ao conseguir a outorga da carta de Familiar do Santo Ofício, passavam a ostentar um privilégio encerrado em um título de distinção e isso os poderia colocar em um patamar preferencial na concorrência com outros negociantes que não dispunham dessa vanta-

grifo nosso.

36 Cf. SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. Família, trajetórias e Inquisição: Mobilidade Social na Amazônia Colonial (c. 1672 – c. 1805). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

gem. E, de mais a mais, o grupo de familiares do Santo Ofício parecia estar mais coeso do que pode parecer ao olhar superficialmente; por exemplo, com João Henriques que tem um correspondente em Lisboa que também era familiar do Santo Ofício. Feliciano José Gonçalves se associa a Ambrósio Henriques, sobrinho e herdeiro de João Henriques, familiar do Santo Ofício. E a rede negociantes – Familiares do Santo Ofício parecia ser sempre reconfigurada e acionada de acordo com as necessidades dos indivíduos e seus grupos aliados.

Parece comum a esses negociantes a diversificação dos negócios, alguns chegam a possuir engenhos ou de açúcar ou de descascar arroz (no caso de Feliciano José Gonçalves). Vários enredaram-se nas malhas da administração, sendo “homens da governança da terra” e ocupando “cargos honrosos da república”. Muitos receberam patentes, outros os hábitos de ordens militares, participaram como irmãos de Santa Casa e Ordens Terceiras, que, como sabemos, também são posições nobilitantes em sociedades de antigo regime. Enraizaram-se na Amazônia Colonial, administraram fortunas, arremataram contratos, galgaram postos de comando, envolveram-se em disputas e conflitos, estabeleceram alianças, costuraram redes de parentesco, amizade e interesses, e, portanto, ostentaram diversos símbolos de privilégio e qualidade, tão caras a sociedades de Antigo Regime.

3

PORTUGUESES E O DESENVOLVIMENTO FABRIL EM BELÉM – O CASO DOS OLIVEIRA SIMÕES¹

Anndrea Caroliny da Costa Tavares²

Em 1914, o famoso arquiteto português e reconhecido nome da *Arte Nova* na região de Aveiro, Francisco Augusto da Silva Rocha – também chamado de “Gaudí português” por sua originalidade – edificava mais uma pomposa moradia na freguesia de Salreu, no Concelho de Estarreja, em Aveiro, Portugal. A casa, um “espetáculo da arquitetura e teatro dos símbolos”³, serviria de moradia à família do industrial Francisco Maria Simões, emigrado ao Pará na segunda metade do século XIX, onde amealhou fortuna com a *Fábrica de Bebidas Gram Pará*, uma das

1 Pesquisa desenvolvida no âmbito do doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, sob financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Professora da rede municipal de ensino (SEMEC). Doutora em História pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA – UFPA/CNPq)

3 FERNANDES, Maria João. Francisco Augusto da Silva Rocha – Casa de Francisco Maria Simões em Salreu, um novo padrão de beleza. *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, n. 08, ano 8, p. 217-240.

mais destacadas do setor em Belém. A casa de Francisco poderia ser mais uma das tantas obras primorosas da arquitetura contemporânea erguidas com o dinheiro vindo do Brasil, mas foi além: materializou a grandeza de uma era de largo desenvolvimento no Pará, na qual a importância dos emigrantes – em sua grande maioria portugueses – foi inquestionável ao recrudescimento da economia regional e à conexão entre esta e as modernas demandas mundiais de produtos. A pomposa residência dos Simões, portanto, era símbolo – no além-mar – da fase áurea de expansão e diversificação econômica vivida por Belém, crescente desde o findar do século XIX, tomando formas mais concretas conforme adentrava ao século XX.

Muitos desses emigrantes lançados à sorte ou a uma oportunidade previamente acertada de trabalho buscavam “fazer na América” a fortuna que suas vilas não lhes davam, mirando, nos setores comercial e de transformação brasileiros, a possibilidade de concretização dos desejos de prosperidade, haja vista que o Sudeste – no eixo São Paulo e Rio de Janeiro – vivia às voltas com as exportações de café, e ao norte, no Pará, vivia-se o auge da economia extrativa do látex, ambas fomentando a modernização dos espaços de vivenda, junto a novos instrumentos de capitais, ampliação da rede comercial, acréscimos no setor industrial, incremento nos transportes, liquidez econômica e reformulação dos símbolos de riqueza.

Embora essa emigração transatlântica à América tenha sido a de maior exponencial da história europeia com números próximos dos 50 milhões de emigrados, essas travessias dividiam espaços com outros movimentos que, menos numerosos, fizeram do século XIX e XX um período de desenraizamento dos indivíduos. Como definira Hobsbawm, o “século XIX foi uma gigantesca máquina para desenraizar os homens do campo”⁴, comprovadamente distribuídos entre os emigrantes saídos

4 HOBBSAWM, Erick J. op. cit., p. 274. Estados Unidos e Argentina, bem como o Brasil e a Guiana foram destinos precocemente ocupados pelos ilhéus, açorianos e madeirenses. Por se posicionarem entre as rotas transatlânticas, tiveram contatos antecipados à grande imigração da segunda metade dos Oitocentos. Partiram com recursos próprios, livre e hipotecados, contratados ou não, no ofício de marinheiros

da Europa em direção aos variados rincões do mundo conhecido. E ainda àqueles que num movimento de êxodo rural impulsionado pela dinamização econômica industrial tomaram as cidades e foram inseridos no sistema fabril, ou a outro setor a ele ligado, ou mesmo engrossaram a grande massa de desocupados.

No esforço de compreendermos o desenvolvimento da estrutura fabril em Belém ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, alinhado aos movimentos e investimentos de portugueses no Pará, tomaremos a trajetória da família Oliveira Simões em Belém – e além-mar – como o fio condutor das interpretações sobre a história da cidade e das suas gentes ao longo de um século significativo para os desenraizamentos populacionais, e igualmente à consolidação de novas demandas produtivas.

IMIGRAÇÃO, CIDADE E INDÚSTRIA

Francisco Maria Simões era natural do Distrito de Aveiro e teria emigrado ao Brasil ainda jovem, como muitos de seus conterrâneos. De localização privilegiada, entre o norte e o centro do país, Aveiro se aproximava dos principais portos de emigração do país à época: o de Lisboa e os da cidade do Porto – a Barra do Douro e Leixões; e mantinha-se entre os locais de maior saída de portugueses que elegiam o Pará como destino. Segundo levantamento realizado nos pedidos de passaporte de Aveiro distrital, entre os anos de 1882 e 1918, aproximadamente 13.680 naturais teriam emigrado ao Pará, entre primeira viagem e reemigrações. Uma população com incidência etária, sobretudo, entre os 10 e os 44 anos

ou baleeiros – alguns legais, outros clandestinos –, distintas maneiras que abriram as “portas” à emigração de tantos outros conterrâneos. Para mais abordagens sobre as populações das ilhas portuguesas, cf. LEITE, Joaquim da Costa. População e crescimento econômico. In: LAIS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.). *História Económica de Portugal (1700-2000)*. Vol. II – O século XIX. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, 71.

(92,7%), masculina (96,8%) e casada (50,88%)⁵. De cariz rural, escolhiam o Brasil como trajetória habitual no Oitocentos, especialmente Rio de Janeiro (destino de sempre), Pará (a cidade de afinidades litorais) e, logo depois, em ordem de importância, São Paulo (pela crescente economia do café) e Rio Grande do Sul (com ampla produção agrícola e incentivo à ocupação das áreas para defesa dos limites nacionais)⁶.

Surgida habitualmente na esfera familiar, a decisão pela emigração resultava de um projeto que costumava envolver todos os membros da casa, alinhado a uma sequência de crises e limitações socioeconômicas em suas aldeias. Da mesma forma que a articulação familiar era importante, as redes sociais previamente estabelecidas eram fundamentais ao êxito do movimento, pois eram elas que articulavam os contatos, ainda em Portugal, e os projetavam aos destinos pretendidos, podendo agregar familiares, conterrâneos e desconhecidos. Constituíam, portanto, um conjunto de agentes esforçados em consolidar e expandir a emigração de portugueses para diferentes destinos, especialmente a América⁷. No novo destino, esses sujeitos procuravam se desvencilhar da imagem de trabalhadores braçais, agricultores, desinformados e rústicos, concen-

5 Arquivo Distrital de Aveiro (ADAVR). *Livros de Registro de Pedido de Passaportes ao Pará, 1882 a 1918*. Disponível em: <https://digitarq.adavr.arquivos.pt/details?id=1314159>.

6 LOPES, Maria Tereza Braga Soares. *A emigração legal do distrito de Aveiro, 1882-1894*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993. p. 215.

7 Outro espaço para o qual muitos estudiosos lançaram seus olhares quanto ao fluxo de emigrados portugueses foi o continente africano, às antigas possessões coloniais. No entanto, mesmo com uma série de facilidades legais concedidas pelo governo português – como a suspensão do uso do passaporte em 1907 –, as ex-colônias eram vistas como territórios abandonados, onde o controle político, demográfico e econômico da metrópole era precário e, ao contrário do cenário americano, não havia garantia alguma de enriquecimento e prosperidade. O desagrado em ocupar as colônias portuguesas na África se reflete no quantitativo irrisório de pedidos de passaporte dos aveirenses, antes da suspensão da obrigatoriedade do passaporte em 1907: entre 1882 e 1906 constam somente 1.231 solicitações de passaportes para diferentes possessões lusitanas, entre elas Angola, Moçambique e São Tomé, que representam menos de 4% (3,94%) do total de pedidos para as demais localidades, exceto o Pará, que totalizam 31.167 registros.

trando-se nos centros urbanos na busca por atividades no setor terciário, como o típico comércio de bairro ou como bem-sucedidos empreendedores, colaborando diretamente para a evolução da economias regionais e sua inserção nas redes comerciais globais.

A consolidação e ampliação do sistema capitalista na Europa Ocidental, logo também sobre Portugal, modificariam os modos de vivenda, fomentando necessidades e símbolos de poder que as vilas do interior não poderiam suprir. A inserção das maquinarias industriais nos meios básicos de produção local e “a profunda alteração no sistema de comunicação e de transportes nacionais e internacionais”⁸ levaram uma expressiva parcela da população a ver a vida para além do seu morgado. A emigração de portugueses ao Brasil, a exemplo, que antes lhes dera as minas de ouro e diamantes, agora oferecia-lhes terras, comércio e o mito da fortuna.

Após a independência e, num esforço político em construir a nação, o sentimento de pertença e a soberania nacional, o governo brasileiro tutelaria o controle à entrada de estrangeiros no Brasil, criando uma comissão responsável em propor um plano geral de colonização a todas as províncias. O documento assinado pelo Visconde de Barbacena – membro do Conselho, Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Fazenda de D. Pedro I – destacou diversas vezes o desejo em aumentar a povoação do Império em função da necessidade de tão extenso território⁹, com olhar especial sobre as populações europeias. Ainda no contexto pós-independência, o fluxo legal de portugueses ao Brasil e ao Pará apresentaria números amortizados, que contrastariam com os quantitativos expressivos a partir da segunda metade do século XIX. Essa suposta diminuição dos números ao longo da primeira metade do

8 GONÇALVES, Paulo Cesar. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (org.). *Deslocamentos e Histórias: desafios territórios e tensões*. São Paulo: e-Manuscrito: PIPEq, 2018. p. 41-66, p. 52.

9 Decreto de D. João VI de 1º de setembro de 1808. In: *Coleção das Leis do Brasil 1825 – Cartas de leis, alvarás, decretos e cartas régias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional de 1891, p. 92-93. Disponível em: file:///C:/Users/admin/Downloads/collecao_leis_1825_parte1.pdf.

século XIX se relaciona à escassez de dados específicos sobre a imigração, sobretudo após 1822, quando se reformula o *status* sociopolítico dos portugueses, antes colonos, para emigrantes. A partir de 1855, com o adensamento dos desembarques lusitanos no Brasil e sobretudo em 1880 com as correntes migratórias em massa, é que se dispõe de indicativos mais seguros sobre as movimentações transatlânticas¹⁰.

Ao se aproximar da década de 1850, as entradas de portugueses ao Pará se faziam representativas. Já em 1842 se contabilizaram 152 pedidos de passaportes, em resposta às políticas migratórias implementadas em Portugal e à descentralização da emissão de passaportes, agora sobre o controle dos governos civis distritais, facilitando o acesso à documentação necessária e ao próprio deslocamento. Além disso, o crescimento da emigração portuguesa à então Província indicou o reestabelecimento da confiança na “tranquilidade pública” local, que anteriormente vivera os conflitos entre cabanos e portugueses durante a Cabanagem¹¹. Ao adentrar a década de 1850, porém, os pedidos de documentos de viagem tornariam a inexpressivos quantitativos¹². José Sacchetta acredita que,

10 MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerâncias à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011, p. 123.

11 Revolução social, no período regencial, que dizimou boa parte da população amazônica e abarcou um território muito amplo, entre os anos de 1835 e 1840. Contrastando com esse cenário amplo e internacional, foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. A bandeira de luta dos levantados resumia-se na morte aos portugueses e aos maçons. Nesse primeiro momento, as mortes e as perseguições a esses dois grupos foram pontuais, culminando no assassinato das duas autoridades máximas da Província. Os cabanos e suas lideranças vislumbravam perspectivas políticas e sociais, autodenominavam-se patriotas, mas ser patriota não necessariamente era sinônimo de ser brasileiro. Esse sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum. Essa identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades. Chegaram a constituir governos revolucionários para o comando da Província, porém sem forças para enfrentar as tropas do governo central foram destituídos do poder, presos e perseguidos. In: RICCI, Magda. *História Amotinada: Memórias da Cabanagem*. In: *Cadernos do CFCH*, Belém: v. 12, n. 1/2, p.13-28, jan.-dez. 1993.

12 GUIMARÃES, Luiz Valente. *De chegadas e partidas – Migrações portuguesas no Pará*

nessas primeiras décadas do Brasil independente, por ter emergido a nova caracterização social dos portugueses em solo brasileiro, agora como “súditos empobrecidos de outro reino que imigravam em busca de trabalho agrícola”, colocavam-se em prova as facilidades de acesso a viagem, documentos e outros instrumentos facilitadores do tráfego quando o Brasil ainda era colônia¹³. No entanto, nas décadas seguintes, os números alcançariam elevados padrões, caracterizando a era da “imigração em massa”, quando emergiram com fôlego as redes de recrutamento, os avanços nos transportes e os engajamentos profissionais arquitetados por familiares ou conhecidos àqueles que buscavam na emigração o melhoramento nas condições de sobrevivência.

A emigração portuguesa maciça desse período, embora previamente pensada como temporária por grande parte dos sujeitos, caracterizou-se pelo não retorno definitivo, já que a maior parte dos emigrados se manteve em condições modestas que proporcionavam esporádicos ou quaisquer intervalos de visitas à terra natal. Esse fluxo contemporâneo acrescentaria alguns elementos incomuns à conhecida mobilidade, uma vez que trabalhadores, agricultores, pescadores, vendedores, carroceiros e outros grupos que já eram viajantes de algum modo na vida a níveis locais tiveram seu *status* ressignificado para de um transeunte transatlântico, em consonância com as necessidades solicitadas pelos espaços socioeconômicos emergentes na extensão mundial. Nos anos seguintes a 1850, portanto, a chegada de portugueses acompanharia o crescimento das economias americanas, sobretudo em torno dos Estados Unidos, da Argentina e do Brasil.

É no contexto da “imigração em massa” que Francisco Maria chega ao Pará, onde teria amealhado capital com uma fábrica de mobiliários¹⁴.

(1800-1850). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2016, p. 87-88. Para esse indicativo de pedidos de passaportes, o autor utilizou registros de diferentes distritos, são eles: Viana do Castelo, Porto, Vila Real, Lisboa e Coimbra.

13 MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011, p. 121.

14 PEREIRA, Marco. Casa de Arte Nova. In: *Salreu – Patrimônio Construído*, Ovar: Tipoparte – Tipografia, 2009, pp. 25-26, p. 25.

Com maior precisão, sabemos que em 1890 fundou em Belém a *Fábrica Gram Pará*, voltada ao segmento de bebidas, com a qual mantinha uma filial no Rio de Janeiro¹⁵. Nesse intervalo, o empreendimento de Francisco Simões era mais um entre tantos que Belém veria florescer no auge da economia sustentada pelos rendimentos da borracha. Quando da inauguração da *Gram Pará*, Belém respirava a *belle époque*, a *idade do ouro* da cultura urbana burguesa, ativa nos mesmos canais de trânsito das mercadorias, do capital, e bens de produção, dando sentido à mundialização econômica capitalista, cujos símbolos se espelhavam da cultura burguesa da Paris *fin de siècle*¹⁶. Belém se conectava com diferentes partes do mundo pelas linhas submarinas da *Westen & Brazilian Telegraph Company* e da *Company Française des Cables Telegraphiques*, além das vias térreas do Telegrapho Nacional. Nos *boulevards* e avenidas arborizadas, estavam os cafés, como o Café da Paz e o Café Rique, importantes centros das elites amazônicas. A cidade ainda foi pioneira na instalação de bondes elétricos sob responsabilidade da firma inglesa *Pará Electric Railways and Lighting Company*¹⁷, melhoramentos, em grande parte, financiados pelos rendimentos advindos do extrativismo da borracha, que já em 1882 ocupava o terceiro lugar no quadro de *exportação nacional*, atrás somente do café e do açúcar¹⁸. Viu-se ainda a modernização do mercado de capitais, refletindo na criação de várias instituições bancárias e sociedades acionárias que dividiam o mercado com o crédito pessoal, sustentado por uma ampla e expressiva rede de relações de amizade, parentesco e dependência pessoal, auxiliares no controle dos devedores e débitos¹⁹.

15 CARINHAS, Teófilo. *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Carinhas e C9 Ltd, 1929, p. 629.

16 COELHO, Geraldo Martirez. Na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. *Revista Escritos*, Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Ano 5, nº 5, p. 141 – 168, 2011, p. 142.

17 SOARES, Karol Gilet. *Formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-1910)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 46-62.

18 CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p. 310-311.

19 TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa Tavares. *Em busca das “Patacas”: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)*. Dissertação (Mestrado) –

Nos anos seguintes à instauração da República, foi possível observar em diferentes espaços no país um amplo fôlego industrial, setorizado entre a produção têxtil e alimentícia, concentrando os maiores e mais desenvolvidos parques industriais entre São Paulo e Rio de Janeiro, embora Belém, Recife, Salvador, Petrópolis e outras cidades tivessem núcleos industriais emergentes²⁰. Na capital paraense, apesar da alta concentração de capitais – nacionais e estrangeiros – sobre as estruturas mantenedoras do extrativismo do látex à indústria internacional, diferentes aplicações passaram a ser feitas em outros setores, como alimentação, vestuário e construção civil²¹, diversificação, em grande medida, em resposta às constantes oscilações do mercado da borracha, cujas instabilidades nos valores cobrados e a concorrência com o mercado asiático – contexto tido como de crise à economia paraense com abrupto declínio comercial da borracha silvestre – levaram os que tinham reservas de capitais à aplicabilidade das rendas em setores de consumo mais imediato, interna e externamente.

Ainda que de forma tímida, o setor industrial local apresentou sinais de ascenso entre 1890 e 1899, alcançando o século XX com números importantes se considerarmos a longa tradição extrativista e agrícola nos meios de transformação e na mentalidade das elites produtivas locais. Porém, Leila Mourão, em seu clássico escrito sobre o desenvolvimento industrial paraense, destaca que a trajetória desenvolvimentista da indústria local remonta ao período colonial, quando a estrutura de exploração metropolitana instalara na região os engenhos de açúcar e aguardente, que dominaram as paisagens regionais por séculos. No século XIX, ainda com boa parte dessas estruturas ativas, foi possível observar o avanço da manufatura na construção naval, com estaleiros que posteriormente incorporaram pequenas atividades fabris complementares, como a fabri-

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2017, p. 131.

20 SOUSA, Rosana de Fátima Padilha de. *Reduto de São José – História e Memória de um bairro operário (1920-1940)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009, p. 59.

21 MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*. Belém: FIEPA, 1989, p. 18.

cação de cordas, cabos, estopas e óleos. Mourão alerta que a existência há tempos de estruturas que, embora dentro dos padrões modernos europeus ou norte-americanos, pareciam não corresponder a fábricas de fato, mas no contexto regional e nacional, por mais simples que fossem, poderiam ser entendidas como estruturas de cunho fabril, exitosas nos processos de transformação de materiais. Essas estruturas, ainda que limitadas por um conjunto de fatores locais e externos, foram suficientemente resistentes para transpassarem as temporalidades, avançando ao longo dos séculos como estruturas eficientes, que supriram grande parte das necessidades locais de consumo, reduzindo a dependência local que há muito se tinha em função dos produtos importados, sobretudo de origem europeia. Apesar das condições limitantes, o quantitativo dessas estruturas produtivas foi adensando conforme transpassava-se o século XIX, chegando ao XX como um aspecto comum e cotidiano aos paraenses, sobretudo aos habitantes da capital²².

Leila Mourão considera que, entre 1860 e 1890, o número de estabelecimentos fabris no Pará ainda era reduzido, embora algumas unidades produtivas tivessem alcançado significativa importância ao mercado de consumo local. Em 1892, um censo realizado sobre os estabelecimentos fabris no Estado – excetuando os engenhos de açúcar, de aguardente e as oficinas gráficas – contabilizava 89 unidades, com destaque às 35 serrarias a vapor, e às 35 olarias grande, parte de pequeno porte. Se o serviço editorial e gráfico fosse incluído na soma, os estabelecimentos industriais paraenses alcançariam a soma de 132 unidades. Já em 1900, levantamentos realizados pelo Governo do Estado, além de apontarem o adensamento das estruturas fabris na capital, colocavam-na como o “centro literário, científico, artístico e industrial do Estado, com 9 jornais, 4 bibliotecas, mais de 30 associações científicas, comerciais e de filantropia, e mais de 45 oficinas em movimento²³. No compilado de Roberto Santos sobre os estabelecimentos industriais recenseados em 1920, entre os gêneros industriais que mais se destacaram entre 1860

22 MOURÃO. Memória da Indústria Paraense. p. 31-32.

23 MOURÃO. Memória da Indústria Paraense, p. 33.

e 1919, estiveram o vestuário, a alimentação e a produção química; por outro lado os de menor representação foram a metalurgia, as edificações e o setor têxtil²⁴. As proximidades do novo século, portanto, eram oportunas para os imigrantes com personalidade empreendedora e com capitais investirem no setor de transformação da economia regional em fragmentos que fossem apartados da borracha.

Empreendimentos como a *Fábrica Gram Pará* e outras unidades fabris fundadas por portugueses, desse modo, passaram a desafiar a economia regional em crise. Entre as mais conhecidas ainda podemos citar a premiada *Fábrica Palmeira*, especializada em biscoitos, chocolates, caramelos, bombons finos e massas alimentícias, fundada em 1892²⁵ – portanto, contemporânea à fábrica dos Oliveira Simões. Igualmente, a *Fábrica Perseverança* do português Martins Jorge, de grande porte, fundada em 1906, fabricante de cordas, estopilhas, fios de vela, sacos e barbante, operando com 500 funcionários e produzindo toneladas de produtos²⁶. Maria de Nazaré Sarges reúne ainda outros empreendimentos fabris importantes capitalizados por portugueses que muito auxiliaram na manutenção produtiva regional, como a *Fábrica de Cerveja Paraense* – de 1905, cujo maquinário de origem alemã colocava em circulação 3,6 milhões de litros de cerveja no mercado, por ano, sendo a maior parte de seu operariado de origem portuguesa –; a *Manuel Pedro & Cia*, firma construtora que oferecia serviços de carpintaria, ferraria, serralheria e marcenaria, e cujo estilo e qualidade foram premiados na Exposição Internacional de Turim, em 1911; a *Casa Construtora de Salvador Mesquita & Cia.*, também atuante no ramo de carpintaria, marcenaria a vapor, funilaria, serralheria, encanações e ferragens, responsável por erguer imóveis emblemáticos à cidade de Belém, como o Grande Hotel, o Banco do Pará, o Cinema Olímpia, e a famosa loja Paris N’América, secular casa de tecidos – ainda hoje em funcionamento no centro comercial

24 SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 189-190.

25 CARINHAS, Teófilo. *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil...*, p. 633.

26 Idem.

da capital – conhecida pela luxuosidade de sua arquitetura e materiais. Portanto, iniciativas de fôlego, que, sob financiamento do capital privado português, sustentaram um promissor parque fabril em Belém, colocando-os em uma posição privilegiada na cidade²⁷.

Nessa perspectiva, ainda que a crise da borracha silvestre fosse grave aos cofres públicos e aos investidores particulares, pode-se entender que Belém – onde a maior parte das estruturas de transformação de produtos se localizava – não sofreu uma queda tão vertiginosa em sua estrutura produtiva, e teve no capital privado um importante aliado à diversificação do setor, embora com prudências, como destaca Rosana Padilha, pois, mesmo que em sua maioria fossem indústrias voltadas a bens exportáveis, elas operavam com baixa tecnologia e altos custos, o que as tornavam deficitárias diante da concorrência do centro-sul do país ou mesmo de empresas estrangeiras instaladas em Belém, tornando-as muito mais consumidas pelas demandas locais²⁸. Além disso, é possível pensarmos que a capacidade produtiva de Belém – e mesmo do Pará – perdeu promissoras oportunidades de ascensão devido à expressiva fuga de capitais gerados pela borracha – os quais poderiam ter sido reinvestidos no aperfeiçoamento do próprio extrativismo do látex ou em *plantations*, como ingleses e holandeses vinham fazendo no Oriente ao longo do século XIX; ou no beneficiamento de estruturas fabris de transformação, drenados na forma de juros e bens de consumo importados, para as indústrias e grandes bancos europeus²⁹. Condições que, além de reduzirem a capacidade produtiva regional, tornavam-na ainda menos competitiva.

27 SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando. *Brasil – Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a emigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, pp. 73-80, pp. 73-79.

28 SOUSA, *Reduto de São José – História e Memória de um bairro operário (1920-1940)*. p. 63.

29 CASTRO, Ana Raquel de Matos; SANJAD, Nelson. Comércio, política e ciência nas exposições internacionais – O Brasil em Turim, 1911, Parte I. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 819-861, set./dez. 2015, p. 846.

Geograficamente, a maior concentração fabril em Belém estava no bairro do Reduto, ou Reduto de São José, próximo ao porto da cidade, condição auxiliar no escoamento da produção. A atual Rua 28 de setembro é tida como a primeira rua aberta nessa área, cruzada pelo mesmo igarapé do Reduto, onde mais tarde construiu-se uma doca, hoje a conhecida Doca do Reduto, que tinha por finalidade receber as águas pluviais que escoavam do Largo da Pólvora – hoje Praça da República. Em pleno cenário de crise da borracha silvestre ao longo de 1910, quando os investimentos estatais sobre a manutenção e criação de estruturas urbanas reduziram significativamente, a “região fabril” da capital foi revitalizada por investidores ingleses, que aterraram o igarapé Reduto a fim de junto dele construir um porto³⁰, evento que, mais uma vez, reforça a importância do capital privado – grande parte estrangeiro – à manutenção produtiva na capital.

A FÁBRICA GRAM PARÁ – UM NEGÓCIO EM FAMÍLIA

Localizada no centro comercial de Belém, na Rua 13 de Maio³¹, a *Gram Pará* estava circunscrita pelos maiores escritórios comerciais à época, e foi considerada por Alexandre Francisco na obra *O trabalho industrial no Pará* como a mais antiga fábrica produtora de guaraná em Belém, sua bebida mais famosa. O empreendimento não foi administrado apenas por Francisco Maria Simões; uma condição comum aos portugueses – e a outras nacionalidades – proprietários de firmas comerciais era a inserção dos filhos na administração dos negócios, como fez Francisco Maria que, como muitos portugueses emigrados, teria chegado ao Pará sozinho,

30 SARGES. “A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX”, p. 75.

31 Outros trabalhos – como o de Alexandre Francisco, *O trabalho industrial no Pará*, de 1940 – afirmam que a Gram Pará, já na década de 1920, estava localizada no bairro da Sacramento, bem distante da zona do centro comercial de Belém, portanto, nova área de expansão do centro urbano, possivelmente esta tenha sido a justificativa pelo uso de uma área mais ampla para seus processos industriais.

vindo de forma independente, e com o acúmulo de capitais suficientes, mandara chamar os filhos em auxílio de seus negócios. Entre aqueles que pediram passaporte ao Pará no Governo Civil de Aveiro estiveram apenas Francisco de Oliveira Simões – emigrado em 1898, aos 12 anos, na condição de estudante³² – e Justino Maria, também emigrado aos 12 anos, como estudante³³.

Francisco Maria Simões tivera a sorte de ter tido participação ativa dos herdeiros nos processos de criação e produção da fábrica. Outro filho de nome Antônio Oliveira Simões teria idealizado a fórmula da bebida de maior fama – o “Guaraná Simões” –, cuja fabricação em larga escala se fez a partir de 1904, com uma média de 4 mil meias garrafas por dia, mesmo momento em que a borracha seguia em ascensão na região, e as benfeitorias na capital seguiam sob o financiamento estatal.

Imagem 1 – Rótulo do Refrigerante Natural de Guaraná “Simões”



Fonte: SOUZA, Lorena; FONSECA, Regina Vitoria (org.). *Marcas do Tempo: registros das marcas comerciais do Pará (1895-1922)*. Belém: Secult/Jucepa, 2015. p. 56-59.

32 ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Francisco de Oliveira Simões, 1898, livro 21, p. 406, registro 2437.

33 ADAVR, Registro de Pedido de Passaporte de Justino Maria de Oliveira Simões, 1904, livro 26, p. 19, registro 111.

O “Guaraná Simões” como item comerciável de maior fama da marca também passou a ser utilizado como identificador dos membros da família em documentos oficiais, requalificando, da mesma forma, a marca. Em 1927 o herdeiro Francisco de Oliveira Simões assinava sua Habilitação Consular³⁴ como “Francisco de Oliveira Guaraná Simões”, a esta altura casado, aos 41 anos, residente na Rua 13 de Maio, junto ao escritório da fábrica. No mesmo documento, Francisco igualmente inscreveu no consulado a esposa Izaura de Oliveira Simões e a filha Ana Rosa de 16 anos³⁵. Alinhar ao capital acumulado pelas demandas comerciais o capital simbólico, sobretudo em torno do nome, era uma entre tantas práticas comuns da nova elite comercial amazônica tecida e sustentada pela economia da borracha, e condição muito comum entre aqueles cuja trajetória era transpassada pela imigração como forma de desmistificar a figura do imigrante empobrecido daqueles que alcançavam projeção ascendente. Tornou-se, portanto, uma prática difundida para além do circuito do látex, alcançando essa nova elite em seus distintos espaços de reprodução de capitais.

Mais adiante, em 1923, a fim de suprir as necessidades próprias da fábrica de bebidas, o mesmo Francisco “Guaraná” Simões fundara outro empreendimento, a *Fábrica de Vidros Condôr*, uma das poucas na Região Amazônica, situada no bairro da Pedreira, junto ao igarapé do Una³⁶,

-
- 34 As habilitações consulares constituem-se em livros de registros de súditos portugueses mantidos pelo consulado de cada localidade, tendo sido criados como forma de controle desses nacionais. A manutenção dos registros era responsabilidade do consulado. Trata-se de uma documentação com diversos dados do imigrante: nome, apelido, naturalidade, data de nascimento, estado, profissão, última residência no reino, residência no distrito consular, data de chegada, data de matrícula e a forma pela qual justificou a sua nacionalidade (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. “Documentos apresentados às Cortes”. *Regulamento Consular Português*. Decreto de 20 de março de 1855, p. 259). Servia como instrumento da política de monitoramento e controle do Estado Português a relação a seus nacionais. In: CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan.-abr. 2016, p. 237.
- 35 Grêmio Literário e Recreativo Português. Habilitação Consular de Francisco de Oliveira Guaraná Simões. Livro de 1927, Inscrição Consular nº 917, página 26.
- 36 CARINHAS, Teófilo. *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Carinhas & Cia Lta., 1929. p. 30-31.

condição que lhe diferenciava das demais estruturas fabris estabelecidas há muito no bairro do Reduto, junto ao porto, o que garantia constante movimentação de transeuntes entre as estruturas. Os investimentos do pai Francisco Maria Simões e do filho Francisco de Oliveira Simões compunham, portanto, um amplo parque fabril de propriedade de portugueses radicados em Belém, cujas estruturas foram fundamentais ao desenvolvimento local³⁷.

Um detalhe no rótulo do Guaraná Simões é importante: no canto superior à esquerda, escreveu-se: “Premiado na Exposição Internacional de Turim de 1911”, evento de grande impacto sobre as relações socioeconômicas entre os países e oportuna troca de tecnologias produtivas, e ter a *Gram Pará* como parte dos expositores do Pará era sinônimo de força da marca ao desenvolvimento industrial regional. Essas exposições universais, presentes desde o século XIX entre os cenários europeus e norte-americanos, eram momentos dedicados à mobilização e celebração da indústria, comércio, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como da instrução pública, e a mostra organizada em Turim tornou-se única em vários sentidos, agregando, conseqüentemente, valores importantes também aos seus expositores.

Ocorrida entre 29 de abril a 19 de novembro de 1911, a Exposição Internacional da Indústria e do Trabalho em Turim – Itália – foi a única montada na Itália e a última exposição antecedente à Primeira Guerra Mundial. Politicamente, foi importante não apenas por celebrar o cinquentenário da unificação italiana, a acelerada industrialização vivenciada ao Norte e o poder da Casa de Saboia, mas também por prenunciar um iminente conflito europeu, quando a Alemanha – em um ato cometido pela primeira vez na história das exposições internacionais – fez claro embate aos demais ao exibir expressiva quantidade de armamentos sob uma cúpula de 42 metros de altura, alçada com a coroa imperial. Outro evento que demonstrava a não pacificidade entre os expositores e os conflitos diplomáticos em curso foi o fechamento do pavilhão dedicado

37 SARGES, “A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX”, p. 73.

à Turquia, após a Itália declarar guerra ao país pela disputa por Tripolitânia (atual Líbia) e Cirenaica³⁸. O pavilhão brasileiro, embora menos imponente, era espacialmente significativo, contou com 8 mil metros quadrados, estrategicamente localizado no Pavilhão da América Latina, junto da Argentina e à frente dos pavilhões da Bélgica, França e Alemanha. Essa organização correspondia a uma geopolítica clara entre Itália, Argentina e Brasil, já que os dois últimos, além de manterem acordos comerciais importantes com o país europeu, vinham recebendo levas expressivas de imigrantes italianos desde o século XIX, e passaram a integrar as rotas marítimas das empresas italianas de navegação. Ambos vivenciavam uma significativa inserção de capitais italianos em suas economias, destinados ao crédito, à lavoura e à indústria. Dessa maneira, a exposição promovia a divulgação dos mercados em expansão sustentados, também, sobre sólidas relações culturais³⁹.

O Pará participou da mostra com 126 expositores, sendo agraciado com 255 premiações, ficando em 4º lugar no cômputo geral do pavilhão brasileiro, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. Distinguiu-se, no entanto, dos demais estados expositores por incorporar com maior intensidade o discurso científico em sua mostra, exibindo artigos de botânica, fotografias, instrumentos para o “sangramento” da seringueira, máquinas de processamento do látex, e pela presença do renomado cientista suíço Jacques Huber na comissão organizadora da mostra, à época diretor do Museu Emílio Goeldi. Na percepção de Castro e Sanjad, a exposição em Turim foi a primeira mostra internacional em que o Pará se fez representar condignamente, não apenas pelo quantitativo de expositores, mas também pela excelência e o modo com que seus produtos foram apresentados, embora a maior parte das estruturas organizadas pela comissão paraense enfatizasse a borracha e seu beneficiamento, em conhecida crise. Ainda que com pequena participação geral, a indústria de transformação, que envolvia desde mobiliário até vestuário, alimentação (as bebidas da *Fábrica Gram Pará* estiveram entre

38 CASTRO; SANJAD. Comércio, política e ciência... p. 820-821.

39 Idem, p. 822.

as classes 102 e 105, com óleo de Pataua⁴⁰, *cognacs*, cachaça e refrigerantes⁴¹), farmacêutica, perfumaria e química, teve sua importância e angariou prêmios importantes. Além da *Gram Pará*, foram premiadas a *Fábrica Palmeira* – com Medalha de Ouro – e a *Cervejaria Paraense* com um Grande Prêmio⁴².

Outro elemento que demonstra a importância da estrutura fabril da *Gram Pará* para o setor em Belém, foi sua escolha para compor as páginas da obra de Teófilo Carinhas, o *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, editado em Lisboa no ano de 1929. Na abertura da obra, o diretor e organizador deixa claro o objetivo da produção, que, como outras obras encomendadas pelas comunidades portuguesas no Brasil, objetivava

apresentar uma obra que concretizasse, em síntese, clara e luminosa, o que tem sido de intenso labor, de admirável iniciativa, de insigne benevolência a vida social dos portugueses no Brasil. [...] reúne tudo quanto se relaciona com o esforço português no Brasil em qualquer campo. Obra de patriotismo e crença inabalável na imperecível energia e nas admiráveis qualidades da raça⁴³.

Teófilo Carinhas dedica ao Pará quarenta páginas de sua obra, sendo metade desse volume usado para contar, resumidamente, sobre a história do Estado, especialmente da capital, tratando desde sua fundação, a ampliação do centro urbano, a circularidade cultural entre Belém e Portugal através dos periódicos, e as mais importantes instituições, com ênfase naquelas promovidas pela comunidade portuguesa local, como a Sociedade Portuguesa Beneficente, Grêmio Literário e a Tuna Luso Comercial.

40 Pataua ou Patauzeiro é uma palmeira de origem amazônica, de cujo fruto se extrai um óleo de alta qualidade, muito utilizado nos preparos alimentícios nas comunidades tradicionais e no trato dos cabelos. Seu uso cosmético vem sendo ampliado com a inserção de seu insumo na produção de produtos da linha “Ekos” da empresa brasileira de cosmética “Natura”.

41 Relatório da Comissão Organizadora da Representação do Estado do Pará na Exposição das Indústrias e do Trabalho em Turim. Belém, 1912, Sessão sobre o Pará, página 49.

42 CASTRO; SANJAD. Comércio, política e ciência... p. 846-847.

43 CARINHAS, Teófilo. *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*. p. 01.

Em seguida, Carinhas constrói um longo catálogo com as marcas selecionadas de empreendimentos portugueses no Estado. Para a empresa de Francisco Maria Simões, o organizador dedicou duas páginas inteiras, com riqueza de imagens do fundador com os filhos administradores da fábrica, dos escritórios, da fachada, oficina de engarrafamento, laboratórios, sempre acompanhadas de descrições precisas. Carinhas também dedicou um espaço à recente *Fábrica de Vidros Condôr*, responsável por suprir parte do estoque de garrafas à *Gram Pará*. Todo esse destaque de Teófilo Carinhas não foi concedido a nenhuma outra empresa, nem mesmo às mais famosas como a muito citada *Fábrica Palmeira*.

Esse relevo dado à firma fundada por Francisco Maria Simões não refletia um caráter de sucesso apenas no Pará. A construção de uma imagem próspera em torno tanto da emigração quanto dos negócios em Belém igualmente foi refletida na terra natal, na qual mantiveram grande parte do núcleo familiar residente, e onde materializaram os rendimentos alcançados, incorporando – talvez instintivamente – a figura do típico *brasileiro*, portanto, mais uma identidade a ser manuseada por Francisco Maria e filhos.

O *brasileiro* é o emigrante retornado, cuja trajetória da emigração é marcada pelo sucesso, agregando símbolos de poder e riqueza. Esses símbolos costumam materializar-se em construções modernas e sofisticadas na aldeia, socorros a entidades filantrópicas, patrocínio de festejos religiosos, construções de escolas, hospitais, e outros eventos que acumulassem ao sobrenome um capital simbólico duradouro, tanto quanto o patrimônio edificado. Devido a várias dessas histórias de sucesso, que encobriam outras dezenas de fracassos, muitos portugueses saíram de suas aldeias em busca de também fazer fortuna além-mar. Uma oscilação de identidades entre os envolvidos em processos migratórios era no mínimo desafiadora à conciliação, pois o emigrante e o imigrante dividem a face da mesma moeda: na sociedade natural é o emigrante, aquele que sai, imerso nos êxodos como elemento fundamental para a manutenção das redes de circulação de pessoas no espaço e tempo; o imigrante é o prolongamento do emigrante, aquele que chega, que continua o movimento agora preocupado em estabelecer sua nova territorialidade, construindo novos sentidos no espaço recém-descoberto. Ademais, no caso português, o emigrante que viaja e retorna com proe-

minência financeira tende a perder a identidade inicial de emigrante ou de português, sendo reconhecido como o *brasileiro*, um sujeito modificado, que, embora tenha em comum com seus primeiros pares a nacionalidade lusitana, o ato de emigrar ressignifica sua identidade, transformando-o em um sujeito à parte de sua sociedade natural, um agente socialmente modificado. Assim, cabe ao migrante “aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, e a traduzir e negociar entre elas”⁴⁴.

Negociando entre as influências portuguesas – de sua origem – e aquelas trazidas na mala do Brasil, Francisco Maria Simões mandou edificar a abastada construção pelo arquiteto Francisco Augusto da Silva Rocha, que incorporou, predominantemente, as linhas de *Art Nouveau*, ou *Arte Nova*, como se conhece em Portugal. A figura do *brasileiro*, especialmente no norte de Portugal, destaca-se por agir como importante agente na transformação da paisagem arquitetônica natural, cujo estilo teve seu *boom* ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, acompanhando os grandes quantitativos da emigração nacional. Seu caráter é percebido através das opções arquitetônicas sobre a casa de vivenda, formando o binômio clássico, o de *brasileiro* – casa, pois não há como se pensar no brasileiro sem associá-lo à construção da nova moradia, marcada por seus estilos de vida, gostos pessoais e memórias, alinhada à caracterização da nova vida burguesa. Para Paula Peixoto, a casa do *brasileiro* também era percebida como dotada de um visual caricaturado, tal qual a imagem forjada do emigrante retornado abastado por parte dos literatos⁴⁵, onde aqueles por terem origens, quase sempre, humildes eram

retratados como rudes, cuja vontade de ostentação, ausência de sensibilidade estética e dos vernizes da educação se consumavam na construção de uma casa toda ela um paradigma de mau gosto. Os palacetes apresentavam

44 HALL, Stuart apud MONDARDO, Leandro Marcos. Estudos Migratórios na Modernidade e na Pós-Modernidade: do econômico ao cultural. *Revista Terra Livre*, Ano 23, v.2, n. 29, p. 51-74, ago.-dez. 2007. p. 66.

45 Sobre o brasileiro na literatura portuguesa, cf. CASTELO BRANCO, Camilo. *Eusébio Macário*. 7. ed. Porto: Liv. Chardon, s/d; CASTRO, José Maria Ferreira de. *A Selva*. Guimarães editores: Lisboa, 1976.

uma cuidadosa orientação geográfica, escolhendo locais de alguma forma estratégicos sob o ponto de vista da visibilidade, como rotundas e praças, ou simplesmente uma favorável localização no mapa da cidade. Com jardins, entradas logo a rua, integrando o público ao privado⁴⁶.

A casa, ornada de azulejos, ladrilhos e outros detalhes que enriqueciam visualmente o imóvel e a figura de seus proprietários, foi erguida em uma área privilegiada próxima à Igreja principal da Freguesia de Salreu, no Concelho de Estarreja. Buscou-se, portanto, com a moradia não só alcançar posição de prestígio com o conjunto social circundante, como também transluzir os usufrutos de seus proprietários⁴⁷. À vista disso, a ideia de ostentação transpassada sobre a casa igualmente fortaleceu o desejo de modernização dos seus entornos.

Imagem 2 – Palacete dos Oliveira Simões na terra natal, Salreu



Fonte: Arquivo pessoal de Marco Pereira, escritor natural de Aveiro.

46 PEIXOTO, Paula Torres. *Palacetes de brasileiros no Porto (1850-1930) – Do estereótipo à realidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2013. p. 23-201.

47 Para uma leitura mais ampla sobre as construções de brasileiros pela perspectiva da Arquitetura, cf. TAVARES, Domingos. *Casas de Brasileiros – Erudito e popular na arquitectura dos torna-viagem*. Porto: Dafne, 2015.

Com a construção da casa, fica clara a necessidade imperativa de que os Oliveira Simões não apenas acumulassem capital econômico como também através dele construíssem imagens sólidas de sua prosperidade, corporificando o prestígio, a influência e o sucesso. E fazer isso em Salreu era fundamental, pois, sendo sua terra natal, era natural que nela depositassem seus símbolos de autoridade, por fim incorporando em definitivo o novo *status* que, embora ironizado pelas elites tradicionais, garantia-lhe ainda mais distinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma importante parcela da historiografia contemporânea sobre os processos migratórios tem incorporado a redução de escala em suas análises, e, auxiliados pelo nome, tem alcançado observar a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos pelos quais os sujeitos transitam. Os Oliveira Simões, portanto, agem como elementos condutores dessa redução, refletindo ao longo de sua trajetória no Pará e além-mar as estruturas sociais de sua época, alinhados ainda às mudanças e permanências ao adentrarem o novo século.

Desde o período colonial, o capital português – àquela altura na figura da estrutura metropolitana – foi importante instrumento de criação e desenvolvimento de estruturas produtivas locais, e apesar da ruptura política em 1822, permaneceram influentes à dinâmica produtiva regional. Avançando ao século XIX, o mesmo capital se alinharia às demandas da borracha, principal item de exportação à época, e igualmente agiria como grande responsável pela criação de diversas casas aviadoras de manufaturas aos seringueiros, igualmente como proprietários de seringais e outra diversidade de estabelecimentos que optaram por fugir à regra do látex, garantindo – especialmente a Belém – um quadro comercial diversificado, no qual podemos incluir seus investimentos no setor fabril.

A *Gram Pará* agia não apenas como mais um empreendimento comercial capitalizado por imigrantes portugueses em Belém. Mostrou-se como importante reflexo das demandas de seu tempo, das necessidades produtivas à época, em que seus proprietários alinhavam o crescimento

de seu capital financeiro ao capital simbólico em torno da marca, fosse na sua incorporação como distinção de sobrenomes em meios oficiais, fosse na participação em eventos de grande destaque ao aparelhamento industrial e financeiro – como as Exposições Internacionais –, fosse ilustrando as páginas de escritos comemorativos da comunidade portuguesa nacional, na obra de Teófilo Carinhas, que, em função de sua ampla circulação entre as distintas unidades brasileiras, garantia que a *Gram Pará* pudesse ser conhecida e, por isso, destacada como mais um empreendimento de sucesso em torno dos portugueses no Brasil, nem que para isso encobrisse as centenas de milhares de outras histórias infelizes daqueles que não alcançaram o sucesso esperado na emigração.

Desse modo, os investimentos de Francisco Maria Simões na *Gram Pará* não apenas desafiaram a crise da borracha silvestre responsável por caracterizar os anos posteriores a 1910 como de grande crise à economia regional, mas também tornaram o espaço amazônico ainda mais múltiplo e por isso único, dando destaque à simbiose entre os contextos e às histórias de diferentes sujeitos que, possivelmente, só alcançaram ser o que foram porque souberam interagir com o mesmo espaço.

“RUA BRAGANÇA N. 3”:
IMIGRAÇÃO PORTUGUESA,
REDES SOCIAIS, TRABALHO E
MORADIA (BELÉM, 1834-1930)

*Cristina Donza Cancela*¹

Ao trabalhar com a imigração portuguesa para a província e, posteriormente, estado do Pará, nos séculos XIX e XX, enfatizei os fluxos migratórios e seu perfil. Discuti de que forma a formação econômica e social de Portugal, em particular do norte português, e do Pará, potencializou ou colocou obstáculos a esse fluxo. Acontecimentos como a introdução, em Portugal, do modo capitalista de produção na lavoura, na pesca e no artesanato, o avanço das máquinas desempregando mão de obra, as pragas atacando as lavouras de uva, as epidemias e os conflitos, como a Primeira Guerra Mundial, ajudam a compreender a dinâmica favorável aos deslocamentos de população para o Brasil. Na outra ponta, a economia da borracha incentivou a vinda de migrantes, mas os conflitos como a cabanagem e seu teor antilusitano, assim como a burocracia, as

1 Professora Faculdade de História e Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA), Pesquisador CNPQ, Membro do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia (RUMA – UFPA/CNPq). Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP).

condições e o custo da viagem, poderiam arrefecer o ânimo dos mais determinados (CANCELA, 2019a).

Para além dessas questões que nos remetem a processos mais amplos, havia ainda situações que comecei a perceber ao ler as notícias dos jornais de Portugal sobre o Pará.

Os periódicos portugueses traziam cotidianamente anúncios de navios que saíam do Porto e de Lisboa, para o Pará e o Amazonas, já nas últimas décadas do século XIX, o que sugere um movimento regular de população. Da mesma forma, alguns jornais lusitanos tinham contato/contrato com portugueses que residiam no Pará e atuavam como correspondentes, enviando notícias sobre a situação econômica do estado, as questões e conflitos políticos, os falecimentos de conterrâneos, as festas, os acontecimentos sociais, celebrações de datas históricas e visitas de políticos e artistas portugueses. A publicação desses acontecimentos nos jornais lusos dava visibilidade aos imigrantes residentes no estado e era um termômetro do interesse dos leitores portugueses na situação da província brasileira. Esse interesse se justificava pela busca de notícias sobre o local de morada de muitos patrícios, conhecidos ou parentes e, também, pela situação econômica, que poderia afetar diretamente firmas e negócios realizados no além-mar (CANCELA, 2019b).

Por vezes, os jornais das freguesias traziam notícia dos mais afortunados que “tendo que retirar-se temporariamente para o Pará a fim de tratar de negócios não tinham tido tempo de se despedir de todos e o faziam pelo jornal”², aproveitando para “deixar seus préstimos” para aviar no Pará qualquer tipo de questão, em geral, associada ao comércio. Esse tipo de notícia mostra negócios e pessoas servindo de elo entre as duas nações, pessoas que se deslocavam de forma mais ou menos constante entre os espaços, diminuindo as distâncias e intensificando as relações sociais e econômicas. Era possível encontrar mensagens que saíam em colunas aleatórias dos jornais de diversos concelhos portugueses, como a publicada pelo jornal *Alvorada*, do partido republicano de Arco de Valdevez, no Concelho de Viana do Castelo, anunciando o retorno de um patrício à vila natal: “Por telegrama recebido do Pará

2 Biblioteca Nacional de Lisboa. *Jornal Alvorada*. 6/8/1911, n. 36, ano 1, f. 03.

(Brasil), sabemos ter embarcado ali, com destino a esta villa o nosso querido amigo e dedicado republicano, Manoel d'Oliveira, antigo presidente da câmara municipal deste concelho”³. Ou, mesmo, notícias que saíam em colunas voltadas para o Brasil e seus Estados, como a que existia no *Jornal Comércio do Porto*, em que havia uma sessão intitulada “Cartas do Pará”, que se revezava com as colunas “Cartas de Manaus”, “Cartas do Maranhão” e “Cartas do Brazil”, em que se tratava de todo tipo de assunto. Destaco, em particular, a notícia sobre um telegrama enviado para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Lisboa, por “alguns membros da maior importância da colônia portuguesa do Pará” manifestando o desagravo com a nomeação de um chanceler para o cargo de cônsul para o estado e não um “cônsul de primeira classe”⁴. A nomeação de um chanceler teria se dado, segundo o decreto de nomeação, pelo fato de que “pelo mau clima do Pará nenhum consul quer ali permanecer”. A notícia segue criticando a nomeação pois a cidade do Pará “abriga 15:000 portuguezes”, “É um colosso comercial” possui “um bello porto”, “as fortunas portuguesas existentes no Pará são enormes” e conclui afirmando que as “epidemias no Pará não são melhores nem piores que as do rio de Janeiro”⁵. Destaquei essa notícia em particular pois, ao tratar da questão da nomeação consular, a matéria replicada de um jornal local cria uma narrativa sobre a cidade, associando-a a imagens positivas de civilização, criando um enunciado que busca resgatar o prestígio do estado e da colônia portuguesa nele existente diante do claro desprestígio que a indicação de um chanceler significava, ainda mais, justificada em função do mau clima da capital.

Nessas notícias, além das referências sobre a cidade e suas questões econômicas e políticas, a vida, o sucesso e a trajetória dos lusitanos eram publicados, assim como os acontecimentos sociais das famílias,

3 Biblioteca Nacional de Lisboa. *Jornal Alvorada*. 5/4/1914, n. 14, ano 4, f. 01.

4 Os cônsules de primeira e segunda classe eram aprovados em concurso público, recebiam vencimentos, tinham a obrigatoriedade de serem portugueses e só eles poderiam vir a ocupar a função de cônsul geral de um país. Cf: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Regulamento Consular Português. Decreto de 24 de dezembro de 1903. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. p. 11.

5 Biblioteca Nacional de Lisboa. *Jornal Commercio do Porto*. 3/4/1904, n. 79, f. 01.

como viagens, doações de um benemérito à freguesia de nascimento, ou mesmo o óbito de imigrantes. Essas informações reforçavam as representações em torno das vantagens e da prosperidade possível com a mudança de território e de vida.

No entanto, como já assinalado, essas imagens não estavam sozinhas. Se de um lado as matérias falavam de uma cidade moderna, urbanizada, afagada pelo *boom* da economia da borracha, de outro, as constantes crises geradas pela queda do preço da goma elástica no mercado internacional, a situação sub-humana de trabalho nos seringais e nas cidades, bem como o clima quente, úmido e insalubre, conforme citado na matéria sobre a nomeação do chanceler, ganhavam destaque. O enriquecimento chegava para alguns, entretanto, a pobreza ou mesmo uma vida de muito trabalho e pouca renda era a realidade para a maioria.

As matérias que tratavam especificamente sobre a “emigração” para a “República dos Estados Unidos do Brasil” costumavam trazer o teor de denúncia das péssimas condições em que esse processo ocorria. Eram correntes notícias sobre a ação de engajadores que ludibriavam os emigrantes com a promessa de ajudar com a documentação, financiar a viagem e garantir emprego no local de destino, deixando-os endividados; indivíduos que viajavam de forma clandestina burlando a burocracia de controle de passaporte e, por vezes, o serviço militar; condições sanitárias precárias das cidades brasileiras adjetivadas como verdadeiros “matadouros dos portugueses”, de onde os trabalhadores retornavam em péssima condição de saúde, pauperizados, dependendo da ajuda alheia ou de associações beneméritas para realizar o retorno à terra natal. A essas notícias somavam-se aquelas que tratavam das sucessivas crises que acometiam a economia das cidades brasileiras, em particular, no caso do Pará, a crise da borracha, com a bancarrota de firmas, companhias de seguro e bancos (CANCELA, 2019b).

É difícil saber o alcance do conjunto dessas informações impressas em jornais diários nas freguesias e aldeias dos imigrantes. O levantamento dos registros do consulado português do Pará aponta que cerca de 10% das pessoas maiores de 12 anos que se matricularam no consulado, entre os anos de 1834 a 1918, não sabiam ler nem escrever, sendo em sua maior parte trabalhadores marítimos, caixeiros, horteleiros, padeiros,

carregadores, catraieiros, carpinteiros, pedreiros, serviçais domésticos e criadas. O fato de esses trabalhadores não saberem ler nem escrever pode ser uma referência importante, mas não significa que essas pessoas não ouvissem ou não tinham conhecimento das notícias que chegavam do Pará, fosse por ouvir falar, ou pelas informações trazidas por conhecidos e parentes que migraram.

Há igualmente que se considerar a propaganda oficial feita pelo estado para atrair mão de obra, criando uma identidade positiva e as possibilidades de riqueza, dado que, segundo Edilza Fontes (2002, p. 26), a elite local apontava para a existência de uma “crença na Europa de que no Pará morria-se de moléstia, era terra de índio, que não era possível viver no clima e na umidade da região”. Para combater essas imagens, foram produzidos materiais de divulgação e propaganda do estado, como o “Álbum do Pará 1900”, encomendado pelo presidente da província, José Paes de Carvalho, e escrito por intelectuais paraenses em comemoração aos 400 anos do descobrimento do Brasil. A publicação acentuava a riqueza do estado, a civilidade e a salubridade desse “Misterioso País da Borracha”, que não era formado apenas por seringueiros “matutos e endinheirados” e “caboclos anêmicos” que “vegetam em estufa equatorial”⁶.

Nessa mesma linha de abordagem, as agências, os abonadores e as redes de engajadores fomentavam imagens, divulgavam possibilidades e vendiam facilidades para se atingir o sonho de prosperidade. O ouro negro, como a borracha era conhecida, alentava a ideia de mudança e riqueza diante dos receios e das incertezas.

A essas propagandas e redes mais institucionais e de negócios que se formavam em torno da imigração somavam-se as redes pessoais de amizade, parentesco e conterraneidade. Como referi, para além das notícias dos jornais, havia as informações trazidas à boca miúda, pelos bastidores das famílias, nas cartas enviadas, nos recônditos das casas e aldeias. É sobre essas redes e sua configuração que passarei a falar a partir de agora.

6 Álbum O Pará em 1900. Quarto centenário do descobrimento do Brasil. Publicação comemorativa feita pelo governo do Estado. 1900. Imprensa de Alfredo Augusto Silva, n.12, Praça Visconde Rio Branco, apud (FONTES, 2002, p. 29).

REDES SOCIAIS DE TRABALHO E MORADIA

Não é fácil reconstituir as redes sociais dos imigrantes, dado que elas se organizavam de forma capilar nas entranhas de uma família, de uma freguesia ou de um concelho, na informalidade entre conhecidos e parentes sem patrimônio ou riqueza, ou mesmo acionadas por comerciantes e firmas que contratavam pessoas de uma mesma localidade, às vezes, da mesma origem do proprietário. Seja como for, no universo dos trabalhadores que não alcançaram mobilidade econômica, há poucos documentos e registros de seus deslocamentos e trajetórias. Como afirma Stone (2011, p. 115), “em qualquer grupo histórico, é provável que quase tudo será sabido a respeito de alguns de seus membros e quase nada a respeito de outros”. As pessoas com pouco ou nenhum patrimônio ou atividade política, como ocorre com os trabalhadores pobres, costumam deixar poucos rastros de sua experiência de migração e estadia. Torna-se mais fácil mapear os trabalhadores pobres quando eles conseguem ter mobilidade social, como foi o caso do caixeiro e futuro comerciante de grande porte, o barão de Monte Córdova, José Antônio Martins, sobre quem consegui um volume documental amplo (CANCELA, 2016).

Embora não tenha conseguido amearhar um conjunto denso de informações sobre os trabalhadores que formavam essas redes sociais, inviabilizando uma análise mais vertical desses sujeitos, consegui mapear um número expressivo de sujeitos que me permitiu observar certos padrões de origem, trabalho e moradia.

Como, por exemplo, pessoas que migraram de uma mesma freguesia em datas diferentes e, ao chegar em Belém, moravam juntas na mesma casa, estância ou firma comercial; pessoas com o mesmo ofício que viviam juntas, ou na mesma rua, algumas vezes também naturais de uma mesma freguesia. Fosse pelo ofício em comum ou pelos laços de naturalidade, muitas migrações estavam inseridas em redes de contato, apoio e inserção pautadas nos marcadores sociais referidos anteriormente.

As relações formadas em meio a conhecidos, conterrâneos e parentes viabilizavam o deslocamento, minimizavam suas incertezas e, ao mesmo tempo, mantinham o fluxo de informações e a possibilidade de arranjos

de emprego e moradia no local de destino. Como nos lembra Truzzi (2004, p. 205) sobre a abrangência das redes: “Há redes circunscritas a círculos familiares, há outras mais extensas que perpassam informações a toda uma aldeia, e aquelas ainda maiores, que exercem impacto sobre toda uma microrregião”.

Desse modo, as redes enquanto contextos sociais de referência podiam ser atualizadas diversamente. A existência dessas relações de apoio e moradia em meio aos imigrantes não é novidade, e é descrita em várias biografias como a do Conde de São Bento, Manuel José Ribeiro, um imigrante minhoto, filho de caseiro nascido em São Miguel das Aves, que veio para o Pará ainda na primeira metade do século XIX. Ao chegar ao estado, foi ajudado por um conterrâneo, Manuel Luís de Paiva; trabalhou na casa do comendador José Bento da Silva e, depois, na casa de José Pais de Sousa (PEREIRA, 1984). Essas informações mostram a forma como as redes de apoio funcionavam, minimizando as dificuldades dos deslocamentos para um lugar desconhecido, acomodando relações de trabalho e, por vezes, de moradia, como passo a mostrar, desta feita, a partir de registros consulares e de passaporte.

A primeira situação trata da relação de trabalho entre um proprietário e seus empregados, caixeiros, todos eles oriundos de Gião da Feira. O comerciante Manuel Joaquim de Freitas conectava uma rede de caixeiros em sua casa à rua da Boa Vista. Durante pelo menos dez anos de forma intermitente, os caixeiros migravam e se fixavam na casa de Manuel Joaquim de Freitas. Os caixeiros chegavam na faixa de 12 a 20 anos de idade, solteiros e, como me referi, originários de Gião da Feira, o mesmo local de origem de Manuel, que chegou a Belém no ano de 1852, com 27 anos de idade, solteiro, já na condição de negociante. Manuel montou casa, matriculou-se na praça comercial da cidade e, ao longo da década de 1860, sua casa passou a ser o elo entre seus conterrâneos, que tinham em comum a média de idade de 16 anos e o exercício da atividade de caixeiro, constituindo, desse modo, contatos que passavam pela origem e pelo trabalho, acionando laços com pessoas da freguesia de origem. Na casa vivia também seu irmão Antônio José de Freitas, que chegou ao Pará algum tempo depois, em 1855, com 26 anos de idade, solteiro e exercendo

a atividade de comerciante.⁷ Não tenho conhecimento dos termos dos acordos estabelecidos entre os caixeiros e Manoel, nem sei se os caixeiros vinham arrematados por este comerciante, ou mesmo indicados por outros sujeitos que tinham conhecimento do seu negócio e interesse. De todo modo, entre Manoel e os trabalhadores havia uma relação de geração e condição social assimétrica, e a atualização de uma rede de entrada e moradia de conterrâneos. Em nota do jornal *A voz do caixeiro*, de 19/4/1891, fica-se sabendo que a firma de Manoel Joaquim de Freitas & Irmão foi à falência e seu sócio, Joaquim Antônio de Freitas, quitou as dívidas com os credores. A movimentação da década de 1860 ficara para trás.

Essa relação de moradia e trabalho pôde ser encontrada também em outras tantas firmas comerciais. Embora o período seja marcado pela economia da borracha, a indústria de madeira sempre esteve presente na pauta de exportação e vai ter ascensão quando da crise da goma elástica após o ano de 1911. Uma dessas firmas de “serraria, carpintaria e marcenaria, serralheria, mecânica e eletricidade, materiais de construção” pertencia a Manoel Pedro da Silva Neto. A empresa voltava-se para a exportação de madeira e mantinha relações comerciais com as praças de Lisboa, Paris, Hamburgo, Londres, Liverpool e New York.⁸

Manoel Pedro da Silva Neto nasceu no lugar chamado Vilar do Paraiço, no concelho de Vila Nova de Gaia, chegou ao Pará com 22 anos de idade, solteiro e carpinteiro. Manoel Pedro da Silva Neto tinha três passaportes registrados no Arquivo Distrital do porto com as datas de 1893⁹, 1902¹⁰ e 1908¹¹, em que aparece ainda na condição de carpin-

7 Grêmio Literário português. Livro de registro de Habilitação Consular. Antônio José de Freitas Habilitação 855, data da habilitação: 29/3/1860.

8 Álbum Comercial do Pará 1915. Publicado por ocasião do tricentenário da fundação da cidade de Santa Maria de Belém do grão Pará. Jayme Calheiros, Pará-Brasil, 1915. p. 161-162.

9 Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto, livro de registro de passaporte: Manoel Pedro da Silva Neto, livro 102, p. 31, registro n. 182, data 16/11/1893.

10 Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto, livro de registro de passaporte: Manoel Pedro da Silva Neto, livro 123, p. 97, registro n. 579, data 13/1/1902.

11 Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto, livro de registro de passaporte: Manoel Pedro da Silva Neto, livro 142, p. 77v, registro n. 461, data 24/9/1908.

teiro¹², mas já casado, e com 22, 30 e 37 anos de idade, respectivamente. Alguns anos depois dessas datas, ao fazer seu registro de habilitação no consulado português, em Belém, em 17 de novembro de 1917, Manoel Pedro da Silva Neto se registrou como industrial, já com 45 anos de idade e, no campo “documentação”, nada foi apresentado pois ele aparece como “conhecido do cônsul”.

Ao consultar o livro de registro de habilitações do consulado português, encontrei 50 trabalhadores que colocaram como endereço de moradia a *Rua Bragança n.03*, onde estava localizada a firma de Manoel Pedro da Silva Neto. A maior parte deles informou que chegou ao Pará entre os anos de 1896 e 1913, vindo do Porto de Leixões, Concelho de Matosinhos, havendo quatro deles que vieram do Rio de Janeiro e um de Vico (porto localizado na Espanha, região da Galícia). Entre os trabalhadores, havia 14 carpinteiros, um carpina, três marceneiros, dois serradores, um ferreiro, um pedreiro, um carreiro e quatro empregados domésticos. Havia, ainda, um caixeiro, sete pessoas que disseram trabalhar no comércio, dois empregados comerciais, um comerciante e um guarda-livros, além de 11 pessoas que declararam o emprego de “trabalhador”. Dos que se declararam empregados comerciais e o comerciante, três deles vieram do Rio de Janeiro assim como o único ferreiro, o que alerta para a reemigração interna desses indivíduos entre os estados brasileiros.

Os empregados da firma tinham uma média de idade de 29 anos, contudo essa média se eleva para 35 anos quando se consideram apenas os carpinteiros, marceneiros, serradores e o ferreiro. Essa também foi a média de idade daqueles que declararam o emprego de “trabalhador”, o que demonstra a existência de uma mão de obra mais velha na fábrica de marcenaria e exportação de madeira de Manoel Pedro da Silva Neto, considerando que a expectativa de vida no Brasil, no ano de 1910, era de 33,4 anos¹³. Em sua maioria, eles eram casados (28), havendo, ainda, 22 solteiros, um divorciado e um viúvo.

12 O registro de carpinteiro aparece no passaporte de 1902 mas, no ano de 1908, esse campo encontra-se ilegível.

13 IBGE, Estatísticas do século XX, Rio de Janeiro, 2006.

Como já me referi, todos os empregados citados declararam ao consulado que moravam à rua Bragança n.º3, o mesmo endereço da firma onde trabalhavam e, pelo menos, 21 deles eram originários do Concelho de Vila Nova de Gaia, o mesmo local de nascimento do proprietário, Manoel Pedro da Silva Neto. Mas não apenas isso, Manoel nasceu na freguesia de Vilar do Paraíso, assim como cinco dos seus trabalhadores. Uma outra parte nasceu em localidades vizinhas ou muito próximas a Vilar do Paraíso, como Vilar de Andorinho, Valadares, Madalena e Canela, todas freguesias de Vila Nova de Gaia. É interessante observar ainda que, entre aqueles indivíduos oriundos da freguesia de Vilar do Paraíso, pelo menos cinco deles eram também carpinteiros, como Manoel Pedro da Silva Neto, quando chegou ao Pará. O concelho de Vila Nova de Gaia, assim como outros concelhos do Porto, era eminentemente rural e passava por situação econômica débil (CIRNE, 2007). Dele veio a maior parte dos imigrantes que se deslocaram do Porto para o Pará:

o concelho de Vila Nova de Gaia foi o local de origem da maior parte dos imigrantes que se transferiram para o estado do Pará, correspondendo a 24,2% do total. Isso significa que, dos 11.599 imigrantes do distrito do Porto, entre homens e mulheres, 2.789 eram naturais de seu concelho limítrofe, Gaia (CANCELA, 2019, p. 16).

Aqueles empregados que não eram de Vila Nova de Gaia vinham de outros Concelhos do distrito do Porto, como Paços de Ferreira e Paredes. Juntos, esses Concelhos compreendiam a origem de quase metade dos trabalhadores da firma. Os demais eram oriundos dos distritos de Aveiro, Viana do Castelo, Viseu, Guarda, Vila Real e Coimbra.

A chegada ao Pará no ano de 1893 e o investimento no mercado da madeira com perspectiva de expansão diante da crise da economia gomífera deram a Manoel Pedro da Silva Neto a mobilidade econômica e social tão sonhada por aqueles que migravam. De carpinteiro a industrial, esse imigrante que chegou com 22 anos de idade possuía uma firma de exportação de madeira para os principais portos mundiais e contratava diversos portugueses oriundos de seu concelho e freguesia de origem. Os fios da imigração mostram de que forma essa rede de

imigrantes se forjou pautada em ofícios associados à arte de trabalhar a madeira e à necessidade de ampliação para a contratação de pessoas ligadas à venda e ao comércio diante da expansão da firma.

O próprio Manoel Pedro da Silva Neto seguiu a trajetória de imigração para o Pará de seu pai e tios paternos. O tio, Manoel Pedro da Silva Junior, foi o primeiro a chegar no ano de 1873, com 25 anos de idade, solteiro, carpinteiro e sabendo ler e escrever¹⁴. Na sequência, veio Francisco Pedro da Silva, no ano de 1880, com 24 anos, também carpinteiro¹⁵. O pai de Manoel Pedro da Silva Neto, o também carpinteiro José Pedro da Silva, chegou no ano de 1890, com 37 anos de idade¹⁶. O terceiro a chegar foi Wenceslau Pedro da Silva, no ano de 1892, solteiro e com 26 anos de idade¹⁷. E, por fim, o último dos quatro irmãos, Nicolau Pedro da Silva, que migrou no ano de 1904, com 37 anos de idade, já na condição de negociante¹⁸. Uma família de carpinteiros que migrou ao longo dos anos ganhando mobilidade através do comércio e da indústria de madeira, fomentando a ascensão familiar que se verifica na própria condição de negociante informada pelo irmão mais novo.

Dos tios, o único de que tenho a habilitação consular é Wenceslau Pedro da Silva. Como apenas nesse registro consular há o campo informando onde a pessoa morava no Pará, pude saber que ele também residia à Rua Bragança¹⁹.

No Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil publicado, a firma de Manoel Pedro da Silva Neto é descrita como “a primeira no seu gêne-

14 Grêmio Literário português. Livro de registro de Habilitação Consular. Manoel Pedro da Silva Junior, habilitação n. 3941, data: 3/12/1873.

15 Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto, livro de registro de passaporte: Francisco Pedro da Silva, Livro:73, pág. 34v, n. registro: 202, 12.04.1880.

16 Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto, livro de registro de passaporte: José Pedro da Silva, Livro:89, pág. 214v, n. registro: 1282, 17.05.1. 1890.

17 Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto, livro de registro de passaporte: Wenceslau Pedro da Silva, Livro: 96, pág. 103, n. registro: 615, 19.04.1. 1892.

18 Arquivo Distrital do Porto, fundo do Governo Civil do Porto, livro de registro de passaporte: Nicolau Pedro da Silva, Livro: 126, pág. 182v, n. registro: 1090, 19.02.1. 1904.

19 Grêmio Literário português. Livro de registro de Habilitação Consular. Habilitação Consular Wenceslau Pedro da Silva, n. 440, data: 18/3/1913.

ro”; possuía um porto chamado Antônio Lemos, onde os rebocadores traziam e levavam as centenas de toras de madeira. Casas e galpões diversos podiam ser vistos próximos ao Porto. A firma de exportação ampliou suas vendas e abriu escritórios no Rio de Janeiro, o que expressa a dimensão dos negócios e do novo lugar da indústria da madeira diante da decorada da borracha a partir de 1911.

Os trabalhadores dessa firma de marcenaria e serraria foram chegando a partir de 1896, quando encontro o primeiro registro, e continuaram migrando até finais da década de 1910, particularmente nos anos de 1911 e 1912. A maior parte vinha da mesma região do proprietário da firma, o concelho de Vila Nova de Gaia e, parte deles, da mesma freguesia de Vilar do Paraíso. Chegavam e iam morar na rua Bragança n. 03.

No entanto, se esses trabalhadores chegaram ao Pará, possivelmente por meio de uma rede de trabalho centrada no ofício e na localidade de origem, esses contatos e acordos passavam pela existência de uma firma comercial. Essa foi a configuração apresentada nos dois exemplos pontuados. Entretanto, havia formas de estabelecimento de redes sociais de apoio e sociabilidade entre pessoas de mesmo ofício que não passavam pelo trabalho em uma mesma firma, mas na vivência em uma mesma casa ou área de vizinhança muito próxima. Trabalhadores que, não raramente, tinham também origem em um mesmo concelho ou freguesia.

Essa era a situação dos 81 aguadeiros²⁰ que fizeram registro no consulado português do Pará. Entre eles, 26 eram originários do Concelho de Arouca, localizado no Distrito de Aveiro e, destes, a maior parte advinha da freguesia de Alvarenga. As semelhanças não param por aí. Esses aguadeiros imigraram majoritariamente entre os anos de 1868 a 1881, portanto, no período de ascensão da economia da borracha, na então província do Pará. Os vapores ingleses *Lisbonense e Amazonas*, bem como as barcas portuguesas *Linda, Belém, Flor do Vez e Adelaide* trouxeram boa parte deles. A média de idade era de 29 anos, o que se reflete no fato de apenas oito serem casados e os 18 restantes, solteiros.

20 Vendedores de água, em geral portugueses que utilizavam pipas e canecos (ALMEIDA, 2010, p. 4).

O mais interessante é que dentre aqueles 16 que declararam o local de moradia na cidade de Belém, 15 residiam na Estrada de São Jerônimo, o que se justifica, em parte, pela proximidade das fontes de águas. Como alerta Conceição Almeida (2010, p. 8) ao falar dos aguadeiros, “muitos dos quais eram portugueses e que abasteciam suas pipas principalmente nas cacimbas do Paul d’agua”, um manancial localizado na Estrada de São Jerônimo.

Do Concelho vizinho à Alvarenga, Castro d’Aire, chegaram mais 15 trabalhadores vindos da freguesia de Cabril, que também exerciam a atividade de aguadeiro, evidenciando uma rede de contato que ultrapassava os limites da freguesia e poderia abranger uma microrregião, como apontou Truzzi. Assim como os trabalhadores do concelho de Arouca, esses últimos trabalhadores chegaram no final da década de 1860 e início de 1880. E, da mesma forma, dentre os 15, pelo menos seis viviam na mesma Estrada de São Jerônimo. A facilidade de residir próximo ao local de abastecimento de água da cidade deve ser considerada ao pensar no fato de essas pessoas residirem na mesma rua; contudo, deve-se somar a isso o fato de a maior parte desses trabalhadores serem de uma mesma freguesia ou de concelhos vizinhos. Outras questões os aproximam como o fato de boa parte não saber ler nem escrever. Encontrei alguns passaportes dos aguadeiros que fizeram registro consular e, na maior parte desses documentos, no item ocupação, eles declararam “trabalhadores”. Uma atividade genérica, que poderia englobar diversos ofícios. Havia ainda aqueles que declararam a ocupação de “pedreiro” e “lavrador”. Uma vez no Pará, esses indivíduos trabalhadores de diversas áreas de atuação passavam a viver da atividade de venda de água pelas ruas da cidade. Difícil não imaginar que o fato de serem oriundos do mesmo concelho ou de concelhos vizinhos não esteja associado à existência de uma rede de informação e apoio aos que migravam, que podia passar por relações individuais, de parentesco e amizade capilares, ou mesmo, por engajadores e firmas que encaminhavam os deslocamentos. Essas pessoas não sabiam ler nem escrever, possivelmente não conheciam o lugar, mas, ao chegar ao Pará, conseguiam trabalho e moradia no mesmo espaço de seus conterrâneos.

Não encontrei a participação de mulheres em redes de trabalho mais

amplas. Consegui apenas levantar a rede de apoio entre irmãs que viviam juntas em Belém, na mesma residência. Essa era a situação das irmãs Alda da Silva Gonçalves²¹ e Eloisa da Purificação Silva Gonçalves²² do distrito de Braga. Alda era a mais nova e chegou ao Pará no ano de 1906, solteira, com 18 anos de idade. Sua irmã mais velha, Eloisa, chegou alguns anos depois, em 1917, em plena Primeira Guerra Mundial, com a idade de 35 anos, também solteira. Ambas eram domésticas e foram morar à rua de São Matheus n. 102.

Há, ainda, as irmãs Deolinda Fernandes²³ e Tereza de Jesus Fernandes²⁴, também do distrito de Braga, concelho de Celórico de Bastos, freguesia de Gago. Ambas declararam ser domésticas. Tereza era a mais velha, com 22 anos de idade, Deolinda tinha 20. Elas chegaram juntas ao Pará, no vapor *Aidam*, em setembro de 1914. Moravam à rua General Gurjão, n.14g, e não sabiam ler nem escrever.

A migração de mulheres para o Pará é inferior à masculina. João Cosme (2015, p. 79), ao levantar os passaportes dos imigrantes que aqui chegaram provenientes de Lisboa entre os anos de 1886 a 1900, chegou a um total de 209 mulheres, o que correspondeu a 21,1% do total de 991 pedidos de passaporte. Ao levantar os pedidos de passaportes do Distrito do Porto para o Pará, entre os anos de 1834 e 1930, encontrei um número menor do que aquele observado por Cosme. De um total de 18.308 pedidos, apenas 1.821 eram de mulheres, portanto, 10% das solicitações. Embora a presença feminina seja constante em todos os anos acima pontuados, o fluxo feminino ganha maior expressividade nas décadas finais do século XX, quando temos a entrada de dois homens para cada mulher que migra para o Pará. Essa proporção chegou a ser de

21 Grêmio Literário português. Livro de registro de Habilitação Consular. Habilitação Consular Alda da Silva Gonçalves, n. 2180, data: 7/7/1917.

22 Grêmio Literário português. Livro de registro de Habilitação Consular. Habilitação Consular Eloisa da Purificação da Silva Gonçalves, n. 2181, data: 7/7/1917.

23 Grêmio Literário português. Livro de registro de Habilitação Consular. Habilitação Consular, Deolinda Fernandes, n. 2927, data: 2/5/1918.

24 Grêmio Literário português. Livro de registro de Habilitação Consular. Habilitação Consular, Teresa de Jesús Fernandes n. 2928, data: 2/5/1918.

99 homens para cada mulher nas décadas de 1840-1850, período que antecede a economia da borracha. A dificuldade em estabelecer as redes de trabalho dessas mulheres encontra-se no fato de boa parte dos registros estar em branco no campo “ocupação”, ou o registro de “doméstica”, uma condição geral, que não informa se a pessoa trabalhava em sua casa ou na casa de outrem recebendo salário. Assim, as informações que se referem às atividades por elas exercidas estavam quase sempre em branco ou subsumidas sob a expressão *serviços domésticos*. Isso ocorre devido ao fato de que os ofícios femininos, muitas vezes associados às atividades domésticas, embora exijam um saber e uma técnica, nem sempre são socialmente reconhecidos, como se fossem um prolongamento natural do feminino, numa clara assimetria de gênero (MATOS, 2002).

A despeito dessas dificuldades, alguns estudos dão visibilidade ao trabalho das imigrantes portuguesas no Pará, como a discussão feita por Fontes a partir dos anúncios de jornais, em que mostra que elas estavam associadas à infância e à amamentação, atividades em que eram preferidas às nacionais para serem amas de leite (FONTES, 2002). Da mesma forma analisei a relação entre imigração, matrimônio e patrimônio a partir de registros religiosos de casamento (CANCELA; BARROSO, 2011) e inventários civis *post mortem* (CANCELA, 2009), mostrando como as mulheres portuguesas, ou as mulheres paraenses filhas de pais portugueses, casavam-se preferencialmente com seus conterrâneos e, em meio à elite comercial, a união conjugal estava associada à aliança nos negócios.

Desse modo, através da diversificação do corpo documental é possível compreender a presença das mulheres portuguesas em Belém, o aumento do fluxo de sua migração a despeito do sub-registro existente nos passaportes e, ainda, as redes de apoio configuradas através da moradia, do casamento e, quando possível, do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre migração na perspectiva de trajetórias e redes sociais possibilitam o diálogo entre o contexto estrutural econômico, social e

político, e as escolhas, interesses e necessidades pessoais e familiares daqueles que migram.²⁵ Como nos lembra Imízcoz (2004), as redes nos ajudam a pensar nesse diálogo entre o cenário estrutural/conjuntural mais amplo e a agência dos indivíduos e famílias. As redes de ligação social e simbólica restringem as incertezas, compondo relações interpessoais e intergrupais, atualizando informações e contatos, viabilizando custos e facilitando permanências, traduzindo o local de destino para o imigrante para além das políticas institucionais e das propagandas de governo e de agenciadores. Assim, pessoas de uma mesma freguesia, ou de uma mesma profissão, desfazem seus vínculos na freguesia portuguesa tecendo novos vínculos com pessoas da mesma localidade e/ou profissão no Pará. Constroem trajetórias pautadas na sociabilidade pelo trabalho e pela moradia, que podem se estabelecer entre indivíduos com condição social semelhante ou distinta, ou irmãs.

Por certo, a análise da trajetória e das redes sociais dos indivíduos e famílias que têm participação duradoura em diferentes redes de apoio construídas ao longo dos anos, ou daqueles que têm intensa inserção no circuito político, institucional, econômico e social da cidade, torna-se mais viável em função do volume maior de documentação que gera (LEIVA; AMADORI, 2008). No entanto, a despeito da maior dificuldade existente quando se estudam pessoas com pouco patrimônio ou inserção política e social, pude, através do levantamento de passaportes e habilitações consulares, encontrar conexões envolvendo trabalhadores. Se não consegui um corpo documental amplo sobre indivíduos específicos que me permitisse uma análise mais vertical de um trabalhador e sua trajetória, consegui mapear diversas redes de apoio, trabalho e moradia entre os imigrantes. Algumas mediadas pela existência de firmas e comerciantes portugueses, outras pelo exercício comum de uma profissão, e as mais recorrentes eram pontuadas pela origem comum a uma freguesia ou concelho português.

Por fim, um último aspecto destacado neste artigo está relacionado à presença feminina nesses processos de deslocamento. Se a maior parte

25

das redes sociais de apoio referidas envolvia homens, isso se justifica não apenas pela expressividade numérica menor da imigração feminina para o Pará, mas também pelas questões de gênero que subnotificam a presença dessas mulheres invisibilizadas nos passaportes coletivos e na referência à ocupação exercida.

Para além de sua origem étnica comum, esses imigrantes pertenciam a classes sociais e de gênero distintos e assimétricos, evidenciando a complexidade e pluralidade do processo migratório. Da mesma forma, a posição dos indivíduos em suas redes sociais não é fixa e pode ganhar mobilidade ascendente, ou não, à medida que o imigrante agrega capital financeiro, prestígio e inserção social. Com isso, ele altera, amplia, fortalece e muda sua posição hierárquica nas relações e contatos que estabelece, como foi possível observar a partir da firma de Manoel Pedro da Silva Neto, na rua Bragança, n.3, que deu título a este trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. 340 f. Tese (História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São paulo, 2010.
- CANCELA, Cristina Donza. “Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)”. In: DE SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; MATOS, Maria Izilda. *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*. Porto/Portugal: Afrontamento, 2009. p. 149-162.
- CANCELA Donza Cristina; BARROSO, Daniel Souza. “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais”. Belém (1891-1920). *História*, v. 15, n. 01, São Leopoldo, Unisinos, p. 60-67, jan.-abr. 2011.
- CANCELA, Cristina Donza. “Redes, gerações e negócios: uma família de imigrantes portugueses na Amazônia”. *Revista Antítese*, v. 9, n. 17, p. 136-156, jan.-jul. 2016.
- CANCELA, Cristina Donza. “O fluxo migratório do distrito do Porto para o estado do Pará: borracha, conflitos, epidemias e gênero (1834-1930)”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 36, p. 1-22, 2019.
- CANCELA, Cristina Donza. “O Pará nos jornais do Porto: Entre anúncios, economia, exotismo e outras ambiguidades”. *Revista Territórios e Fronteiras*, UFMT, v. 12, n. 01, 2019.
- CIRNE, Tereza. *A emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)*. Porto: CEPES, 2007. p. 341-342.
- COSME, João Santos Ramalho. Quadros da Emigração portuguesa para o Pará (Brasil): 1886-1900. *Naveg@mérica: Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas*, n. 15, 2015. p. 79.
- FONTES, Edilza Joana Oliveira. *Preferem-se portugueses (as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. 354p. Tese (História) – Universidade do Estado de Campinas, Campinas, 2002.
- IMÍZCOZ, José Maria. “Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, III série v. 5, p. 115-140, 2004.

- LEIVA, Pilar Ponce Leiva; AMADORI, Arrigo. “Redes sociales y ejercicio del poder em la América Hispana: consideracionesteóricsay propuestasde análisis”. *Revista Complutense de História de América*, v. 34, p. 15-42, 2008.
- MATOS, Maria Izilda Santos. “Por mãos femininas: O trabalho feminino em domicílio”. *Cotidiano e Poder (História, cidade e trabalho)*, Bauru/SP/EDUSC, p. 87-114, 2002.
- MENEZES, Lená Medeiros & MATOS, Maria Izilda S. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX)*. E-book. 2017.
- PEREIRA, Maria Manuela Prior Caldas. “Conde de São Bento. Nome ilustre de Santo Tirso”. *Cadernos de Cultura* n. 2. 1984.
- STONE, Lawrence. “Prosopografia”. *Revista Sociologia e Política* [online], v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.
- TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios.” *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP), São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2004.

FONTES IMPRESSAS

- CARINHAS, Teófilo (org.). *Álbum da Colónia Portuguesa do Brasil*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do “Número”, 1929.
- IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, 2006.

DE CAIXEIRO A HOMEM DE
NEGÓCIOS: A TRAJETÓRIA DE
JANUÁRIO ANTÔNIO DA SILVA
NO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA

*Mábia Aline Freitas Sales*¹

*Daniel Souza Barroso*²

A escrita da história do Oitocentos, seja do Pará ou de qualquer outro espaço do Brasil, não pode estar desconectada do conjunto de transformações desse tempo. Entre tantas ocorridas, podemos destacar a ascensão dos negociantes que, não mais imersos no *status* do Antigo Regime, traçaram trajetórias ascendentes que estavam imbricadas à própria alteração das economias das cidades. Uma história que leve em consideração aspectos da economia da província do Pará, no século XIX, deve estar vinculada ao trato mercantil e, conseqüentemente, aos homens de negócios. E, mais especificamente ainda, aos homens de negócios lusos, como o comerciante Januário Antônio da Silva.

1 Professora do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Pará (IFPA), campus Santarém. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: mabia.aline@gmail.com

2 Professor da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: dsbarroso@ufpa.br

Januário Antônio da Silva é dono de umas daquelas clássicas histórias de portugueses desprovidos de riquezas e aspirantes a uma vida afortunada deste lado do Atlântico, que se aventuraram no além-mar à procura de enriquecimento. A compreensão da evolução da sua riqueza se concentra no binômio família e diversificação dos seus investimentos. Assim, a sua trajetória está intimamente relacionada à do seu irmão, o negociante Joaquim Antônio da Silva, que migrou para Belém no início do Oitocentos e lhe trouxe para trabalhar como caixeiro. Tendo ajudado seu irmão a prosperar, ele herdou uma fortuna de pouco mais de 114 contos de réis, a qual fez crescer, mantendo os imóveis e investimentos rurais, mas também investindo em imóveis urbanos e ações bancárias, à medida que a economia se dinamizava, às vésperas do processo de expansão da economia da borracha.

A trajetória de Januário Antônio da Silva, nesse sentido, atravessa diferentes momentos da economia de Belém, que, ao longo do século XIX, teve altos e baixos, influenciada por acontecimentos de toda ordem, os quais tumultuaram a vida social, política e econômica, fundamentalmente, dos negociantes no contexto da independência do Grão-Pará e da Cabanagem³. Apesar disso, é possível dizer que, mesmo com tais tumultos, a economia prosperou, ao longo do Oitocentos⁴, até mesmo na primeira metade, classificada por muito tempo pela historiografia como de decadência econômica⁵. É possível compreender que, mesmo

3 SALES, Mábía Aline Freitas. *Negócios e negociantes lusitanos: o comércio dos portugueses em Belém dos meados do Oitocentos*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

4 LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, 2002; SALES, Mábía Aline Freitas. *Viagem das coisas e das ideias: o movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, 2012.

5 SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 89; CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará, seu commercio e indústrias (1719-1920)*. Belém: Tavares Cardoso & Cia, 1920; CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. 2. ed. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1996.

em contextos de instabilidade, os negociantes transformaram os infortúnios da Cabanagem em possibilidades de (re)construção de suas fortunas ao mesmo tempo em que agitaram a economia da província. E alguns deles conseguem essa proeza porque mantêm riquezas no interior da província, mas também concentram bens na cidade, distribuídos em armazéns, imóveis urbanos, ações, letras de câmbio, ainda que alguns tenham mantido seus bens agrários, como terras e escravos.

A fim de ampliarmos nossa compreensão acerca das nuances econômicas ocorridas na província do Pará, buscaremos analisar a trajetória de Januário Antônio da Silva. Por ter se inserido nessa dinâmica mercantil que também ajuda a contar as transformações econômicas de Belém, vale a pena contar a experiência desse luso em solo amazônico.

DE JOAQUINS E JANUÁRIO: MIGRAÇÕES EM FAMÍLIA PARA O GRÃO-PARÁ

A migração de Januário para a Amazônia esteve condicionada, em grande medida, pela trajetória do seu irmão mais velho, Joaquim Antônio da Silva, que se estabeleceu na região durante a primeira década do século XIX. Como demonstra vasta historiografia, a migração de irmãos, outros parentes ou pessoas com relações próximas a um mesmo destino, em contexto semelhante, não foi exceção⁶, sobretudo no caso do fluxo migratório de portugueses para o Grão-Pará oitocentista⁷. Trata-se, a rigor, do que se entende como uma migração *em cadeia*: um movimento marcado pela modificação do processo em relação à distância e ao grau de ruptura com o local de origem (Portugal), caracterizado por um destino menos diverso e mais distante e pela existência de indivíduos

6 MASSEY, Douglas et al. “Theories of International Migration: a Review and Appraisal”. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, 1993. p. 431-466.

7 Cf.: CANCELA, Cristina Donza; COSME, João dos Santos Ramalho. “Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para um capital da Amazônia (1850-1920)”. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1, p. 232-254, 2016.

que, a exemplo de Joaquim, garantiam “apoio logístico” no novo local de estabelecimento dos migrantes⁸.

A chegada de Januário Antônio da Silva ao Pará, em 1815⁹, ocorreu em uma conjuntura na qual o Brasil era elevado à condição de Reino Unido e Portugal se desvencilhava do jugo das intermitentes ocupações francesas iniciadas em 1807, quando o General Junot liderou a primeira das três invasões da *Grande Armée* ao território português como forma de efetivar o Bloqueio Continental determinado por Napoleão Bonaparte, no ano anterior. Januário, como grande parte dos sujeitos que, nesse período, continuaram a transitar entre uma Portugal ocupada e o Pará, era homem. Entre 1808 e 1821 – anos da permanência da Família Real no Brasil –, três de cada quatro pessoas que solicitaram licenças para viagem ou passaportes nessa direção eram do sexo masculino, estabelecendo um fluxo migratório com alta seletividade de gênero¹⁰.

Na Amazônia, onde aportou aos 18 anos de idade¹¹, Januário encontrou o seu irmão já consolidado como um dos principais negociantes da praça mercantil de Belém. Durante a década de 1810, Joaquim Antônio da Silva desenvolveu um intenso comércio com Portugal. Dois brigues de seu “senhorio” – Aurora e Marquês de Wellington – foram utilizados nos “carregamentos” de drogas-do-sertão e de madeiras produzidas nas “fábricas” do Pará para Portugal e na importação de açúcar comercializado em Lisboa. Além disso, na altura, Joaquim investia parte do capital acumulado nas suas atividades mercantis, no tráfico de escravizados. Tal investimento foi primordial não somente à diversificação do seu

8 TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. *Tempo Social*, v. 20, n. 1, 2008, pp. 202-203.

9 Belém (Comarca). Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Fabiliano Lobato (119 Vara Cível). Inventários *post mortem*. Inventário de Januário Antônio da Silva. Traslado do testamento. 1874, cx. 142.

10 VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano; BARROSO, Daniel Souza. “Histórias de ‘movimentos’: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 27, n. 1, 2010, pp. 193-210.

11 Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Paroquiais do Distrito de Castelo Branco, Freguesia do Castelo, Sertã, Baptismos, Livro 6, fl. 64.

campo de atuação no comércio como também para que formasse uma das maiores escravarias conhecidas pela historiografia paraense¹².

Se, por um lado, a ida de Januário Antônio da Silva ao Pará parece ter sido incentivada pela efetividade e a dinamização da atuação comercial do seu irmão, por outro, não podemos perder de vista que o ano de 1815 representou, na trajetória de Joaquim na Amazônia, a sua consolidação como negociante de grosso trato. Mais do que isso, a década de 1810 significou para Joaquim um momento de reorientação dos seus investimentos – antes relacionados fundamentalmente a atividades mais lucrativas, como o próprio comércio de longo curso, e mais adiante pautados, principalmente, na aquisição de imóveis urbanos, propriedades rurais e cativos. Em 1812, Joaquim adquiriu o Engenho Bom Intento – propriedade situada em Bujaru, no interior do Pará, que passou a concentrar a escravaria que se constituía a partir do tráfico de escravizados¹³.

Nos primeiros anos de Januário em Belém, a sua atuação nas atividades econômicas desenvolvidas por seu irmão Joaquim é imprecisa. Não seria irrazoável considerarmos que, nesse contexto, Januário participasse, sobretudo, das atividades ligadas ao comércio. Ademais, é possível que o recém-migrado estivesse igualmente envolvido na administração do Engenho Bom Intento. Trata-se, no entanto, de sugestões. Ao examinarmos periódicos paraenses do período, percebemos que Januário era praticamente um termo ausente. Identificamos o português apenas em notícias veiculadas nos anos de 1850, que mencionavam algumas das suas propriedades (como ponto de referência de atividades comerciais e no lançamento das décimas urbanas¹⁴), bem como o seu envolvimento em confrarias – o qual nós vamos discutir posteriormente.

12 Cf.: BARROSO, Daniel Souza; SALES, MábíA Aline Freitas. “Migração portuguesa, atividades mercantis e escravidão: a trajetória de um negociante de grosso trato no Grão-Pará oitocentista”. [SARGES, Maria de Nazaré; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; AMORIM, Maria Adelina]. *Imenso Portugal: estudos luso-amazônicos*. Belém: Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2019, pp. 99-118.

13 BARROSO, Daniel Souza; SALES, MábíA Aline Freitas. “Migração portuguesa, atividades mercantis e escravidão”, op. cit.

14 As décimas urbanas foram um tributo criado no começo do século XIX que, mais tarde, se converteria no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Apesar de Januário não figurar nos principais periódicos de Belém durante as décadas de 1820, 1830 e 1840, é evidente que se trata de um contexto no qual ele se consolidou como administrador de fato da “Casa do Pará”, papel que veio a se efetivar, permanentemente, a partir do retorno de Joaquim Antônio da Silva a Lisboa, em 1834. As querelas políticas nas quais o seu irmão mais velho se envolveu, inicialmente, no contexto de Adesão do Pará à Independência do Brasil, e, posteriormente, no evento que levou à deposição do Visconde de Goiânia da presidência da província, podem ter sido determinantes nesse sentido¹⁵. Toda a experiência acumulada por Januário nas atividades econômicas da família no Pará decerto lhe ensejou assumir o protagonismo na administração das propriedades de Joaquim.

O “chamado” por parentes para a migração ao Pará parece ter sido um comportamento relativamente comum na família de Joaquim e Januário Antônio da Silva. A exemplo de Januário, Joaquim Martins da Silva, sobrinho de ambos, migrou jovem ao Pará e participou ativamente da administração da “Casa do Pará”. Em junho de 1856, com Joaquim já morando em Portugal e Januário com passagem marcada para Lisboa, o *Treze de Maio* noticiou que o “sobrinho, Joaquim Martins da Silva, fica com a sua procuração [...] para administrar a sua Casa e tratar de todos os negócios dela durante a ausência do anunciante [Januário]”¹⁶. Embora não saibamos precisar o ano de chegada de Joaquim Martins da Silva à Amazônia, é certo que, como o seu tio mais jovem, a sua migração ocorreu em um período de transição dos investimentos da família no Pará.

Se, sob Joaquim Antônio da Silva, a “Casa do Pará” iniciou um gradual deslocamento dos investimentos do comércio para atividades menos rentáveis e mais avessas ao risco, a exemplo da aquisição de imóveis rurais e de escravizados, sob Januário, a família passou a alocar os seus investimentos, sobretudo em imóveis urbanos, ações de empresas, pa-

15 BARROSO, Daniel Souza; SALES, Mábia Aline Freitas. “Migração portuguesa, atividades mercantis e escravidão”, op. cit.

16 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ). Hemeroteca. *Treze de Maio*, n. 773, 30 de junho de 1856, p. 4.

péis da dívida pública e dinheiro em espécie. Longe de representar um retorno inusitado a atividades de alto risco, tal redirecionamento reflete, em grande medida, as transformações nos signos de riqueza no país, a partir da segunda metade do século XIX. É sobre os investimentos feitos por Januário Antônio da Silva que passamos a tratar agora.

A RIQUEZA DE JANUÁRIO: COMPOSIÇÃO DA FORTUNA DE UM NEGOCIANTE PORTUGUÊS NO GRÃO-PARÁ

Januário Antônio da Silva faleceu em 1874, deixando inventariada uma fortuna de 148:960\$800¹⁷, avultosa para o século XIX no Pará, especialmente no período inicial da expansão da borracha. Mais do que o valor do monte-mor, destaca-se a diversidade dos investimentos de Januário Silva. Jorge Pedreira salientou que o que melhor caracterizava a atividade do negociante de grosso trato era precisamente a pluralidade dos seus empreendimentos. Porém, ressalva que nem sempre a gama de interesses era tão variada: “havia os que elegiam um certo tipo de tráfego, um produto, uma região, uma forma de investimento, mas mesmo nesses casos, a preferência não dava lugar a uma verdadeira especialização”¹⁸. Januário, além de estar envolvido com o comércio de longo curso, conjugou diversas outras atividades, como a posse de propriedades rurais, imóveis urbanos e ações bancárias. Esses variados investimentos fizeram com que ele aumentasse o patrimônio deixado por Joaquim em pouco mais de 30%, em valores nominais, em um período de apenas 13 anos.

Januário, depois da morte de seu irmão, continuou com o Engenho Bom Intento e com um plantel de mais de 150 escravos. No seu inventário, não constavam mais os 157 cativos herdados, mas ainda foram arrolados 109 escravizados; provavelmente alguns daqueles podem ter

17 Belém (Comarca). Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Fabiliano Lobato (119 Vara Cível). Inventários *post mortem*. Inventário de Januário Antônio da Silva. 1878.

18 PEDREIRA, Jorge Miguel. “Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação: os negociantes de Lisboa”. *Revista Tempo*, v. 8, n. 15, 2003, p. 46.

sido libertos ou mesmo ido a óbito. Há informações de que o próprio Joaquim Antônio da Silva alforriara 15 dos 157 escravos, como o próprio observou em seu testamento¹⁹. Além disso, podemos notar o estado envelhecido de boa parte dos escravos do Engenho Bom Intento, o que pode ter estado relacionado com o envelhecimento do proprietário Joaquim, falecido aos 77 anos²⁰. Fatores como morte, alforria, diminuição da reposição de escravos, auxiliaram na compreensão da diminuição do número de cativos de Joaquim a Januário. Tirando essa diminuição, é importante ressaltarmos aqui a importância dessa propriedade rural, de outras e, principalmente, da escravaria que Januário possuía no montante dos seus ativos.

Para Januário, manter um plantel avultoso significava diversificar os investimentos e, de alguma maneira, se diferenciar de uma parte significativa do seu próprio grupo, o que era inerente ao grosso trato. Entretanto, ter sob sua propriedade a posse de tantos escravos parece ir na contramão das tendências mais comuns acerca da concentração da propriedade cativa na região. Tanto em Belém quanto em Manaus, os grupos que mais detinham a posse de cativos eram os que estavam ligados, sobretudo, às atividades rurais e não às atividades mercantis²¹. De acordo com Cristina Cancela, a terra não compunha o patrimônio da maior parte dos imigrantes portugueses aqui aportados, “sendo reduzido o número reduzido de portugueses proprietários de fazendas, engenhos, sítios e seringais”²².

19 BARROSO, Daniel Souza. “Múltiplos do cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)”. *Afro-Ásia*, n. 50, 2015, pp. 93-128.

20 Idem.

21 SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014 [1997]; BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

22 CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na Economia da Borracha (Belém, 1870-1920)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 487-488.

Além disso, para Anndrea Tavares, entre os portugueses que possuíam patrimônios inventariados entre 10:000\$000 e 39:999\$000 réis, prevaleciam os investimentos em áreas rurais; enquanto, entre os portugueses que tinham um patrimônio que variava entre 70:000\$000 e 99:999\$000 réis ou acima dos 100:000\$000 réis, preponderavam as atividades mais voltadas para o setor urbano²³. Contudo, essas prerrogativas gerais não impossibilitavam que muitos negociantes tenham se destacado pela posse de escravaria, o que não era incomum dada a natureza e a abrangência do crescente capital mercantil nos meados do século XIX.

Nessa perspectiva, ser negociante e ter a posse de tantos cativos poderiam configurar-se enquanto um elemento de distinção social para além dos benefícios econômicos, na medida em que possuir escravos poderia ser um símbolo de riqueza. Sampaio chama atenção para os mecanismos de controle social que ajudam a construir as hierarquias dentro de determinados grupos, observando as próprias diferenças que se produzem no interior de um grupo específico, que não se limitam a questões de natureza exclusivamente econômica²⁴.

Todavia, nem só de terras e escravos se compunha a fortuna de Januário Antônio da Silva. Januário, por certo, era um homem de negócios. Os termos “homens de negócio” ou “negociante” estavam sempre relacionados a atividades de longo curso e à diversificação dos investimentos, o que o diferenciava de um simples mercador, caracterizado como “aquelle que negocia, comprando, vendendo [...], peculiarmente dos que tem loja aberta, e que vendem a retalho”.²⁵ Um homem de negócios possuía fortuna de natureza diversificada, as modalidades mercantis por ele praticadas eram das mais diversas ordens e tinham várias origens

23 TAVARES, Anndrea da Costa. *Em busca das patacas: patrimônio de portugueses na Economia da Borracha* (Belém, 1840-1930). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. p. 109.

24 SAMPAIO, Patrícia Melo. *Os fios de Ariadne*, op. cit., p. 102.

25 SALES, Alberto Jaqueri de. *Diccionario Universal de Commercio. Tradução e adaptação manuscrita do Dictionnaire Universel de Commerce*, de Jacques Savary de Brulons, 1723-1730. Tomo III. Lisboa, 1813, p. 223.

e relações internas e externas, relacionando os dois lados do Atlântico, controlando o crédito, arrematando contratos, atividades essas que os mercadores não conseguiam dominar.²⁶ Acreditamos ser Januário um desses. A posse de terra e a escravaria estavam longe de aferir toda sua riqueza.

Em 1869, alguns anos antes da morte de Januário, de acordo com dados correspondentes às décimas urbanas, ele pagava impostos referentes a 17 imóveis na cidade. No seu inventário, feito cerca de cinco anos depois, constavam nos autos de partilha nada menos que 33 prédios, com valores variantes 700\$000 e 6:000\$000 réis, que somavam 64:000\$900 (56%)²⁷. Pelo valor da maioria desses prédios urbanos avaliados em menos de um conto de réis e pela descrição de que eram “quarto de casas”, tudo indica que esse português se inseriu no crescente mercado de aluguéis de prédios urbanos de Belém. Não parece, inclusive, que essa inserção no mercado imobiliário de Belém tenha sido um caso isolado no contexto do Império brasileiro.

De acordo com informações da administração da província, em 1866, Belém contava com 3.629 edifícios particulares, dos quais 402 eram casas de sobrado, 3.149 casas térreas, 77 telheiros e um trapiche, além de 25 edifícios públicos, inclusive 11 templos²⁸. Dois anos depois, a colônia informava que havia na cidade 3.896 prédios privados, sendo: 418 sobrados, 3.325 casas térreas, 98 telheiros e 55 palhoças²⁹. Nesses dois

26 FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; SALES, Alberto Jaqueri de. *Diccionario Universal de Commercio*. Tradução e adaptação manuscrita do *Dictionnaire Universel de Commerce*, de Jacques Savary de Brulons, 1723-1730. Tomo III. Lisboa, 1813.

27 Belém (Comarca). Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Fabiliano Lobato (119 Vara Cível). Inventários *post mortem*. Inventário de Januário Antônio da Silva. Traslado do testamento. 1874, cx. 142.

28 PARÁ. Relatório do Presidente da Província. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da província, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 10.

29 PARÁ. Anexos ao relatório com que o excellentissimo senhor vice-almirante e

anos, percebemos a mesma proporção entre os números de sobrados: cerca de 11% diante de 89% de casas térreas e demais unidades imóveis. Segundo a coletoria, o valor venal desses quase quatro mil imóveis, na cidade de Belém, era de 955:214\$200 réis, os quais renderam aos cofres públicos, naquele ano, 85:969\$278 de décimas urbanas. Uma informação no relatório salta aos olhos de um leitor atento: dos 3.896 imóveis de particulares, 2.638 (67,7%) estavam alugados e apenas 899 (23%) estavam ocupados por seus proprietários. Esse dado nos revela que o capital mercantil havia se multiplicado em outras formas de acumulação, já voltadas para investimentos mais sólidos.

André Luiz Cavazzani e Sandro Gomes, estudando a trajetória de um negociante português em meio às elites mercantis de Paranaguá, na província do Paraná, durante os meados do século XIX, observaram que “o aluguel de imóveis era um componente basilar da renda de negociantes”³⁰. Os autores apontaram que muitos dos negociantes portugueses começavam suas atividades mercantis com o comércio marítimo e depois ingressavam nos negócios imobiliários. Nesse contexto, as rendas oriundas dos aluguéis permitiam aos negociantes uma diversificação dos rendimentos que diminuía os riscos inerentes aos negócios das exportações, dependentes das flutuações do mercado internacional.

O fato de Januário ter feito parte ativamente desse mercado imobiliário de Belém indica que ele percebeu que era necessário diversificar os investimentos e, portanto, a trajetória desse negociante português nos ajuda a compreender um pouco as transformações da economia de Belém, sobretudo a partir da segunda metade do dezenove. Além dos escravos, que concentravam a maior parte da riqueza do herdeiro de Joaquim, e da quantidade muito significativa de imóveis urbanos, ele

conselheiro de guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da província do Gram-Pará ao excellentíssimo senhor visconde de Arary, 1.º vice-presidente, em 6 de agosto de 1868. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1868, p. A29-8.

30 CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski; GOMES, Sandro Aramis Richter. “Elites locais, patrimônio e atividades econômicas no Brasil do século XIX: o epílogo da trajetória do negociante Manuel Francisco Correia (Cidade de Paranaguá, Província do Paraná, 1861-1864)”. *Dimensões*, v. 36, p. 358-376, 2016.

também possuía um valor considerável em dívidas ativas, equivalentes a aproximadamente 10% do seu monte-mor. Certamente, 14:480\$000 não representavam a maior parte da fortuna do inventariado, mas se trata de um valor nada desprezível, que o colocava numa tendência marcante no grupo de comerciantes mais abastados. A presença de um valor considerável em dívidas ativas, em um contexto no qual havia pouca circulação de dinheiro em espécie, é indicativa de uma dinâmica econômica assentada em efetivos mecanismos de acumulação mercantil.

Além dos prédios urbanos, Januário deixou alguns objetos de prata e objetos de ouro: relógios, alfinetes, botões, que somavam aproximadamente 3:000\$000 réis. Afora outros objetos de menor valor, como uma luneta e uma caixa de rapé. Porém, esses bens representavam menos de 3% de seu legado. Assim, os investimentos de Januário nesse item joias não fugiu muito à regra comum entre outros negociantes portugueses que atuavam no Pará.

Se, por um lado, o valor das joias não se destacou no portfólio de Januário Silva, o mesmo não aconteceu com as 58 ações que ele possuía no Banco de Portugal, os dez títulos de ações da Junta de Crédito Público, as 12 ações do Banco do Brasil e as 50 ações da Companhia de Gás Paraense, que somavam 14:800\$000 (10%). A historiografia tem destacado que os investimentos em ações, bem como em imóveis urbanos, constituem um dos principais indicadores de transformação da economia pelas quais passaram diversas regiões do Brasil, mesmo as de características mais agrário-exportadoras. Por conseguinte, a presença desse tipo de investimento na composição da fortuna também indica o nível de inserção de sujeito na economia local. A tabela ao lado demonstra a distribuição da riqueza de Januário Antônio da Silva.

Os dados mostram que, entre as maiores fortunas no Pará, o herdeiro de Joaquim Antônio da Silva estava em terceiro lugar, apenas perdendo para Henrique de La Rocque³¹, que chegou ao Pará em 1837, tendo cons-

31 Belém (Comarca). Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Leão (49 Vara Cível). Inventários *post mortem*. Inventário de Henrique de La Rocque. 1899, cx. 1899-1900.

Tabela 1 – Distribuição das fortunas por categorias (em réis)

Negociante	Imóveis urbanos	Títulos e ações	Dinheiro	Escravos	Dívidas ativas	Dívidas passivas	Outros	Total
Henrique de La Rocque	222:000\$000 (18,4%)	128:911\$000 (10,7%)	738:872\$600 (61,2%)	-	-	-	116:752\$400 (9,7%)	1.206:536\$000 (100%)
Lúcio de Sousa Machado	328:200\$000 (66%)	99:000\$000 (20%)	-	9:000\$000 (2%)	20:000\$000 (4%)	-	43:417\$260 (8%)	499:617\$260 (100%)
Januário Antônio da Silva	64:000\$900 (43%)	20:000\$000 (13,4%)	48:237\$000 (32,4%)	-	14:480\$000 (9,7%)	-	2:242\$900 (1,5%)	148:960\$800 (100%)
José Pinto de Araújo	35:000\$000 (74,6%)	-	-	1:000\$050 (2,1%)	3:433\$917 (7,3%)	6:959\$346 (14,8%)	500\$164 (1,2%)	46:893\$477 (100%)
Agostinho José Lopes Godinho	46:500\$000 (49%)	4:900\$00 (5%)	6:000\$000 (6,5%)	1:000\$000 (1%)	22:200\$000 (23,5%)	-	14:000\$000 (15%)	94:630\$220 (100%)
Ludovina Madalena da Costa	12:000\$000 (4,2%)	16:600\$000 (5,8%)	243:637\$627 (84,5%)	4:950\$000 (1,7%)	-	-	11:085\$000 (3,8%)	288:272\$627 (100%)

Observação: Ludovina Madalena da Costa era esposa de Henrique de La Rocque.

Fonte: Belém (Comarca). Centro de Memória da Amazônia (CMA). Diversos cartórios. Inventários *post mortem* (1855-1899).

truído um elevado capital mercantil nas décadas de 1840, 1850 e 1860, fortuna essa que prosperou ainda mais a partir do seu envolvimento com os negócios da borracha. Com exceção de La Rocque, que tinha uma fortuna extremamente expressiva para o contexto do Pará oitocentista, a de Januário Antônio da Silva ficou atrás de outro português reconhecido como um dos homens de negócios mais prósperos da província: Lúcio de Sousa Machado³². Esse estabeleceu residência fixa no Pará no ano de 1826 e seus negócios floresceram a ponto de possuir uma das riquezas mais sólidas dos meados do Oitocentos na região.

É importante destacar que essas eram avultosas fortunas para a Belém dos meados do século XIX. Por certo, a partir do alargamento dos negócios da borracha, os níveis de riqueza se acentuaram. No entanto, estamos tratando de fortunas que se consolidaram já nas primeiras décadas do século. Dessa maneira, é provável que Januário Antônio não tenha desfrutado de tempo para se envolver com as benesses da economia da borracha, já que veio a falecer em 1874. Ainda assim, consta que “o mais antigo plantio que se tem notícia foi efetuado pelos herdeiros de Joaquim Antônio da Silva”³³. No seu testamento, Januário fez a seguinte afirmação:

Declaro que também cumpri a verba em que ele manda plantar mil pés de seringueira da ilha perto de Macajuba, que ele mandou denominar “Bom Intento Segundo” mas falta cumprir a segunda verba em que ele manda plantar no Sertão, outros vinte mil pés nas terras que ele quer que se denomine “Bom Intento Terceiro” [...] e não tenho cumprido isto porque as pessoas com quem tenho contactado esta plantação não tem [sic] cumprir e a julgar impossível.³⁴

32 Belém (Comarca) Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Juízo de Órfãos da Capital. Inventários *post mortem*. Inventário de Lúcio de Sousa Machado, 1878.

33 DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 78.

34 Belém (Comarca). Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Fabiliano Lobato (119 Vara Cível). Inventários *post mortem*. Inventário de Januário Antônio da Silva. Traslado do testamento. 1874, cx. 142.

Segundo essa informação prestada pelo próprio herdeiro de Joaquim Antônio da Silva, é possível dizer que houve um interesse por parte de Joaquim no envolvimento com os negócios da borracha, que Januário procurou colocar em prática. Entretanto, parece não ter sido uma experiência bem-sucedida. Então, é possível afirmar que a fortuna amealhada pelos irmãos Antônio da Silva não é oriunda da borracha, ainda que essa fosse uma tendência para muitos negociantes que viveram até a segunda metade do século XIX.

O MUNDO DE JANUÁRIO: SOCIABILIDADES E HIERARQUIAS SOCIAIS NO GRÃO-PARÁ

Escrito em setembro de 1870 e aberto quatro anos mais tarde, após a sua morte, o testamento de Januário Antônio da Silva é muito mais do que uma simples disposição das suas últimas vontades. Como testemunho da vida de Januário no Pará, o documento revela de forma pouco usual as minúcias da trajetória de um homem multifacetado: um migrante que, de um lado, mantinha fortes vínculos sociais e econômicos com a sua terra de origem e, do outro, lidava de maneira muito particular com as hierarquias sociais numa sociedade estruturada pela escravidão, como o Grão-Pará oitocentista. Nesse sentido, a sua trajetória não se limita – nem poderia – à elite mercantil de Belém; é essencial considerarmos Januário como um homem ligado às duas margens do Atlântico, com relações que enlaçavam pessoas das mais diferentes origens e posições sociais, especialmente, na Amazônia.

Diferentemente de muitos portugueses enriquecidos na região, que procuravam no casamento com as filhas da “nobreza da terra” paraense um mecanismo de ascensão social, Januário não contraiu matrimônio³⁵. No testamento, declarou que “aqui [Pará] tenho me conservado no estado

35 CANCELA, Cristina Donza. “Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)”. [SOUSA, Fernando de; MATOS, Ismênia de Lima; MATOS, Maria Izilda dos Santos]. *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: CEPES, 2009, pp. 149-161.

de solteiro e que não tenho herdeiros forçados, nem ascendentes nem descendentes e que por consequência estou apto a dispor dos meus bens”³⁶. Além da já referida importância do seu “estado de solteiro” na disposição dos bens que herdara de Joaquim, não podemos deixar de considerar que, ao não estabelecer uma aliança matrimonial, Januário precisou lançar mão de outras estratégias de consolidação do seu lugar social de prestígio na sociedade paraense, que também fizeram parte do universo de relações no qual os migrantes portugueses se inseriam na Belém oitocentista.

O tempo no qual Januário Antônio da Silva morou em Belém, de 1815 a 1874, foi maior que o de seu irmão Joaquim. Ao longo de seis décadas no Pará, desenvolveu relações sociais que garantiam o seu lugar na elite provincial. Se é verdade, por um lado, que Januário usufruiu – positiva e negativamente – das redes sociais que Joaquim estabelecera no Pará, por outro, é igualmente verdade que ele procurou circular por espaços pelos quais Joaquim não havia transitado. Destacamos, de início, a inserção de Januário em irmandades religiosas, principalmente a da Santa Casa de Misericórdia – uma das mais prestigiadas confrarias da Belém oitocentista. Januário finalizou seu testamento, inclusive, enfatizando que gostaria de “ser enterrado no Cemitério da mesma ordem”, determinando a seu testamenteiro que procedesse à compra de sepultura no local³⁷.

A Santa Casa de Misericórdia de Belém foi criada ainda no século XVII e era uma das mais ricas irmandades religiosas do Pará. Em meados do Oitocentos, o patrimônio da irmandade era composto, dentre outras coisas, pela Igreja de Santo Alexandre, o Hospício dos Lázaros, o Hospital Bom Jesus dos Pobres e quatro fazendas espalhadas por diferentes regiões da província, além de um número expressivo de cativos³⁸.

36 Belém (Comarca). Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Fabiliano Lobato (119 Vara Cível). Inventários *post mortem*. Inventário de Januário Antônio da Silva. Traslado do testamento. 1874, cx. 142.

37 Belém (Comarca). Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Fabiliano Lobato (119 Vara Cível). Inventários *post mortem*. Inventário de Januário Antônio da Silva. Traslado do testamento. 1874, cx. 142.

38 VIANA, Arthur. *A Santa Casa da Misericórdia Paraense: notícia histórica (1650-1902)*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1992 [1902].

Se a irmandade, em si, não se limitava à elite paraense, o mesmo não podemos dizer da mesa diretora. Em expediente publicado no *Jornal do Pará*, em 1868, pelo então vice-presidente da província José Bento Figueiredo, Januário foi nomeado como definidor substituto da Misericórdia, na época “provida” por Francisco da Silva Castro e Fortunato Alves de Souza (esse, também português) – dois importantes membros da alta sociedade paraense no século XIX³⁹.

Além da Misericórdia, Januário se envolveu com a confraria do Senhor Bom Jesus dos Passos⁴⁰ e a irmandade da Imaculada Conceição de Nossa Senhora. Esta última, ereta na Catedral do Pará em 1855 como “prova de devoção” à Imaculada Conceição, declarado dogma católico pelo Papa Pio IX no ano anterior, reunia na sua mesa nomes proeminentes da sociedade belenense, como D. Inês de Lacerda Chermont (juíza), José do Ó de Almeida (procurador), João Diogo Clemente Malcher e o cônego Manoel José de Siqueira Mendes (mesários), entre outros. Na instalação dessa irmandade, em junho de 1855, Januário foi eleito juiz, o mais importante posto da mesa diretora, a quem competia convocá-la, dirigir os seus trabalhos e mandar cumprir as suas deliberações. Pelo posto, o negociante deu de joia a quantia de 50 mil réis⁴¹.

As sociabilidades ensejadas pelas confrarias religiosas favoreciam o estreitamento de vínculos sociais entre os confreiros. Irmãos na Misericórdia e na Imaculada Conceição, Januário Antônio da Silva e João Diogo Clemente Malcher eram, igualmente, compadres. O apadrinhamento de Ana, filha de Malcher, aproximava o comerciante português de uma destacada linhagem política do Pará oitocentista. João Diogo, além dos cargos que ocupou no legislativo provincial, era filho de Félix Antônio Clemente Malcher, um dos líderes da Cabanagem e presidente *de facto*

39 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ). Hemeroteca. *Jornal do Pará*, n. 288, 19 de dezembro de 1868, p. 1.

40 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ). Hemeroteca. *Diário de Belém*, n. 47, 28 de fevereiro de 1871, p. 1.

41 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ). Hemeroteca. *Treze de Maio*, n. 520, 26 de julho de 1855, pp. 1-2.

da província, entre janeiro e fevereiro de 1835⁴². No seu testamento, Januário legou a Ana “um cento de réis em moeda corrente do Império, e isso em sinal de lembrança e amizade”. Ainda que um valor pouco expressivo para alguém da elite, a disposição testamentária corrobora as afirmações anteriores.

Não era, porém, apenas com a alta sociedade paraense que Januário cultivava relações de compadrio. O testamento do negociante é, outrossim, um rico relato das relações que ele mantinha com os seus escravizados e egressos do cativo, e de como comungava com uma leitura paternalista da escravidão característica do Oitocentos. Ao que tudo indica, a escravaria de Januário Antônio da Silva se formou, em grande medida, a partir dos cativos que herdou do irmão e da capacidade de reprodução endógena desses. Não observamos, na documentação analisada, indicativos de que Januário promoveu um esforço de ampliar o seu plantel por meio da aquisição de novos escravizados. Pelo contrário, identificamos elementos que apontam que esse português, não raro, alforriava cativos e mantinha relações sociais com eles após alcançarem a liberdade. Vejamos este excerto:

Deixo ao preto liberto, mestre Veríssimo, pelos bons serviços que me tem feito, quinhentos mil réis em moeda corrente no Império. Deixo aos libertos que existem no Engenho, Alberto, Julião, Venâncio, Joaquina e Lúcia, duzentos mil réis a cada um, em moeda corrente. Deixo a cada um dos escravos do mesmo Engenho e da Casa da Cidade dez mil réis a cada um⁴³.

Sem adentrarmos na discussão sobre a dinâmica particular de alforrias e do paternalismo senhorial que demarcou o escravismo brasileiro e o diferenciava de outras experiências escravistas, especialmente, nos

42 Sobre a Cabanagem, ver especialmente: RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. *Tempo*, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

43 Belém (Comarca). Centro de Memória da Amazônia (CMA). Cartório Fabiliano Lobato (119 Vara Cível). Inventários *post mortem*. Inventário de Januário Antônio da Silva. Traslado do testamento. 1874, cx. 142.

séculos XVIII e XIX⁴⁴, é perceptível como Januário desenvolvia relações específicas com os seus escravos, seja com aqueles que permaneciam no Bom Intento, seja com aqueles que trabalhavam nas suas propriedades urbanas em Belém. Além dos cativos ou egressos do cativo referido, o português deixou casas na cidade para libertos – algumas sob a administração de terceiros, haja vista a menoridade daqueles, outras com a condição de que não pudessem ser vendidas, e permanecessem como herança para filhos e afilhados de quem os recebia. Ao fazê-lo, o negociante procurava construir uma imagem de benevolência, ao passo em que reforçava hierarquias.

As relações de Januário com diferentes sujeitos sociais no Pará oitocentista traduzem bem a realidade de uma sociedade estruturada pela escravidão e que tinha não apenas na riqueza, como também em práticas sociais diversificadas, a formação de signos de distinção. Desse modo, o mundo de Januário e o reconhecimento da sua posição social diferenciada se deram tanto pelas relações estabelecidas endogenamente com a alta sociedade paraense quanto pelos laços que ele constituiu com camadas menos abastadas da população. A atuação do negociante em confrarias e a lente paternalista pela qual ele, aparentemente, lia a escravidão, longe de serem contraditórias, eram faces da mesma moeda: a de um homem que era “misericordioso”, mas reiterava o seu lugar diferenciado; que se pretendia benevolente, mas escravizava e perpetuava desigualdades sociais.

O MUNDO SEM JANUÁRIO: CONSIDERAÇÕES QUASE QUE FINAIS

Representativa, em parte, do grupo de negociantes portugueses enriquecidos que atuaram na praça mercantil de Belém nos meados do século XIX e, ao mesmo tempo, específica pelas particularidades que guardou,

44 MARQUESE, Rafael de Bivar. “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 74, p. 107-123, 2006.

a trajetória de Januário Antônio da Silva pode ser lida como um locus de observação privilegiado das mudanças operadas na economia amazônica, nesse período. A expansão da economia da borracha na região e, em um contexto mais amplo, o próprio processo de modernização e de transformações sociais que marcaram o Brasil Império na segunda metade do Oitocentos, levaram os investimentos da “Casa do Pará” dessa família a uma nova direção. Sem renunciar à atuação mercantil, tampouco ao deslocamento inicial dos investimentos da família Silva em imóveis rurais e escravizados, Januário concentrou a sua atuação na aquisição de imóveis urbanos, ações e letras e em dívidas ativas.

Se, na economia, Januário Antônio da Silva parecia sintonizado à nova dinâmica de acumulação de capital que se estabelecia à época, as suas sociabilidades ainda eram marcadas por signos de distinção social tradicionais. Embora, nos meados do Oitocentos, o econômico e o social não estivessem formalmente apartados na explicação da trajetória de indivíduos como Januário, é verdade que a sua atuação social se desenvolveu, principalmente, através de um esforço de conceber marcas distintas do seu lugar social diferenciado, a partir de mecanismos tradicionais: o paternalismo senhorial em relação aos escravizados, os laços de parentesco espiritual, a participação em confrarias religiosas, entre outros. Além de Joaquins e Januários, muitas foram as trajetórias de portugueses enriquecidos na Amazônia oitocentista. Esperamos que este texto ajude a abrir novas perspectivas para essa discussão.

6

REDES DE COMÉRCIO E
EXTRATIVISMO: TRAJETÓRIA
DE UM NEGOCIANTE
PORTUGUÊS NO RIO MADEIRA
(1854-1917)

*Paula de Souza Rosa*¹

INTRODUÇÃO

O rio Madeira é o maior afluente da margem direita do rio Amazonas, sua nascente se encontra na confluência dos rios Mamoré e Beni, que nascem no interior da Bolívia. Desde o período colonial, devido a sua localização estratégica, foi utilizado para comunicação e transporte fluvial entre a cidade de Belém, as minas do Mato Grosso e as missões espanholas dos rios Guaporé e Mamoré.

Apesar da sua importância, na primeira metade do Oitocentos, a circulação de pessoas e mercadorias por essa via fluvial esteve em “ponto morto”: poucas eram as viagens comerciais que percorriam toda a exten-

1 Mestre e Doutoranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/BRASIL. Membro do Grupo de Pesquisa População Família e Migração na Amazônia – RUMA (UFPA/ CNPq).

são do rio. Contudo, após 1840, através da reestruturação do comércio, da produção agrícola e extrativista, a economia amazônica “refloresceu” (LOPES, 2002). Esse período compreende a expansão da economia da borracha que, por sua vez, possibilitou um maior dinamismo econômico e circulação de pessoas, não apenas nas cidades de Belém e Manaus, mas também em todo interior amazônico. Desse modo, o rio Madeira, região de fronteira, considerada “despovoada”, em poucos anos começou a receber um fluxo migratório constante, motivado pelas possibilidades econômicas que se apresentavam em suas margens, decorrência do aumento da demanda por produtos extrativistas no mercado internacional.

Assim, no esforço de matizarmos a compreensão acerca do avanço da fronteira extrativista, bem como sua estreita relação com a expansão das redes de comércio pelo interior amazônico, examinamos, no presente trabalho, a trajetória do negociante português José Francisco Monteiro. Tendo o nome por fio condutor, a partir de um conjunto de fontes diversas (registros paroquiais, jornais, relatórios, habilitação consular, diários de viajantes etc.), tentamos reconstituir as redes de relações sociais e as estratégias adotadas por esse imigrante nos locais por onde passou, até sua inserção e ascensão social nas margens do rio Madeira (GINZBURG, 1989, p. 174).

O Comendador Monteiro, como era conhecido José Francisco, “nasceu no velho Portugal, na invicta cidade do Porto”, mais especificamente, na pequena freguesia de Santo Ildefonso, em 19 de março de 1830 (A Capital, 16/10/1917, p. 1). Ao longo de sua trajetória, passou por diversos locais, mas faleceu em 1917, em avançada idade, na cidade que fundou às margens do rio Madeira, denominada Humaitá. Em fins dos Oitocentos era o mais importante negociante do rio Madeira, controlava uma extensa rede de comércio que se espalhava pelos afluentes e se estendia até as praças mercantis de Belém e Manaus (MENEZES, 1874, p. 182). Além disso, possuía inúmeros seringais, embarcações, imóveis urbanos e outros empreendimentos. O comerciante português também controlou a política local, tendo ocupado diversos cargos político-burocráticos e militares. Sua inserção e ascensão social foram possibilitadas pelas alianças familiares, as sociedades comerciais e os vínculos de amizade, estratégias de aquisição, manutenção e fortalecimento da riqueza, *status* e poder familiar. A análise dessa trajetória é uma tentativa de estabelecer um horizonte

de possibilidades que nos permita compreender, a partir da imigração portuguesa, a intrínseca relação entre as redes comerciais e o avanço da fronteira extrativista sobre novas áreas de exploração na Amazônia.

DO CAIS DO PORTO AO RIO MADEIRA

São poucas as informações sobre a trajetória de José Francisco Monteiro antes de sua fixação no rio Madeira. O primeiro registro encontrado de sua presença na Amazônia é sua habilitação no Consulado Português em Belém do Pará, em julho de 1861, quando já residia em Borba (Habilitação..., nº 1149, 29/7/1861). Filho de Manoel Francisco Monteiro e Margarida Rosa Monteiro, declarou ter chegado ao Brasil no ano de 1854, com 23 anos de idade. Contudo, essa é uma informação dissonante, visto que todas as outras fontes mencionam sua chegada em 1840, com dez anos de idade. Talvez essa tenha sido uma forma que o comerciante encontrou de evitar o pagamento das altas taxas do registro consular.

De sua infância na terra natal, de sua viagem ao Brasil, de seus pais e irmãos, se acaso os teve, nenhum registro sobreviveu ao crivo do tempo. Supomos que José era um entre os muitos órfãos e pequenos viajantes portugueses que migraram para o Brasil no século XIX (BOSCHILIA, 2014). Seu primeiro destino foi a cidade de São Luís, na província do Maranhão, para onde embarcou “aos cuidados de algum parente, que o acolhera solidário” devido à sua orfandade (AFFONSO, 2004, p. 17). Na primeira metade do Oitocentos, o Maranhão figurava como uma das maiores economias do país, e São Luís tinha o quarto maior porto do Brasil, sendo responsável por quase o dobro das importações do porto de Belém (SALES, 2014, p. 12).

Na categoria de imigrante pobre, o menino José Francisco “de imediato passou a trabalhar numa Casa de Comércio durante o dia, enquanto reservava a noite para o estudo” (AFFONSO, 2004, p. 18). Em terras maranhenses, assim como em outras províncias do Brasil, os portugueses dominavam o comércio, sendo que os mais jovens, ainda crianças, iam para as atividades de caixeiros, que consistiam no atendimento do balcão até as funções de guarda-livros na casa comercial de algum conterrâneo ou familiar.

Com o tempo, após adquirir prática nas funções relacionadas à atividade comercial, podemos inferir que José Monteiro passou a trabalhar no comércio de cabotagem entre São Luís e Belém. Porquanto, existia um conjunto complexo de teias comerciais que interligavam essas praças mercantis no limiar do Oitocentos (LOPES, 2013, p. 232-235). Desse modo, entre idas e vindas à praça comercial de Belém, José Francisco estabeleceu estreitas relações com imigrantes portugueses que comerciavam, visitavam e/ou residiam no rio Madeira, no interior da província do Amazonas.

O deslocamento de imigrantes portugueses do Maranhão com destino às províncias do Pará e Amazonas é um fenômeno que ainda não foi pesquisado, talvez devido à dificuldade de mapear o fluxo migratório interprovincial, principalmente de estrangeiros. De acordo com um relatório sobre a população portuguesa no Maranhão, na década de 1850, muitos portugueses que residiam naquela província se transplantaram para o Pará, “por ser um campo mais vasto e variado de ganancias” (CAPELA, 1882, p. 236).

Cabe ressaltar que, muito antes do surgimento da economia da borracha, o Pará possuía uma colônia portuguesa considerável, devido a suas estreitas ligações com Portugal (WEINSTEIN, 1993, p. 78). Todavia, foi efetivamente a partir de 1850 que o fluxo migratório português com destino à Amazônia aumentou exponencialmente.

Segundo os livros de registro das habilitações consulares do Pará, antes de 1850 a província recebeu 246 imigrantes portugueses; já entre 1850 e 1854 foram 1.616 indivíduos. Nos anos seguintes, o fluxo migratório português para o Pará se manteve contínuo e estável, com períodos de maior ou menor intensidade, até a primeira metade século XX, com imigrantes vindos direto dos portos portugueses ou de outras províncias do Brasil, como o Maranhão (CANCELA; COSME, 2016, p. 240).

Apesar de provenientes de diferentes localidades do território português, os lusitanos que atravessaram o Atlântico, entre 1822 e 1950, eram esmagadoramente oriundos da região norte de Portugal, principalmente das províncias do Douro e Minho, e se constituíram no grupo mais numeroso de imigrantes que adentraram o território brasileiro (SOUSA, 1979, p. 30; MATOS, 2013, p. 34).

Nessa conjuntura de maior dinamismo econômico, social e de circulação de pessoas na Amazônia, devido às transformações provocadas pela economia da borracha, em 1854, aos 24 anos de idade, José Francisco Monteiro se despediu da cidade de São Luís e embarcou no patacho Quatro Amigos com destino à capital paraense (Habilitação..., nº 1149, 29/7/1861).

Esse deslocamento de imigrantes portugueses entre o Maranhão e o Pará tem como característica importante a condição civil. Dos 29 portugueses registrados no consulado do Pará que declararam ter chegado na década de 1850, vindos do Maranhão, 26 eram solteiros. Possivelmente, aqueles que já haviam constituído família viam menos vantagem em enfrentar novamente as incertezas do processo migratório, porquanto a inserção social proporcionada pelo matrimônio garantia certa estabilidade social e financeira, mesmo nos momentos de insegurança econômica.

Na cidade de Belém, José Francisco passou a trabalhar para a casa comercial do contrerrâneo Elias José Nunes da Silva, que viria a se tornar o maior negociante português e mais importante proprietário de vapores da Amazônia. Dos 121 registros de barcos que atracaram no porto de Belém em 1879, 30 eram consignados à casa comercial José Nunes da Silva & Cia (SALES, 2014, p. 2). Suas redes de negócios se estendiam por todo o interior da Amazônia e países vizinhos. Considerado “pioneiro do negócio de aviamento no Amazonas, na Bolívia e no Peru”, seus agentes comerciais (caixeiros/regatões) percorriam as veias que conectavam essas regiões ao mercado internacional, sobretudo o rio Madeira, importante rota de comércio com o oriente boliviano (WEINSTEIN, 1993, p. 78).

Após curta estadia na capital paraense, José Monteiro foi enviado, ainda em 1854, para o trabalho de caixeiro/regatão da casa comercial de Elias José Nunes da Silva e, posteriormente, se tornou aviado, representante e procurador dessa importante casa aviadora no rio Madeira (MENEZES, 1874, p. 182; Jornal do Amazonas, 6/3/1886, p. 3).

Cabe ressaltar que, nesse novo processo de mobilidade, José Francisco não era mais um imigrante pobre e inexperiente, havia adquirido conhecimento na prática comercial, amealhado algum dinheiro e estabelecido importantes redes de relações sociais durante os anos de trabalho entre as praças comerciais de Belém e São Luís. Todavia, também não pode ser considerado um *negociante*, visto que essa categoria está rela-

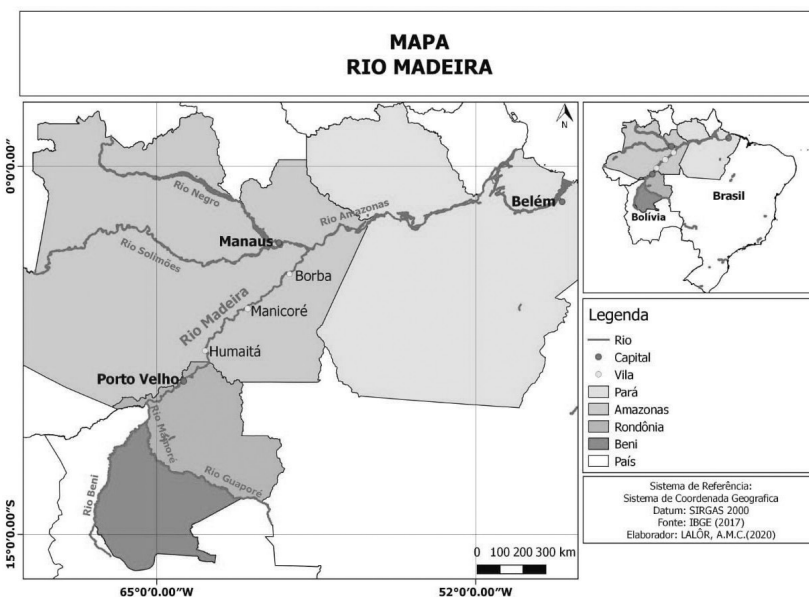
cionada à atividade de longo curso e à diversificação dos investimentos, o que garantia prestígio econômico e social a partir das relações locais e externas estabelecidas (SAMPAIO, 2000).

Ser negociante de grosso trato não é uma categoria dada. Muitos dos imigrantes portugueses que se tornaram homens de negócios levaram toda uma vida de diferentes estratégias sociais para alcançar a riqueza, *status* e poder que os configuraram como elite.

REDES DE COMÉRCIO, EXTRATIVISMO E ASCENSÃO SOCIAL

Ao chegar no rio Madeira, em 1854, o comerciante José Francisco Monteiro fixou residência na vila de Borba (ver Figura 1), ponto de apoio para sua atuação na região, além de ser o único povoado dessas paragens e local de parada obrigatória para o escoamento da produção e abastecimento de mercadorias dos negociantes (brasileiros, portugueses e bolivianos) que subiam e desciam o rio em suas canoas e igarités.

Figura 1: Mapa do rio Madeira



De acordo com os Relatórios de Presidente de Província do Amazonas, entre 1850 e 1870, a coletoria de Borba foi responsável pela quarta parte das rendas provinciais, sendo que em 1858 teve a terceira maior renda, abaixo apenas de Tefé e Serpa. Por outro lado, os dois anos seguintes, 1859 e 1860, tiveram os maiores rendimentos da província do Amazonas, sendo a goma elástica o produto de maior arrecadação, acompanhado diretamente pela castanha.

Em seus primeiros anos de atuação na região, o comerciante português se ateu às atividades mercantis relacionadas à casa aviadora José Nunes da Silva & Cia e ao recebimento de portugueses recém-chegados, para trabalharem como seus caixeiros/regatão. Possivelmente, o primeiro patricio recepcionado por José Monteiro foi o jovem José Estevão Lopes de Azevedo, de 13 anos de idade, que em 1859 chegou a Belém, sendo logo enviado para a vila de Borba, para atuar como caixeiro (Habilitação..., nº 1151, 30/7/1861). Nos anos seguintes, muitos outros imigrantes portugueses foram recebidos por José Monteiro, criando e fortalecendo uma rede migratória que conectou as vilas portuguesas, a cidade de Belém e as margens do rio Madeira.

Todavia, em 1860, um evento transformou significativamente a trajetória desse comerciante, até então figura insignificante no cenário econômico, político e social da região. No dia 23 de janeiro, José Francisco Monteiro contraiu matrimônio com Rita Inocência Camargo Cruz, com quem teve seu filho primogênito, este nascido brasileiro. A noiva era natural da vila de Borba, membro de importante família local e viúva de um negociante português já estabelecido na região, do qual havia herdado uma pequena fortuna (Arquivo Paroquial..., 1860, fl. 47). Junto com a “herança”, vinha uma dívida de mais de cinco contos de réis com a casa aviadora José Nunes da Silva & Cia do Pará, da qual José Monteiro era representante comercial.

Podemos inferir que o matrimônio beneficiou tanto o noivo quanto a noiva. Por um lado, José Monteiro assumiu e negociou com a casa aviadora paraense as dívidas passivas deixadas pelo falecido marido de sua esposa, por outro lado, passou a administrar a herança deixada que consistia, principalmente, em mercadorias e dívidas ativas, ou seja, uma extensa rede de comércio que se estendia pelas margens e afluentes do rio Madeira.

Conforme destacou Patrícia Sampaio, ao analisar a composição das fortunas na Manaus oitocentista, se compararmos a riqueza dos homens de negócios da Amazônia com outras províncias no mesmo período, serão visíveis a “pobreza” e os altos níveis de endividamento (SAMPAIO, 2014, p. 116). No entanto, riqueza e pobreza também são categorias que devem ser analisadas historicamente, pois seus significados variam de acordo com o tempo e lugar.

Nesse sentido, o montante de pouco mais de 12 contos de réis deixados pelo falecido comerciante Domingos José da Cruz era algo exponencial para a sociedade local da vila de Borba, mas também para a província do Amazonas, visto que dos inventários existentes da 29ª Vara de Família do Amazonas, entre 1838 e 1869, a maior riqueza não ultrapassou os vinte contos de réis (Sampaio, 2014, p. 117). Desse modo, apesar do alto nível de endividamento da fortuna herdada por sua esposa, o valor da aliança familiar estabelecida por José Francisco Monteiro não está no montante adquirido, mas sim nas redes de relações sociais e comerciais nas quais o imigrante português se inseriu por meio do casamento.

Sem embargo, logo após seu matrimônio, José Monteiro se habilitou no consulado português em Belém, uma estratégia adotada para garantir suporte e facilitar os aspectos legais relacionados ao negócio de exploração e comercialização de goma elástica que viria a estabelecer no rio Madeira. Porquanto, entre as funções do órgão consular, estava o suporte aos comerciantes, estimulando a circulação de produtos portugueses, além de “uma série de serviços associados ao patrimônio e à condição social dos sujeitos que podiam servir de estímulo à inscrição consular,” sobretudo “daqueles que possuíam algum tipo de patrimônio e precisassem legitimá-lo, receber herança, distribuir herança, obter escrituras de bens, iniciar um negócio” (CANCELA; COSME, 2016, p. 247).

Assim, logo após legitimar sua condição de *comerciante*, José Francisco Monteiro arregimentou trabalhadores, entre eles alguns índios Muras de Borba e seu jovem caixeiro, José Estevão Lopes de Azevedo, para iniciar o negócio de exploração de borracha no alto rio Madeira.

Essa estratégia da empresa seringalista incidiu sobre uma região de fronteira, com áreas reconhecidamente ricas em seringais e com terras ainda “inexploradas”, espaço impreciso em termos geográficos, onde não

havia ainda uma definição exata sobre quem exercia efetiva soberania sobre o território. Até a assinatura do Tratado de Ayacucho, em 1867, a margem esquerda do rio Madeira até seu ponto médio, aproximadamente Humaitá (ver Figura 1), pertencia à Bolívia. Contudo, a fronteira por nós trabalhada não deve ser confundida com o limite político definido pelos tratados internacionais (KUNH, 2006, p. 21).

A fronteira é prioritariamente um lugar de possibilidades que traz em si a ambiguidade de ser fim e início, separação e contato; o fato de ser separação significa que está constantemente sancionando a existência de um centro de poder que a estabeleceu ali e que a equipa com uma burocracia específica para sua manutenção, tendo nos indivíduos que ali residem seu meio de efetivação, mesmo que essa presença estatal seja precária. Além disso, habitar um espaço de fronteira pressupõe ter sempre presente a noção do ser estrangeiro ou do outro estrangeiro. Logo, a fronteira não é algo fixo, mas está sujeita à constante alteração de organização e significados, isso incide na variação das relações constituídas nesse espaço, podendo ser política, econômica e social (FLORES, 2012, p. 70).

Dito isso, poderíamos considerar a mobilidade espacial de José Francisco Monteiro, em direção ao alto rio, como “senso prático da estratégia”, uma ação que envolve um risco calculado de cada agente, mas que não se expressa formalmente (BOURDIEU, 2004, p. 23). Tendo em perspectiva que os indivíduos agem dentro de uma estrutura social limitada e limitante, com recursos materiais, culturais e cognitivos distribuídos e acessados de maneira desigual, de modo que o “senso prático de estratégia” é marcado por um horizonte de incerteza (LEVI, 2000, p. 27-28). No caso das estratégias familiares, por exemplo, as alianças feitas por ocasião dos matrimônios visariam “menos a um resultado econômico imediatamente quantificável do que a uma garantia coletiva reforçada contra aquilo que pode acontecer” (KUHN, 2006, p. 20).

Além disso, na Amazônia de meados do século XIX, sobretudo na região do rio Madeira, o uso da terra se dava pela posse, e visto que a terra era abundante, naturalmente não despertava maior interesse (LEAL, 2007, p. 70). Essa situação fundiária realmente se modificou a partir dos fins da década de 1870, com o intenso avanço sobre novas áreas

de exploração de seringa por um número cada vez maior de patrões e, conseqüentemente, o aumento dos conflitos pela posse das áreas ricas em produtos naturais.

Por outro lado, o avanço desses negociantes provocou a reação das populações indígenas locais, que viam seus territórios serem expropriados. Assim, na noite de 3 de junho de 1863, a propriedade do português José Francisco Monteiro, destinada à exploração de goma elástica e à comercialização de produtos, localizada no distrito do Baetas e denominada Frechal, foi assaltada pelos índios Parintintins (CASTILHO, 1900, p. 63). O ataque resultou na morte de Anna Thereza de Almeida, de 60 anos de idade, além dos que saíram gravemente feridos: Suzana Francisca do Rosário, José Gonçalves Ferreira, Basílio Antônio Rodrigues, Pedro Antônio Ferreira de Assumpção; e os que ficaram levemente feridos: Angélica Ferreira, Catharina da Conceição e o menor Manoel (Amazonas, Vol. III, 1908, p. 718).

Não foi possível identificar a relação ou o grau de parentesco entre o dono do barracão e as pessoas envolvidas no ataque, todavia, podemos supor que eram trabalhadores de José Monteiro. O comerciante português ainda permaneceu por mais alguns anos no seringal denominado Frechal, tendo solicitado, em janeiro de 1864, título de concessão de meia légua de terras (O Cathechista, 14/3/1864, p. 4). Contudo, a constante resistência indígena ao avanço da fronteira extrativista no rio Madeira resultou em ataques sucessivos ao estabelecimento de José Francisco. De acordo com o missionário franciscano Jesualdo Maccheti, que percorreu a região em 1869, “los bárbaros le quemaron su barraca, y tuvo que trasladarse [...] y perdió los siringales por el mismo motivo y en fin perdió una cubierta que cargada importaría catorce contos de reis [...]” (MACCHETI, 1886, p. 56).

Em outra descrição, sobre o mesmo ataque, Bernardo da Costa e Silva diz que “ali [no seringal Frechal] morava nosso amigo José Francisco Monteiro com sua família, a quem de noite surprehenderam, não dando mais tempo que o necessário para conduzir esposa e filho, e mettel-os em uma canôa, voltando com seus companheiros a casa a combater os selvagens” (SILVA, 1891, p. 142), em retaliação aos assaltos em suas barracas.

Esse tipo de ação era conhecido como “correrias”, uma espécie de apresamento de mão de obra, política de afastamento ou represália dos indígenas hostis das áreas de seringais. Na maior parte das vezes, os índios adultos fugiam ou eram mortos, entretanto, as mulheres e crianças eram aprisionadas e enviadas para o trabalho nos barracões (FONSECA, 1880, p. 316). Após inúmeros combates sanguinolentos, os fregueses de José Monteiro ameaçaram abandonar os serviços caso não mudassem de local (HUGO, 1959, p. 194). De tal modo, o comerciante português estabeleceu um grande armazém próximo ao igarapé Behém, nas imediações do Crato, antigo lugar de degredo, que, em meados do século XIX, constituía-se em ponto de apoio à precária navegação, que se fazia de Belém ou Manaus até Vila Bela da Santíssima Trindade, passando por Exaltación (Bolívia, baixo rio Mamoré) e outras localidades bolivianas.

Essa propriedade viria a se tornar a vila de Humaitá, povoação conhecida como “a princesa do Madeira” (ver Figura 1). A escolha desse local não foi aleatória, nesse ponto o rio Madeira é muito estreito e sua localização dificultava os ataques dos índios Parintintins (HUGO, 1959, p. 194). Ademais, a casa comercial de José Monteiro estava em uma posição estratégica para o controle das embarcações que subiam ou desciam para a Bolívia e o alto Madeira, principalmente os afluentes mais ricos em goma elástica, os rios Machado e Jamari.

Na embocadura desses rios, José Monteiro levantou barracões aos cuidados de seus caixeiros portugueses, com quem estabeleceu sociedade em pequenas firmas comerciais para o negócio de regatão e extração de goma elástica. Além disso, esses estabelecimentos se situavam próximos às duas únicas missões religiosas da região, São Francisco e São Pedro de Alcântara, lugares essenciais para o agenciamento de indígenas para a tripulação das canoas e extração da borracha.

Na missão de São Francisco, localizada na margem esquerda do Madeira, entre a foz dos rios Preto e Machado, José Francisco Monteiro instalou seu conterrâneo e sócio, o caixeiro Jeronimo da Cunha Vieira. Nesse empreendimento, pertencente à firma Monteiro & Vieira, eram exploradas diversas estradas de seringa nas áreas de entorno da missão religiosa (Amazonas, 8/11/1882, p. 4). Cabe ressaltar que Jeronimo Vieira passou a residir na missão de São Francisco, o que facilitou o aliciamento

de mão de obra indígena. Contudo, enfrentou a resistência do padre franciscano Giuseppe Coppi, responsável pela missão.

Tendo em vista que o controle social não se dava pelo acesso à terra, mas sim pelo controle da produção e circulação dos produtos, ou seja, pelo crédito, e que essa lógica comercial girava em torno do acesso à mão de obra, principalmente indígena, havia constante tensão entre os negociantes e os missionários na Amazônia oitocentista (LEAL, 2007, p. 70).

Geralmente, quando não falavam a língua geral, os regatões iam até as aldeias acompanhados por intérpretes e negociavam com o Tuxaua, líder de alguma maloca. Os acordos funcionavam da seguinte forma: o comerciante oferecia ao líder certa quantia de alimentos, armas, munição e outros objetos do cotidiano. Ao mesmo tempo em que entregava os produtos, selecionava um número de índios jovens para o trabalho nos seringais e como remeiros das embarcações (CARVALHO, 2006, p. 316).

De acordo com o missionário Giuseppe Coppi, o mais imoral dos comerciantes estabelecidos na missão de São Francisco era Jeronimo da Cunha Vieira. Tal foi o grau de desavença que o missionário franciscano chegou a solicitar junto ao presidente da província a expulsão do comerciante português da missão religiosa. Contudo, Jeronimo se recusou a obedecer e, mesmo com os constantes conflitos, não parou de comercializar e arregimentar trabalhadores indígenas. Ademais, como o próprio missionário destacou, Jeronimo Vieira possuía o apoio de pessoas influentes, entre elas o negociante José Francisco Monteiro, que se articularam com o governo provincial e a imprensa de modo a desacreditar as denúncias feitas pelo franciscano (COPPI, 1884, p. 11-13).

Em contrapartida, negociantes procedentes da Bolívia, onde Giuseppe Coppi já havia atuado, tomaram partido do missionário franciscano, em especial, Dom Ramon Roca (COPPI, 1884, p. 15), negociante cujo interesse não estava necessariamente na mão de obra indígena, mas nos ricos seringais da região. Esses comerciantes bolivianos desciam o rio Madeira acompanhados de numerosos trabalhadores indígenas oriundos dos antigos aldeamentos jesuíticos de Mojos e Chiquitos, já submetidos ao regime de trabalho compulsório e, portanto, considerados melhores para o serviço de extração da borracha e condução das embarcações (FONSECA; ROSA, 2018).

Nesse sentido, o sócio de José Monteiro entrou em sucessivas disputas pelos seringais situados na embocadura do rio Machado com o Madeira. Primeiro com os índios Parintintins, motivo pelo qual interrompeu a extração de goma elástica naquela área. Posteriormente, o conflito se deu com negociantes bolivianos, visto que, ao retornar com seus trabalhadores para o seringal que havia deixado devido aos ataques indígenas, Jeronimo Vieira encontrou as estradas de seringa já ocupadas “por gente boliviana”. Esses indivíduos haviam levantado um barracão na margem do Madeira, denominado São Roque, propriedade de Dom Ramon Roca, que solicitou concessão na província do Amazonas (Amazonas, 3/10/1883, p. 3).

Por outro lado, na foz do rio Jamari, o negociante José Francisco Monteiro estabeleceu um barracão sob os cuidados de seu mais antigo caixeiro, José Estevão Lopes de Azevedo, com quem também possuía uma sociedade comercial, sob a firma Monteiro & Azevedo, com duas canoas de regatão e algumas barracas de extração de goma elástica (Amazonas, 10/12/1880, p. 3). Nesse lugar havia “una buena tienda bien surtida”, onde abasteciam os viajantes, comerciantes e seringalistas brasileiros, portugueses “y algunos bolivianos” que subiam e desciam o Madeira ou que exploravam borracha no rio Jamari (MACCHETI, 1886, p. 55).

Não obstante, se nos primeiros anos de avanço da economia gomífera as tensões se davam, sobretudo, com as populações indígenas, nas décadas de 1870 e 1880, os conflitos pelos usos sociais dos recursos naturais e da mão de obra indígena foram preponderantes no rio Madeira. Essas disputas advinham de objetivos antagônicos tanto dos seringalistas com os indígenas, como entre os próprios comerciantes. Desse modo, em janeiro de 1871, o brasileiro Honório Cavalcante de Albuquerque e um boliviano foram remetidos para Manaus como autores de um incêndio na barraca de José Francisco Monteiro (O Cathechista, 14/1/1871, p. 1).

Podemos inferir que a barraca incendiada estava localizada na foz do rio Jamari, entre os seringais da firma Monteiro & Azevedo e o lugar denominado *Cavalcante*, ponto de escala dos vapores da Companhia Fluvial do Alto Amazonas, e propriedade de Honório Cavalcante de Albuquerque (Amazonas, 14/2/1871, p. 2). Além disso, Honório Albuquerque ocupou os cargos de subdelegado do distrito de Santo Antônio – onde se localizavam as estradas de seringa em disputa – e de diretor dos índios

Araras no rio Preto, próximo à missão de São Francisco, lugar onde estava outro patricio de Monteiro, o senhor Jeronimo Cunha Vieira (O Catechista, 1º/4/1865, p. 3; Estrella do Amazonas, 7/9/1861, p. 2).

Desse modo, o conflito entre José Monteiro e Honório Cavalcante se deu não apenas pela disputa de territórios ricos em seringais, mas também pelo controle da mão de obra indígena, pois os caixeiros e extratores de José Francisco Monteiro atuavam simultaneamente na exploração de borracha em áreas pretendidas por aquele negociante e no agenciamento dos índios Araras, do qual Honório era diretor, para o trabalho nos seringais.

Assim, no esforço de reconstituição da trajetória do português José Francisco Monteiro, podemos ver como esse negociante, através do comércio de regatão, ampliou e fortaleceu as redes de relações comerciais estabelecidas ao longo das margens do rio Madeira e afluentes. Através do emprego de conterrâneos vindos de Belém, por meio das redes migratórias baseadas nas sociabilidades, constituídas além-mar e recriadas na capital paraense, José Francisco instalou diversos estabelecimentos comerciais em pontos estratégicos nas margens do Madeira, em especial na foz dos afluentes e próximo às missões religiosas, pois facilitava o comércio de produtos extrativistas e garantia um número expressivo de trabalhadores. Além disso, as aldeias produziam diversos gêneros alimentícios para subsistência, que eram comercializados com os indivíduos que se dedicavam à exploração gomífera.

Ainda, os barracões localizados na embocadura dos rios Machado e Jamari possibilitaram um maior controle sobre o comércio e exploração da região e se tornaram pontos de abastecimento dos comerciantes brasileiros, portugueses e bolivianos que subiam e desciam o rio Madeira e seus afluentes.

Tendo em vista que a localização das propriedades era um fator essencial para o escoamento e abastecimento dos seringais, com a regularização da navegação a vapor no rio Madeira, a partir de 1870, houve um impulsionamento do comércio, que beneficiou os negociantes e produtores estabelecidos nas áreas de fácil acesso. Logo, podemos entender a estratégia adotada por José Monteiro de situar a maior parte de seus empreendimentos às margens do rio Madeira, próximos aos

pontos de escala ou mesmo lugar de parada dos vapores. Dessa forma, portanto, suas propriedades se tornavam espaços de sociabilidades da população local, por ser lugar de convergência dos pequenos produtores e comerciantes que buscavam abastecer e escoar sua produção.

Não é à toa que a principal propriedade de José Monteiro rapidamente se transformou em uma pequena vila, denominada Humaitá. Em 1869, ao passar por essa localidade, o frei Jesualdo Maccheti encontrou “um mui surtido almacén” em que estavam “cinco caballeros” portugueses. Ali, seu comboio, composto por negociantes bolivianos, abasteceu as canoas, batelões e igarités que seguiriam até Serpa, para embarcarmos produtos extrativistas e pecuários nos vapores com destino à praça comercial de Belém (MACCHETI, 1886, p. 57).

Na década de 1870, Humaitá se tornou ponto de escala dos vapores da Companhia Fluvial do Alto Amazonas, e, por conseguinte, um importante entreposto comercial com armazéns para guardar os produtos de outros negociantes que viviam ou circulavam pelo rio Madeira (Amazonas, 14/5/1879, p. 2). Em 1874, residiam na povoação cerca “de 250 a 300 almas”, grande maioria mantinha relações econômicas e sociais com o comerciante português (MENEZES, 1874, p. 182). Assim, a localidade adquiriu importância na logística e dinâmica social da região, consequentemente, proporcionou a José Francisco Monteiro um *status* diferenciado em relação aos demais negociantes e proprietários.

Se, por um lado, parece evidente que parte significativa da riqueza amealhada por José Monteiro tenha se constituído a partir da exploração de seringais, por outro lado, a maior parte de sua fortuna se constituiu por meio da acumulação e da reprodução de um capital mercantil proveniente da importante atuação do negociante português na região do rio Madeira e na praça comercial de Belém, através do estabelecimento de uma imensa teia de relações comerciais e sociais, e criação de uma estrutura material de suporte às atividades mercantis.

Nesse processo de transformação de um pequeno comerciante e proprietário de seringais para um negociante de grosso trato, José Monteiro precisou ampliar e diversificar seus investimentos. Para tanto, adquiriu um pequeno vapor, denominado Maicy, com o qual negociava a borracha extraída do rio Madeira e afluentes com os comerciantes da praça

mercantil do Pará (Diário de Belém, 16/12/1873, p. 1). Das 1.700 arrobas de borracha que o vapor Maicy transportou para o Pará em fevereiro de 1876, cerca de 1.300 pertenciam à casa comercial de José Francisco Monteiro & C.9 (Jornal do Amazonas, 3/2/1876, p. 1).

A posse desse tipo de embarcação livrou o negociante português da dependência dos vapores da Companhia Fluvial do Alto Amazonas, que, por serem muito irregulares, obrigavam os comerciantes da região a levar seus produtos em canoas até Serpa, e vice-versa, para embarcarem nos navios até Belém, o que aumentava consideravelmente os custos de transporte, além de exigir um número maior de trabalhadores indígenas para o serviço de remo das canoas.

Em linhas gerais, podemos estruturar os investimentos econômicos de José Francisco Monteiro da seguinte forma: nos seringais eram explorados a borracha e outros produtos extrativistas; as canoas de regatão abasteciam e escoavam a produção desses locais; em Humaitá, os armazéns abasteciam, recebiam e guardavam os produtos de diversos comerciantes; os depósitos de lenha forneciam o material necessário para os vapores que vinham abastecer e escoar a produção da região; e o estaleiro garantia a construção e manutenção das canoas, igarités e barcos a vapor (Amazonas, 10/7/1890, p. 3; MONTEIRO, 1892, p. 40).

A criação, a ampliação e a manutenção desse emaranhado de atividades econômicas só foram possíveis através do estabelecimento de uma complexa rede de relações comerciais, desde a criação de pequenas firmas destinadas à exploração de borracha e comércio de regatão no rio Madeira e afluentes, passando pelos vínculos com as principais casas aviadoras do Pará (Elias José Nunes da Silva & C9, A. Berneaud & C9 e B. A. Antunes & C9), até o momento em que José Francisco Monteiro se tornou sócio de uma das maiores firmas de aviamento da Amazônia, a casa Montenegro & C.9, instalada na rua Boulevard da República em Belém do Pará, tendo como sócios os destacados negociantes Ricardo José da Cruz, José Fernandes Antunes, José Casemiro Brazil Montenegro e, posteriormente, Carlos Augusto Brazil Montenegro (Almanack do Estado do Pará, 1904-1905, p. 776).

O fato de José Monteiro residir e manter propriedades e negócios na capital paraense, além de proporcionar algumas vantagens na comercia-

lização da produção oriunda do interior, pode ser visto como um signo de riqueza (Humaythaense, 6/12/1908, p. 1). A presença de investimentos em Belém como signo de riqueza faz mais sentido se considerarmos as transformações na infraestrutura da capital no século XIX, quando os imóveis passaram a ser cada vez mais valorizados perante a nova dinâmica urbana do período (ÂNGELO, 2012, p. 46-47). Além disso, era um investimento mais estável se levarmos em conta os riscos que envolviam a atividade comercial.

Considerando as informações expostas, podemos ver que José Francisco Monteiro influenciou e controlou as dinâmicas econômicas e sociais na região e tornou-se epicentro de uma rede que dava arrumação aos imigrantes recém-chegados, tornando-os seus agregados para o trabalho na administração dos seus diversos seringais e nas canoas de regatão, por consequência, controlando um número expressivo de trabalhadores, entre os quais, centenas de indígenas. Todavia, essa mobilidade social só foi possível através das alianças familiares criadas e fortalecidas pelo imigrante português ao longo de sua trajetória.

Desse modo, após o falecimento de sua primeira esposa, José Monteiro contraiu matrimônio outras duas vezes. Do segundo casamento não possuímos informações, já o terceiro e último matrimônio foi com a boliviana Dona Matilde Ximenes, pertencente a uma importante família de negociantes oriundos de Trinidad (Bolívia) que haviam se estabelecido no rio Madeira, explorando goma elástica e desenvolvendo uma rede de comércio que se espalhava das terras baixas bolivianas, passando pelo rio Madeira até Belém (ROSA, 2019, p. 125-128).

A aliança matrimonial que José Francisco constituiu com essa importante família de comerciantes e proprietários bolivianos garantiu acesso a uma complexa rede de negócios estabelecida na região: exploração de borracha, transporte de mercadorias e recebimento de indígenas bolivianos para o trabalho nos seringais e serviço de remo das canoas e batelões. Porquanto o rio Madeira era via de abastecimento e escoamento da produção das terras baixas bolivianas e abrigava em suas margens um número expressivo de comerciantes e seringalistas dessa nacionalidade.

Se, por um lado, a posse de seringais, regatões, sociedades comerciais,

firmas de exportação e consignação, armazéns de estivas, fazendas de secos e molhados, estaleiros, vapores, batelões, barracões, lojas fora dos povoados e imóveis urbanos foram imprescindíveis para a aquisição de riqueza, por outro lado, foram as redes de relações sociais criadas e fortalecidas pelo imigrante português que tornaram possível a inserção e ascensão na hierarquia social.

Em 1891, o “Comendador Monteiro” era considerado o chefe político de maior prestígio no interior e abastado capitalista no Pará e Amazonas, tendo sido agraciado com a comenda da Ordem Militar de Cristo (A República, 31/7/1891, p. 2). Ao falecer em 1917, aos 97 anos de idade, o negociante português ocupava o cargo de Senador do Estado do Amazonas e acabava de ser eleito, pela quinta vez, Superintendente de Humaitá (A Capital, 16/10/1917, p. 1), cidade na qual construiu sua fortuna e estabeleceu uma ampla rede de comércio e exploração de goma elástica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do negociante José Francisco Monteiro não é um fim em si mesma, mas uma tentativa de estabelecer um horizonte de possibilidades que permita compreender as dinâmicas de ocupação e domínio do território amazônico na segunda metade do século XIX. Buscamos demonstrar a importância do fluxo migratório português para a expansão das redes de comércio pelo interior e a intrínseca relação entre atividade comercial, monopolizada pelos imigrantes portugueses, expansão da fronteira extrativista e avanço do capital mercantil na Amazônia oitocentista.

REFERÊNCIAS

- A Capital (AM), 16 de outubro de 1917, anno I, número 92. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/307149/365>.
- A Republica: Orgão do Club Republicano (PA), 31 de julho de 1891, anno II, número 426. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704440/3243>.
- AFFONSO, Almino. *Comendador Monteiro: troncos e ramagens*. Manaus: Valer, 2004.
- Almanack do Estado do Pará: Indicador para 1904-1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/828831/792>.
- Amazonas (AM), 10 de dezembro de 1880, Anno XV, Número 506. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2745>.
- Amazonas (AM), 10 de julho de 1890, anno XXVI, número 2013. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/4209>.
- Amazonas (AM), 14 de fevereiro de 1871, Anno V, Número 331. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/916>.
- Amazonas (AM), 14 de maio de 1879, Anno XIII, Número 277. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2121>.
- Amazonas (AM), 3 de outubro de 1883, Anno XVIII, Número 928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3963>.
- Amazonas (AM), Anno XVII, 8 de novembro de 1882, Anno XVII, Número 793, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/3646>.
- AMAZONAS, Presidência. *Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados colecionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel António Constantino Nery sendo governador do Estado. Volume III. (1863-1870)*. Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Comércio”, 1908.
- ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. *O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012.

- Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. Inventário de Domingos José da Cruz. 29 Vara de Família, Caixa 8 (1857-1859), data: 8/6/1859.
- Arquivo Paroquial de Borba. Livro de Casamentos (1838-1878). Registro de casamento de José Francisco Monteiro e Rita Inocência Camargo da Cruz, folha: 47, data: 23/1/1860.
- BOSCHILIA, Roseli. *Pequenos viajantes: reflexões sobre o deslocamento de menores da região norte de Portugal para o Brasil no século XIX*. Publicações Cepese, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1, 2016.
- CAPELA, Raimundo. Relatório. *Boletim da Sociedade Geográfica de Lisboa*. 3 série, n. 4, 1882.
- CARVALHO, Valéria Nery César de. *Les Fils du Tonnerre et l'expansion coloniale: une ethnohistoire du nord-ouest amazonien, 1750-1889*. Paris. École Pratique Des Hautes Études. Section Des Sciences Religieuses. Doctorat en Anthropologie, 2006.
- CASTILHO, Augusto. *Brasil-Portugal*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1900, n. 28, p. 63. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1900_1901/N28/N28_master/N28.pdf.
- Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 16 de dezembro de 1873, Anno VI, Número 284. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/2673>.
- Estrella do Amazonas (AM), 7 de setembro de 1861, Anno VII, Número 576. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213420/522>.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese (Doutorado) – PPG-História/PUCRS, Porto Alegre, 2012.
- FONSECA, D. R.; ROSA, P. S. As desventuras do cidadão Manuel Mostajo: um comerciante boliviano e o processo de colonização do rio Madeira no século XIX. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, v. 23, p. 46-61, 2018.

- FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878*. 2 vols. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro, 1880.
- GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- Habilitação consular José Estevão Lopes de Azevedo. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 515. Habilitação 1151. Imagem P1470807. Data da habilitação: 30/7/1861.
- Habilitação consular José Francisco Monteiro. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia – RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia – CMA. Código 513. Habilitação 1149. Imagem: p1470805. Data da habilitação: 29/7/1861.
- HUGO, Victor. *Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia*. Volume I. Missão Salesiana, 1959.
- Jornal do Amazonas (AM), 3 de fevereiro de 1876, Anno I, Número 74. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/245>.
- Jornal do Amazonas (AM), 6 de março de 1886, Anno XI, Número 1189. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1164>.
- LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará. Belém, 2002.
- MACCHETI, Jesualdo. *Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869*. La Paz: Impr. de El Siglo Industrial, 1886.
- MATOS, Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos, experiências e cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX*. Bauru: Edusc, 2013.
- MENEZES, Aprigio Martins de. *Relatorio Apresentado ao Exm. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto pelo Dr. Aprigio Martins de Menezes, Encarregado da Enfermaria dos Variolosos, de sua Commissão ao rio Madeira*. Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1874.

- O Cathechista (AM), 1 de abril de 1865, Anno IV, Número 159. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/226556/268>.
- O Cathechista (AM), 14 de janeiro de 1871, Anno IX, Número 475. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/226556/424>.
- O Cathechista (AM), 14 de março de 1864, anno III, número 104. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226556/77>.
- ROSA, Paula de Souza. Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- SALES, Mábia Aline Freitas. Os negociantes de grosso trato em Belém: possibilidades de abordagem em termos de redes sociais, c.1840 – c.1870. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 1., 2014, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: Hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão* (Rio de Janeiro, c. 1650 – c.1750). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.
- SILVA, Bernardo da Costa e. *Viagens no sertão do Amazonas do Pará à costa do mar Pacífico pelo Amazonas, Bolívia e Peru*. Porto: Typ. de A. J. de Sousa e Irmão, 1891.
- SOUSA, Fernando Alberto Pereira de. *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Universidade do Porto, Porto, 1979.

7

INDÍGENAS E MIGRANTES: MEMÓRIAS DESERDADAS DO AVANÇO RUMO AO OESTE AMAZÔNICO (SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX)¹

Antonio Alexandre Isidio Cardoso²
Universidade Federal do Maranhão

INTRODUÇÃO

Experiências de migração fizeram parte da composição das territorialidades amazônicas no século XIX. Cearenses, piauienses, maranhenses, pernambucanos, entre outros, somaram-se ao crescente fluxo de estrangeiros, engrossando as fileiras de trabalhadores de diversas cidades, vilas e povoações do interior. Apinhados em vapores, homens e mulheres

1 Artigo organizado a partir de reflexões da tese de doutoramento “O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX”. O trabalho foi defendido na Universidade de São Paulo em 2018.

2 Professor do Colegiado de Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão, Campus Codó. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

oriundos de diversas partes do Império e do exterior desembarcaram em Belém e Manaus, ocupando-se nas mais diversas atividades produtivas. À época, os olhos do mundo se voltavam para a rica floresta, atualizada em sua imagética edênica, dessa vez situada como paraíso da borracha, cobijada matéria-prima que alimentava demandas industriais internacionais.

Antes do *boom* gomífero, fortalecido nas últimas décadas do século XIX, houve esforços de incorporação do território amazônico como fronteira produtiva no Brasil oitocentista. Em 1850 foi criada a Província do Amazonas, que iniciou um processo de esquadramento das explorações nos altos rios, acelerado pela inauguração de linhas de navegação a vapor, dinamizadoras do transporte de pessoas e mercadorias por diversos cursos fluviais. Atualizações de estratégias coloniais de interiorização estavam em evidência, conectadas com agendas de desenvolvimento produtivo que almejavam trabalhadores disciplinados e dependentes, bem ao gosto das cruzadas do capitalismo oitocentista mundo afora.

Para enriquecer o entendimento do nível estrutural desse processo, faz-se necessário investigar seus dilemas internos, considerando a longevidade dos contatos entre sociedades estabelecidas localmente e os trabalhadores adventícios. Indígenas, mocambeiros, escravos, libertos, entre outros partícipes da chamada “multidão colorida”, passaram a dividir paulatinamente os mundos do trabalho com migrantes de diversas origens, que aditaram ainda mais ingredientes ao caldeirão social dos sertões amazônicos³. Ao analisar essas paisagens sociais, pode-se entrever as violentas rusgas estabelecidas nos mais distantes rincões, que posicionaram os recém-chegados como parte da frente de expansão rumo ao oeste amazônico.

TRAJETOS E CONTENDAS

Com a aproximação do final do século XIX, os (des)encontros das situações de fronteira mostraram-se cada vez mais incisivos no cotidiano das

3 O termo “multidão colorida” foi empregado pelo viajante Paul Marcoy ao visitar Belém no século XIX. Cf. MARCOY (1869), 2006.

populações dos altos rios (MARTINS, 2009). Os crescentes agenciamentos de indígenas em explorações de gêneros de exportação agravaram complexas inter-relações sociais, constituídas nos mundos do trabalho do extrativismo. Com base em desafios de alteridade e violências, foram sendo tecidos os esteios para a produção de borracha em maior escala, que dominaria o cenário econômico de extensas áreas de floresta até as primeiras décadas do século XX (WEINSTEIN, 1993). Antigas feitorias foram ganhando ares de pequenas vilas, incrementadas pela relação com índios e pela chegada de migrantes, transportados nos vapores de passageiros que nas últimas décadas dos Oitocentos já alcançavam as cabeceiras dos cursos fluviais.

Nos rios da Amazônia ocidental, em territórios onde se concentravam diversas sociedades ameríndias, estavam situados também os mais prolíficos seringais amazônicos. O cenário descortinado no passado pelos giros comerciais de regatões abria-se para inúmeros outros exploradores. Áreas antes comandadas por negócios movediços, baseados em itinerários de exploração e comércio móveis, passaram a conviver diuturnamente com estabelecimentos sedentários de produção de borracha. Com base em experiências prévias de contato com nativos, o sistema de aviamento ganhou amplitude pelos sertões, fornecendo mercadorias e alimentos inflacionados aos trabalhadores em troca dos serviços extrativos na floresta.

Encontrava-se em curso um alargamento da atuação das chamadas *casas aviadoras*, que disponibilizavam crédito para a compra de produtos manufaturados (CARVALHO JUNIOR, 2011)⁴. A solidão de negócios andeijos passava a dividir e disputar espaço com “colocações” fixas, muitas vezes controladas por famílias que exerciam poder sobre seus encarregados e exploravam grandes porções da floresta. Esses empreendimentos foram sedimentados em áreas afamadas por ricos seringais

4 As casas aviadoras consistiam em firmas de importação e exportação responsáveis por distribuir mercadorias pelas “colocações” do interior, que, por sua vez, forneciam sua produção de borracha como forma de pagamento. No Amazonas, teve destacado papel a firma J.G. Araújo que se tornou uma das maiores casas aviadoras da Bacia Amazônica, com enorme influência na produção local.

e castanhais, “descobertos” por interlocutores indígenas que guiavam negociantes em troca de mercadorias.

De acordo com Davi Avelino Leal, a fixidez de tais explorações não valorizava necessariamente a posse da terra, mas o controle dos recursos naturais cobiçados no mercado (LEAL, 2013, p. 66). Com o avançar das últimas décadas do século XIX, grandes áreas foram devassadas em busca de mais fontes de gêneros extrativos comercializáveis. A combinação do aumento da oferta de crédito, disponibilizado pelas casas aviadoras, juntamente com a tendência de sedentarização de “colocações”, ajudou na concatenação de um cenário econômico expansivo, interligado diretamente ao exclusivismo gomífero.

Como se sabe, uma crescente migração de trabalhadores também se acoplou ao contexto econômico em tela. Depois de atravessar o país em embarcações durante meses, enfrentando toda sorte de problemas, esses sujeitos passaram a adicionar mais ingredientes às sociabilidades dos altos rios. Suas diversas experiências de subalternização em outros sertões estavam no bojo desse processo, complicando ainda mais o cenário⁵. Estudos recentes apontam, inclusive, que não eram apenas pessoas livres que empreendiam as travessias, pois havia também a presença de escravos fugidos que aproveitavam o movimento para buscar alternativas de sobrevivência e liberdade no território amazônico (BARBOZA, 2013).

Negociantes e casas comerciais valeram-se do aporte da força de trabalho disponível para maximizar seus lucros. O valor das mercadorias acompanhava a alta cotação alcançada pela borracha no mercado internacional, pesando sobre o preço dos gêneros adquiridos pelos envolvidos na faina do látex. A cadeia de endividamento atingiu primeiramente os coletores tradicionais de produtos das matas, que passaram a dividir com os recém-chegados algumas das facetas problemáticas do cotidiano do extrativismo.

Nesse ensejo, existem vários registros sobre a estreiteza das relações entre indígenas e migrantes, que muitas vezes dividiam o mesmo

5 Sobre as experiências de subalternização no Ceará ver, entre outros, NEVES, 2000; FERREIRA, 2010; CÂNDIDO, 2014.

espaço de trabalho. Esse foi o caso das áreas de exploração de Gil Braz da Encarnação, afamado sertanista amazonense que tinha suas “colocações” concentradas no *Mamoriá*, rio Purus. Após sua morte, em 1888, foi aberto um processo para inventariar seus bens, constando no arrolamento das dívidas “a receber” inúmeros indígenas, em maioria do povo *Paumari*. Outros nomes de devedores foram listados, mas não constando a designação “índio” em sua identificação (nem outro termo referente à etnia), o que permite inferir sua correspondência com trabalhadores migrantes ou de origem não indígena. Outros inventários repetem a mesma composição de devedores, o que aponta a significativa presença desses personagens dividindo os enlevos do sistema de aviamento e suas relações de trabalho coercitivas⁶.

Para além das possibilidades de compartilhamento do cotidiano de labuta, também havia outras facetas dos encontros de indígenas e migrantes. À medida que os seringais avançavam pela calha dos tributários do Purus, Madeira e Juruá, principais produtores de borracha no oeste amazônico, notícias sobre “correrias” perpetradas por grupos armados por “patrões” se espalhavam. Tais eventos consistiam em massacres e raptos de índios, levados a cabo por “brancos” ou mesmo por outros nativos que se associavam aos atacantes. Se antes o avanço era moroso, com ritmo ditado por canoas ou pequenas embarcações à vela, nas últimas décadas do século XIX os conflitos foram potencializados pela velocidade do vapor e pelo grande número de migrantes.

Como destaca Cristina Scheibe Wolff, tais “correrias” eram eventos sangrentos, que transformavam camponeses recém-chegados em parte do arsenal repressivo contra indígenas. Concomitante aos morticínios, eram registrados recorrentes raptos de mulheres e crianças, que deviam ser “amansadas” pelas mãos de seus raptos. Segundo a autora, muitas meninas e meninos eram vendidos para “patrões” e outros indivíduos interessados em obter “caboclas e caboclos”, que seriam utilizados em serviços domésticos e na coleta de borracha. Algumas meninas eram

6 Cartório Judicial de Lábrea – AM. Documentação Avulsa, Livros de Juizado de Órfãos – Inventários (detectadas datações entre 1884-1900).

“pegas” ainda em tenra idade para servirem como amásias, “quem pegava uma cabocla na correria podia ficar com ela para si ou vendê-la” (WOLFF, 1998, p. 167). As garotas eram dadas para mulheres mais velhas, que seriam suas tutoras até que alcançassem idade e estrutura física mínimas para servirem sexualmente seus raptos.

A “criação” de jovens indígenas em áreas de seringais abriu possibilidades para a formação de gerações de filhos mestiços, com ascendência de seringueiros “brancos”. Registros de batizados de crianças em áreas dos altos rios apontam a grande quantidade de “filhos naturais”, de “pai incógnito”, que aparecem nos documentos lavrados por padres que seguiam em desobrigas pelos sertões.

Esse foi o caso da produção do padre cearense Francisco Leite Barbosa que, recém-ordenado no Seminário da Prainha, em Fortaleza, seguiu para o Purus em 1878, e foi responsável por registrar diversos batizados e casamentos, especialmente nos arredores da povoação de Lábrea, nas proximidades da foz do rio Ituxi. Barbosa começou seu sacerdócio ainda jovem ante um território que estranhava, com seus rios e florestas e sua população disseminada pelos locais de exploração e povoações indígenas.

No início do século XX, quando já era conhecido e possuía bastante prestígio na região (nesses tempos já detinha o título de Monsenhor), o padre escreveu um *Resumo Histórico da Paróchia*, contando sua trajetória e seus enfrentamentos diários, arrolando informações sobre casamentos e batizados, além de listar os beneméritos que doavam recursos para a igreja. No testemunho, Barbosa confidenciou que, nos idos de 1878, tempos de sua chegada, “era então a Lábrea uma feitoria de seringueiros, e um dos mais atrasados lugares do rio Purus, não tendo barracão, nem lugar especial onde pudesse celebrar o Santo Sacrifício da missa”⁷.

Sua preocupação inicial consistiu em sedimentar um local para as celebrações religiosas, buscando angariar com as nascentes elites locais recursos para construir um templo. Além disso, esteve por muitas vezes singrando afluentes em busca de mais “parochianos”, indo aos mais

7 Casa do Bispo de Lábrea. Livro de Tombo da Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth da Lábrea - 1902/1909.

recônditos locais ministrar sacramentos. Os números desses trabalhos foram arrolados como anexo em sua *súmula* sobre a história de Lábrea, discriminando os números de batizados e casamentos, assim como as datas e o sexo de seus catecúmenos.

Segundo os dados organizados pelo padre, entre 1878 e 1908 foram batizadas 23.149 crianças, sendo 5.650 oriundas de uniões consideradas ilegítimas. As crianças “naturais” eram inscritas nos registros apenas com a designação da mãe, muitas das quais constando um primeiro nome em língua portuguesa e um segundo alusivo à “tribo”. Já nos arrolamentos dos casamentos, que no período alcançaram a cifra de 4.174, chama atenção a ausência de designações étnicas. A maioria dos homens aparecem como originários de localidades do Ceará, constando seus nomes completos e filiações. Já entre as mulheres, aparecem várias “amazonenses”, muitas das quais sem informações sobre seus pais. A ausência de dados sobre a filiação de mulheres tidas como “amazonenses” pode ser tratada como índice analítico do resultado das correrias, que massacravam os pais das crianças e os maridos das mulheres indígenas raptadas.

A crueza desse cenário se fez presente na composição demográfica dos altos rios no século XIX. Os escritos do Padre Francisco Leite Barbosa evidenciam o nascimento de gerações de filhos de mães indígenas abusadas por homens ligados à empresa extrativista. Pode-se afirmar, ainda com base nas pistas deixadas pelo religioso, que o avanço das “colocações” foi pavimentado por torturas e morticínios, que tiveram entre seus objetivos combater possibilidades de resistência ameríndia e/ou incorporar os povos contatados como força de trabalho nos projetos de expansão da exploração econômica dos seringais.

DEVASSA DOCUMENTADA

Se antes a memória documental produzida nos altos rios se resumia aos ofícios de diretores de índios, relatos de expedições oficiais de reconhecimento, testemunhos de viajantes e missionários estrangeiros, no final do século XIX houve um incremento significativo da produção de papéis oficiais. Áreas de devassa mais recentes começaram a elencar

informações anteriormente não contabilizadas. Representantes dos poderes eclesiástico e judiciário começaram a se instalar em áreas de alta produção de borracha, respondendo demandas oficiais de acompanhamento das movimentações internas, que buscavam documentar fluxos demográficos e econômicos.

Além da documentação oficial, jornais começaram a ser produzidos. A partir da década de 1880 vários periódicos começaram a circular por povoações do interior, congratulando a frente pioneira e registrando os movimentos de passageiros e as cotações da borracha. As folhas locais também se tornaram arenas de debate sobre as novas explorações, as quais, puches de interesses divergentes, publicavam nas colunas questionamentos e insultos contra adversários. Entre os mais destacados periódicos, podem ser citados *Rio Madeira* (Manicoré – 1881), *Correio do Madeira* (Manicoré – 1885), *O Purus* (Lábrea – 1888), *Labrense* (Lábrea – 1888), *O Rio Purus* (Lábrea – 1892), entre outros, que continuaram se multiplicando durante todo o período do *boom* da borracha.

Além do arsenal de fontes produzidas no período, marcas do acirramento dos contatos se fazem presentes também nas narrativas indígenas. Estudos etnográficos têm reiterado que a economia de mercado extrativista não desmantelou totalmente referenciais culturais locais, reconstituídos em contato com a frente de expansão⁸. A estreita relação com migrantes foi peça-chave dentro desse rol de mudanças, coevas à composição multiétnica e pluricultural dos *povos da floresta*⁹.

Entre os habitantes do médio Purus, existem diversas memórias sobre

8 Conferir SHIEL, 2004; BONILLA, Oiara, 2007; VIERA, 2013; SOUZA, 2015.

9 Vale salientar que a preocupação em entender esses indícios pode ajudar a problematizar as marcas indeléveis das diferentes frentes de expansão ainda visíveis na sociedade amazônica contemporânea. Atualmente, os intitulados *povos da floresta*, portadores de muitas experiências de luta e de saberes diversos sobre o mundo amazônico, lutam contra o avanço da fronteira do agronegócio, que ameaça suas garantias de acesso aos recursos naturais e à legitimidade dos seus conhecimentos tradicionais. Desta feita, são bastante significativas para este trabalho as questões do presente, que têm apontado problemas para um melhor entendimento das permanências e rupturas das lutas camponesas na Amazônia, que a partir do século XIX articularam-se de maneira mais intensa. Cf. CUNHA; ALMEIDA, 2002.

confrontos com patrões e migrantes que apontam, entre várias outras referências, o papel de mulheres como importantes intermediárias no bojo da situação de fronteira. Uma personagem em particular chama atenção entre as narrativas do povo *Banawá*, que conta sua origem a partir de contendas com antigos negociantes. Sua matriarca, que foi uma das principais lideranças locais durante décadas, tinha sua origem em narrativas sobre uma personagem que ficou conhecida como índia Ceará¹⁰.

As memórias da composição étnica *Banawá* são diretamente conectadas com o processo de avanço das frentes pioneiras no Purus. Antes de serem contatados pelos migrantes cearenses no início do século XX, os *Banawá* se intitulavam como parte de outro povo, os *Iafi-Deni*, uma espécie de subgrupo dos *Jamamadi*, nação que ainda hoje habita o interflúvio Juruá-Purus. Os gatilhos dessa mudança tiveram base em confrontações com patrões que agenciavam sua força de trabalho. Com receio de represálias, os índios fugiram para uma área distante de possíveis refregas, assentando-se nas proximidades de um igarapé chamado *Banawá*, nomenclatura que finalmente passou a designar todos os remanescentes.

Essa hipótese foi alentada com base nas narrativas de duas lideranças indígenas, dois *Tuxauas* irmãos, os senhores Moacir e Sebastião *Banawá*, ambos contando com mais de 70 anos à época das entrevistas. Suas memórias são amplamente conhecidas na região, passadas por seus

10 O contexto da pesquisa sobre a “índia Ceará” foi iniciado em 2012 em ocasião da Expedição Purus, organizada pelo Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena, da Universidade Federal do Amazonas, uma empreitada etnográfica que congregou inúmeros pesquisadores. Foi feita uma viagem de barco ao médio curso do rio Purus para fazer um levantamento de informações sobre os povos indígenas da área, além de algumas incursões exploratórias aos arquivos da região. Um dos pontos mais importantes devassados durante a temporada de pesquisa foi o estudo das frentes extrativista historicamente assentadas no curso do rio, que na segunda metade do século XIX foi o epicentro de grandes fluxos migratórios e produção de borracha. Os desdobramentos desse processo se fazem sentir ainda hoje, posto que o deslocamento de fronteiras econômicas empurradas pelo látex instrumentalizou toda uma cadeia de produção e rearticulou formas de exploração coercitiva do trabalho indígena, que passaram a conviver com inúmeros trabalhadores migrantes, especialmente vindos de outras áreas do Brasil, como o Ceará. Essa composição serve de pano de fundo para o entendimento da trama aqui sumarizada.

pais, especialmente por sua mãe, que era cearense, a filha dos patrões. Atualmente muitos *Banawá* vivem na Ressaca da Onça, terra onde tem assentada uma de suas quatro comunidades na floresta¹¹.

Segundo o relato dos *Tuxauas*, havia uma relação de aviamento firmada entre os índios e um explorador na região do rio Piranha, pertencente à bacia do Tapauá (que, por sua vez, é afluente do Purus). Tratava-se da família de um patrão cearense que, para além de uma relação eminentemente exploratória, tinha certa proximidade com os indígenas, adquirindo inclusive os excedentes da produção nativa, como castanha, sorva e copaíba, que eram negociados em troca de gêneros “dos brancos”, como enlatados, armas e instrumentos de trabalho. A relação acontecia sem grandes atribulações, inclusive porque a avó “branca” dos *Banawá*, esposa do “patrão”, tinha uma proximidade ainda maior com os indígenas, pois dominava o idioma, além de costurar, cozinhar e trocar amabilidades com os habitantes da floresta.

Assim, ela se transformou em índia no campo da memória, a cultuada “índia Ceará”, como ficou conhecida a esposa do patrão. Essa personagem “híbrida” era mãe de duas filhas pequenas, Iva e Diva, e vivia próxima ao armazém onde eram guardados os gêneros do aviamento. Ela arbitrava os conflitos e apaziguava os ânimos num cotidiano de trabalho tenso, sempre perpassado por potenciais conflitos.

Havia, nesse sentido, sob a arbitragem da “índia Ceará” inúmeros desafios. Ela era uma espécie de interlocutora dos interesses patronais e, ao mesmo tempo, uma emissária que poderia interceder favoravelmente aos indígenas em momentos de exaltação de ânimos. Vivendo entre mundos díspares, ganhou notoriedade como uma importante personagem intermediária, manejando habilmente culturas e interesses dissonantes. Consolidou-se como uma interlocutora que viabilizava uma convivência possível entre culturas diferentes e conflituosas¹².

11 NEAI. Áudios Expedição Purus, Sebastião Banawá (Canutama) e Moacir Banawá (Tapauá), fev. 2012.

12 Como assevera Mary Louise Pratt, aprioristicamente o colonialismo se colocava como um processo masculino, violento e sem freio. Por outro lado, é preciso salientar também que existem referências históricas que forçadamente colocam a

Contudo, em certa ocasião, um grupo de indígenas refratários ao concerto firmado entre a “índia Ceará” e o *Tuxaua* da época resolveu atacar o barracão, assaltando também a residência da família dos patrões. Os contatos entre esses mundos, que, em princípio pareciam harmônicos, entraram em choque de forma decisiva. A “índia Ceará” estava sozinha com suas duas filhas e foi morta durante o assalto, as crianças foram levadas juntamente com o material pilhado do armazém. No caminho de volta, uma das meninas, Iva, a mais nova, começou a chorar copiosamente e a relutar em continuar a jornada de fuga. Então, enquanto um dos índios foi procurar uma fonte de água para matar a sede do grupo, um outro “arpoou” Iva, matando-a, sendo resolutamente reprovado pelos companheiros de viagem, que não permitiram que se fizesse o mesmo com a outra menina. Ao chegarem na maloca, houve uma séria consternação diante do ocorrido, tendo em vista tanto a quebra das regras estipuladas entre a liderança indígena e a esposa do patrão quanto diante do temor das represálias que seguramente ocorreriam em virtude das mortes e do assalto.

Assim, ao tomar conhecimento do cenário de conflito que se avizinhava e temendo maiores perigos, o *Tuxaua* da época resolveu deslocar-se juntamente com todos os membros da comunidade para refugiar-se de possíveis ameaças, levando consigo Diva, a filha sobrevivente da “índia Ceará”. A comunidade, após incorrer em fuga, situou-se nas proximidades do já citado Igarapé Banawá, numa distância considerada segura ante possíveis expedições de retaliação. Nessa localidade, o grupo reconstituiu sua identidade indígena, que até hoje possui a marca da ancestralidade de uma mulher migrante morta pelos próprios índios.

obra de Alencar de ponta-cabeça. Esse é o caso das indígenas negociadoras, das mulheres que não largaram seu povo, mas que barganharam uma posição junto aos adventícios. Mary Karash, em trabalho clássico sobre a capitania de Goiás, fala de Damiana da Cunha, uma índia *Caiapó*, que atuou no século XVIII como sertanista em sua região e catequista de seu próprio povo. Ela teve papel fundamental num processo de reorganização territorial, impondo limites aos colonizadores e ao mesmo tempo agenciando interesses adventícios entre os *Caiapó*. Esse quadro nos serve para nuançar o papel feminino dentro do âmbito mais amplo do colonialismo. Cf. KARASCH, 1981; PRATT, 1992.

Nesse local, Diva, filha da “índia Ceará”, cresceu e constituiu família entre o povo *Banawá*, casando-se com um indígena, com quem teve seus filhos, os *Tuxauas* Moacir e Sebastião. Diva, já falecida, permaneceu por toda vida com o grupo, educando seus filhos na cultura indígena, sem nunca obliterar sua trajetória, que foi passada oralmente para seus familiares, que nunca esqueceram sua “avó branca”. Várias versões desse relato são contadas por habitantes de Canutama, antiga feitoria de seringueiros, passando de geração para geração. Uma neta de Diva, Ana *Banawá* (filha do Sr. Sebastião), tem dado continuidade a tais relatos, atuando como importante liderança indígena do Purus.

A comunidade de ascendência *Banawá* tem na figura feminina da “índia Ceará” um de seus pontos de partida. Percebem-se, diante dessas injunções entre história e memória, algumas dimensões das experiências de contato envolvendo um rol de relações multifacetado. Fica difícil pensar o contato entre indígenas e migrantes de maneira estanque, principalmente quando levamos em conta os relatos dos Srs. Moacir e Sebastião, que tratam de memórias de conflitos situando duas categorias sociais subalternizadas, a indígena e a feminina.

Tais aspectos foram vislumbrados como fundamentais na seleção de lembranças do povo *Banawá*, que fortalecem um processo de afirmação de identidade, tecida através de experiências históricas entrelaçadas entre indígenas e migrantes¹³. Mulheres da floresta foram agentes fundamentais na reconstituição do avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX. Mesmo diante de um processo eminentemente masculino, mulheres tiveram destacado papel dentro dos limitados campos de possibilidades que atribuíam sentido às suas ações. Obliterar suas agências na escrita da história significa reforçar violências do passado, atualizadas no campo discursivo em memórias deserddadas de protagonismos femininos na Amazônia.

13 Sobre as paisagens ameríndias do Purus e especialmente o contexto histórico dos *Banawá*, destacam-se as pesquisas do professor Miguel Aparício, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. O pesquisador tem se dedicado ao trabalho etnográfico com muito afinco, sendo responsável por descortinar aspectos do passado indígena pouco ou nada conhecidos pelos estudiosos. Cf. APARÍCIO, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico processo de interiorização colonial em terras amazônicas guarda jogos de escala intrigantes. Como destacado, no século XIX houve um aprofundamento da devassa da floresta e de suas populações, alcançadas em áreas longínquas pela voracidade do exclusivismo gomífero. Por décadas seguidas, a composição social desse cenário foi alvo de mudanças potencializadas pela chegada de adventícios, trabalhadores que adicionaram mais ingredientes ao cenário de disputas intestinas sobre territorialidades ameríndias, ainda pouco evidenciadas na historiografia. O estudo dos mundos do trabalho de rios e matas distantes de Manaus e de Belém torna-se fundamental para aprofundar o entendimento do deslocamento de fronteiras na Amazônia ocidental.

Importante salientar que a compreensão estrutural de (des)encontros de experiências de subalternidade deve levar em conta o exame de seus segredos internos, que podem ajudar a matizar e qualificar os complexos dilemas de alteridade vivenciados nos sertões amazônicos. Nesse sentido, indígenas e migrantes colocaram em movimento um extenso rol de possibilidades de contato, grandemente enredados em situações de violência, nas quais os que avançavam com a frente de expansão ameaçavam sociedades locais, colocando em risco suas garantias de sobrevivência.

Mulheres, indígenas e/ou migrantes ainda aparecem muito pouco nesse cenário, restando um incômodo silêncio sobre suas agências num passado perpassado pelos efeitos da barbárie. Indícios de sua presença aparecem em documentos eclesiásticos, jornais, relatórios oficiais, relatos de viajantes, entre outras tipologias de fontes. Não são incomuns referências sobre jovens “pegas no mato”, capturadas para servirem seus raptos, ou mesmo negociadas como domésticas para as casas de boas famílias belenenses e manauaras. Forçadas ao trabalho, ao casamento, aos abusos sexuais, susceptíveis aos diversos níveis de espoliação oriundos da situação de fronteira, essas personagens eram obrigadas diuturnamente a enfrentar violentos desafios de sobrevivência e alteridade.

Narrativas indígenas guardam memórias que ajudam a detalhar esse processo, vide o caso dos relatos sobre a “Índia Ceará”, bastante dissemi-

nados na região do Médio Purus, que se somam ao infindável repertório de testemunhos que até hoje circulam em povoações do interior. Nesse terreno, o diálogo com a Antropologia torna-se fundamental, de modo a auscultar os meticulosos estudos etnográficos sobre sociedades indígenas e suas visões do passado. Como parte do processo de releitura das etapas de interiorização e sedimentação do Estado Nacional em terras amazônicas, faz-se fundamental atentar para o *boom* da borracha a contrapelo. Para tanto, é preciso aprofundar o entendimento do papel de indígenas e migrantes na reconstituição da frente de expansão, a partir de suas experiências e memórias mapeadas nas fontes que muitas vezes são obliteradas no entendimento estrutural do deslocamento de fronteiras.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A Hidra Cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013.
- BONILLA, Oiara. *Des proies si desirable: Soumission et prédation pour les Paumari d’Amazonie brésilienne*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2007.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- CUNHA, Manuela Carneira da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (org.). *Enciclopédia da floresta: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Avalanches de flagelados no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas*. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.
- LEAL, Davi Avelino Leal. *Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- KARASCH, Mary. Damiana da Cunha: catechist and sertanista. In: NASH, Gary; SWEET, David (org.). *Struggle and survival in colonial America*. Berkeley, University of California Press, 1981.
- MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: EDUA, (1869) 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- SOUZA, Ingrid Daiane Pedrosa de. *Genteda Mata: Histórias, Alteridades e Socialidades entre os Jamamadi no médio Purus*. Dissertação (Mes-

- trado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.
- VIERA, Angélica Maia. *Os Paumari e o Peixe-boi: da concepção histórica à prática da pesca*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- SHIEL, Juliana. *Tronco Velho: Histórias Apurinã*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*. London and New York: Routledge, 1992.
- SUÁREZ, Miguel Aparício. *A relação banawá*. Socialidade e transformação nos Arawá do Purus. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

8

MOBILIDADES CLANDESTINAS EM ROTAS CONTESTADAS: ESCRAVOS FUGIDOS, DESERTORES E CRIMINOSOS ENTRE O PARÁ, O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO E A GUIANA FRANCESA NA DÉCADA DE 1860

*Adalberto Paz*¹

A DIFÍCIL ARTE DE PERSEGUIR DESERTORES SEM A
“CONFUSÃO QUE TEM HAVIDO NESTE NEGÓCIO”

No dia 30 de novembro de 1860, o peruano José da Cruz caiu morto à beira do “lago Itaubal”, na região central do chamado Contestado Franco-Brasileiro, atingido por um tiro de espingarda. Esse trágico acontecimento teria sido o desfecho de uma discussão entre Cruz e os brasileiros João Sales, Floriano Antonio, e a esposa deste, Anna Rita.

1 Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH-UNIFAP) e nos cursos de graduação em História da UNIFAP. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Meses depois, os três envolvidos foram presos pelo líder do povoado do Amapá, o “principal” Remígio Antonio, que os remeteu à Guiana Francesa a fim de serem indiciados por homicídio.

O território que servira de cenário para os eventos abrangia uma área sob litígio internacional entre os rios Oiapoque e Araguari, correspondente a cerca da metade do atual estado do Amapá. Desde o final do século XVII, Portugal e depois o Brasil disputaram com a França qual seria o limite natural das suas possessões no norte da América do Sul. Em 1841, autoridades brasileiras e francesas acordaram que esse território seria neutralizado, ou seja, nenhum dos dois países teria governança sobre o Contestado Franco-Brasileiro, ficando, portanto, impedidos de nele exercer direitos, inclusive de Justiça e de exploração econômica. Como resultado, aquela área se tornou abrigo para diversas comunidades de fugitivos, quilombolas e vilas que se administravam autonomamente.

Nas primeiras duas décadas, após a neutralização da área contestada, o povoado do Amapá exerceu proeminente influência e destaque naquela região, especialmente sob a liderança de um indígena denominado Remígio Antonio. A partir de meados da década de 1860, contudo, essa preponderância passou a ser dividida com o inegável crescimento do quilombo do Cunani, liderado por um escravo fugido chamado Trajano Bentes. No mesmo período, ocorreu uma importante diversificação econômica entre os povoados do Contestado, assim como a ampliação das conexões comerciais já estabelecidas com o Pará e a Guiana Francesa.

De volta ao assassinato ocorrido no lago Itaubal, após chegar a Caiena, João Sales assumiu ter atirado em José da Cruz, mas se justificou responsabilizando a vítima pelo ocorrido. De acordo com Sales, momentos antes do disparo, Cruz teria ferido Floriano e, assim, provocado forte reação de Anna Rita, que passou a “vociferar” contra o agressor do marido e a lamentar que não houvesse naquele lugar “quem a vingasse”. No ápice da tensão, e sem outro motivo aparente, João Sales atirou em José da Cruz, quando este começou a retrucar com “ofensas” os insultos de Anna Rita (RIO DE JANEIRO..., 1862, p. 121.).

Tão logo foi informado da chegada dos acusados, o Cônsul brasileiro em Caiena, João Wilkens de Mattos, pediu explicações ao governador Louis-Marie-François Tardy de Montravel sobre quais procedimentos seriam adotados por ele nessa questão. Mattos chamava particular aten-

ção para o fato de três brasileiros serem presos, em território litigioso, pelo “intitulado principal de Amapá”, e postos à disposição de uma autoridade francesa. Em sua resposta, o governador admitiu que se tratava de uma situação “bastante delicada” e convidou o Cônsul para tratarem disso em uma audiência no dia 11 de março de 1861.

De modo geral, as correspondências entre João Mattos e Tardy de Montravel são completamente desinteressadas quanto às motivações e qualificações dos envolvidos no assassinato. Através delas não é possível saber, por exemplo, o que José, João, Floriano e Anna Rita faziam no lago Itaubal, se eram amigos ou desafetos, nem sobre eventuais rixas e discórdias anteriores, extravasadas na agressão a Floriano e no tiro em José da Cruz.

Por outro lado, o governador e o cônsul discutiram seriamente as circunstâncias e consequências das prisões efetuadas por Remígio. Concordavam que os crimes cometidos no Contestado não poderiam ficar impunes, mas igualmente reconheciam que França e Brasil não tinham jurisdição sobre o território litigioso nem poderiam impedir que o principal continuasse efetuando prisões – o que, na verdade, era até apreciado. O que seria necessário definir era como, onde e por quem os criminosos do Araguari ao Oiapoque seriam julgados.

Durante a reunião ocorrida no dia 11 de março, o governador da Guiana Francesa sugeriu a criação de dois tribunais mistos, um instalado no Pará e outro em Caiena, tendo o cônsul francês assento permanente no primeiro e o cônsul brasileiro no segundo. Mas, em ofício do dia 16, Wilkens de Mattos refutou essa ideia, dizendo que seria melhor que os acusados fossem julgados por tribunais franceses ou brasileiros, independentemente de para onde fossem levados.

Então, no dia 29, Tardy de Montravel respondeu declinando a proposta, afirmando que insistiria nela se as leis da França e do Brasil fossem semelhantes, “mas as diferenças que apresentam” tornavam isso “se não impossível, ao menos difícil”. Contudo, o governador fazia interessantes objeções à sugestão do cônsul. Iniciou dizendo que reconheceria como “mais racional” que tribunais do Brasil e da Guiana Francesa julgassem os egressos do Contestado “se esta população fosse composta de franceses e brasileiros somente”. Entretanto, perguntava a quem estariam submetidos:

1º os habitantes indígenas, sem nacionalidade; 2º os estrangeiros que, como a vítima do último crime [o peruano José da Cruz], se estabeleceram neste território; 3º aqueles que, acusados de um crime anterior, se tivessem evadido do Brasil ou da Guiana Francesa, e não fossem compreendidos na categoria de criminosos cuja extradição é autorizada pelos tratados (RIO DE JANEIRO..., 1862, p. 123).

Em seguida, Tardy de Montravel informou sua contraproposta, segundo a qual todos os presos do Contestado seriam processados e julgados, conforme as leis do lugar que os recebesse. Em 1º de abril de 1861, Wilkens de Mattos respondeu concordando em submeter essa nova sugestão à avaliação do governo brasileiro. Mais de um ano depois, em 28 de junho de 1862, foi assinado em Paris o acordo que ratificava os termos mencionados por Tardy de Montravel, afirmando que “os malfeitores do território em litígio, que forem entregues à justiça brasileira ou francesa”, seriam julgados “por uma ou pela outra” (RIO DE JANEIRO..., 1863, p. 280).

Dessa forma, o assassinato no lago Itaubal foi utilizado pelas autoridades do Brasil e do Império francês como uma oportunidade para alcançar e punir os autores de delitos praticados no Contestado, ou cometidos antes dos acusados ingressarem naquela área. E, para isso, contavam com a colaboração de Remígio Antonio na execução das prisões. Em contrapartida, o indiciamento e a condenação de prisioneiros enviados pelo principal do Amapá reforçavam sua condição de chefe político local e lhe acrescentavam o poder de polícia.

Entre aqueles que se tornaram potencialmente mais “alcançáveis” pela Justiça brasileira, a partir do acordo de 1862, estavam alguns dos soldados desertores envolvidos no levante da Colônia Militar Pedro II, ocorrido em 15 de maio de 1855. Os amotinados eram procurados pelo homicídio do diretor, o tenente Joaquim Bezerra de Albuquerque, e roubo qualificado devido à pilhagem do estabelecimento. Mas, além disso, teriam castrado o capelão da colônia, Estulano Alexandrino Gonçalves Baião (Belém..., 1855, p. 12).²

2 Sobre as tensões com o diretor e a castração do capelão, ver Silva (2013, p. 70-76).

Dois anos após o evento, o cônsul brasileiro em Caiena, Frederico Abranches, foi informado de que os acusados Maximo Gomes de Souza, Alberto José de Oliveira, Bernardo Antonio do Amaral e Francisco Soares estavam escondidos na Guiana Francesa. Então, no dia 18 de julho de 1857, Abranches enviou ofício ao governador Auguste Baudin solicitando a prisão e a extradição dos fugitivos. O pedido foi aprovado por um decreto de Napoleão III, no dia 8 de novembro de 1857, e incluía os nomes de mais três acusados, Wencesláo Rodrigues dos Santos, Zeferino Antonio do Espírito Santo e João de Brito (RIO DE JANEIRO..., 1858, p. 283-285).³

Os nomes de outros soldados não constavam nessa lista de extradição, provavelmente por já estarem presos e sentenciados. No dia 15 de abril de 1857, Romualdo Jozé foi condenado a galés perpétuas. Pior destino tiveram Caetano Antonio e Christovão Miguel, fuzilados em 13 de novembro de 1857. O primeiro desertor a ser preso, com base no decreto de Napoleão III, foi Francisco Soares, condenado a galés perpétuas, no dia 2 de abril de 1859.⁴ Contudo, a captura dos demais envolvidos seria bem mais difícil.

Entre os empecilhos, estavam as associações feitas com agentes locais, tanto na Guiana Francesa quanto no Contestado. Em ofício de 23 de julho de 1860, o cônsul Wilkens de Mattos informava o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Sinimbu, sobre a presença de um dos desertores da Colônia Pedro II, no distrito francês do rio Approuague, situado entre o Oiapoque e Caiena. Contudo, havia rumores de que o comissário daquela localidade estava “acoutando” o fugitivo, razão pela qual teria sido demitido.⁵

3 Dois nomes apresentam escritas diferentes em outros documentos encontrados no Arquivo Histórico do Itamaraty: Wencesláo Rodrigues dos Santos ou Wenceslau Roiz dos Santos, e Alberto José de Oliveira ou Alberto Jozé d’Oliveira.

4 Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Ofício N.º 37, de 21 de outubro de 1862, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

5 AHI. Ofício N.º 4 de 23 de julho de 1860, do cônsul do Brasil em Caiena, João Wilkens de Mattos, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Cansanção de Sinimbu. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-7.

Nenhum dos fugitivos do motim de 1855 era casado, e a maioria estava entre os 23 e 37 anos de idade, atributos que favoreciam as constantes movimentações em meio aos povoados, quilombos e aldeias no extremo norte amazônico. Tinham em média de cinco a sete anos de praça (exceto João de Brito, que tinha treze), o suficiente para repudiar as agruras do ofício militar e insurgir-se através de um violento levante. Similaridades à parte, no entanto, depois de algum tempo, os revoltosos seguiram caminhos diferentes à medida que foram estabelecendo suas redes de contatos e arranjos diversos.

Nesse sentido, a captura de desertores era tarefa que demandava mais do que o envio de tropas para determinado local. Muitas vezes era necessário contar com fontes de informação seguras e dispostas a colaborar com membros de governos, indicando lugares, rotas e pessoas relacionados aos fugitivos, de maneira que estes fossem surpreendidos. Denúncias falsas e equívocos na prisão de suspeitos custavam não só o constrangimento das autoridades responsáveis por ações desse tipo, mas o emprego de vultosos recursos materiais e financeiros. Em 1860, o cônsul João Wilkens de Mattos calculava que seriam necessárias cerca de oitenta mil libras apenas para a extradição dos desertores da Colônia Pedro II.⁶

Mesmo assim, erros e fracassos nas buscas foram inevitáveis. Em outubro de 1862, chegava ao Pará um prisioneiro vindo da Guiana Francesa, identificado pelo cônsul brasileiro como sendo Bernardo Antonio do Amaral, mas que chamava a si próprio de João Baptista Pires. Em Belém, no entanto, o comandante das Armas da província esclareceu que o indivíduo era Florentino da Silva Pires, desertor reincidente do 11º Batalhão de Infantaria, evadido de Macapá, onde cumpria dez anos de “prisão em trabalhos” por fugas anteriores.⁷

6 Tomava como base os custos para o envio de Caetano Antonio, de Caiena ao Pará, em janeiro de 1856. Cf. AHI. Ofício N.º 4, de 23 de julho de 1860, do cônsul do Brasil em Caiena, João Wilkens de Mattos, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Cansanção de Sinimbu. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-7.

7 AHI. Ofício N.º 37, de 21 de outubro de 1862, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

Uma nota feita na Repartição dos Negócios Estrangeiros, anexada ao conjunto de correspondências sobre Florentino Pires, afirmava que o cônsul do Brasil em Caiena tinha obtido novas informações sobre a presença de Bernardo do Amaral, desta vez no Cassiporé. Para evitar dúvidas e outros equívocos, recomendava-se que o governo franco-guianense fosse colocado a par da “confusão que tem havido neste negócio”, ou seja, que Bernardo ainda estava solto e que João, na verdade, era Florentino e não era um dos acusados do motim de 1855.⁸

Em 18 de julho de 1863, o cônsul Frederico Abranches respondia ao ministro Marquez de Abrantes, comunicando o andamento das ações para prender os desertores. Reiterava que Bernardo Antonio do Amaral estava no Cassiporé, mas de nada valia intermediar uma possível extradição com a Guiana Francesa, se o fugitivo não atravessasse para o território francês. Entretanto, dizia o cônsul, “nem é de esperar que saia do seu asilo, escarmentado como está, nas prisões de Caetano Antônio [1857], Francisco Soares [1859] e Florentino [1862]”.⁹ A melhor alternativa, segundo Abranches, era negociar a sua captura com Remígio Antonio.

O cônsul também repassou as informações que tinha sobre outro desertor da Colônia Pedro II, Maximo Gomes de Souza. Este se encontrava na Guiana Francesa, mas em situação igualmente desfavorável, “se não impossível”, a uma prisão. Após cruzar o rio Oiapoque, Maximo de Souza teria se associado a um importante morador e proprietário, que vivia em um local cujo acesso era bastante restrito. Nas palavras de Abranches,

[Félix] Coüy, seu protetor, está, por assim dizer, entrincheirado, a uma grande distância, no Alto Approuague, quase sem comunicação com

8 Ibidem. Levando-se em conta as dificuldades na identificação e diferenciação de pessoas, criminosas ou não, é interessante notar a decisão em omitir, nos dados que foram divulgados sobre os desertores, uma característica física fundamentalmente estimada nesse período, isto é, a cor da pele dos fugitivos – conforme se pode ver no quadro 1.

9 AHI. Ofício Reservado N.º 1, de 18 de julho de 1863, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Consulado de Caiena (Ofícios). Lata 544, maço 3.

os outros habitantes daquela ribeira, ladeado de caboclos e desertores brasileiros que pôde angariar do território contestado, todos armados e exercitados por ele em manobras militares, com atalhias postadas em diferentes pontos para lhe darem aviso, por meio de sinais telegráficos, de quem quer que se aproxime aos limites do terreno que ocupa, a fim de opor-se em defesa ou esconder-se nos matos, em caso de necessidade, afetando independência e procurando entabular relações com os negros Boni e com índios selvagens.¹⁰

A presença de Maximo de Souza naquela localidade específica não era aleatória, e sua ligação com Félix Coüy remontava há vários anos. Coüy era dono de uma *habitation*¹¹ naquela região, e exerceu o cargo de *commandant du quartier* de Approuague, período no qual chefiou expedições de apresamento de escravos fugitivos, até as vésperas da abolição, em 1848 (EPAILLY, 2005, p. 31-34). Em 1855, Coüy deu início a um “ciclo do ouro” franco-guianense, explorando importantes jazidas encontradas por índios no Alto Approuague, entre as cascatas de Tourépée e Machicous (MAM-LAM-FOUCK, 1996, p. 121). E foi essa atividade que levou Maximo até aquela área.

O cônsul Frederico Abranches acrescentava, em seu ofício, que Félix Coüy era bem relacionado politicamente e tinha, inclusive, um sobrinho “chefe do Estado-Maior” do governo da Guiana Francesa. Por isso, asseverava que Maximo de Souza sempre estaria prevenido sobre eventuais diligências para capturá-lo, no rio Approuague. Apesar disso, todo o zelo adotado por Coüy em relação à própria segurança indicava que nem mesmo ele se sentia suficientemente protegido no interior daquela floresta equatorial.

Os receios de Félix Coüy se revelariam fatidicamente justificados. Em outubro de 1863, ele foi assassinado por um brasileiro chamado

10 Ibidem.

11 Nas colônias francesas, como eram chamadas as propriedades rurais que possuíam uma dezena de escravos ou mais. Tinham em média 30 hectares. Cf. Cardoso (1984, p. 31-32).

Quadro 1. Soldados amotinados na Colônia Militar Pedro II, em 1855¹¹

Batalhão	Graduação	Companhia	Nomes	Data da Praça			Dados e sinais pessoais									
				Dia	Mês	Ano	Nascimento	Naturalidade	Filiação	Cabelos	Olhos	Estado	Polegadas de altura			
3º Batalhão de Artilharia a pé	Soldados			1º	Bernardo Antonio do Amaral	30	Novembro	1848	1828	Pará	João Baptista	Preto	Pardos	Solteiro	48	
				4º	Venceslau Roiz dos Santos	18	Julho	1850	1820	São Paulo	Manoel Roiz Pereira	Preto	Pardos	Viuvo	59	
				4º	Zeferino Antonio do Espírito Santo	10	Março	1851	1807	Pará	Manoel Calafate do Sacramento	Preto Crespo	Pardos	Solteiro	63	
				6º	Francisco Alves	24	Abril	1850	1832	São Paulo	Joaquim Alves	Preto	Pardos	Solteiro	62	
				6º	Maximo Gomes de Souza	15	Maio	1851	1823	Pará	Manoel de Souza	Castanho	Pardos	Solteiro	68	
				7º	Alberto Jozé d'Oliveira	22	Junho	1848	1832	Barra do Rio Negro	Raimundo de Oliveira	Preto	Pardos	Solteiro	57	
				7º	João de Brito	13	Agosto	1842	1818	Pará	Francisco de Brito	Preto	Pardos	Solteiro	58,5	
				4º	Caetano Antonio	Fuzilado em 13 de novembro de 1857										
				4º	Christovão Miguel	Idem										
				2º	Francisco Soares	Condenado a galés perpétuas, por sentença de 2 de abril de 1859										
				5º	Romualdo Jozé	Condenado a galés perpétuas, por sentença de 15 de abril de 1857										

11 Adaptado de AHI. Ofício N.º 1651, de 11 de outubro de 1862, do Comandante das Armas do Pará, Francisco Sérgio de Oliveira, ao presidente da Província do Pará, Francisco Carlos de Araújo Brusque. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

Paiva (PETOT, 1986, p. 45-53, p. 74), na região das minas descritas pelo cônsul Abranches como fortemente guarnecidas. Aproveitando-se de uma ocasião que “não podia ser mais azada”, o representante do Brasil em Caiena solicitou ao governador e ao procurador imperial a busca e prisão de Maximo de Souza. Porém, o juiz responsável pelas investigações sobre a morte de Coüy seguiu para o Alto Approuague, antes de ser informado do pedido feito pelo cônsul.¹³

Frederico Abranches, então, insistiu para que as autoridades franco-guianenses não arrefecessem a perseguição a Maximo de Souza. Aparentemente, o seu pedido fez com que as diligências continuassem, pelo menos até o final de 1863. Na troca de correspondências mantidas com o governador, Abranches recebeu o *procés-verbal* escrito pela *gendarmarie*, em que eram descritas as tentativas de prisão dos desertores da Colônia Pedro II, realizadas na Guiana Francesa, nos seis anos anteriores.

Segundo os autores do documento, Jean Maure e Auguste Stalin, a primeira notícia oficial sobre a presença dos acusados no rio Approuague foi registrada num relatório de 27 de agosto de 1857. Coincidência ou não, no momento em que a expedição chegou àquele rio, Alberto José de Oliveira, Bernardo Antonio do Amaral e “outros cinco” já tinham partido para o Maroni, na fronteira com o Suriname. A exceção era Maximo de Souza, que estava em uma aldeia indígena um pouco mais afastada. O líder da missão, brigadeiro Bouchard, prosseguiu no intuito de surpreender Maximo, mas este, “assim que avistou o uniforme da *gendarmarie*, fugiu para a floresta”. Por dois dias, Bouchard ainda tentou, em vão, prendê-lo.¹⁴

13 AHI, Ofício de 4 de novembro de 1863, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, para o procurador imperial em Caiena. Ofício N.º 2, de 21 de novembro de 1863, do Consulado do Brasil em Caiena ao governador da Guiana Francesa. Anexos ao Ofício Reservado N.º 1, de 5 de fevereiro de 1864, do Consulado do Brasil em Caiena ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Consulado de Caiena (Ofícios). Lata 544, maço 3.

14 AHI. Procés-verbal n.º 37, constant les recherches du nommé Maximo Gomes de Souza, né au Pará, accusé de crime, remis à Monsieur le Procureur Impérial et copie adressé à Monsieur le Commandant la deuxième section du premier arrondissement. Cayenne, Gendarmerie impériale, vingt deux décembre 1863. Anexo ao Ofício

Após essa fuga, segundo Maure e Stalin, Maximo continuou morando na região aurífera do Alto Approuague, nas imediações da cascata Machicous, sendo conhecido pelo nome de *Joseph Émérillon*. Embora o relatório destaque que isso ajudou o desertor a escapar das “perseguições dirigidas contra ele”, um detalhe importante precisa ser enfatizado. Trata-se da identidade assumidamente indígena adotada por Maximo de Souza, através do etnônimo “Émérillon”, pelo qual também são conhecidos os indivíduos do povo Teko, na Guiana Francesa (ROSE, 2003, p. 3-7). Entre outras possibilidades, o desertor havia escolhido aquela relacionada ao grupo indígena com o qual provavelmente mais convivera, e isso talvez tenha significado mais do que simplesmente esconder-se.

Mas essa não seria a única “imersão etnográfica” de Maximo de Souza. Questionando os moradores do Alto Approuague, os investigadores da *gendarmérie* descobriram que, alguns anos antes, vários negros Boni tinham visitado o local pela primeira vez. O encontro parece ter sido amigável, e Maximo, então, decidiu viver entre eles no rio Maroni, alegando não se sentir mais seguro naquele *quartier*. De fato, uma nova busca ocorrera em 18 de julho de 1860, liderada pelo brigadeiro Billard, porém o desertor já tinha partido há algum tempo.

Em agosto de 1864, o cônsul Abranches escreveu ao governador da Guiana Francesa, Antoine Favre, perguntando sobre o andamento das buscas pelos fugitivos da Colônia Pedro II. Favre respondeu que tinham ocorrido duas diligências naquele ano. A primeira, em março, se concentrara em Bernardo Antonio do Amaral e Maximo Gomes de Souza, mas, de acordo com o governador, nenhuma informação relevante foi conseguida. Apenas se constatou que Maximo já não tinha paradeiro certo, pois “frequentava habitualmente” os rios Maroni, Approuague e Oiapoque.

A segunda diligência, realizada por gendarmes no mês de maio de 1864, em Oiapoque – *quartier* da Guiana Francesa desde 1835 (CAYENNE,

Reservado N.º 1, de 5 de fevereiro de 1864, do Consulado do Brasil em Caiena ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Consulado de Caiena (Ofícios). Lata 544, maço 3.

1835, p. 1) –, relatou que Bernardo, Maximo e mais quatro pessoas não identificadas tinham visitado os povoados entre Saint-Georges e o rio Ouanary, “celebrando a festa do Espírito Santo”. Depois seguiram para o rio Uaçá, localizado ao norte da região em litígio.¹⁵ Os fugitivos iam e voltavam por diferentes pontos do território francês e o Contestado, reencontravam antigos companheiros e ampliavam suas conexões. No caminho, reconfiguravam identidades e os limites oficiais das fronteiras.

Dessa forma, quase dez anos após o motim de 1855, somente quatro dos 11 acusados haviam sido presos e condenados, não obstante as autoridades soubessem os locais por onde alguns deles transitavam e com quem se relacionavam. Percebendo que as vias institucionais não estavam funcionando, o cônsul Frederico Abranches decidiu recorrer a medidas, no mínimo, “extraoficiais”.

Assim, o cônsul brasileiro contratou um homem chamado Manoel João Rodrigues para ir ao Cassiporé e sequestrar o desertor José Alberto de Oliveira. Manoel reuniu um pequeno grupo e realizou a “prisão” do quinto insurrecto da Colônia Pedro II. Em troca, recebeu um pagamento em produtos, no valor de trezentos e vinte e nove francos, e vinte e dois centimos.¹⁶ Adicionalmente, o cônsul ofereceu quinhentos francos, “por cada um dos outros criminosos” que Manoel e outra pessoa, cujo nome Abranches não cita, conseguissem capturar.

A ideia de premiar particulares para perseguir os desertores indicava que o governo brasileiro e, particularmente, o cônsul em Caiena já não confiavam na possibilidade de levar os acusados à Justiça apenas por meios legais. Contudo, havia nisso uma questão ainda maior,

15 AHI, Ofício N.º 4, de 29 de agosto de 1864, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao governador da Guiana Francesa, Antoine Favre. Ofício N.º 204, de 26 de outubro de 1864, do governador da Guiana Francesa, Antoine Favre, ao cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches.

16 Os produtos foram dez calças, onze camisas, cinco chapéus, cinquenta anzóis, cinco facões, uma barra de sabão, oito quilos de linha, seis barris de sal e quatro quilos e meio de bacalhau, tudo adquirido em casas comerciais de Caiena. AHI. Ofício N.º 3, de 18 de outubro de 1865, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro José Antonio Saraiva. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.

vinculada a transformações e disputas no interior do território contestado. Paralelamente às investidas no governo da Guiana Francesa, as autoridades do Império do Brasil decidiram aliciar Remígio Antonio, acreditando que ele poderia contribuir no cerco aos fugitivos que estivessem ao seu alcance.

Desse modo, em 23 de novembro de 1863, o presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, oficiava ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes, dizendo que tinha chamado Remígio para uma conversa em Belém. Afirmava ter “conseguido a amizade” do principal do Amapá e contava que ele ajudasse na prisão dos desertores Maximo Gomes de Souza e Bernardo Antonio do Amaral.¹⁷

Entretanto, o diálogo com Remígio Antonio deixou o presidente notavelmente surpreso e preocupado. Segundo Brusque, Remígio disse conhecer ao menos dois fugitivos da Colônia Pedro II, os soldados Venceslau Roiz dos Santos e Zeferino Antonio do Espírito Santo. Ambos teriam residido no Amapá até o início da década de 1860, mas há vários meses tinham se mudado para o Cunani. E era essa mudança a origem da inquietude do presidente.

Após anos de hegemonia política no Contestado, Remígio admitiu que vinha enfrentando obstáculos para exercer seu domínio nos povoados ao norte da vila do Amapá. Especialmente no Cunani, onde, segundo o principal, estaria se “formando um novo núcleo de população”, reunindo “os foragidos que procuram mais seguro refúgio”. Ali, dizia o presidente, Remígio começara de fato a “sofrer oposição da parte de alguns poucos indivíduos não só do Cunani, como do Cassiporé”. Essa suposta “minoría” almejava assumir o comando dos povoados citados e, como de praxe nas correspondências diplomáticas, Francisco Brusque atribuía essa situação à influência francesa naquela área.¹⁸

17 AHI. Ofício reservado, de 23 de novembro de 1863, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-5.

18 AHI. Ofício reservado, de 20 de janeiro de 1864, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-5.

No entanto, o mais provável era que isso fosse um reflexo direto do acordo de 1862, que permitia a Remígio exercer poder de polícia no Contestado, o que dificilmente seria aceito com tranquilidade pelos habitantes, sobretudo os fugitivos. Desse modo, a “crise de autoridade” vivenciada por Remígio suscitava o questionamento de sua exclusiva preponderância como chefe político da região. Além disso, o rio Cunani, em específico, detinha posição geográfica tão favorável quanto o Amapá em relação à costa, ao pescado e aos mercados consumidores – e no que interessava aos criminosos, escravos e desertores brasileiros, estava vários quilômetros mais distante do Pará.

Para os escravos, o acordo de 1862 indicava que outros acordos entre Remígio e autoridades brasileiras e francesas eram completamente presumíveis e realizáveis. Mesmo considerando a possibilidade de a França impedir a reescravização dos cativos ingressos no Contestado, nada garantia que algum tipo de compulsão legal ao trabalho não pudesse ser criado ou adotado sob as mais variadas justificativas. Além disso, existia o risco dos “sequestros” feitos por particulares, como o que fora ordenado pelo cônsul Abranches e resultou na prisão do desertor José Alberto de Oliveira.

Todos esses fatores confluíram para que a porção entre os rios Calçoene e Oiapoque se tornasse tão ou mais atrativa aos fugitivos que o Amapá. De maneira notável, a partir da década de 1850, essa área passou a ser novamente ocupada por crescentes levadas de escravos em busca da autonomia social e econômica proporcionada pelo acesso a terras “livres” e à abundância de recursos naturais. Havia nisso uma importante inflexão histórica, já que, em períodos anteriores, uma parte significativa dos escravos tentava cruzar a fronteira com a Guiana Francesa.¹⁹ Nesse sentido, as possibilidades ensejadas pela permanência no Contestado superavam as perspectivas do direito imediato à liberdade, assegurado pela abolição de 1848 e pelo princípio de que o solo francês libertava o escravo que o tocasse.

19 Sobre o Amapá como rota de fuga para a Guiana Francesa, ver Salles (1971, p. 221-225).

SOBRE CANOAS PERDIDAS E LIBERDADES CONQUISTADAS:
FUGAS DE ESCRAVOS PARA O CONTESTADO

As relações de comércio e o constante trânsito de embarcações de pescadores e extrativistas entre a chamada “região do salgado paraense” – situada no nordeste da província – e o Contestado também foram reiteradamente utilizados pelos escravos para suas fugas. Assim, em novembro de 1859, o morador da vila de Cintra João Gil Blanco apresentava queixa ao presidente Antonio Coelho de Sá Albuquerque sobre vários escravos que teriam sido “seduzidos” por um mameluco de aproximadamente 30 anos chamado Custódio da Silva, e levados para o rio Cunani.

Custódio tinha envolvimento com uma das escravas foragidas, de nome Michaela, cafuza de 26 a 28 anos de idade, a qual levou consigo suas filhas – Raymunda, de 2 anos, e outra “recém-nascida”. No ensejo, foram acompanhados dos escravos Joaquim, preto de 32 anos, e João, cafuzo de 19 anos. E, finalmente, três “enteados do suplicante” seguiram com o grupo: Felícia Rosa, de 15 anos, Januário Fortunato de Oeiras, de 12 anos, e Sancha Anna, de 1 ano e meio. Gil Blanco alegava saber que todos estavam no Cunani “não só por cartas, como por pessoas que lá têm ido”, e requeria que Remígio Antonio os enviasse de volta, ou que lhe fosse concedida permissão para buscá-los. Mas não teve nenhum pedido atendido.²⁰

O possível envolvimento de Remígio Antonio na captura de escravos do Contestado foi seriamente cogitado pelo cônsul brasileiro em Caiena, Wilkens de Mattos, em correspondência ao presidente Sá Albuquerque, no dia 10 de março de 1860. Para Mattos, essa alternativa não traria “nenhuma complicação às autoridades do Império”, contudo os proprietários deveriam estar dispostos a pagar a Remígio valores entre 150 e 200 réis por escravo fugido. Desse modo, esperava-se que o principal

20 AHI. Requerimento de João Gil Blanco ao presidente do Pará, Antonio Coelho de Sá Albuquerque. Anexo ao ofício reservado da presidência do Pará, de 22 de novembro de 1859, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Cansanção de Sinimbu. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

do Amapá achasse “nessas capturas um meio de negócio muito mais rendoso” que as suas atividades usuais, e os senhores poderiam evitar o prejuízo definitivo, impedindo que os cativos alcançassem a Guiana Francesa, onde ficariam “protegidos pela lei de 27 de abril de 1848”.²¹

Como parte de suas atribuições, o cônsul Wilkens de Mattos demonstrava familiaridade com os trajetos e destinos relacionados a diversos fugitivos. Mencionava a chegada ao Oiapoque de cinco escravos que supunha serem da ilha de Marajó, e mais cinco provenientes de Marapanim, “pertencentes aos herdeiros do tenente Valino Antonio de Oeiras”. Dizia igualmente ter notícia de três escravos chamados Torquato José, Belisario e Amansio, os quais tinham se empregado em uma fazenda próxima a Caiena.

Na década de 1860, tornaram-se comuns as queixas de senhores, proprietários, autoridades e comerciantes contra escravos que se apropriavam de embarcações e mercadorias para fugir em direção ao Contestado e à Guiana Francesa. Em 24 de agosto de 1862, Leonel David de Oliveira, delegado suplente da vila de Chaves, na ilha do Marajó, pedia ao presidente do Pará que intermediasse, junto ao cônsul em Caiena, a recuperação de um barco chamado *Rival* e a captura dos escravos que ele tinha como suspeitos de terem levado o barco para aquela colônia.²²

A descrição do barco sugere que tinha médio porte, com capacidade para “vinte bois em pé”. Segundo Leonel de Oliveira, a embarcação que era “tripulada na máxima parte por escravos” saiu de Belém “conduzindo gêneros de diversas pessoas” moradoras de Chaves, mas jamais chegou a esse destino. Entre os escravos mencionados, destacava-se Camilo, que desempenhava a importante função de piloto, o que significa que tinha alguma – ou muita – experiência de navegação e conhecia as caracterís-

21 AHI. Carta de 10 de março de 1860, do cônsul do Brasil em Caiena, João Wilkens de Mattos, ao presidente do Pará, Antonio Coelho de Sá Albuquerque. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4. As palavras de Mattos parecem indicar que a proposta ainda seria feita a Remígio. Como vimos, ela de fato ocorreu para os desertores.

22 AHI. Requerimento de 24 de agosto de 1862, do delegado suplente da vila de Chaves, Leonel David de Oliveira, ao presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

ticas físicas dos lugares por onde andava.²³ De posse dessas habilidades, bastou a ele e a seus companheiros tirar proveito da oportunidade ideal.

Em alguns casos, o Consulado do Brasil em Caiena era acionado como intermediário na tentativa de capturar escravos e apreender embarcações. No dia 7 de outubro de 1865, o cônsul Frederico Abranches respondia a Francisco Dias Botelho a respeito de 16 escravos que este supunha estarem no Contestado ou na Guiana Francesa. Os fugitivos pertenciam à família Barata, moradora do distrito de Curuçá, termo da cidade de Vigia, e tinham escapado em duas levas. O primeiro grupo, em 21 de fevereiro de 1861, era composto por nove escravos; e, no dia 8 de maio de 1865, outros sete escravos se evadiram.

No seu ofício, o cônsul Abranches descartava qualquer possibilidade de recuperar os escravos, caso estivessem na Guiana Francesa, por conta da lei de 1848. Mas lembrava que Remígio Antonio já tinha se oferecido para restituir a embarcação – desde que fosse pago determinado valor –, conforme comunicado de 16 de abril de 1861. Porém, o conselho de Abranches era que Botelho, “para não perder tudo”, deveria vender a embarcação em Caiena, se um dia ela fosse encontrada, pois os custos para conduzi-la de volta ao Brasil “excederiam muito do seu valor”.²⁴

Os recorrentes furtos de embarcações também eram ocasionados pela prática, aparentemente não rara, de alguns proprietários confiarem a seus escravos a negociação de mercadorias em outras vilas e cidades. Graças a isso, um morador de Vigia, chamado Antonio de Pádua Leal, foi logrado duas vezes pelo mesmo escravo, segundo informações prestadas pelo cônsul Frederico Abranches, em ofício do dia 5 de abril de 1868.

Pádua Leal entregara uma “porção de peixe salgado” para ser vendida por um cativo não identificado, que se apropriou de tudo e fugiu para o

23 De acordo com as descrições de viajantes e outros relatos sobre a navegação na Amazônia no século XIX, o piloto era a pessoa que detinha apurado conhecimento sobre horários de marés e vazantes dos rios, a localização de baixios que poderiam fazer encahar as embarcações, e os melhores trechos navegáveis.

24 AHI. Ofício N.º 31, de 7 de outubro de 1865, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao senhor Francisco Dias Botelho. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.

Cunani. Por alguma razão, o comerciante vigiense acreditou ter conseguido do escravo o reconhecimento da dívida, estimada em seiscentos e oitenta e cinco francos, pela mercadoria levada. Mas, ao tentar negociar com outra pessoa o documento que fora assinado “a rogo” pelo escravo, Pádua Leal descobriu que tinha em mãos apenas um “título ilusório”.²⁵

Nem todos os donos de embarcação e comerciantes, porém, ficavam no completo prejuízo, ainda que o ressarcimento demorasse um bom tempo. Em 11 de janeiro de 1869, o cônsul Abranches informava ao ministro dos Negócios Estrangeiros, José da Silva Paranhos, que tinha finalmente recuperado e vendido a canoa pertencente a João Teixeira, levada por escravos em 1866. Devido ao estado de deterioração em que foi encontrada, Abranches obteve trezentos e oitenta francos e catorze cêntimos pela embarcação, cerca de metade do valor pago por uma canoa em boas condições de uso, em Caiena.²⁶

Nos três anos em que esteve “desaparecida”, a canoa circulou entre o Contestado e a Guiana Francesa. De acordo com o comissário do *quartier* de Approuague, os 14 escravos que a furtaram, em 1866, seguiram primeiramente em direção ao rio Cassiporé. Poucas semanas após chegarem, um homem chamado João Baptista, autointitulado “chefe” local, teria ameaçado os escravos, acompanhado de pessoas armadas, para que entregassem a canoa, “em nome do governo brasileiro”. Em contrapartida, os escravos responderam que somente o fariam sob “ordem emanada do governo francês”. Diante desse impasse, os escravos resolveram mudar-se para o Approuague, juntamente com um brasileiro “livre” chamado Pedro, que os acolhera no Cassiporé. Desde então, a canoa permanecera na Guiana Francesa até ser apreendida e vendida pelo cônsul brasileiro.²⁷

25 AHI. Ofício N.º 4, de 5 de abril de 1868, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Antonio Coelho de Sá Albuquerque. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.

26 AHI. Ofício N.º 1, de 11 de janeiro de 1869, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro José Maria da Silva Paranhos. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.

27 AHI. Rapport du commissaire de le quartier Approuague, remis à Monsieur le Pro-

Em 1865, moradores do rio Marapanim, localizado entre as vilas de Cintra e Curuçá, denunciariam uma situação muito semelhante à que já havia ocorrido na mesma região seis anos antes, ou seja, a fuga coletiva de escravos envolvendo homens livres e o furto de embarcação. E tal como em 1859, uma das principais motivações seria o envolvimento do lavrador José Justiniano, 65 anos, natural de Vigia, com a escrava Eufemia, pertencente a Raimundo José Dutra.

Os denunciantes afirmavam que Justiniano e seu filho tinham facilitado a fuga de mais de uma dezena de escravos para o Amapá e se preparavam para seguir o mesmo destino quando foram presos e indiciados pelos crimes de furto e insurreição. A maior parte dos escravos fugiu no dia 2 de agosto, na canoa pertencente ao senhor da escrava Eufemia. José Justiniano Filho já tinha vendido tudo que possuía, incluindo roças de milho, mandioca e um forno para preparar farinha, enquanto o pai tentava antecipar sua colheita. Em seguida, almejavam “emprestar” a canoa de um vizinho, mas foram presos antes disso.²⁸

Eram inegáveis o volume e a constância das fugas escravas para o Contestado. Em outubro de 1866, o presidente da província do Pará, Antonio Lacerda de Chermont, declarava que, havia algum tempo, “escravos e criminosos” vinham tomando “direção diversa da que antes seguiam”, preferindo cada vez mais os “territórios considerados neutros entre o Império e a colônia francesa de Caiena”. Para tentar amenizar o problema, Chermont decidira instalar uma embarcação no limite sul do Contestado, na costa do Cabo Norte, “para apreender tanto os escravos fugidos como os desertores e criminosos que procuram escapar à ação da Justiça”, e impedi-los de alcançar a área em litígio (PARÁ, 1866, p. 35).

A instalação de patrulha marítima, para impedir as fugas pelo extremo norte amazônico, já tinha sido adotada pelo governador Sousa

cureur Impérial. Approuague, le 4 mai 1866. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.

28 Processo-Crime N.º 167. José Justiniano e José Justiniano Filho [réus]. Subdelegacia de Polícia da vila de Cintra, 16 de setembro de 1865. Arquivo Professor Quintino de Araújo Nunes. Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto. Fundo: Cartório Raiol, Caixa 08-A. Cidade de Vigia – Pará.

Coutinho desde a primeira abolição francesa, em 1794. E desde o final da década de 1850, igualmente fora sugerida pelo capitão-tenente José da Costa Azevedo, pelo presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, e pelo cônsul brasileiro em Caiena, João Wilkens de Mattos. Contudo, após o acordo de neutralização de 1841, sempre existiu o receio de que essa medida causasse embaraços diplomáticos com a França e, talvez por isso, não consta que tenha continuado sistematicamente, depois do governo de Antonio de Chermont. Ademais, essa era uma decisão que dependia do aval expresso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A permissão teria vindo como resposta a uma denúncia de 14 de abril de 1866 do juiz de direito de Macapá, informando que “algumas pessoas” tinham avistado uma canhoneira de guerra francesa navegando as águas do Contestado com a intenção de “aumentar o destacamento de cinquenta praças existente no rio Cunani”. O objetivo principal seria impedir expedições brasileiras que pretendessem capturar escravos naquela região. Em seu ofício, o presidente do Pará, José Vieira Couto de Magalhães, desmentia ter enviado qualquer diligência ao Cunani e entendia que, “em tão melindroso assunto”, deveria aguardar ordens superiores.²⁹

TENTATIVAS DE ALICIAMENTO E DISPUTAS PELO PODER NO AMAPÁ

Embora o presidente Couto de Magalhães desconfiasse da veracidade dos rumores, o Brasil não poderia mais acusar exclusivamente os franceses de “burlar” o acordo de 1841, tentando exercer influência sobre a população do Contestado. Desde o início da década de 1860, sucessivos presidentes do Pará haviam se comprometido em estreitar relações com Remígio Antonio através de convites para conversas em Belém, manu-

29 AHI. Ofício reservado de 24 de abril de 1866, do presidente do Pará, José Vieira Couto de Magalhães, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, José Antonio Saraiva. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-5.

tenção das isenções de recrutamento para forças militares e a Guarda Nacional, e diferentes tipos de auxílios.

Dessa forma, no dia 7 de agosto de 1862, o presidente Francisco de Araújo Brusque pedia autorização ao ministro Marquez de Abrantes para conceder gratificações aos tripulantes de embarcações que conduzissem produtos do Contestado para o mercado de Belém. E, sabendo do interesse de Remígio em construir uma igreja no Amapá, pedia permissão para doar quinhentos mil réis ao principal a fim de ajudá-lo na construção do referido templo. Finalmente, o presidente reiterava que se esforçaria para conseguir um padre que pudesse atuar satisfatoriamente naquele povoado.³⁰

Em 7 de junho de 1864, o presidente João Maria de Moraes oficiava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a respeito das propostas de Araújo Brusque que tinham sido aprovadas. Sobre a construção da igreja, Moraes disse que Remígio enviara um “agente” chamado Antonio Gonçalves da Trindade, a quem foram entregues trezentos mil réis e um “caixão com pregos”, no mês de abril. Um padre havia sido nomeado, porém ainda não tinha assumido suas funções no Contestado. Mais do que cuidar dos assuntos religiosos, a presença de um sacerdote no Amapá era considerada importante para supervisionar Remígio e evitar que ele tivesse entendimentos semelhantes com autoridades francesas.³¹

A aproximação entre Remígio Antonio e a presidência do Pará não passou despercebida pelo governo francês. E talvez se aproveitando do surgimento das primeiras manifestações de resistência ao poder do principal no Contestado, autoridades da Guiana Francesa incitaram a deposição de Remígio nos primeiros meses de 1866. Através de uma carta assinada pelo ex-vice-cônsul da França no Pará, Prosper Chaton,

30 AHI. Ofício reservado de 7 de agosto de 1862, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

31 AHI. Ofício reservado de 7 de junho de 1864, do presidente do Pará, João Maria de Moraes, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Pedro Dias Vieira. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-5.

um homem chamado Claudino foi enviado ao Amapá para assumir a chefia do povoado e todas as funções correspondentes à posição.

Na carta, Claudino era apresentado como alguém que iria “proteger e vigiar a segurança dos franceses” que se dirigiam ao Amapá para “exercer a indústria da pesca”. Entretanto, logo em seguida, Chaton dizia que Claudino exerceria o poder de polícia que tinha sido outorgado a Remígio, isto é, “prender e entregar à Justiça de Caiena ou do Pará, indistintamente, todo indivíduo que fosse culpado de crime ou delito”. Por conseguinte, era ordenado a Remígio que entregasse a Claudino dez espingardas e um tronco capaz de prender até cinco acusados conjuntamente, supostamente fornecidos pelo governo francês. No final, os termos da destituição de Remígio eram bastante claros, pois ele deveria “abster-se, no futuro, de praticar quaisquer atos de autoridades, que já lhe foram proibidos”.³²

A chegada de Claudino ao Amapá dividiu o povoado entre aqueles que apoiavam a queda de Remígio e os defensores da sua permanência no poder. Os partidários do principal decidiram, então, escrever ao cônsul Frederico Abranches, no dia 30 de maio de 1866, denunciando o que acreditavam ser uma manobra do governador da Guiana Francesa:

Fazemos chegar ao conhecimento de V.S.^a, que chegou a este distrito o Sr. Claudino, mandado pelo Exmo. Ilmo. governador dessa cidade [Caiena], para tomar posse do cargo que estava exercendo o Sr. capitão principal Remígio Antonio de Miranda, sem saber quais sejam os motivos que o Sr. governador tenha, para assim ser excluído do seu emprego o dito Sr. Remígio. [...] Sabendo-se que ele [Claudino] vem aqui para fazer vontades alheias e querer governar forçadamente, contra a vontade nossa; chegamos ao ponto de cometer partido, e [assim] nós não o quisemos aceitar, por isso, rogamos a V.S.^a haja dar todas as providências necessárias para que não seja excluído do cargo o capitão Remígio.³³

32 AHI. Lettre de Monsieur Chaton à Remígio Antonio, le principal de Mapá. Cayenne, le 5 mars 1866.

33 AHI. Carta escrita por moradores do Amapá ao cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches. Amapá, 30 de maio de 1866. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.

Os moradores afirmavam conhecer Claudino por ter feito um “grandíssimo roubo” no Amapá, cerca de dez ou doze anos antes. Acompanhado de um homem que se passou por membro do governo francês, em missão a Belém, Claudino convenceu algumas pessoas a entregar produtos para serem vendidos no Pará e acertar o pagamento quando os dois voltassem a Caiena. Descobriu-se, tarde demais, que o tal funcionário era um *déporté*.

O próprio Remígio Antonio foi a Caiena conversar com o cônsul brasileiro sobre o que deveria fazer diante dessa situação. Logo de início, Abranches lhe disse que não reconhecia a ele nem a Claudino como “principais” – este título, assim como o de capitão, era considerado por muitas autoridades brasileiras como um posto figurativo, que os franceses tinham atribuído a Remígio –, mas se propôs a aconselhá-lo.

A primeira atitude deveria ser entregar as armas e o tronco mencionados na carta de Chaton, caso fossem realmente propriedade do governo francês. Porém, o mais importante, disse o cônsul, era que Remígio deveria fazer tudo sem “tumultos”, porque “se alguma coisa acontecesse no Amapá, podiam os dois governos, de comum acordo, mandar ali uma força armada prender os criminosos”.³⁴ Entre as escolhas disponíveis, o cônsul preferiu orientar Remígio sobre como se manter no poder sem confrontar ou hostilizar abertamente os franceses, evitando uma intervenção binacional de consequências imprevisíveis para todos.

Após isso, o cônsul Abranches solicitou uma audiência com o governador Agathon Hennique, que rechaçou as acusações de envolvimento no episódio dizendo que jamais tinha nomeado prepostos no Contestado. Afirmou ter sido procurado para ajudar na conspiração contra Remígio, mas que se recusara a participar dela por não querer violar o acordo de 1841 e notar “que o solicitante era movido por interesses particulares”.³⁵

34 AHI. Ofício N.º 3, de 15 de junho de 1866, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro José Antonio Saraiva. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.

35 Ibidem.

De acordo com Frederico Abranches, Remígio retornou de Caiena ao Amapá e conseguiu se impor aos seus adversários e a Claudino, que teve que se retirar do povoado. Isso foi possível porque, não obstante a “divisão” suscitada pela tentativa de deposição, os partidários do principal estavam em maior número. Mas, sobretudo, devido ao eficiente uso que Remígio e seu grupo fizeram do litígio franco-brasileiro. Pois não há dúvida de que teriam recorrido ao governador da Guiana Francesa, caso se tratasse de uma ação do Brasil.

A disputa pela liderança do Amapá era resultado da importância política e econômica que o povoado tinha assumido no Contestado, a partir do acordo de 1841. Contudo, além das habituais investidas brasileiras e francesas sobre o território litigioso, Remígio passaria a enfrentar resistências dentro do próprio Amapá, e de locais como o Cassiporé e o Cunani. Essas últimas áreas passavam por um rápido processo de povoamento, destacando-se a expressiva quantidade de escravos fugidos, entre outros indivíduos e grupos frequentemente encontrados na região entre os rios Araguari e Oiapoque. E, assim como o Amapá, esses povoados buscariam meios para afirmar sua autonomia e liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XIX, enquanto Brasil e França disputavam a posse do chamado Contestado Franco-Brasileiro, situado no extremo norte amazônico, escravos fugidos, desertores, criminosos e forasteiros, de modo geral, formavam ali sociedades politicamente autônomas e economicamente bem estruturadas. Apesar de sucessivas tentativas daquelas duas nações para eliminar, controlar ou cooptar tais comunidades, elas se mostraram ameaçadoramente estáveis e independentes até o final do Oitocentos.

Enquanto região fronteira, a chamada Guiana brasileira e suas peculiaridades foram vantajosamente utilizadas por diversos indivíduos e grupos cuja força de trabalho era objeto de frequente exploração sob contínuas práticas e mecanismos legais de compulsoriedade existentes na Amazônia. Dessa forma, trabalhadores escravos, livres e libertos es-

tabeleceram seus próprios usos sociais, econômicos e políticos daquele território, por exemplo, recriando e definindo inúmeras conexões e rotas entre o interior e o litoral oceânico através dos rios e assenhorando-se dos abundantes recursos naturais existentes.

Em meio a relações de comércio, fugas e circulações diversas entre o Pará e a Guiana Francesa, esses sujeitos também ampliavam e asseguravam sua liberdade e autonomia através de variadas alianças políticas, acordos econômicos, ajustes e oposições com diferentes grupos étnicos e socioculturais transfronteiriços. Essas configurações garantiram a longevidade das comunidades do Contestado Franco-Brasileiro até o final do século XIX, quando uma série de acontecimentos – incluindo a descoberta de ouro na área litigiosa e um conflito armado entre franceses e brasileiros no povoado do Amapá – levaram o Brasil e a França a buscarem uma solução definitiva para a questão. Finalmente, em 1º de dezembro de 1900, a decisão arbitrada pela Suíça decidiu que o Contestado seria incorporado ao território brasileiro por meio do chamado Laudo de Berna. Iniciava-se, dessa forma, uma nova etapa no processo de estruturação político-administrativa das comunidades situadas entre os Rios Araguari e Oiapoque.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- EPAILLY, Eugène. *Esclavage et resistances en Guyane: une page de l'histoire de l'esclavage en Guyane, ses révoltes atlantiques, ses luttes continentales et maritimes*. Guyane: Rémire-Montjoly, 2005.
- MAM-LAM-FOUCK, Serge. *Histoire generale de la Guyane Française: des débuts de la colonisation à l'aube de l'an 2000, les grands problèmes guyanais: permanence et évolution*. Cayenne: Ibis Rouge Editons, 1996.
- PAZ, Adalberto. Classe, cor e etnia nas legislações de compulsão ao trabalho na Amazônia: do Diretório ao fim dos Corpos de Trabalhadores (1755-1859). *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 12, p. 1-28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdo-trabalho/article/view/1984-9222.2020.e72949/43412>. Acesso em: 15 ago. 2020. Doi: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e72949>
- PAZ, Adalberto Junior Ferreira. Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013, p. 1-16.
- PAZ, Adalberto Junior Ferreira. *Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- PAZ, Adalberto. Free and unfree labor in the nineteenth-century Brazilian Amazon. *International Review of Social History*, v. 62, Special Issue S25, p. 23-43, dec. 2017b. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-review-of-social-history/article/free-and-unfree-labor-in-the-nineteenthcentury-brazilian-amazon/D5723C548661957D7ECF3FBE8BEA5CDD>. Acesso em: 20 out. 2019. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0020859017000426>.
- PETOT, Jean. *L'or de Guyane: son histoire, ses hommes*. Paris: Editions Caribéennes, 1986.

- ROSE, Françoise. *Morphosyntaxe de l'Emerillon: langue tupi-guarani de Guyane Française*. Thèse (doctorat en Sciences du Langage). Université Lumière Lyon 2, Lyon, 2003.
- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 3.
- WARD, Kerry. *Networks of empire: forced migration and Dutch East India Company*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- WINSLOW, Cal. *Sussex Smugglers*. In: HAY, Douglas; RULE, John G.; THOMPSON, E. P.; WINSLOW, Cal. *Albions Fatal Tree: crime and society in eighteenth-century England*. London and New York: Verso, 2011, p. 119-166.

FONTES IMPRESSAS

- Accôrdo para determinar a jurisdição á que devem ficar sujeitos os crimes cometidos no Amapá. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros que tinha de ser apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima primeira legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado, Marquez de Abrantes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863.
- Décret colonial concernant l'organisation municipale a la Guyane Française. Cayenne, le 30 juin 1835.
- Exposição apresentada pelo Exm^o Senr. Doutor João Maria de Moraes, 4^o Vice-presidente da Província do Gram-Pará, por ocasião de passar a administração da mesma província, ao 3^o Vice-presidente, Exm^o Senr Coronel Miguel Antonio Pinto Guimaraens*. Belém: Typographia de Santos e Filhos, 1855.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura, pelo respectivo*

- Ministro e Secretario de Estado, Visconde de Maranguape*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima primeira legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado, Conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.
- Relatorio da presidencia do Pará, apresentado a respectiva Assembléa Legislativa Provincial pelo excellentissimo senhor vice-presidente Barão de Arary, em 1 de outubro de 1866*. Pará, Typographia do Jornal do Amazonas, 1866.

FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo Histórico do Itamaraty.
- Carta de 10 de março de 1860, do cônsul do Brasil em Caiena, João Wilkens de Mattos, ao presidente do Pará, Antonio Coelho de Sá Albuquerque. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.
- Carta escrita por moradores do Amapá ao cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches. Amapá, 30 de maio de 1866. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.
- Lettre de Monsieur Chaton à Remígio Antonio, le principal de Mapá. Cayenne, le 5 mars 1866.
- Ofício N.º 37, de 21 de outubro de 1862, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.
- Ofício N.º 4 de 23 de julho de 1860, do cônsul do Brasil em Caiena, João Wilkens de Mattos, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Cansação de Sinimbu. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-7.
- Ofício N.º 4, de 23 de julho de 1860, do cônsul do Brasil em Caiena, João Wilkens de Mattos, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Cansação de Sinimbu. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-7.
- Ofício N.º 37, de 21 de outubro de 1862, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

Ofício N.º 1651, de 11 de outubro de 1862, do Comandante das Armas do Pará, Francisco Sérgio de Oliveira, ao presidente da Província do Pará, Francisco Carlos de Araújo Brusque. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

Ofício Reservado N.º 1, de 18 de julho de 1863, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Consulado de Caiena (Ofícios). Lata 544, maço 3.

Ofício de 4 de novembro de 1863, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, para o procurador imperial em Caiena. Ofício N.º 2, de 21 de novembro de 1863, do Consulado do Brasil em Caiena ao governador da Guiana Francesa. Anexos ao Ofício Reservado N.º 1, de 5 de fevereiro de 1864, do Consulado do Brasil em Caiena ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Consulado de Caiena (Ofícios). Lata 544, maço 3.

Ofício N.º 4, de 29 de agosto de 1864, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao governador da Guiana Francesa, Antoine Favre.

Ofício N.º 204, de 26 de outubro de 1864, do governador da Guiana Francesa, Antoine Favre, ao cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches.

Ofício N.º 3, de 18 de outubro de 1865, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro José Antonio Saraiva. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.

Ofício reservado, de 23 de novembro de 1863, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-5.

Ofício reservado, de 20 de janeiro de 1864, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-5.

Ofício N.º 31, de 7 de outubro de 1865, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao senhor Francisco Dias Botelho. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.

Ofício N.º 4, de 5 de abril de 1868, do cônsul do Brasil em Caiena, Fre-

- derico Magno de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Antonio Coelho de Sá Albuquerque. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.
- Ofício N.º 1, de 11 de janeiro de 1869, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico Magno de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro José Maria da Silva Paranhos. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.
- Procés-verbal n.º 37, constant les recherches du nommé Maximo Gomes de Souza, né au Pará, accusé de crime, remis à Monsieur le Procureur Impérial et copie adressé à Monsieur le Commandant la deuxième section du premier arrondissement. Cayenne, Gendarmerie impériale, vingt deux décembre 1863. Anexo ao Ofício Reservado N.º 1, de 5 de fevereiro de 1864, do Consulado do Brasil em Caiena ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Consulado de Caiena (Ofícios). Lata 544, maço 3.
- Ofício reservado de 24 de abril de 1866, do presidente do Pará, José Vieira Couto de Magalhães, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, José Antonio Saraiva. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-5.
- Ofício reservado de 7 de agosto de 1862, do presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Marquez de Abrantes. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.
- Ofício reservado de 7 de junho de 1864, do presidente do Pará, João Maria de Moraes, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Pedro Dias Vieira. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-5.
- Ofício N.º 3, de 15 de junho de 1866, do cônsul do Brasil em Caiena, Frederico de Abranches, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro José Antonio Saraiva. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.
- Rapport du commissaire de le quartier Approuague, remis à Monsieur le Procureur Impérial. Approuague, le 4 mai 1866. Consulado de Caiena (Ofícios). Códice 243-4-6.
- Requerimento de João Gil Blanco ao presidente do Pará, Antonio Coelho de Sá Albuquerque. Anexo ao ofício reservado da presidência do Pará, de 22 de novembro de 1859, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Cansação de Sinimbu. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

Requerimento de 24 de agosto de 1862, do delegado suplente da vila de Chaves, Leonel David de Oliveira, ao presidente do Pará, Francisco de Araújo Brusque. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-4.

Arquivo Professor Quintino de Araújo Nunes. Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto.

Processo-Crime N.º 167. José Justiniano e José Justiniano Filho [réus]. Subdelegacia de Polícia da vila de Cintra, 16 de setembro de 1865. Fundo: Cartório Raiol, Caixa 08-A. Cidade de Vigia – Pará.

O NEGÓCIO DE ESCRAVIZADOS
NO GRÃO-PARÁ DOS
OITOCENTOS:
ROTAS, PROCEDÊNCIAS E
DINÂMICAS

*Diego Pereira Santos*¹

A migração de escravizados de África não se tratou de um algo natural e não pode ser naturalizada. A afirmação, aparentemente intuitiva, é necessária para que se compreenda em que medida o tráfico atlântico de africanos tratou-se de uma forma de desenraizamento forçado, no qual não houve manifestação da vontade daqueles que estavam sendo negociados, situação na qual foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda.² Devendo-se, portanto, atentar para uma experiência migratória específica, peculiar e distinta de outros grupos populacionais específicos ou nacionais.

Sem consentimento, diversos grupos étnicos foram escravizados, em alguns casos ainda em solo africano, e conduzidos às Américas. As *terras*

1 Professor da rede pública de ensino SEDUC-Pará e da Universidade da Amazônia (UNAMA). Membro do grupo de Estudos e Pesquisas da Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM). Doutorando em História da América e da África na Universidade de Barcelona – Espanha.

2 MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014. p. 12.

brasílicas, como parte integrante desse enredo, fizeram-se a partir da espoliação de milhões de negros que desembarcaram, inicialmente em portos costeiros, e que junto aos seus corpos e a sua força de trabalho levaram também suas memórias, identidade e ancestralidade. Essa foi uma das histórias mais comuns da História do Brasil e que nossos pais deveriam ter nos contado desde a infância para que não se repetisse, mas ela acabou sendo invisibilizada, junto de seus principais sujeitos: os escravizados.³

A relação da África com o Brasil iniciou-se com o comércio de escravizados. A constatação, destarte, traz à tona uma História de números, pessoas com nomes (re)criados sob a ótica cristã, sem língua e, inicialmente, sem vínculos familiares.⁴ Essa História do negro no Brasil é incompleta quando se entende que não pode ser reduzida ao tráfico de escravizados, mas sua lembrança é também fundamental e necessária, pois sem ela não teríamos consciência do que aconteceu com esses negros nessas paragens do Atlântico e nem mesmo das situações cotidianas vividas pelos negros no Brasil contemporâneo, corolários sem precedentes dos, pelo menos, 350 anos de escravização.

São questões sensíveis e que estão enraizadas em vilas e cidades, do litoral ao interior, do norte ao sul do país. Entretanto, não da mesma maneira, nem de forma homogênea e estanque. Neste texto, parte-se de um lugar, a Amazônia – em particular da capitania e, posteriormente, o Estado do Grão-Pará –, e de um tempo, os *Oitocentos*. A partir desse momento, portanto, conjugam-se: situação, lugar/espço e tempo.

A Amazônia, da qual organicamente o Grão-Pará foi parte integrante, constituiu-se como a “última fronteira” do comércio de escravos ou, como destacaram Flávio Gomes e Lília Schwartz, “a área escravista menos conhecida no Brasil”.⁵ Isso porque a tradicional historiografia sobre o

3 Para uma análise do processo de ausências epistemológicas no campo da produção do conhecimento é importante compreender o que Boaventura de Sousa Santos afirma sobre “uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, 2002.

4 SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o Libambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 86.

5 GOMES, Flávio dos S.; SCHWARCZ, Lília M. Amazônia Escravista. In: GOMES, Flávio

comércio de escravizados privilegiou, em grande medida, e com alguma razão, áreas nas quais a dinâmica do comércio escravo fora mais efetiva, associando a ela uma vigorosa economia de exportação, o que ratificava a centralidade do Nordeste, em um primeiro momento, e depois a do Centro-Sul, respectivamente, com as economias do açúcar e da mineração.

A ênfase de trabalhos, elaborados ou referendados na década de 1970, revelava o caráter centralizador, de cunho econômico, da relação binomial e mercantilista entre Colônia e Metrópole dentro do “Antigo Sistema Colonial”.⁶ O traslado de escravos negociados na costa africana e direcionados aos portos brasílicos era percebido dentro da lógica do comércio triangular – Europa, África e América – e do exclusivismo comercial. Sob essa mesma temporalidade, outros autores indicavam em suas análises o exame das relações de produção internas ao mundo colonial, ainda que não redutíveis às determinações externas.⁷ Desses condicionamentos teria se constituído, nas regiões escravistas, inclusive na colônia portuguesa, um modo de produção singular, articulado via mercado mundial ao capitalismo em formação.⁸

A partir do decênio seguinte, observou-se uma mudança na produção histórica, na qual passaram a sobressair as perspectivas de análise mais voltadas aos aspectos estruturais, com um alargamento considerável de temáticas, métodos de análise e fontes. Nesse trabalhos, dava-se ênfase às especificidades das áreas nas quais o tráfico de escravizados fora uma realidade. A movimentação dos escravizados e dos traficantes, no comércio do ultramar, ao longo da costa, mas também no interior, conectava agora realidades e projetos de colonização. Concretizava-se, assim, uma

dos S.; SCHWARCZ, Lília M. *et. al. Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. (Capítulo 09). p. 106.

6 Cf. PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1973 (19 ed. 1942); FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (19 ed. 1959).

7 MARQUESE, Rafael Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n 169, p. 223-253 (227), julho-dezembro, 2013.

8 Cf. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011 (19 ed. 1978).

autonomização do tráfico de escravos diante da sua indexação como tão somente um capítulo da história da escravidão brasileira, assegurando sua independência diante da ampliação dos estudos, bem como passaria a ser demonstrável sua complexidade social, política e econômica.⁹

Apesar desses avanços significativos, ainda era notória a ênfase sobre a quantidade de desembarcados, pois ela ainda se revelaria como a grande condicionadora dos estudos, afirmando-se diante dos “dois lados do atlântico” sob o aprendizado possibilitado pela colonização, mas privilegiando a centralidade de portos, com destaque ao porto fluminense e suas conexões com a África centro-ocidental. Por outro lado, regiões ou áreas nas quais o comércio de africanos fora menos próspero e dinâmico, tornavam-se progressivamente relegados a um segundo plano, afirmando-se, essas últimas, como áreas periféricas diante do trato de escravizados. Assomam também com maior fecundidade uma História econômica da escravidão, não obstante as análises sobre as macroestruturas, dentre as quais valeram-se progressivamente pesquisas que utilizaram a base de dados internacional do *The Transatlantic Slave Trade: 1562-1867: A Database*.¹⁰

Nesses avanços historiográficos nacionais significativos, seja por envolver questões políticas, mas também as transformações e ampliações no campo de estudo da História com o avanço da História Cultural, outras áreas geográficas parecem estáticas ou mesmo distantes da maior contribuição dos negros. Regiões como a área setentrional da colônia não figuravam nesses estudos mais amplos e paradigmáticos, e, quando apareciam, era tão somente para ratificar suas ausências, ou seja, aquilo que não se tinha na Amazônia e que impedia o fortalecimento de seu crescimento, do qual o tráfico de escravizados era parte.

-
- 9 São significativos os trabalhos, nesse sentido, de: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII-XIX), São Paulo: Companhia das Letras, 1997; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850), São Paulo: Unicamp, 2000. Além de ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: a formação do Brasil no Atlântico Sul, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- 10 Esses dados que compreendiam a mortalidade, a duração das viagens e a praça de origem dos escravos, entre outros, permitiram uma nova visão da história do comércio e da origem dos escravos desembarcados no Brasil.

Diante de uma leitura a contrapelo, a Amazônia não era qualquer espaço e, seja qual for a tentativa de ligação com a lógica anteriormente exposta, deixará de lado suas formas e a possibilidade de um diálogo frutífero também sobre o comércio de escravizados e sobre o escravismo ali desenvolvido. O que foi uma marca da “pobreza” e da falta de recursos no século XVIII revelou, desde as primeiras iniciativas do governo português para a Amazônia, potencialidades de construção de vivências e tentativas de formar na Região Norte um projeto de colonização que não se afinou, em grande medida, ao “sistema de *plantation*” ou mesmo à lógica da mão de obra negreira amiúde, reveladora de uma presença extraordinária.¹¹

Os trabalhos iniciais do maranhense Manuel Nunes Pereira, desde finais da década de 1930, passaram a percorrer a ainda difícil constatação e aceitação da presença do negro na Amazônia. O caráter ensaísta desses primeiros trabalhos corporificados em *A introdução do negro na Amazônia* (1949) e *Negros Escravos na Amazônia* (1952) não diminui o pioneirismo das obras do etnólogo, muito pelo contrário, discorre sobre a possibilidade de compreensão do negro no processo de povoamento e organização econômica na Ilha do Marajó, com a criação de gado. Acrescente-se a essas primeiras incursões o ensaio de Arthur Cezar Ferreira Reis sobre *O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia* (1961), o qual ratifica, apesar da entrada dos africanos em maior número do que os alcançados até aquele momento, uma falta de expressão dos africanos em detrimento da incipiência de empreendimentos agrários na região. Argumento inclusive compatível com as proposições de Manuel Pereira e, mais tarde, de Colin Maclachlan e Maria Regina Celestino de Almeida.¹²

Entre as décadas de 1960 e 1980, delinearão-se, como permanências

11 REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. Prefácio. In: DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Universidade Federal do Pará, 1970. v. 1. p. 17.

12 PEREIRA, Manuel Nunes. A introdução do negro na Amazônia. *Boletim Geográfico* - IBGE, v. 7, n. 77, 1949. p. 509; REIS, Arthur Cezar Ferreira. O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia. *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante Dom Henrique, v.V, II parte, 1961, p. 347-353; MACLACHLAN, Colin. African slave trade and economic development in Amazonia, 1700-1800. In: TOPLIN, Robert Brent (org.). *Slavery and race relations in Latin America*. Westport: Greenwood Press, 1974. p. 115-118; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Trabalho compulsório na

desses primeiros trabalhos, algumas bases sólidas de compreensão da escravidão e do comércio de escravizados para Amazônia. São exemplos as obras de: Marcos Carneiro de Mendonça, em “A Amazônia da Era Pombalina” (1963); Manuel Nunes Dias, no estudo “Fomento Ultramarino e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão” (1970); Vicente Salles, em “O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão” (1971), na qual o autor inaugura uma forma de leitura sobre a Amazônia em que o negro passa a ser considerado sujeito histórico tanto em número como também em suas formas e manifestações culturais¹³; além dos trabalhos de Rosa Acevedo Marin, em relação ao trabalho escravo e feminino no Pará, e Arlene Marie Kelly-Normand, analisando a presença dos africanos na Amazônia.¹⁴ Como prova exemplarmente essa última autora no campo da demografia histórica para a região tocantina, teria havido uma ampliação nos empreendimentos agrícolas, assim como na relação e estruturação do comércio de escravos na época pombalina.

Considerando-se a existência de diferenças entre as versões elencadas, tem-se a ênfase em dois elementos que serão recorrentes nessas obras e que ganharão espaço privilegiado em relação ao tráfico de escravizados, mesmo em obras monográficas e artigos mais contemporâneos. A primeira, e mais recorrente, será o papel da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão para o fomento de escravos na Amazônia. Ela foi considerada a grande responsável por trasladar cativos para o norte da colônia e estabelecer a regularidade e a organização desse comércio, que, apesar de existir desde, pelo menos, o século XVII, foi, ao longo do tempo, considerado irregular, o que demonstra que, nos anos que se

Amazônia: séculos XVII-XVIII. *Revista Arrabaldes*, ano I, n. 2, p.103-105, set.-dez. 1988.

- 13 Entre outros fatores de ordem política, Alessandra Mafra enfatizou em artigo a circularidade da obra, pelo desenvolvimento de “uma narrativa de forma analítica acessível”. Cf. MAFRA, Alessandra. À Sombra do Precursor: produção e recepção da obra *O Negro no Pará*, de Vicente Salles. *Revista Tempo & Argumento*. Florianópolis, v. 8, n. 18, 2016, p. 332.
- 14 ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Trabalho escravo e feminino no Pará. *Cadernos (do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPa)*, Belém, v. 12, p, 53-84, abr./jun. 1987; KELLY-NORMAND, Arlene Marie. *Africanos na Amazônia: cem anos antes da Abolição*. *Cadernos do CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPa)*, Belém, v. 18, p. 01-21, out./dez. 1988.

seguiram às primeiras introduções, não houve estabilidade das estruturas que envolviam esse comércio. A forma de se considerar o papel da Companhia chegou até mesmo a uma superlativização. Sua importância apareceria ao sobrepor qualquer outra iniciativa anterior, indicativo de “novos tempos” e de uma guinada jamais vista na Amazônia, como se antes dela não existisse desenvolvimento nas paragens do Norte ou que a região estivesse sujeita ao abandono de uma “terra semimorta” e “impotente”, como enfatizou Nunes Dias. As críticas a essa generalidade e ao caráter excessivamente positivo e proselitista em relação à Companhia não tardaram à geração de críticas de autores coevos, como Arthur Cezar Ferreira Reis, que, sem deixar de considerar as transformações da Companhia, dadas “as condições favoráveis”, ressaltava que essa não poderia “usufruir sozinha das glórias de uma empresa que não foi pioneira”.¹⁵

A obra de Salles, de maior circularidade e publicidade nos meios acadêmicos e não especializados, enfatizou os diversos regimes de comércio de negros traficados para o Pará: a) assento, ou alistamento compulsório de negros cativos na África e estabelecidos de maneira geral a partir de contratos da fazenda real com pessoas particulares; b) monopólio atribuído às companhias de comércio; c) iniciativa particular; d) contrabando; e) comércio interno.¹⁶

Entre as modalidades, apesar do esforço em dividi-las em várias frentes, a realidade tornou intrínseco considerar interlocuções entre essas formas de obtenção de escravos, tendo em vista que elas não se anulavam e, muitas vezes, até se complementavam. O comércio de longa distância que operava com grande estrutura de embarcações a partir do estanque da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) estabeleceu exclusivo de produções e escravos, mas não esteve imune ao comércio de escravos através de outras modalidades e formas menos oficiais. Como consequência do final do monopólio da empresa pombalina, em 1778, o comércio de escravos no último quartel do Setecentos acabou por abrir

15 REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. Prefácio. In: DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. v.1. p. 17.

16 SALLES, Vicente. *O negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará, 1971. p. 27.

possibilidades a outros comércios de negociantes que, se antes dela já existiam, tornaram-se bem mais estabelecidos e vigorosos.¹⁷

O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS DIANTE DO COMÉRCIO LIVRE

O entendimento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão para a ampliação do comércio de escravos possibilitou novos desembarques de escravizados a partir do final do seu monopólio, em 1778. Nos anos seguintes, até 1799, ter-se-á, pelo que se conseguiu apurar, a introdução de cerca de 5.635 escravos no Pará. Desses 44 traslados, cruzados com diversos registros e documentações, 12 deles não se pode apreender com segurança os dados, devido aos dados apontados, os registros do comércio transatlântico de escravos, em particular quando destacam apenas uma documentação, não correspondem à bibliografia ou ao registro histórico nas fichas do *Transatlantic Slave Voyage*.¹⁸

Quanto à questão da dinâmica desse comércio, revelam-se como portos de embarque duas grandes macrorregiões da África: a África Banto, em particular na sua porção ocidental, com a presença de portos de procedência como Benguela, Luanda, Loango e Angola; e a região predominante de embarques da Senegâmbia, com os postos avançados de Cacheu e Bissau. Ressalte-se que essas denominações, que muitas vezes acabaram sendo reputadas aos escravos, correspondem aos portos de embarque / procedência, portanto, metaétnicas, não se traduzindo em correspondência de autoidentificação em África.¹⁹ A primeira região

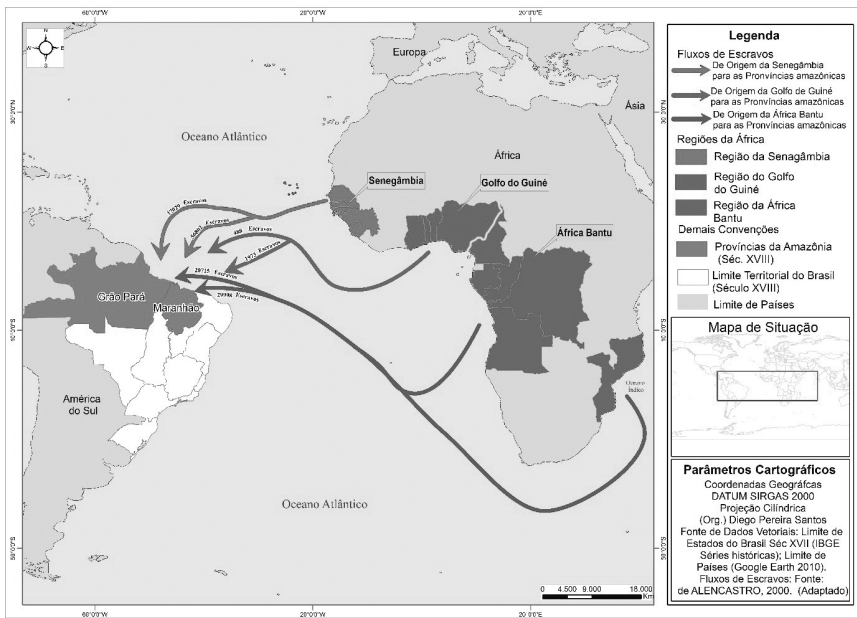
17 Cf. SANTOS, Diego Pereira. *Entre Costas Brasilicas: o tráfico interno de escravos em direitura a Amazônia, c. 1778 – c. 1830*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

18 <https://www.slavevoyages.org/>. Os dados estão elencados nas fichas / n° de viagens: 40215 (1781), 19625 (1782), 19542 (1783), 47322 (1785), 40795 (1793), 8127 (1795), 41785 (1797), 46310 (1798) e 40484, 46311, 46312 e 46313 (1799).

19 PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo, 2018. p. 24-29. (39 edição revisada e ampliada).

comercializou 1.704 escravos, que foram desembarcados em 5 navios, traduzindo-se em uma média aproximada de 341 pessoas. Já da região da Senegâmbia teriam chegado ao porto da “cidade do Pará” o quantitativo de 3.239, um pouco menos que o dobro da segunda região em 16 viagens, com uma média de aproximadamente 203 cativos. Nesse sentido, apesar de uma predominância da Alta Guiné, torna-se possível afirmar que os navios da África centro-ocidental descarregavam maior número de escravizados por viagens (Ver mapa a seguir)

Mapa 1 – Fluxos de Escravos da costa africana para a Amazônia



O comércio transatlântico elencado, nos dois casos, era regularmente relacionado a uma rota triangular, ou seja, iniciavam regularmente em Lisboa, deslocavam-se aos portos costeiros de África, nos quais haviam negociações e trocas de produções por escravos, depois seguiam em direção ao Grão-Pará para vender os escravos e produções.²⁰ Nesse ponto,

20 LAHON, Didier. Relações triangulares entre o Pará-Maranhão, a África e o Portugal.

torna-se imperativo analisar o papel de Lisboa diante desse comércio. Uma vez que o “triângulo” se fecharia com as produções que saíam do Norte em direção a Lisboa, pode-se depreender que, durante a década final do monopólio da Companhia Geral, as principais produções que saíam pelo porto do Pará eram cacau, café, arroz, cravo, aguardente²¹, assim como havia também o envio de madeiras para o Arsenal do Exército.²² Até o ano de 1778, as produções dos lavradores ainda eram similares em termos de produção àquelas enviadas pela Companhia e contavam quase sempre com cacau, arroz e madeiras.²³ Pelo que se pode constatar, o comércio em África dependia do porto, e as mercadorias eram levadas em carga para Lisboa, como as “contas de marfim” de Cacheu.²⁴ Ao receber as produções de África e do Pará, era em Lisboa que ocorriam a preparação e o financiamento do novo empreendimento marítimo, o que se pode constatar pela presença ainda marcante de portugueses nesse

O Tráfico Negreiro do fim do século XVII até 1846: novos dados, novos olhares. Foco na Senegâmbia”. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2011.

- 21 Cf. MATOS, Frederik Luiz de Andrade. *O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- 22 AHU-Pará, Cx. 77, D. 6424. OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando relações das madeiras para o Arsenal do Exército e para o novo Palácio Real, transportadas a bordo da corveta “São Pedro Gonçalves”, de que é capitão João do Espírito Santo. 21 de julho de 1777.
- 23 AHU-Pará, Cx. 79, D. 6553. OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapas do número dos escravos e o preço de venda que a corveta “São Pedro Gonçalves”, de que é mestre João do Espírito Santo, transportou para o Pará, a relação dos gêneros e as letras embarcadas naquela corveta. 28 de março de 1778.
- 24 AHU-Pará, Cx. 74, D. 6244. OFÍCIO do [visitador do ouro] José Roberto Vidal da Gama para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], remetendo o manifesto do ouro e mapas da carga transportada para o Reino, a bordo das corvetas, assim como a chegada do preso Sebastião da Cunha Souto Maior, que foi governador da Fortaleza de Bissau, e conduzido à Cadeia do Castelo até nova ordem. 12 de setembro de 1775.

comércio, moradores de Lisboa, bem como os que estavam assentados nas praças de Belém, Recife e Bahia.

A presença portuguesa no comércio de escravos pode ser matizada pela presença de um dos principais negociantes de Belém do século XVIII – Ambrósio Henriques – “hum dos maiores lavradores deste continente”.²⁵ Ele havia sido um dos principais críticos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, entrando em choque com seus administradores e com o próprio governador João Pereira Caldas, fato que ocasionou a suspensão de sua função enquanto vereador no ano de 1778.²⁶ O que é bastante elucidativo da sua participação no comércio de escravizados após esse ano, sendo presença marcante nesse comércio entre 1779 e 1781, particularmente na Bahia, no Maranhão e na Parnaíba.²⁷ O seu negócio não estava ligado apenas à escravidão, pois, sendo possuidor de terras e embarcações, também destacava-se na exportação de gêneros para Lisboa.²⁸

25 AHU-Pará, Cx. 117, D. 9007. REQUERIMENTO do coronel do 2º Regimento de Milícias da cidade do Pará e lavrador, Ambrósio Henriques, para o príncipe regente [D. João], solicitando o aforamento de umas terras devolutas que existiriam nos subúrbios da cidade de Belém do Pará, vizinhas aos marcos de João Ferreira de Matos e Eusébio de Morais Sarmento, para aumento da sua plantação de cacau. 27 de fevereiro de 1800.

26 AHU-Pará, Cx. 79, D. 6568. REQUERIMENTO dos vereadores da Câmara da cidade de Belém do Pará, António Rodrigues da Silva, o capitão João Manuel Rodrigues, e alferes Ambrósio Henriques e o procurador, Manuel Duarte Gomes para a rainha [D. Maria I], apresentando queixa contra o governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, pela forma indecorosa como procedeu à sua suspensão das funções enquanto vereadores. Posterior a 23 de abril de 1778.

27 AHU-Pará, Cx. 84, D. 6905. MAPA dos escravos conduzidos para a cidade de Belém do Pará no ano de 1779, vindo de Cachéu, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Parnaíba. Posterior a 1779; AHU-Pará, Cx. 86, D. 7064. OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], José de Nápoles Telo de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa, partes de Alfândega e relação das cargas importadas e exportadas no porto da cidade de Belém do Pará. 31 de outubro de 1780.

28 AHU-Pará, Cx. 88, D. 7212. OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], José de Nápoles Telo de Meneses, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas da dos rendimentos dos gêneros do sertão e mais lavouras das Povoações de índios daquele

As pesquisas contemporâneas sobre o comércio de escravos na Amazônia estabeleceram uma ligação entre o comércio atlântico e o comércio interno, especialmente nessa fase pós-companhia. Essas pesquisas delimitaram a modalidade interna, como o fez Bezerra Neto, “como uma parte do tráfico internacional ou atlântico de escravos ou ligado subsidiariamente ao mesmo”.²⁹ Nesse ínterim, sem autonomia e dependente do mercado internacional, esse comércio não teria uma dinâmica de existência própria e estaria subordinado às determinações externas. Ainda com algum esforço contrário, a indicação desse comércio apenas como um seguimento de rota atlântica, como afirma Marley Silva, impossibilita uma reflexão maior sobre essa modalidade de trato sob o pretexto de ser apenas uma parte de algo já existente.³⁰ Considera-se, porém, a partir da análise dos dados, que ele não pode tão somente ser visto como resultado do comércio transatlântico, possuindo – como no caso dos traslados em que Henriques participou como senhorio ou capitão – importância devido ao fato de percorrer menores distâncias com trajetos “a barlavento” e nos quais as embarcações são, em geral, de menor tamanho do que as que praticam o comércio transatlântico.³¹ Além disso, sua razoabilidade está diretamente relacionada com o aumento do número de escravos desembarcados, que concorrem positivamente à política de fomento de escravos na Amazônia.

Havia ainda negociantes que conseguiram “escalar” sua posição dian-

Estado, relativos aos anos de 1778, 1779, 1780 e 1781, assim como a parte geral das embarcações entradas no porto da cidade de Belém do Pará e o mapa da carga, ambos de 1781. 15 de maio de 1782.

29 Cf. BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão-Pará* (séculos XVII-XIX). 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012. p. 73.

30 SILVA, Marley Antônia Silva da. *A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

31 Esse comércio era realizado na forma de contrabando nos anos da vigência do contrato de monopólio da Companhia. Sobre a entrada de escravos no Maranhão introduzidos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro pelo porto da Parnaíba ver: Requerimento do governador da capitania do Maranhão, Clemente Pereira de Azevedo Coutinho de Melo de 18 de dezembro de 1772. AHU-Maranhão, Cx. 46, D. 4526.

te do comércio negreiro, como foi o caso de João do Espírito Santo. Infelizmente não se conseguiu conhecer a nacionalidade desse negociante, mas sua figura é bastante elucidativa de alguém de confiança da coroa portuguesa e da Companhia Geral e que depois passou a negociar em causa própria. Entre os anos de 1772-1779, ele aparece constantemente na documentação ultramarina, como capitão de embarcações da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, sempre na mesma embarcação de tipo corveta de “São Pedro Gonçalves”.³² Já a partir de 1780, passa a atuar de forma independente, inclusive em uma embarcação que era da Companhia, como senhorio e capitão da corveta “Nossa Senhora de Santa e Bom Sucesso”, até que morre em Cacheu em 1781.³³

A montagem dessa estrutura torna-se relevante para o avançar do século XIX. Sem ela ter-se-ia apenas uma noção parcial e fragmentada do comércio de escravos, uma vez que a montagem do que ele será nos Oitocentos tem relação com o que haviam sido os anos de experiência do “comércio livre”, o que não quer dizer também que se reproduzirá a mesma lógica, pois o contexto e as conjunturas internas do Pará e de África influenciarão diretamente esse comércio. Nesse sentido, pode-se compreender uma série de medidas que buscaram estimular o comércio de escravizados para o Grão-Pará, em alguns casos alterando

32 AHU-Pará, Cx. 78, D. 6504. OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo documentos relativos à importação de escravos e fazendas, e à exportação de géneros, ouro e letras pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. 29 de dezembro de 1777; AHU-Pará, Cx. 84, D. 6905. MAPA dos escravos conduzidos para a cidade de Belém do Pará no ano de 1779, vindo de Cachéu, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Parnaíba. Posterior a 1779.

33 AHU-Pará, Cx. 88, D. 7151. OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], José de Nápoles Telo de Meneses, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo as partes da Alfândega da cidade do Pará e os mapas de carga da sumaca “Nossa Senhora da Conceição, Santo António e Almas”, de que é mestre Bernardo Jacinto Castelo Branco, do navio “Águia e Coração de Jesus”, de que é capitão Joaquim José das Mercês, e da corveta “Santa Ana e Nossa Senhora do Bom Sucesso”, de que é capitão João do Espírito Santo; as relações de madeiras para construção, pranchas e eixos; e a conta do custo e gastos de duzentos arrobas de arroz e o recibo da lenha. 5 de setembro de 1781.

provisões desse comércio em África ou criando normas específicas com esse objetivo.

AS ISENÇÕES PARA O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NO GRÃO-PARÁ E OS OITOCENTOS

De acordo com o Alvará de 7 de julho de 1714, fora determinado que todos os navios que fossem a Cacheu ou aos portos subordinados ao governo daquelas ilhas de Cabo Verde, antes que fossem realizar o negócio, tomassem a Ilha de Santiago e retornassem a ela para que ali ocorressem os despachos e se pagassem os direitos das fazendas e cabeças de escravos que trouxessem e “que não o fazendo, indo em direitura ao Brasil, incorram na pena de pagar em direitos dobrados, em qualquer dos portos deles a que forem, além dos que neles deverem pagar”.³⁴ Porém, Francisco Alvares Pontes, escrivão dos armazéns reais, ribeira e alfândega, reavaliava a questão na segunda metade do século XVIII, isso porque, segundo ele, o pagamento em dobro não estava de acordo com a liberdade dos direitos concedido àqueles que levassem escravos ao Estado, uma vez que “não devem pôr-lhe um encargo de novo, que embarça este comércio [...] a favor da introdução dos escravos no porto do Maranhão, e nesse do Pará”. A mudança nos termos do Alvará ainda contaria com novo incentivo. Alicerçado no Alvará de provisão de 1755, passado por D. João ao capitão general do Estado do Maranhão, discorria-se sobre o “estado deplorável” em que se encontrava a “cidade do Pará, suas aldeias e fazendas por falta de índios e mestiços, que faleceram por ocasião do contágio que nela houve”. O rei de Portugal então respondia às representações no sentido de “socorrer” o povo, mandando algumas carregações de escravo, determinando um “acento de escravos para irem a esse Estado [...] os quais, se não há de impor direito algum

34 AHU, Registro de Ordens Régias, Cod. 247, fl. 194v.

na entrada a Alfândega; e que só andem pagar os pretos de Angola, os direitos, que acham contratados na saída daquele reino”.³⁵

As alterações vão ao encontro do estímulo ao comércio do Pará, estabelecendo a ligação entre o ânimo do comércio e da agricultura com o comércio de escravizados. A retificação e ratificação expostas fazem parte da política do governo português desde Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mas que ganharão contornos próprios a partir da virada do século XVIII para o XIX, com destaque para a política de Francisco de Sousa Coutinho.

Os novos indultos deram-se em um momento sensivelmente complicado e preocupante para a coroa portuguesa e para o governo da capitania. Os ecos do Haiti faziam-se sobremaneira presentes em outras colônias francesas, em especial na Guiana Francesa, o que gerou um sentimento de medo de revoltas e deserções na cidade do Pará, em especial porque os escravos “não ouviam com indiferença o que se passava nas Colônias Francesas e deles saíam diversas vozes próprias a exercitar a desordem”. A suspeita chegou a traduzir-se em devassa e prisões levadas a cabo contra escravos e forros suspeitos.³⁶

Entre 1797 e 1798, têm-se ordens expedidas aos governadores de Angola, Bahia e Pernambuco e ao vice-reinado do Rio de Janeiro sobre a introdução de negros na capitania do Grão-Pará.³⁷ Para animar os negociantes, manda “Sua majestade” que se provesse a saída desses portos

35 AHU-Pará, Cx. 83, D. 6818. OFÍCIO do juiz de Fora e da Alfândega da cidade de Belém do Pará, José Justiniano de Oliveira Peixoto, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre os procedimentos praticados com os escravos chegados àquele porto, vindos de Bissau e Cachéu, a bordo da corveta “Santa Ana e Nossa Senhora do Bom Sucesso”, de que é capitão João do Espírito Santo, por não trazerem o despacho da Alfândega da ilha de Santiago, em Cabo Verde. 28 de julho de 1779.

36 VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, Documento 11, p. 207.

37 Arquivo público do Estado do Pará (APEP). *Correspondência da metrópole com os governadores*. N.º 683. Anos de 1797/1798, D. 42.

de escravos para o Estado do Pará, possibilitando-lhes a liberdade dos direitos de entrada no Pará. O fato parece ter surtido efeito nos anos posteriores, mas não se deixou de pensar também nos prejuízos que aquele comércio de escravizados, especialmente com Angola, haveria de causar.

O fato de virem em naus com uma quantidade superior de escravos serviu como alerta às autoridades coloniais na virada do século XVIII para o XIX. O governador capitão general do Pará, José Narciso de Magalhães Meneses, em 1806, remeteu carta ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar sobre o dano que causava à saúde pública do Pará devido a quase sempre chegada de escravatura de Angola com “bexigas e outras doenças epidérmicas”.³⁸ Entre outras questões elencadas no documento, constam a questão das possibilidades de se remeter à capitania, via Maranhão, vacinas para a inoculação da doença, o perigo representado pelo rápido contágio à população em geral, especialmente tapuios. Não obstante, a consideração de uma embarcação vinda de Moçambique chamada “Animo Grande” que “proporcionalmente carregada de escravatura [...] toda chegou no melhor estado possível”,³⁹ constatava-se, pelo contrário, que os navios de Angola, não atentos àquela desejável proporção, carregavam embarcações com maior número de escravizados, o que ocasionaria “pior estado” dos escravizados.

As modalidades e dinâmicas do comércio de escravizados

Os dados do Grão-Pará sobre o comércio de escravos durante os anos de 1800-1841 parecem indicar a mesma tendência do que vinha ocorrendo de 1778 até 1779. Nesse sentido, deve-se considerar as modalidades pelas quais esse comércio se processou no século XIX, conforme tabela a seguir:

38 Normalmente, esses escravos eram deslocados e isolados no sítio do Pinheiro, pois ali era o lugar indicado a todos àqueles que apareciam infectados com bexigas no século XIX.

39 AHU-Pará, Cx. 139, D. 10595. AVISO (cópia) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [D. João Rodrigues de Sá e Melo], para o [conselheiro do Conselho Ultramarino], visconde da Lapa, [D. José de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria], sobre a livre importação de escravos oriundos do Reino de Angola e as consequências nefastas para a saúde pública da capitania do Pará. 2 de março de 1807.

Tabela 1 – Modalidades do comércio de escravizados (1800-1841)

Modalidades	Número de traslados	Escravos desembarcados	Percentual
Triangular (Lisboa-África-Pará)	23	9.234	62,5%
Bilateral Indireto (Lisboa-África-Pará)	04	1.543	10,5%
Bilateral Direto (Costeiros-África-Pará)	03	481	3,3%
Não se pode afirmar	11	3.496	23,7%
Total	41	14.754	100%

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/>

A modalidade do comércio triangular ainda permanece a principal, o que pode sinalizar a permanência da importância de Lisboa, como ocorreu no período posterior. Entretanto, se os dados forem compartimentados levando-se em conta um movimento inicial até 1815 (1800-1815) e outro de 1816-1841, pode-se analisar com maior profundidade um movimento de expansão do comércio de escravos nos primeiros 15 anos, não obstante uma mudança interessante nesse, em particular em relação aos portos de procedência dos escravizados.

Em primeiro lugar, a partir de 1800, as embarcações chegaram com número mais significativo de escravizados, o que faz com que em 27 viagens se tenha o desembarque de 10.284 cativos. O que, por viagem, corresponde a uma média de 380 africanos trasladados, superior ao período anterior, mesmo quando se considera a região da África Banto, em que os escravos eram carregados em números superiores. Em parte, essa relevância se justifica pelo aumento das procedências advindas exatamente dessa última região, pois de todas as viagens do período, 17 tiveram como procedência principal o porto de Luanda. Por outro lado, percebe-se uma diminuição acentuada da Senegâmbia e Guiné, somente 8 viagens. Além dos portos deles aparecem também Moçambique (1),

na África Oriental e o Gabão (1), na África Central. Diante do exposto, observe-se a Tabela 2 até 1841.

Tabela 2 – Dinâmica e configuração do tráfico de escravizados (1800-1841)

Região de Procedência	Lugar principal de negociação	Número de viagens	Escravos desembarcados	Percentual	Percentual por área
África Banto Ocidental	Benguela	02	826	7,7%	75,3%
	Cabinda	01	473	4,4%	
	Gabão	02	264	2,5%	
	Luanda	23	9.187	85,5%	
	Total	28	10.750	100%	
África Banto Oriental	Moçambique	01	272	100%	1,9%
Golfo da Guiné	São Tomé e Príncipe	01	160	100%	1,1%
Senegâmbia	Bissau	06	1.779	60,5%	20,6%
	Cabo Verde	02	337	11,5%	
	Guiné Portuguesa	02	824	28%	
	Total	10	2940	100%	
Desconhecido	Desconhecido	01	160	100%	1,1%
	Total	41	14.282	100%	100%

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/>

A alteração nos portos de embarque em África provavelmente tem relação com a pressão inglesa sobre o comércio de escravizados, pelo menos desde 1807, contribuindo para a assinatura do Tratado de Viena em 1815. Como resolução, legalmente o tráfico de escravos estaria proibido acima da linha equinocial do equador. Esse tratado de abolição do

tráfico de escravos passaria a vigorar em todos os lugares das costas da África ao norte da linha equinocial do Equador, região compreendida, mormente, pelo comércio da região da Senegâmbia e também do Golfo da Guiné até São Tomé, uma vez que a linha passa imediatamente ao sul da ilha. No artigo 1º, enuncia-se a proibição da compra e do tráfico de escravos nas ditas áreas, mas ao mesmo tempo ressalva-se: “excetuando [...] navios que tiverem saído dos portos do Brasil, antes que a [...] ratificação haja sido publicada; com tanto que a viagem desse ou desses navios se não estenda a mais de seis meses depois da [...] publicação”.⁴⁰ Fica evidente que a lei, apesar de buscar o fim do comércio negreiro, inicialmente acima da linha do equador, tinha objetivos ainda maiores. No artigo 4º, por exemplo, os dois governos, português e britânico, reservam-se a obrigação de realizar um tratado posterior que viesse a acabar definitivamente com o tráfico nos domínios portugueses. Este viria com a assinatura da lei de 1831, que tornaria o tráfico direto de africanos ilegal para o Brasil.

As leis assinadas com os britânicos não impediram, todavia, a permanência do comércio de escravizados nessa região. Na região proibida, a partir de 1815, podem-se elencar movimentos de deslocamento em 1820 e 1821 e, em Cabo Verde, nos anos de 1823 e 1841.⁴¹ Este último sendo o registro derradeiro sobre tumbeiros de que se tem notícia no Grão-Pará em relação ao comércio intercontinental de africanos. Na ocasião, desembarcaram de Cabo Verde 120 escravos, mas sem indicação de registros mais consistentes, tais como era possível apreender nos anos anteriores.

Sobre o comércio interno brasílico também não há informações precisas após a primeira década do século XIX, tão somente sobre sua inserção

40 Arquivo Público do Maranhão, Livros de Registros Gerais, Livro 59, fl. 122v referindo-se à publicação do Tratado de 1815 no Maranhão e as cláusulas do acordo entre os plenipotenciários europeus, destacando o acordo entre os reis de Portugal e dos domínios lusos e o príncipe do Reino Unido e da Grã-Bretanha e Irlanda. Dada a Resolução no Maranhão apenas um ano depois, a partir do dia 15 do mês de fevereiro de 1816.

41 Fichas do Transatlantic Slave Voyage nº 2900 e 2899 (1820 e 1821, respectivamente) e 48888 e 2143 (A primeira de 1823 e a última de 1841).

nesse período diante do comércio atlântico. É provável que com a emergência do Império os portos tenham sido mais fiscalizados diante das possibilidades de estabelecimento de negócios de escravos e da presença de estrangeiros, somado ao fato das leis fiscalizadoras britânicas e da eclosão de movimentos regionais de cunho separatista, como o que havia ocorrido em Pernambuco em 1817. No Maranhão, que recebia constantemente escravos dessa região, ocorreu até a proibição do ingresso de escravos ladinos vindos de outras províncias, em particular de Pernambuco, devido ao “cometimento de grandes crimes” e que os senhores os enviam para diversas províncias para os “subtraírem o castigo”.⁴² Na prática, tratava-se de se livrar dos escravizados que pudessem atentar contra a ordem.

CONCLUINDO...

O comércio de escravos para o Grão-Pará não foi fortuito e ocasional e não pode ser matizado de forma parcial ou levando em considerações situações externas a ele. O texto em tela sinaliza ainda para a necessidade de compreensão do comércio de escravizados para além da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Após o fim do monopólio, emergiu uma série de questões que possibilitaram uma organização mais sólida de negociantes portugueses e moradores de outras regiões costeiras. Nos Oitocentos, destaca-se a mudança significativa na presença de escravizados dos portos da África Banto e da Senegâmbia, em favor desses últimos.

Não se tem, por outro lado, a pretensão de “concluir” a temática do tráfico de escravos para o Grão-Pará durante a primeira metade do século XIX. Antes, porém, pensa-se nas possibilidades e nas aberturas para o engendramento de novas problemáticas sobre o tema.

42 AHU-Maranhão, Cx. 169, D. 12323. OFÍCIO da junta Provisória do Governo do Maranhão para o ministro e secretário de estado dos Negócios do Reino, Filipe Ferreira de Araújo Castro, sobre a proibição feita por aquela Junta do ingresso de escravos ladinos vindos das outras províncias do Reino do Brasil. 5 de junho de 1822.

NOTAS SOBRE MIGRAÇÕES AO
PARÁ (1910-1916)

*Franciane Gama Lacerda*¹

Reflexão d'um retirante cearense que apanhou em Belém anteontem uma tremenda carga d'água: – Ah, maldita! Esperaste que eu partisse do sertão para me cair no lombo! Não preciso de ti no Pará, onde o que menos falta é água. Vai pro sertão, danada! (*Estado do Pará*, 30/6/1915, p. 1).

O texto acima, idealizado por Polybio como uma anedota para fazer o leitor rir, encontra-se na pequena coluna “Nota Cômica” que circulava em 1915, quase que diariamente, no jornal *Estado do Pará*. O chiste evoca a presença de cearenses na cidade de Belém, capital do Pará, certamente em decorrência da grande seca daquele ano, e igualmente as representações desses sujeitos em sua relação com a natureza amazônica, sugerindo também os elos de pertencimento com o seu lugar de origem. De fato, nas páginas de periódicos paraenses, notícias sobre o desembarque de pessoas originárias de espaços do atual Nordeste brasileiro são uma constante, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Em 1877, já se encontra na imprensa a chamada de uma “subscrição promovida pelos membros da Junta Comercial de Belém”

1 Professora Faculdade de História e Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA). Doutora em história pela Universidade de São Paulo (USP).

que se fazia a pedido do Presidente de Província, “a favor das vítimas da seca no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba” (Diário de Belém, 7/6/1877, p. 1). O tema das migrações estava presente nas folhas vespertinas e matutinas da capital do Pará. À medida que a borracha ganhava importância econômica, que as autoridades paraenses planejavam e executavam a construção da Estrada de Ferro de Bragança (1883-1908) e que se implementavam núcleos coloniais de produção agrícola, a presença de migrantes nos noticiários crescia, sendo também evocada nos Relatórios e Mensagens das autoridades e nas queixas que chegavam à Chefatura de Polícia (LACERDA, 2010).

No presente texto, entretanto, não vou me ater a esse processo migratório vivido no século XIX no Pará. Terei como foco principal experiências sociais de migrantes, nos primeiros anos do período que ficou conhecido como “crise da borracha” (PRADO; CAPELATO, 1977, p. 286-307; WEINSTEIN, 1993, p. 219-40; SANTOS, 1980). A escolha desse período se justifica por englobar um contexto em que as exportações de goma elástica da Amazônia brasileira ainda eram expressivas, mas que já se faziam presentes informações sobre o declínio das vendas de látex no mercado internacional e os possíveis problemas sociais decorrentes desse processo (Estado do Pará, 9/8/1911, p. 1).

Para se ter uma ideia disso, o Secretário de Fazenda do Pará, José Antonio Picanço Diniz, teria comparado os transtornos gerados pela presença do látex asiático no mercado internacional a uma “onda” que faria “submergir” a economia da região. Tal afirmação, conforme publicava em 1911 o jornal *Estado do Pará*, fazia parte de um relatório que esboçava o “perigo”, que segundo Diniz, viria “imminente” sobre a Amazônia. Essa produção, especulava o jornal, era resultante “de quinhentas companhias de capitais colossais, para as plantações na América, Índia, Ceilão, Java, Filipinas, África”. A notícia destacava igualmente que a indústria da borracha era “tratada com o mesmo descaso, com a mesma imprevidência de cinquenta anos atrás” (Estado do Pará, 29/5/1911, p. 1).

A afirmação do “descaso” ia ao encontro da preconceituosa ideia de que o extrativismo da borracha era “uma indústria exercida por alfabetos disseminados no meio das florestas” por “sua própria natureza refratária às inovações”. Por essa razão, o redator acreditava que no

Pará não se registrava “nenhum importante progresso” nos métodos de trabalho, reproduzindo-se “a mesma coisa que eram em meado do século passado” (Estado do Pará, 7/8/1911, p. 1). Esse tipo de afirmação pode-se dizer que existiu também em relação ao trabalhador agrícola. Modelar nesse sentido é a forma como se credita, aos trabalhadores dos núcleos coloniais em finais do século XIX, as dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola. Assim, a lavoura era descrita como “atrasada” em virtude dos métodos dos colonos. Desconsideravam-se as dificuldades para o plantio como a falta de equipamentos, de assistência aos moradores dos núcleos, as intempéries da natureza e as doenças enfrentadas (NUNES, 2009; LACERDA, 2010).

É justamente nesse cenário de crise que se delineava naquele contexto, em que se questionava até mesmo o próprio trabalho realizado pelos seringueiros que vão chegar a Belém: inúmeros homens, mulheres e crianças que vinham na maioria das vezes dos portos cearenses, entre 1910 e 1916. É sobre essa experiência migratória que se propõe este texto.

Investigar esse momento apresenta-se como uma forma de entendermos a presença de migrantes e a representação que se fez de suas ações na imprensa paraense em um momento de crise das exportações de látex. Nessa conjuntura, constata-se, por meio de jornais como o *Estado do Pará*, a *Folha do Norte* e *A Tarde*, que se falava de civilização e, ao mesmo tempo, se procuravam novos rumos para as exportações de borracha, ameaçadas pela produção asiática. Civilizar as pessoas e a natureza da Amazônia ainda era uma meta a ser perseguida pelas autoridades. Daí porque, se as formas de produzir e exportar borracha estavam no centro das atenções de políticos, comerciantes e redatores de jornais, o mesmo se dava com a chegada e permanência dos chamados retirantes.

Tendo os jornais como fonte principal, o texto se organiza em duas partes. Na primeira, procurou-se identificar a presença, no estado do Pará, dos migrantes oriundos de localidades do atual Nordeste brasileiro; e as preocupações em torno da economia da borracha. Na segunda parte, trata-se de algumas experiências desses sujeitos e de como estes foram se inserindo e construindo seu cotidiano como seringueiros em terras paraenses em um contexto de crise econômica, em alguns anos da década de 1910 e no contexto da grande seca de 1915.

A PRESENÇA NO PARÁ

A importância da borracha para a economia amazônica gerou vários desdobramentos, um desses foi o aumento populacional da região gerado pela migração. Nelson Werneck Sodré afirmou que “no último decênio do século XIX, [...] toda a Amazônia passaria de 340.000 habitantes em 1872, para 480.000, em 1890, e 1.1000.000, em 1906”. Para o autor, esse “não era um aumento quantitativo, apenas, mas qualitativo, e revela alteração profunda no mercado e nas relações de trabalho” (SODRÉ, 1964, p. 310). Segundo Roberto Santos, considerando-se somente a “imigração nordestina registrada no Pará” oficialmente, entre 1915 e 1916, haviam chegado ao estado 18 mil e 255 pessoas. O próprio autor enfatiza que “tanto anteriormente a 1877, como depois, os registros são falhos e tendem a subestimativas” (SANTOS, 1980, p. 100).

Em pesquisa anterior, identificaram-se na documentação pesquisada os seguintes lugares do Ceará dos quais os migrantes partiam rumo ao Pará: Acaraú, Acarape, Acarati, Aneiraz, Aquiraz, Arraial da Imperatriz, Areias, Arronches, Assaré, Barbalha, Baturité, Beberibe, Boa Viagem, Brejo dos Santos, Brejo-Secco, Cachoeira, Camocim, Campo Grande, Canindé, Cascavel, Cococy, Coité, Conceição, Crato, Espírito Santo de Morada Nova, Flores, Granja, Icó, Iguatú, Imperatriz, Independência, Ipú, Jaguaribe-Mirim, Jardim, Lavras, Maranguape, Maria Pereira, Mecejana, Meruoca, Milagres, Missão Velha, Nossa Senhora do Patrocínio, Pacatuba, Palma, Pedra-Branca, Pentecoste, Pereiro, Príncipe Imperial, Quixadá, Quixeramobim, Riacho do Sangue, Saboeiro, Sant’Anna, Santo Antonio do Aracaty-Assú, São Benedicto, São Bento d’Amontada, São Bernardo das Russas, São José da Fortaleza, São Francisco, São João da Imperatriz, São João do Príncipe, São Matheus, São Pedro de Ibiapina, São Pedro da Serra do Crato, Santa Quitéria, Sobral, Soure, Tamboril, Trahiry, Umary, União, Varzea Alegre, Viçosa. (Minutas dos ofícios da Secretaria do Governo da Província do Ceará 1888 e 1889).

Nos jornais pesquisados, quase sempre não aparecia a localidade específica do migrante. Observou-se que esses geralmente eram naturais do estado do Ceará. Mas tinha-se também pessoas do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Em menor escala apareciam piauienses, mara-

nhenses, sergipanos, baianos e pernambucanos (Folha do Norte, 1910 a 1916; Estado do Pará, 1911 a 1918). Não se pode deixar de registrar o fato de que o acesso a esses dados se deu a partir de uma documentação fragmentada como documentos oficiais do governo do Ceará, nos momentos das partidas dos vapores; e no Pará por meio das mais variadas experiências desses sujeitos, que acabavam por lhes colocar nas páginas das gazetas impressas em Belém.

Uma forma de identificar muitos desses migrantes deu-se ironicamente no momento em que, por meio de obituários, a imprensa registrava suas mortes no estado do Pará. Se de um lado nos deparamos com um momento trágico dessa experiência, de outro, tais inscrições dão pistas das vivências dessas pessoas, indicando sua origem, cor, idade e causa da morte. O registro da doença não deixa em certa medida de sugerir aspectos da vida daquele indivíduo. O quadro que segue corresponde a somente um mês do ano de 1911 e objetiva demonstrar um pouco da presença desses sujeitos em terras paraenses:

Nome	Naturalidade	Cor	Idade	Estado civil	Causa da Morte
Silvana Maria de Jesus	Cearense	Branca	60 anos	Viúva	Paludismo
Manoel Joaquim dos Santos	Norte-Rio-Grandense	Pardo	42 anos	Casado	Cirrose Hepática
Antonio dos Santos	Norte-Rio-Grandense	Branco	6 anos	-	Acesso Pernicioso
Josepha de Abreu Lima	Cearense	Branca	39 anos	Viúva	Gastroenterite
Izabel Façanha Brandão	Cearense	Branca	49 anos	Casada	Lesão Cardíaca
Luiz Antonio de Almeida	Cearense	Branco	40 anos	Solteiro	Pneumonia
Fernando José Pereira	Cearense	Pardo	27 anos	Casado	Paludismo
Thereza Maria de Jesus	Cearense	Branca	49 anos	Viúva	Lesão Cardíaca

NORTES MIGRANTES

Nome	Naturalidade	Cor	Idade	Estado civil	Causa da Morte
Francisco Lopes dos Reis	Cearense	Pardo	10 anos	-	Bronquite Catarral
Quitéria Valente da Silva	Cearense	Parda	86 anos	Viúva	Paludismo
Francisco Avelino	Paraibano	Pardo	26 anos	Solteiro	Lepra
Antonio Germano	Norte-Rio-Grandense	Pardo	29 anos	Solteiro	Broncopneumonia
João Baptista	Norte-Rio-Grandense	Branco	18 anos	Solteiro	Paludismo
Antonio Corrêa	Cearense	-	55 anos	Solteiro	Diabete
Bruno Gomes Brandinho	Cearense	Branco	45 anos	Casado	Paludismo
	Cearense	Pardo	12 anos	-	Tuberculose Pulmonar
Amélia Felix	Paraibana	-	5 anos	-	Paludismo
João Lopes	Cearense	Branco	29 anos	Solteiro	Polinevrite
Paulino José da Silva	Cearense	Pardo	36 anos	Solteiro	Infecção Paludosa
Maria de Nazareth	Cearense	Parda	8 meses	-	Gastroenterite
Pedro Canuto	Baiano	-	25 anos	-	Tuberculose
João Evangelista da Silva	Cearense	-	15 anos	Solteiro	Polineurite Palustre
Luiz Severino de Oliveira	Pernambucano	Pardo	12 anos	-	Acesso Pernicioso
Maria do Carmo Ferreira	Pernambucana	Branca	26 anos	Casada	Tuberculose Intestinal

Fonte: Jornal Estado do Pará de 10 a 24 de abril de 1911, p. 3.

Percebe-se pelo quadro a presença de doenças como a malária, que

naquele momento era um problema sério enfrentado nas áreas dos seringais, nos núcleos coloniais e na cidade de Belém. Talvez por isso, em 1911, chamava a atenção o anúncio de um “antimalárico japonês”, que sem a necessidade de resguardo “nem dieta”, prometia a “cura radical em quatro dias, das febres intermitentes, maleitas ou sezões, febres palustres, perniciosas, biliosas e remetentes, inflamações do fígado e baço, enxaquecas, nevralgias de origem palustre”. Segundo o anunciante, “cada vidro era acompanhado de um purgante” e poderia ser comprado em Belém, nas “boas farmácias” (Estado do Pará, 7/8/1911, p. 3).

A propaganda, ao listar as moléstias que o remédio prometia curar, é reveladora das possíveis doenças de que padeciam muitos moradores da capital paraense e do interior do estado, que sem assistências recorriam ao que lhes era possível. Em entrevista, a Sra. Maria da Conceição, filha de uma riograndense do norte, recorda-se que, quando criança, na década de 1930, no sítio “Santo Amaro”, à beira do rio Inhangapi, sua mãe padecia ao longo do ano com muitas febres em virtude de malária. Segundo a entrevistada, para amenizar os sintomas da doença, recorria-se a alguns comprimidos específicos, a chás e a caldos quentes (Entrevista, Sra. Maria da Conceição, 1995).

Além da malária, também se observam moléstias relacionadas à alimentação, à falta de saneamento e à insalubridade de muitos locais de moradia. Tem-se o fato de que, em muitas residências, às vezes moravam várias pessoas; o mesmo se dava com quartos das pensões e de hotéis baratos na capital paraense. Cristina Cancela, ao estudar casamento e família em Belém, apontou que “as especificidades da condição material e de sobrevivência abriram espaço para o arranjo de domicílios múltiplos”. De acordo com a autora, estes “ficavam ao largo da vivência da casa enquanto espaço exclusivo da intimidade e da reclusão familiar, ou de pessoas unidas por laços de parentesco” (CANCELA, 2011, p. 217).

Ao lado da moradia, incluem-se também a carência de cuidados com a infância, que incluíam higiene e consumo de comida apropriada, nem sempre possível aos mais pobres. Muitos doentes acabavam morrendo “sem assistência médica”, sendo considerados indigentes, um desses foi Antonio Lourenço Uchoa, “cearense, caboclo, viúvo de 40 anos de

idade”, que teve como “Causa mortis febre palustre” e era “hóspede do hotel Comercial”, tendo deixado “3 filhos na orfandade” (Estado do Pará, 2/5/1911, p. 2). O caso de Antonio sintetiza as agruras vividas na cidade pelos recém-chegados, uma vez que este, no momento de sua morte, vivia em um hotel com a família, sendo possivelmente uma moradia temporária, o que certamente teria gerado graves problemas para a família que o acompanhava em Belém.

Em novembro de 1912, na “Coluna Esparsas”, o assunto era “a mortalidade de crianças em Belém”. O colunista Sérgio Durval denunciava que, de 1º de janeiro a 31 de outubro daquele ano, haviam falecido algumas crianças, sendo 10 de lepra, 19 de tuberculose e 192 de impaludismo. Segundo ele, restavam “ainda outras” cujo “coeficiente” desconhecia-se, como gastroenterites e pneumonias. Indicava ainda que tudo isso era “relativamente insignificante” se comparado “ao número espantoso da mortalidade de nascituros em Belém” (Estado do Pará, 18/11/1912, p. 1). Por meio do levantamento apresentado por Sérgio Durval, podem-se perceber os graves problemas sanitários a que estavam expostas as crianças pobres da cidade de Belém.

O próprio articulista afirmava que “os preceitos modernos da higiene social” começavam “pelo amparo à criança ainda na sua vida intrauterina”. Desse modo, valorizava o trabalho do deputado e clínico Souza Castro pelo seu “projeto de lei relativo ao combate ao paludismo e à lepra em todo o território do Estado”. Ao lado disso, advertia para o fato de que, da mesma forma que as mortes de crianças chamavam a sua atenção, esperava que despertassem o “mais vivo interesse” tanto em Souza Castro como nos “seus ilustres colegas de representação no Congresso Estadual, também médicos e distintos como Cruz Moreira, Acylino Leão, Bruno Lobo, Cypriano Santos, Almeida Pernambuco e Marcos Bittencourt” (Estado do Pará, 18/11/1912, p. 1). Vemos que o problema das doenças é visto aqui por perspectivas políticas na medida em que os deputados que eram também médicos são chamados a ter ações que chegassem até a população. Apesar disso, não é improvável supor que os problemas do saneamento urbano, que geravam tantas doenças aos moradores de Belém, tinham de concorrer com a chamada “crise da borracha”.

Assim, se a presença de retirantes do Norte e o saneamento estavam nos jornais, o tema da borracha também era igualmente presente e se vinculava aos demais. Por isso, notícias sobre inovações indicavam a necessidade de se propor mudanças acerca da extração do látex na floresta. Afirmava-se até mesmo que “o utensílio para cortar a *Hevea brasiliensis*”, isto é, “o chamado machadinho, com uma estreita lâmina cortante e um cabo comprido”, deveria ser trocado pela faca. Compreendia-se que “os machados de aço” eram “nocivos às árvores, provavelmente porque penetram mais facilmente na madeira do que os de ferro” (Estado do Pará, 7/8/1911, p. 1).

Jacques Huber, diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, sugeria mudanças no corte das seringueiras, que da forma tradicional muitas vezes levava à morte da árvore devido à ânsia de se recolher maior quantidade do leite da seringueira. Em Manchester, começava-se a fabricar “a ‘faca-Huber’ e a ‘bi-Huber’, sendo a última talvez a mais adequada para uso dos seringueiros”. De acordo com o *Estado do Pará*, “com este instrumento” realizava-se “uma série de experiências no jardim botânico do museu Goeldi no Pará” (Estado do Pará, 7/8/1911, p. 1).

Se as inovações técnicas estavam presentes, começa-se a delinear um discurso na imprensa que sinaliza certa preocupação em torno dos envolvidos no trabalho dos seringais. Passos Miranda, em um Parecer da Comissão Especial da Câmara dos Deputados enviado ao governador do Pará, afirmava ser “preciso resolver o problema da alimentação sadia e acessível aos recursos do operário”, sendo também urgente impedir “a elevada mortandade dos únicos trabalhadores que podem desbravar aquelas florestas selvagens, os caboclos do nordeste, [...]” que eram “sacrificados à míngua da mais rudimentar assistência” (Estado do Pará, 1º/12/1911, p. 1).

Dois anos depois, em 1913, mais uma vez a alimentação dos migrantes que viviam nos seringais vem à tona em uma espécie de denúncia contra a alimentação do seringueiro. O *Estado do Pará* publica uma previsão do consumo anual de um extrator de borracha solteiro com “os preços médios dos artigos abaixo nos rios mais próximos da capital” (Estado do Pará, 10/3/1913, p. 2):

Quantidade	Produto	Valor (réis)
8 paneiros	Farinha	240.000
60 quilos	Arroz	60.000
60 quilos	Feijão	60.000
2 molhos	Tabaco	60.000
60 quilos	Charque	150.000
Total		570.000

Tais informações serviam como argumento para demonstrar os muitos gastos dos migrantes nos seringais e ao mesmo tempo condenar tais práticas alimentares. Para tal, propunha-se que, sem “empatar o fabrico da borracha”, o trabalhador deveria plantar milho “que daria para criar porcos, galinhas e outros animais de maneiras que eliminaria o charque”. Essa observação se dava porque muitas vezes esse produto chegava “podre” e as conservas eram “caríssimas e prejudiciais à saúde”. O articulista, em tom de denúncia, perguntava: “as conservas para o Brasil, e com especialidade para a Amazônia, para se conservarem perfeitas, quantos ingredientes nocivos à saúde não conterão na sua composição?” (Estado do Pará, 10/3/1913, p. 2). Há, portanto, nessas afirmações uma associação entre saúde, alimentação e mão de obra para os seringais. Contudo, fica a impressão de que os problemas decorrentes desses hábitos são pensados aqui muito mais pela perspectiva dos entraves que causariam à produção do que ao bem-estar do migrante trabalhador.

No contexto da crise da borracha, os “retirantes do meio norte” viviam tanto na capital como no interior do Pará. Apesar disso, a contagem dessas pessoas que aportaram em Belém, entre final do século XIX e início do XX, torna-se difícil em função de os registros desses deslocamentos serem muito fragmentados. Para corroborar com esse pensamento, pode-se analisar os registros dos “Livros das Companhias de Vapores”, que indicam embarques feitos no Ceará para os portos do Sul e do Norte, mas que dão conta apenas do final de 1888 e de alguns meses do primeiro semestre de 1889. Constatação semelhante é possível de ser vista com a leitura da “Relação dos migrantes que se destinam

aos portos do norte e sul em diversos vapores”, do ano de 1915, cujos registros circunscrevem-se aos meses de outubro, novembro e dezembro. No entanto, os jornais paraenses registravam a chegada de inúmeras pessoas nos meses anteriores a estes (Livro da Companhia de Vapores 1888-1889; Livro Relação dos emigrantes que se destinam aos portos do norte e sul em diversos vapores – 1915).

Em alguns momentos, como em 1916, em virtude de uma longa estiagem que atingiu vários estados do Nordeste, vapores com muitos passageiros ancoravam em Belém. O Pacote Ceará, em 7 de fevereiro de 1916, amanhecia em Belém com grande número de pessoas a bordo. De acordo com a notícia, em Fortaleza o navio recebeu “uma leva de 1580 emigrantes cearenses” com os seguintes destinos: para o Maranhão, 80; para o Pará, 1.200; para Manaus, 300 (Estado do Pará, 8/2/1916, p. 3). Em tempos de crise, a chegada de mais de mil pessoas a Belém certamente gerava transtornos e posicionamentos diversos sobre a presença desses migrantes na cidade. De fato, além do desembarque cotidiano de pessoas, corria na imprensa, mesmo que em pequenas notas, notícias acerca das ações desses grupos quando ainda estavam no Ceará.

Em junho de 1915, o jornal *Estado do Pará* noticiava “o terrível flagelo meteorológico que periodicamente devasta o meio norte brasileiro espalhando a fome, a desolação e a dor”. Completando a informação, o periódico ainda afirmava que em Fortaleza continuavam a “chegar numerosa levadas de emigrantes”; e que era “desolador o seu estado; famintos e maltrapilho”, causa “dó vê-los pelos arrabaldes mendigando o que comer” (Estado do Pará, 17/6/1915, p. 3).

No mês seguinte, as notícias davam conta de um “longo telegrama” recebido no Rio de Janeiro pelo Presidente da República, Wenceslau Braz, enviado por Benjamin Barroso, governador do Ceará, “narrando os horrores que a seca vem causando naquele estado e pedindo o socorro da União para as vítimas do flagelo” (Estado do Pará, 3/7/1915, p. 2). Sequencialmente, sobressaía-se a notícia de que a bancada Cearense na Câmara também havia recebido um telegrama de Benjamin Barroso comunicando que se agravava a situação. Afirmava-se até que um grupo de “acossados pela fome” assaltaram “um estabelecimento para roubar” (Estado do Para, 25/8/1915, p. 3). As notas nos jornais diziam que a

situação no Ceará era aflitíssima, com “cenas pungentíssimas entre os famintos” (Estado do Pará, 15/10/1915, p. 3).

Representação semelhante trazia o jornal *A Tarde*, em dezembro de 1915, informando que, “acossados pela terrível seca”, chegavam a Belém “emigrantes” que vinham “procurar os meios para a sua manutenção”. O Redator não deixava de registrar que fazia “pena ver-se o estado doentio” das crianças que com as famílias “foram recolhidos, por conta do governo, na hospedaria própria à praça Frei Caetano Brandão” (*A Tarde*, 13/12/1915, p. 2).

De acordo com Neves, notícias sobre saques “pelas cidades do Ceará” eram presentes nos jornais, “cujo tom condescendente tanto reforçava a legitimação social em torno dos retirantes (apresentando-os como vítimas da seca) quanto despolitizava as suas ações qualificando-as como atos de desespero [...]”. Com efeito, ainda segundo o autor, “é possível falar dos migrantes na cidade como um problema ocasional e politicamente neutro, sem vínculos com intenções e racionalidades, o que caracteriza a ação política” (NEVES, 2014, p. 127).

Tais notícias sobre os flagelos da seca evocavam a imagem de um estado em desordem, em que as autoridades pareciam não ter meios de conter uma multidão a avançar pelas ruas da capital do Ceará. Mesmo que não se explicita, pode-se pensar que essas notas jornalísticas ajudavam a criar a imagem do Pará como uma antítese à crise vivida no estado vizinho. Não obstante, nas próprias terras paraenses, conforme já asseverado, viviam-se graves problemas econômicos decorrentes da borracha. Nos jornais, bem como nos discursos das autoridades se constrói a imagem de que o Pará, mesmo com os problemas enfrentados, ainda era o espaço que tinha meios para receber os migrantes. Essa ideia de uma intensa relação entre a Amazônia e o outros estados do Norte, na verdade, não era nova. O próprio governador do Pará, Paes de Carvalho, fazia pronunciamento a esse respeito no seu Relatório de 1901, afirmando que “próxima uma da outra as duas regiões se completam reciprocamente, numa permuta generosa de vida e trabalho de população e de riqueza” (CARVALHO, 1901, p. 72).

Em 1916, diante da crise econômica, Enéas Martins, governador do Pará, considerava que apesar das dificuldades era inevitável não receber os migrantes cearenses. Destacava similarmente as características

das terras paraenses com “solo fértil adaptável a numerosas culturas” e com “clima dos mais propícios”. À vista disso, ele registrava na sua Mensagem anual que o Pará oferecia aos recém-chegados hospedaria, alimentos, remédio, “além de instrumentos de lavoura, lotes de terras agrícolas” (MARTINS, 1916, p. 85-93). Pela possibilidade de inserir-se na produção agrícola nas vilas e povoados do interior do Pará, construiu-se também uma ideia acerca dos motivos para a escolha do Pará em detrimento de outros lugares.

Quando em 1915 a seca já estava presente nas páginas dos jornais paraenses, o *Estado do Pará* trazia o seguinte comentário do poeta cearense Juvêncio Barroso: “os retirantes preferem a Amazônia, em absoluto a Amazônia, toda vez que a seca os empele a emigrar”. Segundo o poeta, para os cearenses, a Amazônia era “um prolongamento do seu lar”, pois nesse espaço os “retirantes” tinham “os seus parentes, os seus amigos, os seus conhecidos”. Sendo, nesse caso, a migração ao Pará “natural e lógica”. De acordo com Juvêncio Barroso, o “contrário” sucedia “com relação ao sul”, visto que, apesar do florescente desenvolvimento da vida econômica dessa região, a “recusa é quase geral” (*Estado do Pará*, 27/6/1915, p. 1).

Segundo o redator do jornal, o poeta, em viagem do Rio de Janeiro para Belém, “ouviu de conterrâneos” quando desembarcou na capital paraense “que a medida acolhedora tomada presentemente pelo governador do Estado causou na alma cearense uma grande impressão de reconforto e de consolo”. Dando continuidade às falas de Juvêncio Barroso, o jornal enfatizava que ele, concluindo suas ideias acerca do Pará, afirmava que “todas as classes sociais” estavam “espontaneamente dispostas a atenuar, com efusivas mostras de afeto e de interesse os horrores da sorte que fustiga sem misericórdia os flagelados da terra da luz” (*Estado do Pará*, 27/6/1915, p. 1).

Mesmo com essa visão otimista, o cotidiano dos migrantes foi bem diferente da idealização do poeta. Em trabalho anterior, já demonstrei que chegando ao Pará esses sujeitos dirigiam-se, a partir de Belém, para os núcleos coloniais povoados ou vilas próximas à Estrada de Ferro de Bragança, para as áreas de seringais ou permaneciam na cidade de Belém. Um elo entre esses espaços foi a inserção dessas pessoas no mundo do trabalho, que os fazia se fixarem, mas que também permitia sua circulação entre esses espaços (LACERDA, 2010).

SERINGUEIROS

Um problema de pesquisa para aqueles que estudam processos migratórios concentra-se justamente nos limites impostos pelas próprias fontes, que são, na maioria das vezes, registros indiretos sobre as ações dos migrantes, já que estes, quando se trata dos traslados entre o Nordeste e o Pará, quase não deixaram registros sobre si mesmos, restando as impressões dos outros acerca das ações desses sujeitos.

A história do seringueiro cearense Pedro Nonnato e Silva, publicada no jornal *Estado do Pará*, evidencia as múltiplas relações construídas pelos migrantes, conforme a narrativa da imprensa, da notícia intitulada “Seria Multa”. Pedro “há muitos anos” era “seringueiro no alto Xingu [...], tinha ele por patrões os srs. Pereira, Lemos & C9, estabelecidos em Belém”. Voltando do Ceará, em julho de 1910, “aonde fora em visita à sua família [...] como tivesse um saldo regular de suas despesas”, comprou em Belém, “a fim de vender no Xingu, os seguintes objetos: 18 anéis de plaquet, 24 camisas, 10 machadinhas para cortar seringa e 12 pentes”. Com essas vendas teria tido “algum lucro”, tendo posteriormente continuado seu trabalho de extrator de borracha (*Estado do Pará*, 24/4/1911, p. 2).

Em janeiro já de 1911, “quando prestou contas com o patrão”, viu que seu saldo era muito inferior ao que lhe deviam. “Compreendendo que as suas despesas estavam exageradas”, ao reclamar com o administrador do seringal, o major Pedro Lemos, lhe apresentou “sua conta, em meio da qual se via o seguinte: ‘direitos de ambulante em Souzel, 500\$’”. Esse valor era “para pagamento de uma multa que lhe fora imposta por exercer sem licença o comércio ambulante”. Diante disso, a notícia findava com a informação de que Pedro “veio para Belém”, comparecendo à “estação policial, formulando a sua queixa” (*Estado do Pará*, 24/4/1911, p. 2).

Temos muitos elementos que demonstram de um lado a vida nos seringais e de outro o trânsito de Pedro que, controlando a própria vida e fazendo escolhas, tem os seringais do Xingu como seu principal lugar de trabalho, mas sem perder os vínculos com o seu lugar de origem, o estado do Ceará. Ao mesmo tempo, o vemos envolvido na compra e venda de produtos que talvez fossem caros quando vendidos no seringal pelo patrão, ou até mesmo difíceis de serem comprados. Pedro certamente

sabia o que seus companheiros de trabalho precisavam ou gostariam de comprar, numa mescla entre utensílios de trabalho e de regozijo pessoal. Afinal de contas, anéis e pentes foram objetos comprados por seringueiros no meio da floresta. As ações de Pedro sugerem que, longe de ser um homem desprovido de seus direitos, ele os conhecia, na medida em que, em mais uma de suas viagens, deixou o Xingu e veio a Belém queixar-se à polícia.

Mas, se Pedro reclamava os seus direitos à imprensa, não deixou de denunciar os delitos cometidos pelos próprios seringueiros, a exemplo daqueles que burlavam a produção de borracha, acrescentando ao látex “o leite de tauá, cal, tapioca, o diabo, enfim, no intuito de aumentar o peso e diminuir o esforço pessoal”. De acordo com a Coluna “Conversas”, como naquele momento se cuidava, “com todas as forças, do problema de valorizar a borracha; não era mau que se procurasse punir, com algum rigor, o seringueiro falsificador” (Estado do Pará, 12/5/1911, p. 2).

Um aspecto que chama atenção no trecho da notícia não é somente a falsificação das bolas de borracha, que àquela altura ainda seguiam para a Europa e para os Estados Unidos, mas sim a ideia de que isso diminuía o trabalho nos seringais. Na verdade, ainda que com essas falsificações no peso do látex, o trabalho nos seringais era difícil e perigoso. Sobre João Severino de Lima, que se dedicava à extração da goma elástica, em Mazagão, tem-se o registro: “estando João a preparar uma rústica escadaria junto a uma árvore de seringa, a fim de fazer incisões no alto do madeiro, uma enorme surucucu de fogo sacudiu-lhe o bote, mordendo-o na perna esquerda”. Segundo o jornal, “o estado de João agravou-se consideravelmente à falta de cuidados médicos [...]”, sendo ele transferido para o hospital de Caridade, “onde se encontra em tratamento” (Estado do Pará, 1/12/1911, p. 2).

Nesse espaço, os seringueiros, certamente, buscaram meios de modificar sua situação. A conduta da falsificação não deixa de ser uma forma de resistência à exploração dos seus patrões.

Diante da ideia de que era necessário maior atenção com os negócios da borracha, observa-se que há também certa preocupação com o trabalhador dos seringais, que em sua grande maioria foram migrantes. Desse modo, considerava-se que os seringueiros viviam entre “dois extremos”,

que eram a borracha e a cachaça. Um articulista do *Estado do Pará*, que assinava como Peter em uma de suas reportagens sobre os problemas da borracha, afirmava que “Os seringueiros consomem para produzir e os fabricantes de cachaça produzem para consumir”. De maneira enfática, Peter declarava em seu texto que “a venda de borracha” produzia “ouro, bem-estar, crédito e honra”, ao mesmo tempo que “o consumo da cachaça” produzia “delitos, despesas inúteis, ruína e desonra” (Estado do Pará, 28/6/1911, p. 1).

Essas afirmações sugerem de um lado os aspectos morais presentes no ato de se beber cachaça, e igualmente o quanto o consumo do produto pelos migrantes era presente no trabalho nos seringais e quando muitos desses seringueiros chegavam a Belém depois do longo trabalho na floresta. Não foi incomum nas páginas jornalísticas o envolvimento desses homens na cidade de Belém com bebedeiras e diversões. O jornal *Folha do Norte* trazia diariamente para os seus leitores várias dessas notícias da permanência de seringueiros em bares, botequins e hotéis da capital paraense. Em trabalho anterior sobre a temática, destacou-se que “nessas ocasiões de bebedeiras, quando os seringueiros estavam envolvidos com a diversão”, muitos aproveitadores “agiam de forma ilícita”, usufruindo, “às custas dos seringueiros, de bebidas e comidas”, que depois eram cobradas pelos proprietários desses estabelecimentos a preços exorbitantes (LACERDA, 2010, p. 281).

Uma dessas vítimas foi o cearense Anastácio Braga, que recebeu em 1910 uma conta acerca de um consumo que ele não tinha feito de “50 garrafas de champagne” (*Folha do Norte*, 10/4/1910, p. 1). Um outro caso de diversão na cidade é do seringueiro Joaquim Alves de Oliveira, norte-rio-grandense, que chegara ao Acre havia anos. Em agosto de 1911, à noite, acompanhado de três mulheres, Joaquim tomou “o auto do *chauffeur* Elysio Ramos, e pondo-se a percorrer as ruas da cidade durante duas horas”, viu-se em “sérios apuros” para pagar o “aluguel do carro” (Estado do Pará, 1911, p. 2).

Jornais paraenses como *A Tarde*, *a Folha do Norte* e o *Estado do Pará* traziam para seus leitores, diariamente, notícias que tinham como centro das atenções situações envolvendo os migrantes. Essas experiências urbanas são fundamentais para entendermos os sentidos que eles de-

ram à sua própria vida. Ou seja, se estes trabalhavam grandemente nos seringais, compreendiam também que podiam usufruir das diversões e do consumo na cidade. “Encontrar familiares, ter contatos amorosos com mulheres, comer e beber em abundância, divertir-se, fazer compras em lojas” (LACERDA, 2010, p. 287) foram práticas desses sujeitos que servem para demonstrar que a história de suas vidas não foi somente marcada pelo trabalho, pela exploração, pela fome e pelas doenças, como às vezes se considera acerca desses sujeitos, dadas a sua condição de pobreza e a fragilidade de sua aparência descritas nos periódicos.

Ainda que aqui tenham se narrado histórias de migrantes que viveram no passado o tema das migrações e dos deslocamentos de pessoas, é um problema contemporâneo na Amazônia, e em outras partes do Brasil, assim como na Europa, nos Estados Unidos da América e em outros lugares. Questões como higiene, saneamento, fome e doenças continuam a perseguir milhares de pessoas. Essas, para sobreviver, e em busca de uma vida melhor, semelhante aos migrantes aqui descritos, são obrigadas a se deslocar dos seus lugares de origem, dirigindo-se para lugares desconhecidos. Como no passado, são as crianças o grupo mais frágil e negligenciado a chamarem atenção quando se tornam notícias da mídia por terem sido separadas de seus familiares, ou quando são registradas pelas câmeras dos celulares.

Como os migrantes Maria de Nazareth (8 meses); Maria Mathilde de Souza (1 ano); Amélia Felix (5 anos); Francisco Lopes dos Reis (10 anos); Luiz Severino de Oliveira (12 anos), entre muitos outros, que se tornaram notícia de jornal no contexto da crise da borracha no Pará, no século XXI, as pessoas em processo de deslocamento, especialmente as crianças desses grupos, precisam ser respeitadas na sua individualidade, na sua diversidade e pela sua cultura.

REFERÊNCIAS

- Arquivo Público do Estado do Ceará – Livro da Companhia de Vapores – 1888-1889.
- Arquivo Público do Estado do Ceará – Livro Relação dos emigrantes que se destinam aos portos do norte e sul em diversos vapores – 1915.
- Arquivo Público do Estado do Ceará – 363-B Minutas dos ofícios da Secretaria do Governo da Província do Ceará, dirigidos ao ministro dos Negócios Estrangeiros, ao ministro do Império, ao ministro da Justiça, ao ministro da Marinha. 1888.
- Arquivo Público do Estado do Ceará – 381-B Minutas dos ofícios da Secretaria do Governo da província do Ceará, dirigidos aos Ministérios. 1889.
- Biblioteca Pública do Pará – Jornal *Folha do Norte* – 1910-1916.
- Biblioteca Pública do Pará – Jornal *A Tarde* – 1915-1916.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica. (Belém 1870-1920)*. Belém: Açaí, 2011.
- Entrevista – Sra. Maria da Conceição, 1995.
- Hemeroteca Digital Brasileira – Jornal *Estado do Pará* (1911-1916).
- Hemeroteca Digital Brasileira – Jornal *Diário de Belém* – 1877.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Açaí/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Memória da Amazônia, 2010.
- NEVES, F. C. Caridade e Controle Social na Primeira República (Fortaleza, 1915). *Estudo Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 115-133, 2014.
- NUNES, Francivaldo Alves. *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.
- PARÁ – Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado em 1 de fevereiro de 1901. Belém: Imprensa Oficial, 1901.
- PARÁ – Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1915 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1915.

PARÁ – Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

PRADO, Maria Lígia; CAPELATO, Maria Helena Rolim. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, p. 285-307. v. 8.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil* [1962]. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

“DESLOCADOS DA SECA”
NA HOSPEDARIA GETÚLIO
VARGAS: EXPERIÊNCIAS E
TRAJETÓRIAS DE MIGRAÇÃO
DE NORDESTINOS PARA A
AMAZÔNIA (CEARÁ, DÉCADA
DE 1950)

*Renata Felipe Monteiro*¹

Abril de 1954. A repórter Lea Sá Carvalho, da Revista *Momento Feminino*, chegava à Hospedaria Getúlio Vargas², localizada em Fortaleza/CE, no intuito de averiguar as denúncias contra o desvio das verbas da campanha “Ajuda teu irmão”³, que deveriam ter sido enviadas para as

1 Professora da rede municipal de educação de Fortaleza/CE. Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Ceará.

2 A Hospedaria Getúlio Vargas, atualmente uma Unidade de Abrigo de Idosos do Governo do Estado do Ceará e subordinada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), funcionava na Avenida Olavo Bilac, 1280, bairro São Gerardo-Fortaleza/Ceará.

3 Campanha realizada nos estados do Sudeste em 1953, com o apoio de inúmeros artistas, entre eles o compositor Humberto Teixeira e o cantor Luiz Gonzaga, que

vítimas da seca no Nordeste. Encontrou os galpões da hospedaria vazios, mas diversos sujeitos abrigados defronte àquele recinto, embaixo de cajueiros. Deparou-se ainda com diversas histórias de migrantes, que sem expectativas de melhores condições de vida no campo viram-se forçados a migrar para a capital cearense. Assim fez Dona Maria, o marido e os filhos, que saíram da cidade de Quixadá (interior do Ceará) em direção à hospedaria em trajeto percorrido quase todo a pé, no “calcanhar”. – E por que saíram de lá? –, questionou a jornalista à Maria.

Ficar para quê? Há três anos e pouco não chove. Trabalhávamos na terra de um dono. Tínhamos que dar a “meia”. Aguentamos até o fim. Depois... não tinha mais “meia” para dar... Viemos embora (Revista *Momento Feminino*/RJ, abril de 1954, p. 6).

Durante os primeiros anos da década de 1950, a Região Nordeste e, sobretudo, o Ceará, foi atingida por secas periódicas (1951-53), causando diversos problemas no campo (fome, saques, roubos, conflitos armados e mortes), obrigando muitos sujeitos a migrarem para Fortaleza e outras regiões do país em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, após aguentar péssimas colheitas por três anos, devido à escassez de chuvas, e um trabalho extenuante na propriedade de outros na condição de meeiros⁴, Maria e o marido encontraram-se sem a mesma possibilidade de cultivar a terra e obter produtos para dividir com o proprietário. Após suportar essa situação durante todo o período de intempérie

tinha o propósito de arrecadar donativos para a população nordestina que sofria mais uma vez as agruras da seca.

- 4 De acordo com o historiador Tyrone Pontes Cândido, no campo somente uma pequena parcela dos trabalhadores agrícolas eram arrendatários, sendo bem mais comum o regime de parceria. Nesse sistema o proprietário era responsável por fornecer sementes e a terra, cabendo ao agricultor cuidar do roçado. Mas metade da colheita ficava com o dono da terra, por isso denominavam esse acordo de “meia” ou “meação”. Para entender melhor esse sistema, ver CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. 19 ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 72.

climática, viu-se obrigada a migrar com toda a família para Fortaleza, procurando abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas.

A respectiva hospedaria foi construída no contexto da Segunda Guerra Mundial, sendo inaugurada em 15 de março de 1943 como “um modelo de organização”, tendo o propósito de abrigar provisoriamente um total de 1.200 pessoas (Jornal O Povo/CE, 16 de março de 1943, s/p). A partir da assinatura de diversos acordos entre Brasil e Estados Unidos, realizados em março de 1942 para a exploração de matérias-primas, muitos trabalhadores foram recrutados, sobretudo do Ceará, para o trabalho nos seringais da Amazônia. Através do Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA)⁵, em parceria com outras instituições, como, por exemplo, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)⁶, foi organizado rapidamente todo um sistema que implicava assistência às famílias (pousos e hospedarias⁷), seleção dos trabalhadores, alojamento em barracas, exames médicos, alimentação, transporte, vestuário e adiantamentos, até a colocação nos seringais (SECRETO, 2007).

O Ministro do Trabalho Marcondes Filho, no momento da inauguração da hospedaria que homenageava o presidente Getúlio Vargas⁸, enfatizava que os trabalhadores recebiam, diariamente, três refeições

5 O SEMTA foi criado em 30 de novembro de 1942, sendo substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamentos de Trabalhadores (CAETA) em 14 de setembro de 1943.

6 O SESP tinha o objetivo de organizar e superintender as hospedarias administradas pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI). Entre os diversos serviços, podemos citar: proceder exame médico de todos os trabalhadores e pessoas de suas famílias que desejassem ingressar nas hospedarias administradas pelo DNI e proceder exame médico dos trabalhadores alojados nas hospedarias para confecção das listas de embarque, deliberando sobre aqueles que estão ou não em condições de empreender viagem.

7 As principais hospedarias de migração construídas entre as décadas de 1940 e 1950 foram: Hospedaria Eduardo Ribeiro (Manaus-AM), Hospedaria Tapanã (Belém-PA), Hospedaria Macapá (AP), Hospedaria Copoatá (São Luís-MA), Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza-CE) e Hospedaria Corinto (MG).

8 De acordo com a imprensa, cearense e de circulação nacional, a homenagem deu-se à proximidade da data de aniversário de Getúlio Vargas, 19 de abril, com a inauguração da hospedaria de migrantes, 15 de março de 1943.

enquanto aguardavam “confiantes o dia do embarque para o extremo norte”. Além disso, a hospedaria distribuía redes para todas as pessoas, “proporcionando, deste modo, condições decentes de vida aos trabalhadores” (Jornal O Povo/CE, 16 de março de 1943, s/p). A expectativa era que o trabalhador, após ser liberado pelos médicos do SESP, recebesse passagem para migrar juntamente com a família para a Região Norte do país. Vale ressaltar, contudo, que, a princípio, o transporte dos trabalhadores cearenses para a Amazônia era realizado de duas maneiras: aqueles recrutados pelo SEMTA – denominados “soldados da borracha”⁹ – faziam seus deslocamentos por terra até São Luís usando caminhão pau de arara e trem. Aqueles que fossem encaminhados pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), órgão responsável pelas hospedarias e pousos pelo país, eram transportados pelos navios do Loyde Brasileiro. Após a extinção do SEMTA – transformando-se em CAETA – em setembro de 1943, o DNI retomou o domínio sobre o transporte desses nordestinos.

Mas apesar do discurso e do projeto inicial – abrigar provisoriamente 1.200 pessoas, oferecendo alimentação e relativo conforto à população migrante –, ao longo da existência da Hospedaria Getúlio Vargas (1943 a 1972), o respectivo recinto de hospedagem tornou-se um centro de conflitos e disputas na cidade de Fortaleza. Assim, nossa proposta no artigo é problematizar as experiências dos migrantes abrigados na ci-

9 Os trabalhadores recrutados pelo SEMTA passaram a ser denominados pela propaganda varguista e também se autodeclaravam “soldados da borracha”, já que lutavam tal como seus companheiros soldados na Europa pela vitória contra os nazistas. Para entender melhor sobre esses sujeitos, ver: GOIS, Sarah Campelo Cruz. *As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)*. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. 1999. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999; MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annalume; Fortaleza: Secult, 2002 e SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

tada hospedaria, buscando entender a trajetória de migração de alguns nordestinos em direção à Região Amazônica durante a década de 1950.

Quem eram esses sujeitos que se dirigiam à Hospedaria Getúlio Vargas? De quais regiões do Ceará ou de outros estados nordestinos provinham? Quanto tempo permaneciam nas dependências do recinto de hospedagem em Fortaleza? Para quais paragens do país migravam? Quais as experiências dessa população migrante com outros sujeitos? Essas são algumas problemáticas que procuramos discutir ao longo do texto, buscando compreender ainda como a respectiva hospedaria tornou-se, na década de 1950, o principal referencial para a população pobre nordestina que se deslocava para a capital cearense em busca de passagens subsidiadas pelo Estado para migrar, fosse para a Região Norte ou para outros locais do Brasil.

De acordo com uma pesquisa realizada em 1967 pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em parceria com o Governo do Ceará, dos 38.596 sujeitos que se registraram na Hospedaria Getúlio Vargas, entre 1956 e 1961, 36.622 (96,4%) eram cearenses – 28.801 (74,6%) residiam em diversas localidades do interior e 7.821 (20,3%) moravam em Fortaleza. Mas havia indivíduos que provinham de outros estados, sendo registrada a quantidade de 1.849 (4,8%) migrantes de outras regiões (GONÇALVES, 1967). E, apesar de não haver uma especificação nessa pesquisa sobre a proveniência desses últimos migrantes, acreditamos – a partir de indicações em jornais e entrevistas – que se deslocavam dos estados mais próximos, como Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, vindo em busca de passagens subsidiadas pelo Governo Federal, que os deslocassem para a Região Amazônica ou para outras paragens do Brasil. Podemos citar como exemplo desse deslocamento a trajetória de migração de Gabriel Gomes de Lima que, na tentativa de fugir das agruras da seca em 1953, migrou da localidade de Pedro Velho (Rio Grande do Norte) em direção a Fortaleza.

Gabriel Gomes de Lima, juntamente com a esposa Satina e seus seis filhos, deslocou-se da sua cidade natal em um caminhão pau de arara até Fortaleza, buscando abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas. Mas, ao tentar uma vaga naquele recinto em março de 1953, foi informado que a hospedaria estava lotada, devendo aguardar o embarque de outros mi-

grantes para que pudesse se registrar. Restava, como última alternativa, aguardar em um terreno baldio defronte à hospedaria embaixo de cajueiros. Passaram um mês nesse espaço, esperando ansiosamente que alguém migrasse para que eles pudessem ser alistados. O filho mais velho de Gabriel Gomes, Demétrio, diante das dificuldades encontradas na capital cearense, “vendia macaxeira para ajudar a sustentar a família” (COUTINHO, 2015, p. 105). E tal como Demétrio, muitos eram aqueles migrantes que diante das dificuldades enfrentadas na hospedaria percorriam a cidade de Fortaleza, vendendo produtos ou mendigando pelas ruas.

Além desse episódio, os filhos de Gabriel Gomes de Lima – José, Maria, Darcy e Demétrio –, em entrevista à socióloga Priscila Coutinho, relatam outras experiências vivenciadas no período em que estiveram em Fortaleza, nas dependências (ou adjacências) da Hospedaria Getúlio Vargas. Um dos momentos mais marcantes para a família Lima foi a apresentação musical feita pelo cantor Luiz Gonzaga para os migrantes nordestinos abrigados naquele recinto. A exibição fazia parte de um projeto para arrecadação de donativos à população pobre nordestina, atingida pela seca. Luiz Gonzaga, de acordo com o jornal *Diário de Notícias* (RJ), após cantar para os abrigados na hospedaria,

disse estar impressionado em haver tomado parte em vários festivais no Sul do país, arrecadando milhares de cruzeiros em benefício dos flagelados cearenses e que até o momento não houvessem recebido. Disse, também, que, em face do acontecido faria, de agora por diante, uma campanha contra a doação de auxílio aos flagelados. (Jornal Diário de Notícias/RJ, 21 de maio de 1953, p. 2).

Os irmãos Lima relataram que o cantor Luiz Gonzaga chorou de tristeza ao ver a situação dos trabalhadores abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, denunciando os “[...] tubarões que haviam roubado o dinheiro que ele mandou para ajudar os aflagelados da hospedaria [...]” (COUTINHO, 2015, p. 107). Percebe-se assim, a partir da reportagem e da fala dos filhos de Gabriel Gomes, que o cantor Luiz Gonzaga protestava contra o desvio das verbas que, teoricamente, foram arrecadadas em vários eventos, mas que não chegaram até os nordestinos

abrigados na hospedaria. Uma denúncia semelhante foi realizada pela Revista *Movimento*, ao relatar que o dinheiro arrecadado pela campanha “Ajuda teu irmão”, segundo um funcionário da hospedaria, não chegou às dependências do respectivo recinto: “dessa campanha não chegou aqui nem mesmo uma camisa sem mangas” (Revista Movimento/RJ, abril de 1954, p. 7).

Além disso, Gabriel Gomes de Lima e sua família vivenciaram momentos angustiantes durante o período em que estiveram ao relento, nos cajueiros próximos à hospedaria, como relata José Ramos de Lima:

Toda vez que dava 20h vinha chuva. A nossa barraca ficava embaixo de um cajueiro no Alagadiço, aí todo dia vinha inverno, né. Aí o pai disse que ia invadir a igreja, né. Aí três pais de família disse: Seu Gabriel, corta o baralho pra mim? Quer dizer, pra entrar no meio, né? Aí foi os três pais de família na frente e as mulheres atrás com a meninada. Veio aquela fila. Aí o vigia veio, começou a se zangar e meu pai disse: “Olha, pelo amor de Deus, você fique quieto aí, senão você vai pro Americano”. O Americano era um vagão que tinha. Aí ele disse que ia ligar pras Forças [armadas]. Quando as Forças chegaram, aí eles deram comida, remédio, aí chegou com tudo. Aí fomos apoiados pelas forças (LIMA, 2015, p. 107).

A respectiva igreja – atualmente Igreja São Judas Tadeu – teve seus alicerces iniciados na década de 1940, quando o Delegado Regional do Ceará, Raul Uchoa, cedeu uma parte do terreno da hospedaria para a construção do templo. Mas somente no final da década de 1950 foi concluída e, nesse período, serviu como pouso para inúmeros migrantes, deixados ao relento devido às dificuldades de conseguir vagas na Hospedaria Getúlio Vargas. Além disso, percebe-se pela fala do senhor José Ramos como a ação do Exército, diante dos problemas vivenciados – ausência de abrigo, fome, doenças – foi algo marcante na memória deste (em 1953 tinha apenas 5 anos). Essa valorização das ações das Forças Armadas devia-se, possivelmente, à doação das barracas que abrigariam os retirantes e dos utensílios para a cozinha improvisada que montaram no terreno baldio. Além disso, Ramos relata que o Exército realizou outras ações, como o corte de cabelo e a extração de dentes das pessoas.

De acordo com Ramos, a família conseguiu posteriormente obter passagens para viajar para a Região Norte, no navio Poconé (companhia Loyde Brasileiro). Concluímos, dessa forma, que a família Lima conseguiu ser alistada como migrante na Hospedaria Getúlio Vargas, ficando abrigada até meados¹⁰ de 1953 naquele recinto. Passaram oito dias navegando em direção à Hospedaria Tapanã, em Belém/Pará, recebendo Gabriel Gomes diversas propostas de emprego ao desembarcar naquele recinto de hospedagem, como relata Ramos:

Aí todo dia chegava muita gente atrás de papai [na Hospedaria Tapanã] pra trabalhar na vacaria, mas ele não queria. Já que tava lá, queria um negócio melhor, né. Aí chegou um senhor com nome de Zé Guedes e ajeitou com ele pra ir pra fazenda dele. Aí ele foi, ajeitou e marcou o dia na quarta-feira que ele vinha, que ele era proprietário do caminhão naquela época e vinha apanhar a gente. Foi chegar era 6 horas da noite, aí nós viemos e fomos chegar era 12 horas na fazenda. Aí ele ficou lá um ano, mas com um ano ele não queria mais ser sujeito, sabe? Ele queria crescer. Aí falou com o homem que queria botar três hectares de terra, mas só se fosse de mata virgem... aí ele exigiu isso porque ele sabia que o homem não tinha essa terra lá, sabe? Num tinha como arrumar, né. Era pra ele poder sair fora, né. Aí disse: “Dom João que tem esses terreno todo, mas ele é muito bravo”. Só que ele falava alto por ele mesmo, sabe? Não tinha nada disso não, não era bravo não. Aí ele foi lá com Dom João e levou um outro ano, mas lá ele já montou comércio, começou a subir, né. Aí no fim do ano ele colheu 360 sacos de arroz... eu lembro ainda. Colheu muito arroz e depois comprou a terrinha dele (LIMA, 2015, p. 110).

Gabriel Gomes de Lima, diferentemente da maioria dos nordestinos que migravam para outros lugares, era alfabetizado e tinha bastante experiência na administração de propriedades rurais, já que havia possuído uma pequena propriedade no interior nordestino. Assim, recusou

10 Chegamos à conclusão que a família de Gabriel Gomes de Lima permaneceu até o mês de maio de 1953 nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, já que a família presenciou o show de Luiz Gonzaga em maio de 1953, em prol dos flagelados.

algumas propostas de emprego que considerou inadequadas, preferindo aguardar nas dependências da hospedaria. Isso o diferenciava também dos outros migrantes, pois a regra consistia em aceitar qualquer ocupação. Lima, após permanecer meses trabalhando na fazenda de José Guedes, estabeleceu-se em um lugar denominado Guamá (Pará), que naquele período desenvolvia um projeto do Governo Federal de colonização da terra, recebendo tanto migrantes de vários lugares do Brasil quanto imigrantes, sobretudo do Japão, para o desenvolvimento de várias culturas, destacando-se o arroz e a pimenta. Vale ressaltar que, apesar de Gabriel Lima ter conseguido se adaptar à região e conseguir desenvolver vários projetos na agricultura, retornou na década de 1960 ao interior do Nordeste, já que sua esposa Satina *não teve o mesmo êxito nessa adaptação*.

Os abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, assim como Gabriel Lima, preferiam – caso houvesse a oportunidade de escolha – a Região Norte para migrar, possivelmente porque havia uma longa tradição na migração entre o Ceará e a Região Amazônica desde o século XIX¹¹, sobretudo nos períodos de seca. Essa migração, contudo, não ocorria somente nos períodos de estiagem, mas sobressaía-se quando havia as instabilidades climáticas. Mas o que fazer quando uma grande leva de trabalhadores abandonavam suas ocupações, nas propriedades rurais, para migrarem para outras paragens? Uma das grandes preocupações dos governantes, políticos, fazendeiros, jornalistas e religiosos era o

11 Para entender melhor esse fluxo migratório para a Região Norte, a partir de meados do século XIX e, sobretudo, partir da seca de 1877-79, ver: CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011; LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906)*. 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; NETO, Edgar Braga. *Emigração Cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes*. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012, e BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

êxodo rural, que poderia desabastecer o Nordeste dessa mão de obra barata e abundante, esvaziando o campo. Dessa forma, houve um intenso debate em torno dessa problemática na década de 1950.

Em 1956, como salienta a historiadora Lara de Castro Ferreira, a Igreja Católica estava preocupada com os trabalhadores do campo dispersando-se com a migração para outras regiões, principalmente nos períodos de seca. E essa preocupação foi colocada no I Encontro de Bispos do Nordeste, realizado na cidade de Campina Grande (PB), entre os dias 21 e 26 de maio de 1956, discutindo-se “não somente o amparo aos ‘retirantes’, ‘pobres de cristo’, mas também a influência que comunistas e outros ativistas políticos pudessem exercer sobre a população de migrantes” (FERREIRA, 2016, p. 35-36). A solução apontada nesse congresso para evitar o êxodo foi investir em políticas públicas desenvolvimentistas, com construções espalhadas pelo interior do país. A ideia era ocupar os trabalhadores em obras públicas, evitando que estes migrassem para os grandes centros urbanos do país. Vale ressaltar, porém, que a quantidade de vagas oferecidas nessas obras públicas não era suficiente para absorver todos os trabalhadores desempregados, ficando muitos na expectativa de serem alistados pelo governo. Havia ainda aqueles que mesmo empregados não conseguiam alimentar seus familiares com o salário recebido ou com a alimentação distribuída.

A migração surgia como a última alternativa na busca por melhores condições de vida, como, por exemplo, para o agricultor Manoel Antônio, morador da cidade de Acaraú no interior do Ceará. Ele trabalhava na agricultura para manter a esposa e os seis filhos, mas durante a seca de 1958 viu-se sem a possibilidade de obter produtos da terra. Diferente dos companheiros, não se alistou imediatamente nas obras que o governo oferecia na região norte do Estado do Ceará, preferindo vender lenhas para obter o sustento, pois ainda tinha esperança que houvesse chuvas até o dia de São José¹², 19 de março, mas suas esperanças foram

12 São José é o padroeiro do estado do Ceará e, de acordo com a tradição popular e a crença religiosa, caso não chova até ou no dia de São José, 19 de março, teremos um período de seca.

desfeitas quando não houve chuva nesse dia. Desse modo, após a escassez das lenhas para o sustento da família, restou o alistamento na obra do Riachão. Naquela obra, ele sofria com os desmandos do fornecedor, que lhe dava o que queria, ganhando muito pouco pelo trabalho. Aos sábados, ele retornava nos vagões dos trens da Rede de Viação Cearense (RVC) para sua residência, levando comida para a família, mas “a comida era ruim. O milho era só o pó. O feijão era duro, velho e preto” (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7).

E, diante dessas dificuldades – problemas com o fornecedor, pouco dinheiro, comida ruim –, ele ficou fascinado com a fala de um conhecido, Florêncio, que conversava em uma “bodega” próxima à Praça da Igreja Católica de Acaraú. Florêncio relatava as aventuras vivenciadas como “soldado da borracha”, na década de 1940, e as maravilhas da Amazônia (abundância das chuvas, dos rios, dos peixes, das matas com caças, das árvores com frutos e da fartura).

Manoel voltou para casa pensando nas palavras de Florêncio e na fartura da Amazônia. E no caminho para casa tomou a decisão de ir para a Amazonas, levando tudo e todos. Pela manhã informou a mulher Purificação da sua decisão. Ela que estava sofrendo com a fome, não via melhor solução que não fosse fugir dali, fugir da fome. Na segunda, no trem que levava os cassacos para a obra do governo não estava Manoel. Iria empreender uma viagem muito mais longa. Gastou o dia arrumando os pertences, liquidando os pertences e arranjando um dinheirinho. Depois foram rumo à Sobral. De Sobral vieram em um vagão de segunda classe para Fortaleza. Vieram parar no Otávio Bonfim e de lá, quase tateando, foram em direção à Hospedaria Getúlio Vargas (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7).

Assim, influenciado pelas palavras de Florêncio, Manoel resolveu abandonar tudo e empreender uma longa viagem em direção ao Norte do país, em busca de melhorias para ele e sua família. Em que medida, contudo, Florêncio vivenciou todas essas benesses na Amazônia, enquanto trabalhava como “soldado da borracha”, que foram narradas para Manoel? Essa problemática é pertinente, já que nos documentos oficiais consta que dos milhares de brasileiros (homens e mulheres) que migraram

em direção à Amazônia para trabalhar na extração do látex, entre 1942 e 1945, 45 mil morreram (Jornal de Brasília, 26 de junho de 1988, p. 6). Daqueles que sobreviveram às doenças e ao trabalho exaustivo, muitos não conseguiram passagem para retornar às suas localidades de origem.

Essa discussão nos direciona ao sociólogo argelino Abdelmalek Sayad que, ao analisar a situação dos jovens em uma pequena aldeia na Cabília (Argélia) que migravam para a França no período posterior à Segunda Guerra, percebeu que aqueles que retornavam para a respectiva aldeia construíam uma versão diferente de suas condições de vida, sem problemas, apenas benesses. De acordo com um emigrante de Cabília, entrevistado por Sayad, antes de emigrar, acreditava que na França seria como na aldeia, pois iria se encontrar com seus parentes e usufruir de todas as maravilhas descritas na aldeia por aqueles que migraram antes dele. Mas o que descobriu foi que era preciso chegar à França para descobrir a verdade. Somente naquele lugar, os sujeitos, seus conterrâneos de Cabília, contavam concretamente sobre suas péssimas condições de vida (SAYAD, 1998). Será que, tal como os jovens da aldeia de Cabília, Florêncio criou outra versão para sua experiência como “soldado da borracha” na Amazônia e contou apenas essa versão para Manoel?

Manoel Antônio percebeu, quase imediatamente à sua chegada em Fortaleza, que sua jornada em direção às maravilhas da Região Amazônica teria muitos reveses. A primeira dificuldade encontrada foi na Hospedaria Getúlio Vargas, que estava superlotada. Os registros de movimento de entrada da respectiva hospedaria, entre os meses de janeiro e junho de 1958 – período em que possivelmente Manoel e sua família estiveram na hospedaria –, comprovam essa afirmativa: 23.300 pessoas foram registradas, dos quais 10.218 viajaram, 1.344 desistiram de migrar, 517 morreram e 11.177 ainda aguardavam embarque (ARAÚJO, 2000, p. 85). Assim, um recinto de hospedagem que teria a capacidade máxima para 1.200 pessoas estava, em junho de 1958, com mais de 11 mil pessoas aguardando embarque para migrar. E com essa grande quantidade de pessoas, os problemas aumentavam sobremaneira: fome, doenças, mortes e ausência de condições sanitárias.

Após sofrer “todas as humilhações possíveis” na Hospedaria Getúlio Vargas, Manoel um dia foi levado ao porto do Mucuripe, sendo “sacudido

dentro de um navio, com sua parca economia, pertences e sua família”. Mas a esperança de ver “a fartura da Amazônia” o fez aguentar todas as atribuições existentes na respectiva hospedaria (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7). Ao chegar, contudo, à Hospedaria de Tapanã em Belém, foi tão maltratado quanto nas obras do governo em Acaraú ou na Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza. Sofrimento que se agravou com a espera, durante dias, por colocação de trabalho na Região Amazônica. Um dia, porém, outro cearense “curtido e endurecido pelo trabalho no seringal” contratou alguns trabalhadores alojados na Hospedaria Tapanã para trabalhar no seu seringal no baixo Juruá, entre eles Manoel. “Lá se foi Manoel e sua família. Outros dias de sofrimento no gaiola¹³. Os meninos adoeceram e os dois mais novos morreram durante a viagem” (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7). Estabelecido no seringal, Manoel escrevia cartas para seus familiares no interior do Ceará, relatando sobre os infortúnios da viagem para o Norte e sobre outras amarguras do cotidiano na floresta amazônica.

Manoel, após passar por vários seringais, conseguiu estabelecer-se em um, no rio Purus (Amazônia). Soube que um deputado estadual, conterrâneo de Acaraú – havia votado nele –, José Colombo de Sousa, tinha proposto uma lei que distribuía “um pedaço de terra para os retirantes na beira do rio Amazonas e mandava o governo manter os pobres quando lá chegassem”. Possuir um pedaço de terra era a grande benesse que Manoel aguardava desde o domingo em que ficou encantado com as histórias de Florêncio sobre a floresta amazônica. Não seria mais obrigado a suportar fornecedores trapaceiros, trabalhos extenuantes em obras emergenciais do governo e parcos salários nas propriedades de outros. Nas cartas enviadas aos familiares dizia que por lá ficaria, “esperando que o governo fizesse com ele e seus companheiros o que fazia com os japoneses quando chegavam lá, todos eram bem tratados e com documentos de posse da terra” (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958, p. 7).

As terras cultivadas por Gabriel de Lima, na região de Guamá, e por Manoel Antônio no Purus faziam parte de um projeto de recoloniza-

13 Tipo de embarcação usada na Região Amazônica.

ção do governo federal – iniciado por Getúlio Vargas e continuado por Juscelino Kubitschek – de algumas áreas do país, no qual os migrantes nacionais e internacionais (os japoneses) construam suas casas e desenvolviam diversas culturas nas propriedades do governo. Os principais núcleos coloniais foram estabelecidos no Norte do Brasil, mas havia alguns no Nordeste, como, por exemplo, no Ceará. A migração dessa população nordestina, porém, como citado anteriormente, não era incentivada constantemente e em alguns momentos houve tentativas de coibir ou diminuir o fluxo de pessoas para outras regiões. O deputado estadual (São Paulo) Paulo Abreu, em 1952, organizou o projeto de lei nº 1.710/52, que tentava regulamentar o êxodo das populações do Norte e Nordeste para a Região Sudeste, ou melhor, para São Paulo. O deslocamento dessas pessoas para a capital paulista, de acordo com o documento, seria regulamentado por postos de fiscalização em diversas localidades. O projeto, apesar de bem aceito em São Paulo, não foi aprovado.

Durante a seca de 1951-1953, houve outras tentativas de coibir a saída dos nordestinos para diversas regiões do país, como salienta a historiadora Lara de Castro Ferreira, já que o jornal “o Correio da Manhã do Rio de Janeiro informava que Getúlio Vargas já havia aprovado medidas de impedimento da saída de nordestinos dos seus lugares de origem” (FERREIRA, 2016, p. 38). A ideia desses governantes, políticos e religiosos era cercar e regulamentar o deslocamento desses sujeitos pelo país, determinando quando e para onde poderiam migrar. Como salienta o historiador Paulo Fontes,

os anos 50 foram, provavelmente, o momento no qual o impacto da migração interna foi mais acentuado. Pela primeira vez na cidade de São Paulo o número de migrantes de outras regiões ultrapassava o das pessoas vindas do interior do estado. [...] Os trabalhadores oriundos dos estados nordestinos compunham a grande maioria dos recém-chegados e empregavam-se em massa nos variados ramos da indústria e serviços em franca expansão na região metropolitana (FONTES, 2002, p. 54-55).

Os nordestinos que migravam em direção a São Paulo na década de 1950, vindos de diversos estados do Nordeste – a maioria, contudo,

era proveniente do Estado da Bahia –, utilizavam como transporte os caminhões pau de arara, passando dias nas estradas até chegar à capital paulista ou à região metropolitana em busca de ocupação na indústria e outros setores produtivos. Mas esse aumento do fluxo de migrantes na década de 1950 para São Paulo poderia ser justificado somente pelas estiagens? Essa justificativa esvazia-se quando percebemos que, durante toda essa década, os nordestinos, e sobretudo os cearenses, recorriam à Hospedaria Getúlio Vargas em busca de passagem para migrar, mesmo quando havia estabilidade climática. Busca por melhores condições de vida, com salários dignos e/ou a posse de uma propriedade rural, possivelmente é a resposta mais plausível para esse deslocamento constante. Como salienta a socióloga Neyara Araújo, a partir da década de 1950, na cidade de Fortaleza, esses sujeitos, denominados anteriormente simplesmente como “retirantes” e/ou “flagelados”, passaram a ser percebidos como “deslocados da seca”, já que

corriam para a cidade porque tinham ouvido falar pelo rádio que aqui havia recursos, deslocados em busca de se alocarem. Onde? Houvera muitas placas, sim, nas fachadas das indústrias novas, nas obras da construção civil, solicitando: Precisa-se de. E vinham chegando às carradas. Diz que os próprios prefeitos do interior, acossados pela vaga, alugavam caminhões e mandavam soltar aqui. A Hospedaria Getúlio Vargas sofreu horrores nessa época. O Sr. Expedito [...] contou que não tinham mais como acomodar o número excessivo, que era um verdadeiro exagero. Em novembro de 1958, esse número ultrapassou os onze mil (ARAÚJO, 2000, p. 83).

Em direção à Hospedaria Getúlio Vargas direcionaram-se milhares de “deslocados da seca” em 1958, causando temor nas autoridades governamentais e em outros sujeitos. O que seria possível fazer para resolver esse problema? A migração, apesar de ser questionada e evitada em diversos momentos, foi a solução encontrada para resolver o problema da superlotação nas dependências da hospedaria. O grande temor era a repetição de cenas de revolta registradas pela imprensa em maio de 1958, quando o administrador da hospedaria, Waldemar Nepomuceno, foi ameaçado e expulso do recinto de hospedagem pelos migrantes, e

a cozinha e outros equipamentos foram destruídos durante o motim. As pessoas acusavam o administrador de tratamento cruel contra os migrantes, negando alimentação e abrigo para todos. Assim, em dezembro de 1958, foi organizada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização¹⁴ (INIC) uma força-tarefa, denominada “Operação Flagelados”, contando com o apoio da Marinha, Aeronáutica e Exército, tendo como objetivo fazer o deslocamento, em curto prazo, de 12 mil migrantes abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas.

Aníbal Teixeira, diretor do INIC, argumentava que essa operação iniciara-se no dia 5 de dezembro, quando o navio Almirante Alexandrino transportou 600 migrantes para a hospedaria existente na ilha de Flores (Rio de Janeiro), que seriam destinados aos cafezais no Paraná e para a região de Goiás. Outros haviam sido enviados para Brasília e Anápolis (360), mas 80% – ou seja, 10 mil – “desejava ir para a Amazônia”. Na Região Norte, muitos seriam alocados nos núcleos de colonização existentes em Santarém e outras localidades próximas, desenvolvendo o plantio “em suas próprias terras, de malva, pimenta do reino, arroz, milho e outros cereais” (Jornal Diário de Notícias/RJ, 20 de dezembro de 1958, p. 5).

Em 1958, contudo, a “Hospedaria Tapanã já está super lotada ‘com mais de quatro mil nordestinos’. Na Amazônia, as condições de vida e de trabalho podiam ser até piores do que aquelas deixadas para trás” (NEVES, 2000, p. 217). Os jornais oposicionistas relatavam que essa “Operação Flagelados” visava somente escoar essa população pobre migrante para outras paragens, não havendo a preocupação de como seria recepcionada nas outras hospedarias dirigidas pelo INIC nem a de onde seria empregada.

notícias procedentes de Santarém e de Manaus, trazidas por pessoas chegadas recentemente a Fortaleza, dizem que numerosas famílias de emigrantes já andam pelas ruas das cidades, pedindo esmola. Isto significa que a única preocupação dos promotores da “operação flagelados” consiste

14 O INIC substituiu o DNI em 1954, existindo até a década de 1960.

apenas em organizar a retirada em massa, não havendo, porém, recepção e encaminhamento nos locais de destino (Jornal Voz Operária/RJ, 17 de janeiro de 1959, p. 5).

Vale ressaltar que, posteriormente à seca de 1958, os discursos sobre a regulamentação das migrações internas voltaram à pauta de discussão de governantes, políticos e religiosos. No II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal (RN), em maio de 1959, estabeleceu-se, entre diversas propostas, que as hospedarias de migrantes de Fortaleza, Belém e Manaus deveriam ser transformadas em hospedarias de zona rural, sendo constituído um grupo de trabalho para executar essa proposta (ROCHA, 2016). A ideia, apesar de não ter sido concretizada, nos possibilita problematizar que, após essa grande estiagem da década de 1950, a preocupação com o deslocamento constante dessa população pobre migrante assustava sobremaneira os habitantes dos grandes centros urbanos do país, sendo necessário afastá-la, de qualquer maneira, para o campo e impedi-la de migrar quando houvesse outra instabilidade climática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1943 e 1972, período de funcionamento da Hospedaria Getúlio Vargas, diversos sujeitos deslocaram-se para aquele recinto de hospedagem em busca de passagens subsidiadas pelo Governo Federal para migrarem para inúmeras regiões do país (sobressaindo-se como preferência desses indivíduos a Região Norte), tornando essa hospedaria uma das principais referências para a população pobre migrante nordestina.

Pois não foi para aí que se dirigiu dona Francisca Matias com a família, quando fugiu do sertão de Sobral na seca de 1970?! Pois foi. Dona Francisca Matias veio fazer o percurso de sempre, o percurso de seus antepassados, como se o tempo estivesse parado: chegar em Fortaleza e se acomodar na Hospedaria aguardando receber as passagens para o Belém do Pará (ARAÚJO, 2000, p. 75).

Assim, ao analisarmos essa variedade de documentos (jornais, documentos oficiais, revistas, entrevistas, entre outros) sobre as experiências e trajetórias dos migrantes na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza, sobretudo na década de 1950, esperamos contribuir para um aprofundamento das discussões que envolvem esses sujeitos, que, em busca de obter melhores condições de vida, assim como para fugir de um sistema de trabalho opressor nas propriedades fundiárias de outros ou nas obras governamentais, enfrentavam dificuldades nas dependências ou adjacências daquela hospedaria (fome, doenças, ausência de condições sanitárias etc.), os perigos da viagem até as regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e o futuro incerto em outras paragens.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. *A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Curitiba: Appris, 2019.
- CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- COUTINHO, Priscila de Oliveira. *“Meu sonho era maior que eu”: Biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe*. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Cassacos. Trabalhadores na Lida contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará – Anos 1950)*. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- FONTES, Paulo Roberto Guerra. *Comunidade operária, migração nortestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. 2002. 399 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- GOIS, Sarah Campelo Cruz. *As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)*. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- GONÇALVES, Antônio Carolino. A estrutura da população urbana e aspectos do seu desenvolvimento. In: CEARÁ. *As migrações para For-*

- taleza*. Fortaleza: Secretaria de Administração/Imprensa Oficial, 1967.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. 1999. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906)*. 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LIMA, José Ramos. Entrevista cedida à COUTINHO, Priscila de Oliveira. “*Meu sonho era maior que eu*”: Biografia sociológica de uma trânsfuga de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annalume; Fortaleza: Secult, 2002.
- NETO, Edgar Braga. *Emigração Cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes*. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- ROCHA, Dom Jaime Vieira. *Anais – Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social – anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/Natal, 1959)*. Rio de Janeiro, Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960; Campina Grande/PB, EDUEPB, 2016.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.
- SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, n. 40, p. 115-135, 2007.
- SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

POLÍTICAS ANTIMIGRATÓRIAS:
ENTRE AS TENTATIVAS DE
IMOBILIZAÇÃO ATRAVÉS DA
OFERTA DE TRABALHO EM
OBRAS PÚBLICAS E A PUJANTE
VIGILÂNCIA DAS FRONTEIRAS

*Lara de Castro*¹

Os migrantes nacionais da região conhecida atualmente como Nordeste são frequentemente caracterizados em memórias, literatura e até na historiografia como animais que seguem um estímulo natural de arribar quando a natureza não permite a opção de permanecer e se adaptar. É como se a única escolha desses sujeitos diante das dificuldades fosse a migração. Dessa forma, aparecem quase sempre em meio a jornadas incriveis, fugindo da fome, sofrimento e morte, entretanto, sem saber ao certo onde vão aportar. Se esses sertanejos já eram associados aos aspectos do meio árido, tido como adverso, imutável e hostil, por conta dos problemas sociais causados pelas estiagens, passavam a ser, ainda mais, lidos como seres desgovernados pelo instinto ao se mobilizarem em busca de solução para os seus problemas.

1 Professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH-UNIFAP) e nos cursos de graduação em História da UNIFAP. Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

Obviamente, de certo, nem os deslocamentos são a única possibilidade aos pobres durante as estiagens, nem estas são as únicas motivadoras das migrações de nordestinos, nem quando os sertanejos se movem rumo a outros destinos o fazem naturalmente e instintivamente. Por outro lado, afastadas as análises excludentes e monofatoriais, é de se considerar a importância das diferentes formas de mobilidade como alternativas desenhadas por trabalhadores e trabalhadoras diante das intempéries, na luta pela garantia de melhores condições de existência, inclusive em tempos de secas.

Nas estiagens ocorridas na década de 1950 – assim como em outros períodos –, lavradores, vaqueiros, artesãos e donas de casa, sem conseguir garantir meios de sobrevivência, deixaram seus afazeres, seus animais, sua casa, sua rede, seus pertences, em busca de opções. Permanecer nos seus locais de origem, trilhando as rotas das obras públicas em busca de trabalho, foi um importante meio de contornar as dificuldades. Além disso, rumar para fora dos seus estados de origem em direção ao Sudeste, ao Centro-Oeste e à Amazônia também foi uma importante estratégia de sobrevivência daqueles anos, ainda que em meio a fortes e até coercitivas medidas antimigratórias.

POLÍTICAS DE ESTADO ANTIMIGRATÓRIAS

Em 1915, pela primeira vez, o governo federal articulou-se com autoridades públicas e particulares da região, atualmente conhecida como Nordeste, para organizar e coordenar um volumoso programa de frentes de emergência de “combate às secas”, no intuito de mitigar os problemas sociais avaliados como efeito da estiagem daquele ano. Tais obras, criadas urgentemente após a declaração daquela seca e conduzidas pela “Comissão de Obras Novas contra as Secas”, visavam deliberadamente evitar o êxodo da mão de obra dispersa pelas estiagens, proporcionando ocupação aos trabalhadores, mas também havia a intenção de impedir os tumultos provocados pela chegada de aglomerações de retirantes aos núcleos urbanos (FERREIRA, 2009).²

2 Essas observações são resultantes da minha pesquisa de mestrado, realizada na

O emprego de trabalhadores pobres em obras públicas de grande porte, ou em serviços organizados localmente durante as secas, não era novidade desde a metade do século XIX. Afinal, desde esse período, as autoridades passaram a entender que as construções públicas ordinariamente conduzidas independentemente das secas poderiam servir ao propósito de aplacar as “agitações feitas pelos retirantes” nas cidades, quando as estiagens ocorriam. Nesse sentido, pode-se dizer que as vagas em obras passam também gradativamente a ser consideradas entre as respostas dadas às multidões de retirantes que solicitavam emprego e alimento (NEVES, 2002).³

A novidade das políticas ativadas para combater a seca de 1915 foi a intervenção organizada e diretiva do governo federal que, através da criação de uma comissão, tomou para si a responsabilidade na execução de frentes emergenciais de trabalho. Chamada de *Obras Novas contra as Secas*, essa comissão atuou paralela e autonomamente em relação à Inspeção de Obras contra as Secas (IOCS), até 1919, utilizando regulamentos e até mesmo alguns funcionários dessa instituição, agindo em todos os estados do polígono das secas, dando início a várias obras com o objetivo declarado de ocupar retirantes e conter a migração. Tratava-se, entre outras coisas, de dar maior celeridade à liberação dos recursos vindos do Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP) para o combate às estiagens, garantindo exclusividade e independência na gestão dos recursos.

A partir desse momento, além de aproveitar as construções já existentes para empregar os retirantes, conforme era feito eventualmente,

Universidade Federal da Bahia, entre 2007 e 2009. A comissão em questão, “Obras Novas contra as Secas”, ainda não havia sido objeto de estudo. Por isso, a historiografia menciona o ano de 1932 como marco para a instauração de “frentes de emergência” em épocas secas, ou seja, a organização de um conjunto de obras, centralizadas federalmente, com o objetivo de empregar retirantes.

3 Em sua pesquisa, Neves estudou acontecimentos de 1877 até a década de 1950, visando demonstrar a consolidação de uma tradição de protestos em tempos de secas. Na concepção do autor, as obras, a doação de alimentos, de passagens etc. estão entre as respostas do poder público aos movimentos e saques dos retirantes durante as estiagens.

passou-se a estabelecer um plano sistematizado de obras, o qual era acionado no momento das secas; cuja execução era centralizada pelo governo federal; e associava os socorros dados aos pobres em tempos de estiagem ao trabalho nas frentes emergenciais. Agora, caberia ao Estado não somente dotar os sertões semiáridos de uma infraestrutura hídrica capaz de suportar as estiagens, como dele seria também recorrentemente cobrado o dever de criar obras especialmente com a finalidade de ocupar e fixar em seus locais de origem milhares de obreiros. Assim, esse momento concretizou uma mudança nas políticas de Estado em tempos de secas.

Essa iniciativa de atacar obras com claros objetivos de evitar o êxodo foi fortalecendo-se ao longo da primeira metade do século XX. Ao lado disso, a política de incentivo e subsídio da migração para outros estados, tão cara aos representantes políticos e donos de propriedades no século XIX, perdeu espaço nos planos governamentais durante as secas.⁴ No entanto, é bom lembrar que um proposital hiato nesses projetos de Estado, depois de 1915, foi a *Batalha da Borracha*⁵ na Amazônia do início dos anos 1940, quando diversos órgãos públicos instituíram uma forte propaganda para impulsionar a ida de trabalhadores nordestinos rumo à extração de látex.

Embora se saiba que os trabalhadores não seguiam resignados os projetos do Estado, existiam planos cuidadosamente arquitetados para

4 A instalação da comissão de “Obras Novas”, assim como outras frentes de trabalho nas secas posteriores, não cessou absolutamente a migração. Certamente, numerosas pessoas, em diferentes momentos, cruzaram as fronteiras dos estados semiáridos, fosse via passagens subsidiadas, com recursos obtidos pela venda de seus pertences, ou através dos “paroaras” e redes de parentesco. Outras políticas antimigratórias foram os “campos de concentração” das secas. Sobre isso: RIOS, 2006; NEVES, 1995. Sobre o ofício dos “paroaras”: Cf. CARDOSO, 2011. Sobre a política de incentivo e subsídio da migração Cf: SECRETO, 2003.

5 *Batalha da Borracha* foi um programa de emergência, que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, para tentar suprir o déficit da borracha nos Estados Unidos. Nesse contexto, muitos trabalhadores, especialmente nordestinos, foram arregimentados para labutar nos seringais da Amazônia. Estima-se que cerca de 50.000 indivíduos migraram para o Norte e, destes, quase metade desapareceu ou morreu. Cf: SECRETO, 2007; COSTA, GONÇALVES, 2008.

os trabalhadores do “não litoral” que precisam ser mencionados. Com as políticas antimigratórias, pretendia-se mantê-los exatamente em seus locais de origem e, caso resolvessem financiar a migração, que fosse preferencialmente para outras áreas consideradas do interior brasileiro, como aconteceu na *Batalha da Borracha*. Até porque a temida inversão do fluxo de correntes de povoamento poderia causar um esvaziamento da reserva de mão de obra do campo, algo que prejudicaria a ambicionada integração, num plano geral, e o abastecimento de alimentos nas cidades, os interesses de grupos políticos, donos de propriedades fundiárias e de outros negócios, no plano local.

Cerca de dez anos depois da *Batalha da Borracha*, autoridades públicas e particulares organizaram um plano de obras, durante as secas de 1951-1953 e 1958, objetivando novamente controlar a mão de obra dispersa. As frentes de trabalho foram organizadas pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em obras já em andamento, ditas permanentes, mas especialmente nas acionadas durante as estiagens, chamadas de emergência. É fundamental sempre lembrar, aliás, que as frentes estreadas em períodos de estiagem devem ser consideradas também como estratégias de sobrevivência elaboradas pelos próprios trabalhadores, já que os pobres não esperavam mais esgotar-se na miséria, antecipavam-se e muito cedo procuravam os núcleos urbanos na tentativa de garantir comida e emprego.⁶

6 Peço licença aos leitores para a longa, mas necessária nota. Citarei alguns trabalhos que, de alguma forma, versam sobre a utilização da mão de obra de retirantes em obras públicas em tempos de secas, situando as “obras contra as secas” entre as obras de socorros públicos. Primeiro, temos uma relevante dissertação desenvolvida entre os anos 2000 e 2003, a qual estuda o emprego de retirantes em construções organizadas localmente no estado do Ceará, no século XIX, com o objetivo de evitar a mendicância e também como forma de “educar para o trabalho”: SILVA, 2003. Posteriormente, temos a pesquisa de Cândido, publicada em 2005. Um trabalho interessante, centrado na construção da estrada de ferro de Baturité e no cenário de confrontos, que lotou, em seus serviços, operários, retirantes e engenheiros: CÂNDIDO, 2005. Em seguida, temos outro grupo de trabalhos que se concentram nos estudos sobre a presença dos trabalhadores retirantes nas ditas “obras contra

As secas da década de 1950 estão num contexto de tentativa de amenizar certos desníveis socioeconômicos entre os centros mais dinâmicos e áreas tidas como subdesenvolvidas, como o Nordeste e a Amazônia. Assim, novos órgãos regionais de fomento ao desenvolvimento daquela região surgiram entre o final da década de 1940, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SUVALE). Da mesma forma, na década de 1950, visando facilitar linhas de crédito, empréstimos e outras questões financeiras, criou-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), tendo como principal aporte de recursos o Fundo das Secas.

Todas essas agências de fomento mantinham estreita relação com o principal órgão empregador durante as secas. No plano internacional, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) manteve suas relações com o *United States Bureau of Reclamation* (USBR). As duas instituições concordavam com a política de combate às estiagens, com foco no acúmulo de água em reservatórios, e promoviam o intercâmbio entre os seus profissionais. Ainda mais, diversas construções do USBR, especialmente a açudagem, também igualmente serviram

as secas”, entre elas, obras permanentes e de emergência. O meu próprio trabalho, desenvolvido no mestrado entre os anos 2007-2009, estuda a vida de retirantes-operários e engenheiros, com a presença da sociedade local, em frentes de emergências, centralizadas no governo federal, organizadas pela comissão de Obras Novas contra as Secas (1915-1919): FERREIRA, 2009; publicado pelo DNOCS/BNB em 2010. Temos ainda a dissertação que estuda a implantação do projeto de “combate às secas” da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) através “das relações entre engenheiros civis e sociedade local, nas obras de açudagem”: LIMA, 2010. Outro trabalho que trata dos embates e expectativas em torno da construção do açude Cedro, primeiro grande projeto de “combate às secas” no Brasil, discutindo também, entre outros, a irregularidade do trabalhador nas obras como entrave à sua conclusão: MONTEIRO, 2012. A tese de Cândido retoma seu estudo sobre os retirantes nas obras da estrada de ferro de Baturité, incluindo dessa vez o trabalho em “obras de combate às secas”, entre elas, a do açude Cedro: CÂNDIDO, 2014. As estiagens e o enfraquecimento dos serviços na lavoura também foram motivações para trabalhadores livres pobres procurarem as obras da construção de estrada de ferro de São Francisco na Bahia no início da segunda metade do século XIX, antes mesmo da seca de 1877: SOUZA, 2013.

como frentes de trabalho nos EUA, ocupando a população durante as crises econômicas.⁷

No segundo governo Vargas, a política de acúmulo hídrico voltou a ter fôlego; acreditava-se que o atraso do Nordeste seria superado pela irrigação e outras benfeitorias que viriam por meio da água acumulada em açudes. Fora isso, as rodovias também tiveram amplo papel nessa gestão. A partir de 1956, com o presidente Juscelino Kubitschek, as iniciativas desenvolvimentistas fortaleceram-se. Nesse segundo momento, aliás, ocorreu uma reorientação na política em torno das secas. Se até meados da década de 1950 ainda persistia a ideia de “combater” as secas (mediante a modificação do meio natural), tendo o acúmulo de água como mola-mestra fundamental, no segundo momento, em vez de “combater” as estiagens, começava-se a pensar em “conviver” (através da modernização técnica e econômica das atividades) com o semiárido. Para isso, volumosos créditos foram liberados para construir obras que se constituíssem em investimento no âmbito da política desenvolvimentista.

No Ceará, milhares de trabalhadores foram alistados em frentes de emergências localizadas em estradas de rodagem, obras de açudagem, perfuração de poços, instalação de canais de irrigação, redes de energia, postos de piscicultura e diversas outras construções públicas com a justificativa de empregar os pobres durante as secas e controlar também as migrações para os estados de outras regiões. Os trabalhadores deslocavam-se para os canteiros das obras e disputavam os alistamentos para garantir vaga de emprego e, assim, a sobrevivência. Numa dura lida nas obras públicas, em situações sociais e culturais distintas das habituais fora dos anos secos, labutando em troca de comida, os trabalhadores chamados de “cassacos” ficavam frente a frente a um cotidiano de convivência com o cenário das máquinas, serviço pesado e mal pago, acampamentos precários, escassez de água até para beber, e fome.

Se a instalação dessas frentes de trabalho nas construções foi o principal recurso acionado pelo Estado como parte das políticas migratórias,

7 Cf: PFAFF, 2010; PFAFF, 2001, p. 31-39; SALMOND, 1965, p. 75-88. SOURCE, 1992, p. 229-249.

o armamento de barreiras nas saídas rumo a outros estados também funcionou como estratégia para tentar impedir os deslocamentos. Ainda assim, muitos migraram para longe à revelia do desejo do Estado, outros, por diversos motivos, permaneceram nos seus locais de origem e tornaram-se trabalhadores-cassacos nas obras.

FRENTES DE TRABALHO: OCUPAR, JUSTIFICAR O SOCORRO E FIXAR

Em 1951, conforme o *Correio do Ceará*,⁸ para evitar que “flagelados” batessem “à porta da capital” cearense e de outras cidades, construções foram concentradas em pontos estratégicos do interior, distribuindo comida e colocação em obras.⁹ Segundo um telegrama enviado ao governador do Ceará e publicado pelo mesmo periódico, as bancadas nordestinas na Câmara e no Senado Federal concordavam sobre o posicionamento de evitar o êxodo por meio da abertura de frentes de emergência. A deliberação acertada sobre aquela seca confluiu para que uma ação coordenada fosse efetivada no Nordeste com o objetivo de “obter medidas imediatas e urgentes para evitar o êxodo das populações flageladas” e fornecer trabalho.¹⁰

Jornais do Sudeste, como se observa melhor adiante, demonstravam a preocupação com a migração volumosa de “retirantes” para os seus estados e divulgavam recorrentemente as ações previstas pelas autoridades para solucionar esse problema. Ao mesmo tempo em que o jornal *Estado de São Paulo* celebrava as providências anunciadas pelo ministro do MVOP, Sousa Lima, de construção de estradas e açudes para concentrar “retirantes”, “estancando o êxodo”,¹¹ o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro informava que Getúlio Vargas já havia aprovado medidas de impedimento da saída de nordestinos dos seus lugares de origem.¹²

8 Biblioteca Pública do Ceará. *Correio do Ceará*. 9/3/1951.

9 B.P.C. *Tribuna do Ceará*, 17/4/1951; 28/4/1951.

10 B.P.C. *Correio do Ceará*, 3/4/1951.

11 Arquivo Edgar Leuenroth. UNICAMP. *Estado de São Paulo*, 4/6/1951.

12 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo DPS, Flagelados, D 497. *Correio da Manhã*, 1/6/1951. Fls.3.

Dessa forma, inúmeras obras foram iniciadas e prosseguidas como estratégia do Estado para, entre outros motivos, manter trabalhadores dentro de suas fronteiras de origem. As estradas estiveram entre as principais construções que serviram como frentes de trabalho durante a década de 1950. Centenas de rodovias, como explanou o diretor Vinícius Berredo, em relatório, foram estreadas quando “a crise climática obrigou a dar início a novos serviços para permitir o acesso de flagelados que afluíam à procura de trabalhos”.¹³ Além disso, pequenos, médios e grandes açudes, como o Araras, o Orós e o Banabuiú, no Ceará, finalmente iniciaram suas construções com o alarde das secas, tornando-se também centros de “socorros públicos”.

Entretanto, por mais que diversas obras tenham sido iniciadas em diversos cantos do Ceará, objetivando ocupar pobres e evitar a migração para outros estados, elas não foram suficientes para abarcar a cifra de necessitados atingidos pelos problemas sociais da seca de 1951. A escassez de vagas frente ao número de necessitados gerou bastante celeuma, chegando aos ouvidos do governo no Rio de Janeiro. Então, na tentativa de impedir que aquele excedente de braços cruzasse as fronteiras, José Américo, Ministro da Viação e Obras Públicas de 1951-1954, tornou urgente “uma campanha” para inviabilizar a saída de “famílias inteiras” dos seus estados de origem (CAMARGO, 1984).

Mesmo com mudanças nos quadros políticos, a obsessão por integrar as regiões e tentar garantir a imobilidade dos seus trabalhadores atravessou os anos cinquenta. Em 1958, aquela que ficou conhecida como a “grande seca” motivou uma reunião que agregou setores públicos do DNOCS, do DNER, do Exército, da Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP), do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), do Ministério do Trabalho, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dos representantes da Conferência Nacional de Bispos, da Legião Brasileira de Assistência e da Fundação das Pioneiras Sociais, esta tendo à frente Sarah Kubitschek. A resolução imediata amplamente apoiada por essa elite política, social e religiosa foi “assistir” os pobres

13 DNOCS. *Relatório de obras executadas em 1951* (apresentado pelo Diretor Vinícius Berredo). Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, 1951, p. 4.

através do emprego em diversas obras que igualmente serviriam para “fixar” o trabalhador do campo. A decisão, portanto, foi liberar créditos especiais para intensificação, ampliação e antecipação de obras ocupando todos que procurassem “os escritórios do DNOCS e do DNER”, especialmente “onde maior fosse” a “aglomeração”, “em obras tão próximas quanto possível” dos seus locais de moradia, “a fim de evitar o êxodo”.¹⁴

Dessa forma, o DNOCS iniciou prontamente cerca de 145 frentes de trabalho¹⁵ em todo o interior do Nordeste, e o DNER recebeu “instruções para reter o retirante” mediante a construção de rodovias, essas com especial encargo de “impedir o êxodo desordenado e tumultuado para o Sul”.¹⁶ Além disso, o DNER, em alguns momentos, também agiu em cooperação com a polícia para fiscalizar e barrar a saída de migrantes pelas fronteiras do Nordeste.¹⁷

O Ceará, aliás, foi o estado mais beneficiado com verbas nessa seca, assim como em outras estiagens, motivo para bancadas de outros estados, como a da Bahia, reclamar maiores orçamentos, principalmente diante do tamanho do seu território no polígono das secas. Então, se as frentes de trabalho foram a principal medida acionada para contornar os problemas ocasionados durante as secas, elas acabavam por justificar pedidos de maiores alcances de verbas, até por serem o recurso fundamental das políticas antimigratórias. Dessa forma, pode-se dizer que a disparada emergencial rumo a instalações de obras não era monocausal. Além da execução de obras para responder às pressões dos retirantes em busca de trabalho e comida, as obras eram organizadas também para evitar a migração, como se percebe, atendendo aos fazendeiros ansiosos por não perder braços para o êxodo e por valorizar economicamente suas terras; e a políticos desejosos de verbas em seus municípios para assegurar melhoramentos e manter fixos seus votos.

As obras emergenciais, portanto, foram o recurso principal da in-

14 DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, n. 2, vol. 18, novembro de 1959, p. 34.

15 DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, vol. 18 n. 2, nov. de 1958, pp. 34, 35.

16 DNOCS. *Boletim*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras contra as Secas/ Ministério da Viação e Obras Públicas, agosto de 1959, p. 36.

17 *Correio do Ceará*. 3/4/1951.

tensa política antimigratória dos anos 1950. Ao lado disso, o Estado, através do MVOP, INIC, DNER e DNOCS, organizou-se para conter a saída de pessoas das fronteiras do Nordeste, acionando até a polícia para aparelhar as estradas e tentar barrar o fluxo do êxodo. Assim, onde o projeto das frentes de serviços fracassasse, atuaria a força coercitiva para conter a migração. Ainda que existissem empresários de diferentes setores interessados na mão de obra barata dos nordestinos, os que decidiram ir em direção ao Sudeste enfrentaram um verdadeiro arsenal de estratégias da política oficial. Mesmo assim, milhares de pessoas cruzaram os limites dos seus lugares de nasença.

Assim, as frentes de emergência das obras contra as secas faziam parte da política oficial antimigratória acionada nas secas da década de 1950 para fixar trabalhadores nos seus locais de origem. Em menor medida, outro recurso de tentativa de controle da migração foi a instalação de postos de vigilância nas fronteiras, principalmente rumo ao Sudeste, conduzidos por órgãos federais, estaduais e pela polícia. Uma breve digressão sobre isso é importante para demonstrar mais amplamente como as autoridades estavam decididas em evitar os deslocamentos. Frentes de trabalho e controle das fronteiras corporificaram as ações antimigratórias.

POLICIAMENTO NAS FRONTEIRAS: VIGIAR E CONTROLAR

Nos anos de 1951 e 1952, os chefes políticos e econômicos locais nordestinos tiveram o apoio do Estado, através da política oficial antimigratória, para interferirem contra as saídas maciças de migrantes especialmente para o Sudeste. Em acréscimo, uma parcela da sociedade das capitais sulistas também parecia insatisfeita, era o que noticiava a imprensa carioca e paulista quase diariamente. Postura notadamente diferente na Amazônia, quando muitas das elites políticas incentivavam mais uma vez a ida de nordestinos em virtude, dentre outros motivos, do histórico aproveitamento da mão de obra nordestina em postos diversos de trabalho.

O jornal *Correio do Ceará*, no início de abril de 1951, dizia-se preocupado com a exploração de “retirantes” por motoristas que rumavam para o Sudeste do país. Equivalente a isso, mostrava-se satisfeito com as

providências tomadas pelo governo, através da fiscalização de caminhões organizada pelo DNER e pelas polícias locais nas principais fronteiras do Nordeste com o Sudeste. Ainda em abril, o mesmo jornal reproduziu uma reportagem da agência meridional, que noticiou o “impressionante” êxodo para o Sul do país, alegando, entretanto, que não existia “trabalho compensador” para os nordestinos naquele destino. Por isso, o periódico defendia a imediata realização de obras de emergência para empregar “retirantes” e avisava que as autoridades do Rio tinham acabado de “vedar todas as entradas de caminhões com destino ao Sul do país”.¹⁸

Do outro lado do país, o jornal carioca *A Manhã* exclamou, por meio de reportagem, também em abril, que novas levas de migrantes chegavam ao Rio de Janeiro diariamente. No mesmo dia, o jornal *A Notícia* divulgou a chegada de trabalhadores nordestinos acrescentando que a polícia apareceu para coagir os migrantes, conduzindo o motorista e o contratador à delegacia.¹⁹ As chegadas maciças, nos meses de abril e maio de 1951, dos “retirantes nordestinos”, que na verdade quase sempre apareciam homogêneos na regionalidade e desqualificados pela caracterização não de migrante nacional, mas de retirante, geraram incômodo. Não obstante, contratadores pudessem se interessar nesses fartos e baratos braços que se dispersavam, como demonstrado na fonte, as autoridades públicas nordestinas tinham claro desinteresse na saída desses braços.

Diante disso, no início de junho, segundo o periódico carioca *Correio da Manhã*, sugestões apresentadas pelo chefe de polícia ao presidente Getúlio Vargas para “solucionar o problema do êxodo dos flagelados nordestinos para as principais cidades do Sul do país” foram aprovadas, autorizando “os necessários entendimentos entre autoridades federais e estaduais”.²⁰ Dois meses depois, propostas mais permanentes foram aprovadas pelo presidente da República para impedir a migração de

18 *Correio do Ceará*, 3/4/1951; *Correio do Ceará*, 12/4/1951.

19 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo DPS, Flagelados, fl. 1. *A Manhã*, 11/4/1951; APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl. 2. *A Notícia*, 11/4/1951.

20 APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl. 3. *Correio da Manhã*, 1/6/1951.

retirantes, especialmente para as capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Conforme telegrama enviado pelo chefe da polícia do Distrito Federal ao secretário de Segurança Pública do Estado do Rio, o objetivo de tais medidas era “sustar e prevenir o êxodo dos flagelados” que, crescendo rapidamente, tinha “invadido não só a capital da república como outras grandes cidades”.

O controle da saída de nordestinos deveria ser feito através da vigilância dos veículos que transportavam retirantes, estipulando-se as seguintes resoluções: propaganda, por meio do rádio, informando aos migrantes sobre os perigos das propostas de aliciadores e aos motoristas e proprietários de veículos sobre as punições; retorno dos condutores, com seus passageiros, desprovidos de licença do DNER para transportar os migrantes; controle dos conhecidos locais de migração através da instalação de barreiras nas rodovias a cargo do DNER e do DNOCS, reforçadas por policiais estaduais; e obrigatoriedade da apresentação de um documento pelo migrante, fornecido pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), que o habilitasse para seguir percurso, fazendo, taxativamente, retornar aqueles que não portassem a cédula permissiva.²¹

Segundo as propostas expostas, vigiar as conduções que transportavam os retirantes resolveria o problema do êxodo, mesmo parcialmente, devido às inúmeras dificuldades que ocasionariam ao movimento migratório. Embora possivelmente muitos desses transportes já fossem irregulares, as ações cautelares só foram maiores quando as autoridades perceberam o volume de gente que chegava às capitais sulistas durante a seca de 1951. Pode-se perceber ainda que as mesmas agências designadas pelo governo para a instalação de frentes de emergência para ocupar trabalhadores – DNOCS e DNER – também foram as responsáveis pela instalação das barreiras nas estradas. Entre as principais finalidades do emprego de retirantes em obras, estava a ambição de conter os deslocamentos, por diversos motivos, alguns já desenvolvidos até aqui. Além disso, como parte de um mesmo projeto, cobrava-se dos mesmos órgãos que empregavam os retirantes um comprometimento de pres-

21 APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl. 6. *A Noite*, 3/8/1951.

tar serviço ao Estado também com a vigilância das rodovias, ou seja, a construção de obras no interior e a apreensão de pobres das secas, nas fronteiras no Nordeste, tinham uma relação umbilical com vistas ao intento antimigratório.

Mesmo assim, a legislação proibitiva, o controle das estradas e cidades, o policiamento e as exigências de documentos para migrar não detiveram a saída dos trabalhadores nordestinos para o Sudeste. O *Imprensa Popular* reproduziu um depoimento de um migrante nordestino que conseguiu chegar ao Rio de Janeiro depois de enfrentar diversas dificuldades em seu percurso. Em 1952, Manoel Aquilino partiu sem a família em direção à capital carioca. No meio do caminho, teve que usar diversos artifícios para escapar dos guardas que estavam na fronteira de Pernambuco impedindo a passagem de nordestinos rumo ao Sul. Para fugir deles, atravessou a fronteira durante a noite e seguiu em direção a Alagoas, ainda pelo estado de Pernambuco, com o objetivo de conseguir uma passagem de trem. Finalmente, “depois de caminhar por muitos estados”, Manoel conseguiu chegar ao Rio.²²

Certamente, proposição discricionária era a exigência de um documento do DNI para que os nordestinos pudessem se deslocar ao Sudeste. O *Tribuna da Imprensa*²³ critica justamente essa última medida, alegando que esta feria a liberdade de ir e vir garantida pela Constituição. Fora isso, segundo o jornal, enquanto caminhões eram barrados nas estradas que ligavam o Nordeste ao Sul do país e era exigido de toda pessoa que viajasse para esse destino o atestado do DNI; na Região Amazônica, as hospedarias estavam abarrotadas, morrendo diariamente diversas crianças na hospedaria Tapanã – chamada também de *hospedaria do diabo*.

Dentro do contexto das políticas antimigratórias, se por um lado as fronteiras rumo ao Sudeste eram vigiadas por órgãos federais, estaduais e pelas polícias, os próprios governantes cearenses flexibilizavam negociações e subsídios de passagens para a saída de migrantes para a Amazônia. Em setembro de 1951, segundo o jornal *O Liberal*, políticos

22 APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.38. *Imprensa Popular*, 27/3/1952.

23 APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl. 9. *Tribuna da Imprensa*. 17/8/1951.

cearenses visitaram as cidades de Belém (PA), Manaus (AM), Macapá (AP) e Boa Vista (RR), sendo recebidos com congratulações por autoridades locais. Durante essa excursão, as principais hospedarias foram visitadas e um plano foi traçado para o envio de trabalhadores cearenses para os seringais da Amazônia com as seguintes proposições: construção da hospedaria em Manaus, organização da viagem e fornecimento de transporte pelo DNI, financiamento do Banco de Crédito da Amazônia para os seringalistas receberem os recém-chegados.

Não obstante o interesse maior do governo federal fosse fixar os trabalhadores em seus locais de origem, a migração em direção à fronteira da extração de látex na Amazônia era admissível e negociável, mesmo em pequena demanda. Em contrapartida, o contragosto das autoridades públicas do Nordeste com a migração de braços se somava ao desgosto de parcela da sociedade cidadina do Rio de Janeiro que, conforme o jornal carioca *O Radical*, criticava o “espetáculo deprimente” causado pela “legião incrível de pedintes” recém-chegados. Esses migrantes nordestinos, segundo o jornal *A Noite*, tinham “péssimas condições de saúde” e falta de “especialização”, por isso, não poderiam aportar nas grandes cidades, devendo ser desviados para o sul de Goiás ou Mato Grosso.²⁴

Em São Paulo, centenas de migrantes também eram vistos como endemias andantes. Em início de 1952, o *Correio da Manhã* noticiou que chegavam diariamente 600 a 700 nordestinos obstruindo a higiene pública, pois muitos eram portadores de “schistosomoses e outras moléstias endêmicas no norte do país”. Diante disso, os vereadores locais imediatamente se organizaram para pensar soluções, cogitando a possibilidade de isolar os migrantes “famintos” e “maltrapilhos” por meio da criação de uma hospedaria municipal.²⁵

Certamente os parlamentares avaliavam que a hospedaria do São Brás não era mais suficiente para afastar os pobres esfomeados e os doentes dos cenários modernos da cidade de São Paulo.²⁶ Conforme Paulo Fontes

24 APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.15. *A Noite*. 15/2/1952.

25 APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.13. *Correio da Manhã*. 10/2/1952.

26 APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.50, 51.

(2008, p. 50; p. 68), a inauguração da Rio-Bahia, em 1949, tinha facilitado o êxodo através dos paus de arara e, somente entre os anos 1945 e 1960, passaram pela hospedaria do Brás mais de um milhão e meio de pessoas. “A velocidade da urbanização” dos anos 1950 foi proporcional à “intensidade do processo migratório em São Paulo”. Isso é um indício de que, mesmo num contexto de política oficial antimigratória, as pessoas continuaram se deslocando rumo a São Paulo, até porque existia uma parcela que desaprovava os recém-chegados, mas, do outro lado, urbanização e industrialização cobizavam os braços migrantes.

Mesmo assim, conforme Fontes (2008, p. 50; p. 68-70), os pobres de origem nordestina impactaram o cotidiano na cidade e não raramente a presença de migrantes nordestinos “causava estranheza” e “tensões entre a população já residente e os recém-chegados”. Os aspectos da pobreza e do rural incomodavam, fora isso, a cor. Como alega o referido autor, homogeneizavam-se nordestinos no apelido de baiano e, mesmo que fossem um grupo considerável, a alcunha deve ponderar o elemento racial presente na designação. Decerto, 60% dos migrantes eram pardos ou negros e os transeuntes pobres, e em acréscimo negros, causavam incômodo à industrializada, urbana e epopeica cidade de São Paulo. Com isso, no final da década de 1950, cogitou-se novamente frear a entrada de nordestinos em São Paulo, mas jornalistas e parlamentares lembravam da inconstitucionalidade e inviabilidade da proposta, a qual limitava a liberdade de ir e vir garantida pela Constituição²⁷. Portanto, a vontade dos chefes políticos do Nordeste de manter os braços nas suas fronteiras de origem teve um reforço do projeto oficial do Estado de sustar o êxodo e, em acréscimo, de parte das imprensas paulista e carioca.

Na seca de 1958, não foram encontrados registros de policiamento de fronteiras e agressiva vigilância como ocorreram nas estiagens de 1951-1953. Deve-se considerar que, se comparadas a estas, as frentes de emergência quintuplicaram na seca de 1958, empregando cerca de meio milhão de trabalhadores, oficialmente. Mais obras significavam ampliação das possibilidades de garantir alistamento e, mesmo que

27 APERJ, fundo DPS, Flagelados, fl.50, 51.

precário, sustento para si e para parentes. Com uma política enfocada no estabelecimento de obras de socorros e assim um número maior de famílias vivendo na dependência delas, é possível que o Estado tenha necessitado de uma menor vigilância de fronteiras com o propósito de evitar o êxodo. Paralelo às obras, as diversas hospedarias existentes, em 1958, também cooperavam para “organizar” a dispersão dos migrantes, mantendo-os suficientemente afastados dos locais onde poderiam ser indesejados.²⁸

Assim, pode-se afirmar que, na década de 1950, a política de Estado oficial foi antimigratória. De um lado, obras para o emprego de pobres, de outro, nos primeiros anos daquela década, a vigilância das fronteiras divisórias com o Sudeste. Dentro desse contexto, uma parcela dos migrantes que rumavam para a Amazônia encontrou apoio oficial do Estado. Através de manejos de autoridades públicas locais, com o apoio de setores privados, os governos estaduais do Nordeste e Norte cooperaram no financiamento de passagens e oferta de vagas nas hospedarias. Ademais, deve-se considerar que a migração rumo à Amazônia não feria os propósitos mais amplos das políticas nacionais de integração. O deslocamento em direção a áreas consideradas “vazias” obedecia ao cobijado fluxo de correntes litoral-sertão.

Demonstrando a heterogeneidade dos planos do Estado, não foi observada uma política oficial de incentivo à migração para o Sudeste do Brasil. Contudo, as pessoas migraram por meio do acionamento de

28 As principais hospedarias e postos de migração que receberam cearenses, em 1958, foram criadas depois da seca de 1951: Hospedaria Eduardo Ribeiro (Manaus-AM), Hospedaria Tapanã (Belém-PA), Hospedaria Macapá (AP), Hospedaria Coroatá e posto de migração Barra da Corda (Maranhão), posto de migração (Teresina-PI), Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza-CE), Posto de migração Guarabira (PB), Posto de Migração Petrolina (PE), Posto de Migração Aracajú (SE), Posto de Migração Salvador e Posto de Migração Feira de Santana (BA), Hospedaria Corinto (MG), Posto de Migração Belo Horizonte, Posto de Migração Monte Azul, Posto de Migração Pirapora (MG), Posto de Migração Brasília e Posto de Migração Anápolis (GO), Hospedaria Ilha Grande (DF). Biblioteca do DNOCS. Departamento Nacional de Obras contra as Secas. *Boletim*. Rio de Janeiro: DNOCS/MVOP, v. 18, n. 2, p. 44, nov. 1958.

redes de parentesco, solidariedade e outras estratégias individuais e coletivas. Até porque, não obstante a política oficial fosse de controle do êxodo, setores da indústria e comércio desejavam braços nordestinos e o crescimento de São Paulo exercia atração que estimulava os migrantes a enfrentarem as dificuldades do trajeto. Se os particulares da Amazônia, com o apoio dos políticos e subsídio oficial, disputavam a mão de obra migrante pobre da seca, o Sudeste, na década de 1950, exercia um fascínio que motivava os migrantes a partirem por conta própria.

Então, cearenses e outros nordestinos seguiram para capitais como Belém, Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Macapá, Boa Vista, Goiás, Brasília, Paraná, mas também para o interior dos estados, alguns com novas frentes industriais como Franca-SP e Serra do Navio-AP.²⁹ Numa multiplicidade de direções, os migrantes pobres das secas, na década de 1950, cobriram um país de limites continentais, ocupando-se em obras públicas, em atividades agrícolas, extrativistas e industriais, em setores do comércio e em outros ofícios, disponibilizando sua força de trabalho, gerando riqueza.

Assim, mesmo constrangidos pelas autoridades a permanecerem em seus estados de origem, diversos trabalhadores cruzaram os limites impostos. Outros, ou pela força das políticas arbitrárias que desejaram controlar os deslocamentos, ou por desejarem ficar perto da família, evitando igualmente as conhecidas dificuldades das longas jornadas interestaduais, foram trabalhar nas centenas de frentes de emergência instaladas pelo governo em todos os estados nordestinos. De um modo ou de outro, pode-se dizer que a instalação de construções públicas durante as secas da década de 1950 foi motivada por esses movimentos migratórios sob a justificativa de que era necessário empregar pobres que poderiam se dispersar.

29 Cf: REZENDE, 2012; PAZ, 2014.

NORTE × SUL: INTEGRAÇÃO, ARTICULAÇÃO DE REDES,
ESTIGMATIZAÇÃO DO MIGRANTE NACIONAL

A ideia de evitar o êxodo faz parte de um anterior projeto de integração nacional, no qual o caminho natural das correntes migratórias deveria ser sempre no sentido litoral-sertão, o contrário, como explana Verônica Secreto (2007, p.7), “era visto como um *erro histórico*”. O povoamento do interior é uma preocupação anterior ao Brasil republicano e remete aos tempos da América Portuguesa. Dessa forma, a “marcha para o Oeste”, organizada no primeiro governo Vargas, trouxe novamente à baila a preocupação com a extensão territorial do Brasil. Aliás, proposta que foi direcionada de forma contundente à ampla Região Amazônica e ao Nordeste.

O Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste, com efeito, faziam parte do Brasil sertanejo miserável, iletrado e atrasado, frente ao Brasil litorâneo soberbo, europeizado e erudito. Sob a argumentação de aproximar as distantes áreas fronteiriças, necessitadas de defesa e amparo aos moldes citadinos, ao restante do Brasil, foram implantados diversos projetos. Preocupados com a ocupação e o desenvolvimento, foram instaladas colônias agrícolas no Nordeste e na Amazônia³⁰. Além disso, ocorreu uma verdadeira cruzada com expedições de estudos e realização de diversas obras no interior do país, demonstrando, aliás, a presença do reflexo de uma antiga equação positivista do século XIX: conhecer, prever e agir.

Dessa maneira, com o retorno de Getúlio Vargas e seus ideais de integração e com a frenética incursão pelos sertões que marcou a gestão

30 Acontecimento que impactou a Amazônia, pouco lembrado pela historiografia nacional, mas que faz parte dos empreendimentos da “integração” inaugurados, desde a década de 1940, por Getúlio Vargas, foi a criação de cinco territórios federais. O objetivo era centralizar a administração desses espaços no governo federal para executar projetos com propósitos de ocupação, desenvolvimento e modernização de áreas de fronteiras. Juntamente com o Território Federal do Amapá (desmembrado do estado do Pará), foram criados mais quatro territórios federais por meio do Decreto-Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, todos em áreas de fronteira: Rio Branco, desmembrado do Amazonas; Guaporé e Ponta Porã, desmembrados do Mato-Grosso e Iguazu, desmembrados do Paraná e de Santa Catarina. Cf: BE-NEVIDES, 1946; LEAL, 2007.

de Juscelino Kubitschek, acreditava-se que era o momento de romper de vez com a mística da Amazônia dos “cenários maravilhosos” e “clima tórrido” (PAZ, 2014, p. 34-35), com as distâncias e “vazios” do Centro-Oeste e com o Nordeste árido e hostil. Esses lugares reforçavam, no discurso oficial, a antiga dualidade sertão-litoral, que tinha amparo em estudos políticos, científicos e literários. Conforme Secreto (2003, p. 19), tudo que não era litoral era sertão e as inserções no interior do Brasil deveriam equilibrar os desníveis existentes.

A necessidade de povoamento e fixação dos trabalhadores concorria para a ambicionada ocupação dos territórios do sertão do Brasil, tarefa tida como uma das mais importantes no projeto de integração nacional. No Ceará, a percepção das estiagens como fenômeno natural que tornava o lugar ainda mais atrasado pelo ambiente inóspito era algo que seria controverso, apenas de modo parcial, pelo uso do saber técnico-científico. Entretanto, embora considerado um meio sazonalmente inapropriado para viver e labutar, o governo não considerava o sertão nordestino tão vazio quanto outras áreas do Brasil. O medo era do despovoamento que as secas poderiam ocasionar. Por isso, as iniciativas eram organizadas mais no sentido de evitar o êxodo e fixar os trabalhadores em obras públicas pelo interior enquanto as calamidades da estiagem durassem.

Então, a integração de áreas ditas isoladas por meio do emprego dos trabalhadores em campos de obras tinha um valor incomensurável para o projeto de ocupação, fixação e desenvolvimento do interior do país. As obras contra as secas eram erigidas justamente em áreas relativamente isoladas do interior. Se as centenas de obras executadas em áreas distantes dos centros urbanos desejavam anunciar o progresso de uma região, evitar o êxodo e justificar o socorro do Estado aos pobres das secas, as barreiras instaladas nas fronteiras tinham o único objetivo de impedir a migração de nordestinos para outros estados.

A vigilância das fronteiras – com o controle das estradas por órgãos públicos como DNER e DNOCS, o policiamento e até mesmo exigência de um documento do DNI que definia a permissão para se deslocar – é uma clara evidência do uso da força coercitiva do Estado nos processos migratórios da década de 1950. Existia, entretanto, uma postura diferen-

ciada dos agentes públicos nos modos de lidar com os deslocamentos para o Norte e para o Sudeste. Embora existisse criação de postos de trabalho para ocupar mão de obra que poderia se dispersar e a baixíssima oferta de subsídios às famílias que desejavam sair dos seus locais de origem, um claro desinteresse das elites políticas e econômicas cearenses na migração de trabalhadores para manter reserva de braços e votos, havia um afrouxamento das negociações em benefício dos pedidos enviados por autoridades da Amazônia. Fora isso, rumo à Amazônia, não se observou o incisivo controle de portos e estradas nas fronteiras como ocorreu nos estados que limitavam o Nordeste ao Sudeste.

Acredita-se que isso ocorria em função de alguns fatores. Primeiro, deve-se considerar as densas relações existentes entre domínios políticos e econômicos do grande Norte, atual Nordeste e Amazônia. Organizadas administrativamente em províncias no período imperial, estados da atual Amazônia e Nordeste, das chamadas províncias do norte, mantinham estreitíssimos diálogos, inclusive quando a pauta principal eram os deslocamentos interprovinciais de pessoas do Norte seco para Amazônia. Além do mais, as autoridades públicas e particulares amazônidas, de certo modo, já estavam acostumadas a lidar com a problemática das migrações, secas e seus problemas sociais, em virtude das inúmeras experiências desde o séc. XIX.³¹

Segundo, deve-se considerar as diversas e antigas redes de parentesco construídas pelos próprios migrantes na Amazônia antes mesmo do clássico marco historiográfico da seca de 1877. De meado do século XIX até os anos 1950, milhares de pessoas escolheram esse destino em períodos de estiagens e fora deles. O horizonte de expectativas apresentado pelos mundos do trabalho na floresta; as experiências pregressas de familiares, amigos e conhecidos, ou simplesmente os boatos sobre as possibilidades de prosperidade; o amparo e a segurança de redes de solidariedade e parentesco; e as facilidades muitas vezes ofertadas por presidentes de províncias interessados em manter crescimento econômico, através da disponibilização da força de trabalho no pós-abolição,

31 Cf. CARDOSO, 2011; SECRETO, 2003; LACERDA, 2006.

para a labuta no interior da floresta, mas também na cidade, foram primordiais para conformar a cultura migratória de cearenses e outros nordestinos para a Amazônia. Tudo isso, certamente, impactou o afrouxamento das políticas de controle da migração para estados na Região Norte na década de 1950.

Depois, é importante ressaltar também o estigma relacionado ao migrante nacional no Sudeste, um sujeito portador de “morbus”, fadado, atrasado e “de cor”, em contraposição ao imigrante estrangeiro, considerado cientificamente e racialmente superior, inclusive por ser elemento branqueador. Os andrajosos pobres, maltrapilhos, adoentados e, em acréscimo, pardos ou negros, em sua maioria, ofendiam as urbanas, industrializadas e em desenvolvimento cidades do Sudeste. A estigmatização pela pobreza e fome também é observada em diversos momentos relacionada aos migrantes do Nordeste na Amazônia, entretanto, nem foi observada num discurso repulsivo e de política contrária ao recebimento desses migrantes, nem o elemento “cor” apareceu nas fontes consultadas até o presente momento referente aos estudos sobre os anos 1950.

De um modo geral, desde o fim do século XIX, disseminou-se a reprodução de imagens que associavam o sertanejo aos aspectos do meio árido tido como adverso, imutável, hostil. Além do mais, o infortúnio provocado pelas estiagens era apontado como potencializador das desgraças, tornando degenerada a população do sertão nas secas. Nesse universo, o migrante daqueles tempos ora era tomado como vítima apática, ora era apontado como trabalhador heroico. De qualquer maneira, ele sempre aparece em literaturas, memórias e outras obras, em meio a jornadas incríveis, fugindo da fome, sofrimento e morte, mas sem ter a menor definição sobre os próprios sentidos. Um elemento que, assim como qualquer animal, obedece a um estímulo natural de migrar quando a natureza não permite a alternativa de permanecer e se adaptar.

Essas feições, que têm como principal amparo a literatura e colocam o “retirante” no lugar da criatura que se movimenta passivamente, de forma “animada” e “ingênua”, também contribuíram para o atrelamento desses migrantes a animais em diferentes escritos. Romances como A

*fome, Luzia-Homem, Os cassacos*³², *O quinze, Aves de arribação e Vidas secas*,³³ por exemplo, propagam uma concepção fatalista na qual a aridez do sertão desgraa as criaturas, sendo a causa potencial dos males dos sertanejos. Além do mais, algumas dessas obras fazem comparações diretas de migrantes das secas com animais.

Em meados do século XX, termos como “endemia andante”, “esqueleto animado”, “flagelado”, “faminto” já eram frequentemente atribuídos ao migrante nacional da Região Nordeste. Tomados como parte da paisagem semiárida “vitimada” pelas secas, os “retirantes” passaram igualmente por um processo de forte desumanização, pareados aos outros elementos da fauna e da flora, ganhando outra alcunha, foram largamente chamados de cassacos, assemelhados ao bicho. Conhecido também como saruê, sariguê e mucura, o cassaco é um animal conhecido no interior do Nordeste como um bicho feio, fedorento e faminto, assemelha-se a um grande rato e é conhecido especialmente pelo rastro de odor nauseante que é deixado pelos caminhos que percorre, causando uma impressão asquerosa. Fora isso, com constante necessidade de comer, espera as melhores oportunidades para caçar, perturbando e deixando os olhares dos donos de pequenas criações atentos. Fome, feiura e fedor estão entre as possíveis marcas que o bicho emprestou ao trabalhador pobre em épocas de secas, especialmente posteriores a 1950.

O meio árido, a seca e a fome faziam parte de uma equação que, para muitos, sintetizava qualquer movimento que os pobres das secas faziam diante dos seus problemas, fosse uma ação associada ao atraso, à resignação, à insensibilidade e até à violência. A propósito, as menções literárias citadas anteriormente guardam como elemento comum a fome, fazendo crer que a escassez de comida aticava os impulsos mais animalescos dos indivíduos, colocando-os no mesmo nível de sobrevi-

32 Existem dois romances com o título *Cassacos*. *Cassacos* publicado, na década de 1930, por Cordeiro de Andrade e *Os Cassacos* publicado, em 1976, por Luciano Barreira, referindo-se à seca de 1958, então, utilizado de forma recorrente como fonte na minha pesquisa de doutorado.

33 TEÓFILO, 1979; OLÍMPIO, 1983; CORDEIRO, 1930; QUEIROZ, 1993; SALES, 1979; RAMOS, 1983.

vência puramente instintivo de um bicho. A necessidade primordial de alimento fez com que insistentemente os conflitos que envolviam o fator fome fossem vistos como mecânicos e espasmódicos. A historiografia, em acréscimo, mesmo às vezes o considerando como “trabalhador heroico”, durante muito tempo, contribuiu para o reforço de tal estigma, reservando ao migrante nortista o espaço da vitimização e da apatia, fosse pelas representações construídas, fosse pelo estabelecimento de marcos historiográficos intransponíveis, fosse pelo, às vezes, proposital e equivocado engessamento que separa os migrantes nacionais dos europeus – e seu suposto lugar privilegiado, da agência e da força motora da modernização.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BENEVIDES, Maria Victória. “O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.
- CÂNDIDO, Tyrone. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos na fronteira do trabalho (1877-1919)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- CAMARGO, Aspácia. *O Nordeste e a Política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CASTRO, Lara de. “Avalanches de flagelados” no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010. (Série Conviver nº. 12).
- FERREIRA, Lara V. de Castro. *Enxadas e Compassos: Seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista. (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889-1916)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 2006.
- LEAL, Maura. *A (onto)gênese da nação nas margens do território nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

- MONTEIRO, Renata Felipe. *Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude do Cedro (1884-1906)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Fortaleza, 2012.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- NEVES, Frederico de Castro. *Curral de bárbaros: Os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)*. *Revista Brasileira de História* 15, n. 29, 1995, p. 97.
- OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1983.
- PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014.
- PFAFF, Christine. “Happy Days” of the Depression: The Civilian Conservation Corps in Colorado. *Colorado Heritage*, p. 31-39, Spring 2001.
- PFAFF, Christine. *The Bureau of Reclamation’s: Civilian Conservation Corps Legacy*. US Department Of Interior. Bureau of Reclamation, Denver, Colorado, 2010.
- QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 52. ed. São Paulo: Siciliano, 1993.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 51. ed. São Paulo: Record, 1983.
- REZENDE, Vinícius Donizete de. *Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980)*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP). Campinas, 2012.
- RIOS, Kênia Souza. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder*. Fortaleza museu do Ceará/SECULT, 2002.
- RIOS, Kênia Souza. *O tempo por escrito: sobre lunários e almanaques*. In: SALMOND. John A. *The Civilian Conservation Corps and the Negro*. *The Journal of American History*, v. 52, n. 1, p. 75-88, jun. 1965. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1901125>. Acesso em: 21 jan. 2015.
- SALES, Antonio. *Aves de arribação*. Rio de Janeiro: José Olympio. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.
- SECRETO, María Verónica. *Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. Trajetos. V.IV. Dossiê: trabalho, trabalhadores*, Fortaleza, Departamento de História da UFC, 2003.
- SECRETO, María Verónica. *Soldados da Borracha. Trabalhadores entre*

- o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SILVA, Jeovah Lucas da. *As Bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- SOUZA, Robério dos Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos *Canteiros da Estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas”, os engenheiros civis e as obras públicas: Inspetoria de Obras contra as Secas – IOCS e a construção do Açude Tucunduba (1909-1919)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- SOURCE, Eric Gorham. *The Ambiguous Practices of the Civilian Conservation Corps*. *Social History*, v. 17, n. 2, p. 229-249, May 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4286017>. Acesso em: 21 jan. 2015.
- TEÓFILO, Rodolfo. *A fome: Violação*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA
MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA DO
SÉCULO XX¹

*Sidney Lobato*²

INTRODUÇÃO: AMAZÔNIA, UMA REGIÃO DE MIGRANTES

Na sua “Introduction générale” à coletânea de textos intitulada *Les théories de la migration*, Victor Piché (2013, p. 17) destacou que, ao longo do século XX, dois modelos teóricos foram predominantes na produção científica relativa à migração: um fundado numa abordagem funcionalista centrada na ideia de interesse individual e outro baseado no enfoque macroestruturalista, de inspiração marxista. Este último modelo tornou-se mais influente na Europa, enquanto o primeiro ganhou força nos Estados Unidos. O organizador de *Les théories de la migration* reconhece, e até justifica, a ausência nesse livro de autores da periferia do “sistema-mundo”, afinal, ele destaca: “si les pays et régions de la périphérie ont produit des corpus spécifiques à chacun d’eux, ils ont le plus

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista *Fronteiras do Tempo* (nº 5, 2014, p. 11-26).

2 Professor Associado I da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio de pós-doutorado em História na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris).

souvent fait référence aux recherches des pays du centre”. Certamente, supor que os estudos migratórios do sul global são um mero exercício de mimetismo explicativo não faz justiça ao que aí se tem feito. Assim como não é correto creditar como principal mérito das pesquisas nacionais e regionais a “validation des schèmes dominants”.

Por outro lado, os estudos que nas duas últimas décadas têm analisado as migrações em escala global – sensíveis às assimetrias econômicas, militares e políticas entre os Estados nacionais – voltam seu interesse sobretudo aos movimentos no sentido sul-norte (COHEN; SIRKECI, 2011; WENDEN, 2013). Impera aí o pressuposto de que é em decorrência de fatores econômicos que vultosos deslocamentos populacionais ocorrem. Sem desconsiderar a validade desse modelo para o entendimento de muitas trajetórias de migrantes, é fundamental colocar em evidência a pluralidade de formas migratórias. Compreender a diversidade de regimes de migração exige um olhar interessado pelas experiências das margens, incluindo os deslocamentos no sentido sul-sul, em diferentes escalas. Essa é uma das razões que nos levaram a focar a historiografia que trata da migração ocorrida na Região Amazônica ao longo do século XX.

A história da Amazônia brasileira foi marcada por muitas migrações. No século passado, os movimentos populacionais promoveram uma grande reconfiguração ocupacional dessa enorme parte do Brasil. Com a abertura de novas frentes de trabalho e de ocupação, a partir da década de 1950, a migração ganhou grande fôlego. O aparecimento de grandes eixos rodoviários – as rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém e outras – favoreceu a formação de vilas e cidades na parte sul da Região Amazônica (CARDOSO; MÜLLER, 1977; HÉBETTE, 1991; BROWDER; GODFREY, 2006; HUERTAS, 2009). Esses novos núcleos, diferentemente de quase todos os anteriores, não estavam polarizados em Belém e em Manaus, mas sim nas metrópoles do Centro-Oeste e, principalmente, do Sudeste. Os grandes projetos agroindustriais surgidos na década de 1970 ensejaram uma ocupação mais fragmentária, dispersa e desarticulada do espaço regional, além de uma rápida concentração de migrantes nas chamadas *company towns* (TRINDADE; ROCHA, 2002). Porém, o grande número de trabalhadores

que não encontrou aí acolhida ensejou a improvisação de assentamentos sem qualquer infraestrutura ou rede de serviços. Assim, concomitantemente, a Amazônia ganhou um perfil predominantemente urbano e novas formas de contraste social.

Mais de uma vez, ao longo dos últimos cem anos, agências estatais planejaram mudar o histórico perfil demográfico brasileiro por meio do controle do fluxo das populações. Antes mesmo da década de 1950, os agentes governamentais da Era Vargas defenderam a ideia de que o direcionamento das correntes migratórias corrigiria os problemas que o povoamento anterior havia criado. Problemas como a grande concentração de habitantes na faixa litorânea, que contrastava com a rarefeita presença humana nos imensos sertões (CABREIRA, 1996). Foi em torno da questão do fornecimento de borracha para os EUA que se formou a maior onda migratória para a Amazônia de meado do século XX. Levantamentos oficiais estimam que, entre 1941 e 1945, 55.339 nordestinos para aí se deslocaram – 36.280 “soldados da borracha” e 19.059 dependentes (MARTINELLO, 1985, p. 364). O vale amazônico, então, estava conectado aos dilemas das forças aliadas e ao movimento transnacional (de: pessoas, matérias-primas, aeronaves, navios, submarinos, alimentos...) gerado pela guerra (Garfield, 2013). Ao mesmo tempo, o governo de Getúlio Vargas apresentava essa empreitada como uma solução para “problemas nacionais”: a ocupação e a colonização de “espaços vazios” (SECRETO, 2007).

No último século, portanto, vigorosos movimentos migratórios estabeleceram e consolidaram novas conexões e territorialidades no Norte do Brasil. Ressaltamos, contudo, que essas mudanças não resultaram somente dos chamarizes da guerra ou da iniciativa estatal. Deslocamentos humanos foram realizados mesmo na ausência ou à revelia de móveis estruturais e governamentais. Eis um aspecto que quase não foi analisado nos estudos sobre a migração na Amazônia. Tendo em vista esta e outras questões (expostas adiante), o objetivo deste texto é fazer um balanço da historiografia que trata da migração ocorrida no espaço amazônico durante o *curto século XX* – da Primeira Guerra Mundial até o início da década de 1990 (HOBBSBAWM, 1995, p. 5-14) –, destacando seus principais pressupostos, teses e

debates.³ Não temos a pretensão de realizar um apanhado exaustivo do que foi publicado sobre o referido tema. O foco aqui é a identificação das grandes matrizes interpretativas, que nortearam e continuam norteando muitas pesquisas. Escapa também do nosso escopo a produção historiográfica sobre a migração internacional na chamada Pan-Amazônia. Tema que, pela envergadura e complexidade, merece estudo próprio, o que, aliás, tem sido feito por outros autores.⁴ Nossos olhos agora se voltam para o que foi escrito sobre os movimentos intra e inter-regionais. Movimentos que tiveram como origem e/ou destino a chamada Amazônia brasileira.

O PÊNDULO DO OTIMISMO ENTRE CABOCLOS E NORDESTINOS

Até o presente momento, as transformações demográficas da Amazônia brasileira decorreram muito mais de migrações inter-regionais do que de deslocamentos internacionais. No livro *Aspecto demográfico-social da Amazônia brasileira*, publicado em 1960, José de Souza Bitencourt (1960, p. 46) afirma o seguinte: “o povoamento da Amazônia está pois quase reduzido a movimentos migratórios internos de caráter acidental”. Estudos mais recentes apontam que ainda é percentualmente muito pequena a participação de estrangeiros na população do Norte (ARAGON, 2012, p. 15-59). Arthur Cézár Ferreira Reis, em texto da década de 1960, destaca que, em geral, os esforços estrangeiros de ocupação do vale amazônico não alcançaram sucesso maior, diferentemente dos brasileiros. Reis (1966, p. 290) argumenta que

O problema a examinar, portanto, não é o da possibilidade da ocupação humana da Amazônia, mas de quais tipos humanos nela se poderiam instalar

3 Adotamos neste texto uma concepção bastante flexível de historiografia, que inclui ensaios literários, estudos sociológicos e pesquisas históricas profissionalizadas.

4 A esse respeito, destacamos as seguintes obras coletivas: Aragon (2009) e Silva (2012).

para elaborar um sistema de vida que não fôsse apenas aquêle do regime tribal e da utilização imediatista e simplista dos recursos naturais que a técnica e o instrumental bisonhos autorizaram.

A migração era então percebida à luz das possibilidades de superação do chamado “atraso” amazônico. Estava em curso a execução de um projeto de valorização econômica, que possuía um fundamento ideológico etnocêntrico, ou que não tinha como meta simplesmente responder às demandas internas da heterogênea sociedade regional. Seu objetivo era mais ambicioso: reorganizar a vida com base em novos valores e hábitos. Por exemplo, a valorização da produção em grande escala levava intelectuais e técnicos do governo federal a reprovar a falta de ambição – leia-se desejo de acumular riquezas – de muitos ribeirinhos, que produziam principalmente para o próprio consumo. As práticas tradicionais de cultivo e de extrativismo florestal das populações locais eram classificadas como primitivas e inadequadas à aceleração do crescimento dos índices econômicos da Amazônia (LOBATO, 2016; MESSINA, 2016).

A questão dos tipos humanos mais adequados ao intento da modernização regional também pressupunha que o Brasil era um arquipélago cultural, composto por ilhas de tipos socialmente distintos e, por vezes, contrastantes. Arthur Reis argumenta que da forma desordenada como se processou a ocupação do interior “resultou a dispersão humana e, com ela, o surgimento de núcleos isolados socioculturais” (REIS, 1966, p. 7). Grande parte da retórica regionalista que permeou o debate sobre os movimentos migratórios inter-regionais brasileiros baseava-se nessa ideia, que eludia aspectos como: a heterogeneidade interna das chamadas populações regionais; as frequentes interações entre habitantes de áreas classificadas como isoladas; e as transformações permanentes de identidades então percebidas como estanques.

Filho de um homem que fora migrante e ex-gerente de seringal, o sociólogo Samuel Benchimol iniciou, em 1943, a produção de uma série de mais de cem entrevistas com nordestinos recém-chegados a Manaus. O claro objetivo de sua investigação era “observar o imigrante isolado para depois agrupá-lo com objetivo de tipificá-lo”. A busca do migrante típico resultava do compromisso do pesquisador com a ideia

de Brasil-arquipélago. Tal pressuposto orientou a definição da metodologia de pesquisa que ele adotou: “nossas regras e precauções eram as mais fáceis e simples: penetrar primeiro a fundo na vida de cada um imigrante entrevistado, tirando dele a sua história e a sua experiência que precisávamos para reconstituir a mentalidade do tipo”. Benchimol classificou o nordestino como um aventureiro, que, com pés nervosos, concorrera para a expansão territorial do Brasil. Opôs esse tipo ao caboclo, homem afeito às úmidas ou alagadiças terras, à canoa lenta e à preguiça farta (BENCHIMOL, 1992, p. 7-62).

A comparação entre o adventício nordestino (com destaque para o cearense) e o caboclo autóctone dominou, na primeira metade do século XX, o debate sobre a vinda de migrantes para a Amazônia. Ainda muito comprometidos com os determinismos raciológicos e mesológicos oitocentistas, os ensaístas que participaram desse debate ora pendiam para o elogio ao nordestino, em detrimento do caboclo, ora para o contrário (LIMA, 1999, p. 5-32). *Terra imatura*, livro de Alfredo Ladislau, lançado em 1923, postula que o ambiente selvagem da Amazônia não ensejara que aí se formasse uma vigorosa cepa de homens, capazes de domar os impetuosos humores naturais para gerar o progresso econômico. Nas palavras dele: “O juízo dominante, emitido a cada passo, sobre as qualidades moraes e physicas dos mestiços da Amazonia, englobados indifferentemente, sob as designações de caboclos e tapuios, é que elles são, em sua totalidade, fracos e indolentes, broncos e alcoólatras”. Segundo Ladislau, estas características eram resultado da fusão “daquelles fracos e degenerados elementos raciaes” que deram origem ao caboclo: os mongólicos e os malaios. Esse ensaísta argumentou, então, que a solução para o problema da imaturidade regional era o advento de uma raça forte: o migrante nordestino. Este era apresentado como a antítese dos descendentes dos povos indígenas (LADISLAU, 1925 [1923], p. 71-72).

Treze anos depois, Vianna Moog afirmou em tom de protesto: “Já é tempo de fazer justiça aos verdadeiros caboclos do vale amazônico, até agora mais ou menos estudados em confronto depreciativo com o cearense dos altos rios”. Ele argumentou que os caboclos “genuínos” eram os mamelucos, recuperando assim uma conceituação que Ladislau negligenciara. Influenciado pelo otimismo em relação ao mestiço,

que ganhara força a partir da década de 1920, Moog argumentou que o caboclo somava as qualidades de brancos e índios, um hibridismo que o habilitava a viver vitoriosamente na Amazônia. O autor de *O ciclo do ouro negro* caracterizou a presença do nordestino nessa região como fruto da cobiça. Por isso, tal presença definhava junto com a queda da lucratividade dos produtos regionais. Diferentemente, enfatizou Moog, o caboclo, pouco ambicioso, permanecera no vale amazônico, mesmo nos momentos economicamente mais desfavoráveis (MOOG, 1936, p. 86-87).

Chefe do Departamento de Migrações do Instituto Nacional de Imigração e Colonização do governo federal (Inic), Alcino Teixeira de Mello, em 1956, apontou o estado incipiente de desenvolvimento socioeconômico regional como sendo a verdadeira causa da dificuldade de adaptação do nordestino na Hileia amazônica. Esse ensaísta ressaltou que “pertencendo embora a fase superior da civilização, [o sertanejo do Nordeste] teve que contrariar seus próprios instintos e desprezar as influências sócio-econômicas de sua herança, para adaptar-se a um estado selvagem e inferior, e praticar primitiva economia florestal”. E advertiu: “Essa adaptação, porém, era contra seus fundos hábitos adquiridos e, em consequência, nunca poderia ser completa”. Mello defendeu a combinação da atividade extrativista com a agricultura. Uma vez que o nordestino era mais afeito a essa última, fomentá-la poderia concorrer para a sua fixação (MELLO, 1956, p. 23).

A figura do manso (migrante plenamente adaptado) em oposição ao brabo (recém-chegado) é recorrente na literatura (canônica e marginal) que discute a migração a partir do postulado dos tipos culturais. Podemos retomar, nesse atinente, à citada obra de Arthur César Ferreira Reis, nela o migrante vindo do Nordeste é percebido como alguém que, no vale amazônico, passou por uma completa adaptação: sendo vencido pelo meio, não pôde ele atuar como fator de transformação do perfil socioeconômico regional. Nas palavras desse historiador:

mestiços, os nordestinos trouxeram para a Amazônia uma contribuição magnífica, quantitativa, sem que, todavia, houvessem modificado a paisagem com um maior domínio sobre o meio geográfico. Adaptando-se-lhe, como os caboclos nativos, aceitaram-no na agressividade por que o

encontraram [...]. Asseguraram à região uma projeção ímpar nos quadros da riqueza nacional. Agentes, porém, como os caboclos nativos, que não lhes embaraçaram a penetração, com êles confraternizando, e a cujos ensinamentos como autênticos sabedores dos segredos do meio ambiente recorrer sempre, agentes, dizíamos, de uma economia destrutiva, de exploração pura e simples do que a natureza estava proporcionando, não contribuindo para assegurar [a] transformação do novo espaço, a que se submetiam, ao em vez de dominá-lo (REIS, 1966, p. 261).

Reis lançou a questão do tipo de migrante que mais poderia ajudar a alavancar a valorização econômica do Norte. Mas, observando o conjunto de seus escritos (ou boa parte dele), percebemos que tal problema não está no cerne, no núcleo de sua argumentação sobre o “atraso” regional. Apesar de, na década de 1960, flertar com a lusotropicologia de Gilberto Freyre, Arthur César Ferreira Reis postulava que a chamada elevação do nível social e econômico da Amazônia não seria um mero desdobramento dos influxos culturais dos habitantes dela. A força do meio e da tradição não era capaz de resistir ao emprego da técnica, das formas dirigidas da intervenção humana. Somos, então, transportados para a seara da política, para nela nos depararmos com o elogio à ação disciplinadora do Estado (LOBATO, 2009).

A MIGRAÇÃO NOS ESCRITOS DOS APOLOGISTAS DO ESTADO FORTE

No início dos anos 1930, formou-se uma atmosfera de grandes mudanças na sociedade brasileira, cujo substrato eram os processos de urbanização e de industrialização, bem como a nova política desenvolvimentista que o Estado engendrava no Brasil. O projeto varguista de criação de um novo homem nacional não se fundamentava em medidas raciológicas, como a busca pelo branqueamento, mas na ampliação do intervencionismo do Estado para áreas como educação e medicina social (GOMES, 1982, p. 152). Ou seja, as diretrizes do governo federal não mais se baseavam na ideia de que o atraso socioeconômico brasileiro era causado

pela inferioridade racial do mestiço. Porém, emergiu, no bojo desse discurso otimista, outra modalidade de inferioridade: a cultural. Esta se traduzia na classificação das formas de sociabilidade e de produção não regidas pela racionalidade instrumental como práticas atrasadas e primitivas, que, portanto, deveriam ser atacadas por meio de intervenções do Estado no mundo da vida.

O historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis, em diversos livros publicados a partir de 1931, atribuiu o “atraso” da Amazônia ao descaso dos representantes do Estado liberal, supostamente vigente na Primeira República. Esse descaso teria feito com que a região ficasse à mercê dos poderes locais. Esses poderes – constituídos por seringalistas decadentes e latifundiários – *não reuniam as condições necessárias para alavancar o desenvolvimento econômico regional*. A obra de Arthur Reis não escapava das tensões em torno da crise do liberalismo no Brasil e no mundo. Insatisfeito com o Estado mínimo liberal, esse historiador destacava o papel civilizador do Estado. A ação estatal teria como diretriz a constituição de uma ordem socioeconômica capitalista na Amazônia, por meio de uma obra técnica. E “técnica porque não pode ser promovida mantendo-se os sistemas de rotina até então em uso na região” (REIS, 1957, p. 113).

Em meado do século XX, toda a Região Amazônica era vista pelos intelectuais orgânicos das classes dirigentes nacionais como um imenso espaço a ser ocupado e valorizado. Transformar esse espaço numa grande fronteira agrícola tornou-se, então, uma importante meta governamental. A agricultura que se queria implantar aí não era aquela tradicional e voltada principalmente para a subsistência familiar ou comunitária, mas a regida pelas modernas técnicas de cultivo e geradora de volumosos excedentes comercializáveis. Essa atividade econômica, além de possibilitar a integração da região aos grandes mercados brasileiros, geraria uma sociedade plenamente sedentária e, graças às modernas técnicas agrônômicas, não subservientes às imposições da natureza. Para tanto, a migração bem dirigida deveria canalizar trabalhadores para colônias agrícolas.

Em *Introdução ao estudo da Amazônia brasileira* (livro lançado em 1950), Osório Nunes propôs que os movimentos migratórios fossem descolados dos sucessos do extrativismo. Sucessos que ensejavam “repartições de emergência”. Nunes aconselhou:

Seria adequado que os órgãos de administração local, e regional, bem assim o plano de valorização da Amazônia adotassem medidas capazes de assegurar interesse ao trabalhador nacional, convidando-o a procurar o extremo norte para a edificação de economia estável e compensadora.

Em seguida, o autor sugeriu uma série de alternativas às atividades coletoras: colonização agrícola, pecuária, piscicultura, silvicultura e outras. E, por fim, advertiu que sem uma política imigratória de “grande visão” não se poderia multiplicar e revigorar as energias de um mundo “em que a civilização ainda está na sala de visitas” (NUNES, 1950, p. 132-133).

Na década de 1950, o Plano de Colonização para a Amazônia foi elaborado pela Sub-Comissão de Produção Agrícola da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea). Adriano Menezes foi um dos seus elaboradores e publicou, em 1958, o livro *O problema de colonização da Amazônia*. Nele, Menezes argumentou que o nordestino não se radicou nessa região porque veio a ela com o objetivo de se dedicar ao extrativismo, uma atividade que não cria vínculos definitivos entre o homem e a terra: “Verificamos que a presença do Nordeste [sic.], na Amazônia, até os nossos dias, é consequência de três fatores: a borracha, a seca e a guerra. Triste conclusão”. O autor acreditava que a agricultura – atividade que “prende o homem ao solo” – não despertava o interesse espontâneo do cearense e defendia, então, uma intervenção mais enérgica dos governos, no sentido de vincular o movimento migratório ao projeto de colonização em curso (MENEZES, 1958, p. 39-41).

Lúcio de Castro Soares tinha um entendimento com mais nuances do que aquele expressado por Menezes. Autor de textos muito citados, Lúcio Soares também afirmou que a produção de borracha no vale amazônico foi algo sempre marcado pela instabilidade social e econômica. Porém, acrescentou que nem todos os trabalhadores nordestinos deslocados para o Norte concorreram para robustecer o *rush* gomífero. Nas palavras dele:

o povoamento e a colonização da Amazônia Brasileira não se deveu somente ao afluxo do elemento nordestino atraído pelo extrativismo da borracha. Não há dúvida que grande parte, senão a maior parte, da ocupação humana da terra amazônica foi levada a efeito pelo nordestino que abandonou os

seringais nas épocas de desvalorização do látex. É preciso, todavia, considerar que numerosos contingentes humanos vieram também do Nordeste, encaminhados pelo governo diretamente para o trabalho agrícola, a fim de produzir alimentos, não só para as populações seringueiras – impedidas de plantar para a própria subsistência, dada a atividade eminentemente extrativista que a todo tempo se dedicavam – como também para abastecer as populações urbanas em crescimento, e libertá-las da onerosa e irregular importação de alimentos de outros pontos do país (SOARES, 1963, p. 123-124).

Lúcio Soares rompeu com a aparentemente inextrincável ligação entre migração nordestina e extrativismo. Postulou, portanto, que o direcionamento estatal das ondas de migrantes para a colonização não era um mero anseio ou prospecto, mas uma experiência já executada, e comprovadamente possível. Um consenso existente entre os intelectuais abrigados nas várias agências criadas pelo governo federal, a partir de 1930, era o de que a superação do “atraso” amazônico significava a substituição do predomínio do extrativismo por atividades econômicas consideradas mais reguláveis e promissoras – mormente a agricultura. Outro consenso era o de que tal superação somente seria possível se as energias e atores sociais fossem direcionados pelo Estado. A defesa de uma política desenvolvimentista draconiana baseava-se, recorrentemente, na avaliação negativa de períodos tidos como hegemonicamente liberais. Ainda muito influentes na década de sessenta do século XX, os intelectuais que assim pensavam perderam espaço, na década seguinte, para aqueles que começaram a fazer uma análise mais circunscrita dos vários aspectos da atuação do Estado e do capital (nacional e internacional) na Amazônia.

A VEZ DOS PROFISSIONAIS DA PESQUISA SOCIOLÓGICA

Uma das “batalhas surdas” travadas na década de 1960, segundo Otávio Guilherme Velho (1982, p. 11; p. 15), foi a afirmação da pesquisa profissionalizada contra o “padrão bacharelesco de trabalho intelectual”. O poder de ditar o modelo oficial de escrita nas Ciências Humanas mudou quase totalmente de mãos até o início dos anos 1980. O padrão derrotado

foi assim caracterizado por Velho: “Na situação anterior estabelecia-se uma certa convivência aristocrática pela qual em um círculo limitado coexistiam tendências variadas, embora entrecruzando de formas surpreendentes e arbitrárias do ponto de vista de quem, hoje, olha para trás”. Durante o período de hegemonia do ensaísmo tradicional, pontificavam autores como Arthur Reis, cujo reconhecimento advinha dos comentários elogiosos de alguns críticos renomados, difundidos pela imprensa e pelas agências governamentais. Na década de 1970, os louros da vitória vieram recair nas mãos dos jovens programas de pós-graduação, em que eram defendidas e debatidas teses que analisavam aspectos específicos das experiências sociais. O padrão “ascético” e produtivista desses programas privilegiava: a pesquisa empírica; os objetos de estudo bem delimitados; a recusa às discussões teóricas e filosóficas não justificadas pela pesquisa; a constante exploração de fontes primárias; a definição rigorosa de categorias de análise; o atrelamento das investigações individuais a projetos coletivos (VELHO, 1982, p. 14).

Otávio Velho identificou seu livro *Capitalismo autoritário e campesinato* (originalmente uma tese de doutorado em Sociologia, defendida na Universidade de Manchester, no ano de 1973) como representativo desse momento de inflexão. Aí, Velho pretendeu analisar as possíveis relações entre o que ele chamou de capitalismo autoritário e os processos de ocupação de fronteiras (“áreas novas” ou amplas áreas com “terras livres”).⁵ Ele enfocou a ocupação do flanco oriental da Amazônia legal, levada a cabo pelo deslocamento de um grande conjunto de “camponeses marginais” (agricultores que produziam para o autoconsumo), que migraram pressionados pela combinação das secas com a crescente concentração fundiária ocorrida no Nordeste. Segundo Velho, essa agricultura camponesa dos limites entre Pará e Maranhão foi integrada ao mercado consumidor do centro-sul por meio da rodovia Belém-Brasília, construída pelo governo de Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 1950 (VELHO, 1979, p. 197). De acordo com o autor de

5 Consideramos essa noção de “terras livres” problemática, pois negligencia a existência de vários povos indígenas nas áreas em foco (RIBEIRO, 1996, p. 241-253).

Capitalismo autoritário e campesinato, assim o Estado promovia a desmarginalização da massa camponesa rechaçada pela *plantation* nordestina. Otávio Velho chegou a supor que essa integração vertical geraria um neocampesinato, caracterizado pelo predomínio da produção voltada para o mercado e pela diferenciação social interna (existência de sub-classes mais e menos empreendedoras).⁶

6 Num debate que tomou forma ao longo de várias décadas, as relações possíveis entre desenvolvimento capitalista e campesinato foram objeto de várias teses. Diferentemente dos populistas russos do século XIX – que viam no campesinato as qualidades essenciais à revolução socialista (a antítese do capitalismo) –, Lenin e Kautsky acreditavam que, na Rússia, os camponeses passariam por um processo de integração à lógica mercantil, que geraria uma diferenciação entre eles, algo oscilante entre empreendedores rurais e proletários de grandes e absorventes propriedades (LENIN, 1985; KAUTSKY, 1986). Alexandre Chayanov, por outro lado, defendeu que o campesinato era portador de uma racionalidade diferente daquela do capitalismo, pois visava precipuamente à reprodução da família – o que se atingia por meio do trabalho (bastante ampliável) familiar (CHAYANOV, 1985). Portanto, enquanto Lenin e Kautsky davam ênfase à integração dos camponeses ao capitalismo, Chayanov destacava a lógica interna da produção camponesa, que permitia esta sobreviver mesmo em condições muito adversas ao capital. Otávio Velho buscou apoiar-se em autores conhecidos por terem um posicionamento que mesclava essas duas posições, tais como Boguslaw Galeski, Jerzy Tepicht e Teodor Shanin. Com base neles, Velho afirma: “A solução teórica para essa aparente ambiguidade talvez resida em não se perder de vista que o modo de produção camponês se define não só por suas características endógenas, entre as quais a exploração familiar como unidade típica, mas por ser *subordinado*, sofrendo ao mesmo tempo a influência do dominador e uma ausência de alternativas provocada pelas pressões ‘exógenas’ que o fazem subordinado e às quais de alguma forma opõe resistência” (VELHO, 1982, p. 64 [o texto “Modos de desenvolvimento capitalista, campesinato e fronteira em movimento” foi originalmente publicado em 1972]). Numa resenha sobre o livro *Capitalismo autoritário e campesinato*, Moacir Palmeira questiona essa argumentação eclética de Velho: “A subordinação não exclui, portanto (e daí fala-se em modo de produção), regras próprias, diferentes daquelas que regem outros modos de produção. Como conciliar isso com a concepção do campesinato como uma protoburguesia que Otávio Guilherme Velho também avança? Onde fica a especificidade dessas regras se, no momento em a subordinação é suspensão, o campesinato aparece *ipso facto* como uma burguesia – talvez sem os ares ‘civilizados’ de uma burguesia citadina, mas burguesia. Como juntar esse tipo de concepção com aquela que o próprio Otávio Guilherme avança, no final do capítulo III, a respeito

Enquanto Velho dava ênfase à forma como a intervenção estatal integrara “camponeses marginais” à dinâmica capitalista, Octavio Ianni tentava explicar como o avanço do capital provocara a proletarização do campesinato amazônico, na segunda metade do século XX.⁷ Em *A luta pela terra* (livro lançado em 1978), Ianni mobilizou conceitos oriundos do materialismo histórico para construir uma das mais influentes teses sobre as migrações internas da Amazônia: a da dissolução do campesinato dessa região pelo fechamento da fronteira agrícola. Para Ianni, a abertura de grandes estradas motivou a corrida por terras marginais que passaram a ser mais e mais apropriadas por especuladores e por empresas agropecuárias: “A terra começara a ganhar novas formas sociais, devido à penetração do capitalismo em áreas de terras devolutas, latifúndios antigos e recentes, nos quais se produzia principalmente para o autoconsumo”. Nesse avanço, empresas agropecuárias e particulares iniciaram investidas pela aquisição de títulos de terras até então ocupadas por posseiros. Expropriados de seu principal meio de produção, esses agricultores transformaram-se em peões, ou partiram em buscas de novos meios de sobrevivência – em cidades, colônias, garimpos ou projetos de exploração mineral (IANNI, 1979 [1978], p. 90-150). Essa tese ganhou ampla ressonância, dentro e fora dos círculos acadêmicos.⁸ A migração passou a ser explicada pela atuação combinada do Estado e do capital (classes proprietárias).

Um pouco depois, o sociólogo José de Souza Martins detectou na *fronteira* um conflito ostensivo em torno da questão fundiária. Martins (1997, p. 177) argumenta que, diferentemente do que Ianni previu no

das implicações de pensar o campesinato como modo de produção sobre as noções de ‘feudalismo’ e ‘modo de produção asiático’: também aí o campesinato seria uma protoburguesia?” (Palmeira, 1978).

7 Velho afirmou, em entrevista publicada no final de 1978, que sua “tendência natural” era de “relativizar a ideia da proletarização exatamente na medida em que [ela enquanto tema] apareceu com muita força na literatura”. E, quando perguntado sobre a participação dos assalariados rurais nos sindicatos do campo, ele respondeu: “Isso aí eu não tenho experiência nessa direção” (Velho, 1982, p. 107, 121).

8 São exemplos de estudos que seguem essa linha argumentativa: Foweraker, 1982; Comissão Pastoral da Terra, 1997; e Loureiro & Pinto, 2005.

final dos anos 1970, o campesinato amazônico não se resignou diante da destruição dos seus meios de sobrevivência, nem se limitou à exígua acomodação ou proletarização. Martins ressalta que os camponeses da região que Ianni estudou – e os das regiões vizinhas –, “em vez de sucumbirem ou de se renderem, vêm demonstrando uma persistente capacidade de resistência à violência dos grandes proprietários de terra”. Ele percebe ainda a existência de várias faixas de datação histórica na *fronteira*: de um lado as populações indígenas (que estão “no limite da História”); e de outro os camponeses, os peões e os empresários (inseridos “diversamente na História”). Esses tempos históricos diferenciados e reunidos teriam ocasionado frequentes e recíprocas incompreensões (MARTINS, 1998, p. 681-682).

José de Souza Martins foi reconhecido por Leonarda Musumeci como o mais influente defensor da *tese dualista*. No livro *O mito da terra liberta*, ela argumenta que “Em boa parte dos trabalhos de cientistas sociais sobre a temática da *fronteira* e do pequeno produtor na Amazônia afirma-se que o camponês-posseiro tem uma concepção não mercantil, não capitalista da propriedade da terra”. A radical oposição entre comunitarismo camponês e individualismo capitalista é a base do que Musumeci chamou de *tese dualista*. A partir da observação e descrição das atividades produtivas dos camponeses do povoado maranhense Barro Vermelho (1978), ela fez as seguintes críticas aos “estudos dualistas”: muitos camponeses das áreas de expansão já tinham uma visão mercantil da terra; grupos campesinos possuíam vínculos profundos com o capital mercantil-usurário; para além da subsistência, os camponeses tentavam acumular e reproduzir determinados padrões de vida e consumo; a visão dualista não resultava de uma rigorosa análise científica, mas da percepção idealizada da *terra liberta* como lócus de um “socialismo utópico” (MUSUMECI, 1988, p. 15-55).

José de Souza Martins apresentou sua tréplica no livro *Fronteira*. Sobre *O mito da terra liberta*, Martins comentou:

Apesar do seu estudo se referir a um único povoado camponês do Maranhão, em que já não há senão remanescentes sociais da situação de fronteira, a autora o toma como típico da ampla e diversificada situação

de fronteira e questiona desevolva e fartamente interpretações relativas ao tema, que têm como referência um âmbito mais amplo e complexo.

Por fim, esse sociólogo reafirmou sua tese, ressaltando que “o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social” (MARTINS, 1997, p. 148).

MIGRANDO DE VÍTIMAS A SUJEITOS

Os escritos de José de Souza Martins se situam num contexto de grandes mudanças nas Ciências Sociais no Brasil. A partir do final dos anos 1980, “cidadania” passou a ser uma das palavras mais presentes no vocabulário político brasileiro. A abertura e a ampliação de espaços de efetiva participação política ajudaram a fortalecer o interesse pelas formas de resistência dos dominados ou subalternizados. Consolidou-se no campo historiográfico a guinada no sentido de focar as ações da classe trabalhadora, em detrimento da maior atenção até então dada à história das “grandes personagens” e das estruturas socioeconômicas. E. P. Thompson foi um dos autores que mais influenciaram os pesquisadores brasileiros na construção dessa “história vista de baixo” (MATTOS, 2012, p. 205-263).

Após o término da Ditadura Militar, cientistas sociais e historiadores também iniciaram um esforço para entender as ambiguidades da democracia que se estava construindo no Brasil, e que ainda era permeada por práticas autoritárias (ROVAI, 1997, p. 273). Os estudos passaram então a tentar traçar a genealogia de tais práticas. Em livro que enfoca a mobilização de trabalhadores rurais no Brasil, durante o Estado Novo, o historiador Alcir Lenharo argumentou que Getúlio Vargas procurava, por meio da gestão da migração e da criação de colônias agrícolas, ocupar os “espaços vazios” com produtores organizados em cooperativas rurais. Essa organização horizontal da produção teria sido então combinada com uma verticalidade administrativa, que culminava no controle exercido por técnicos que disciplinavam todos

os aspectos da vida dos colonos. Nas palavras do autor: “É de pensar sobre este esquadramento disciplinar aplicado sobre trabalhadores nacionais, pobres e analfabetos, afeitos a um mundo cultural equidistante dessas normas urbanas de fiscalização dos corpos e dos costumes” (LENHARO, 1986, p. 53-54).

Lenharo não está sozinho na caracterização da gestão dos deslocamentos humanos como ação de natureza totalitária. Elizabeth Cancelli, por exemplo, em estudo sobre os desdobramentos da *Marcha para o Oeste*, afirmou que as colônias eram espaços destinados aos sobrantes da sociedade do trabalho (aquela desejada pelos agentes do Estado Novo). Os “flagelados” eram, segundo ela, segregados como resíduos humanos a serem adestrados em miúdos lotes de terra. Cancelli afirma que aí os migrantes eram submetidos a um controle quase absoluto de seus corpos e almas: “Além das medidas punitivas impostas, da vigilância, da disciplinarização, o Estado tratará também de reeducar o corpo e cuidar da educação do trabalhador”. Essa crítica às práticas autoritárias de controle do migrante acabava reduzindo-o à condição de mera vítima da violência estatal (CANCELLI, 1984, p. 93).⁹

A vitimização total dos trabalhadores que fizeram experiências de deslocamento suscita as seguintes questões: as várias formas de violência impingidas (pelo Estado ou pelo capital) incapacitaram o migrante a ponto de este não conseguir delas esquivar-se ou contra elas reagir? As inseguranças estruturais ou os impactos sobre os meios de sobrevivência não eram compreendidos e enfrentados à luz das tradições, dos

9 Estudos mais recentes também adotam a abordagem que trata o migrante como vítima. Analisando algumas cidades localizadas na parte norte de Mato Grosso, Regina Beatriz Guimarães Neto enfoca os projetos de “reajustes demográficos” adotados pelos governos ditatoriais do pós-1964. Segundo ela: “Em detrimento de uma reforma agrária, o poder público reforça o aparato policial e estimula a ação de milícias privadas e vigilantes armados, financiados pelos grandes proprietários rurais, procurando conter as reivindicações pela posse da terra de uma grande maioria de pequenos produtores do campo. A questão agrária no Brasil transforma-se em assunto de ordem militar, tanto em âmbito privado quanto público, ficando os movimentos sociais e a luta pela terra submetidos à vigilância dos órgãos de segurança nacional” (GUIMARÃES NETO, 2003, p. 51-52).

valores morais e do modo de vida dos trabalhadores? A migração era a única resposta a esses impactos? As redes de sociabilidade preexistentes eram diluídas no processo de migração ou eram por ele acionadas e vivificadas? Enfim, é possível uma escrita da história da migração cujo epicentro seja o próprio migrante?

Errantes da selva merece destaque por tentar ir além da mera vitimização dos migrantes. Originalmente uma tese de doutorado em História, defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1999, esse livro de Isabel Guillen enfoca a experiência de nordestinos que vieram para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial e argumenta que “quando os migrantes viveram os descompassos entre a propaganda política e a prática cotidiana nas hospedarias, trataram de reivindicar os direitos apregoados, posicionando-se não como vítimas de um destino cruel, mas postaram-se no espaço político como cidadãos, portadores de uma cultura política”. Essa historiadora põe em destaque as seguintes estratégias de reação dos migrantes às péssimas condições de trabalho e de sobrevivência: deserções, denúncias, motins, abaixo assinados e processos administrativos que exigiam direitos contratualmente estabelecidos (GUILLEN, 2006, p. 14-15; p. 192-227).¹⁰

PALAVRAS FINAIS

A condição de sujeito histórico de homens e mulheres que migraram para e na Amazônia do século XX foi recorrentemente eclipsada pela reprodução de estereótipos e por teorias estruturalistas. A diversidade e a complexidade das experiências de deslocamento foram primeiramente ocultadas pelo simples contorno sociológico dos tipos socioculturais, oferecido nas páginas de uma literatura ensaísta e politicamente engajada. Posteriormente, pesquisadores dos jovens programas de pós-graduação do Brasil passaram a explicar os processos de migração

10 Nos últimos anos, novos estudos seguiram na direção da percepção dos migrantes da Amazônia do século XX como sujeitos. Por exemplo: Souza (2004).

ocorridos na Amazônia durante o século XX recorrendo unicamente à atuação do Estado, associado com as classes proprietárias. Fortaleceu-se, então, a percepção da migração como uma estratégia estatal no esforço de organizar o mercado de trabalho regional. Silvana Kämpel, Gilberto Câmara e Antonio Monteiro (2018, p. 18) argumentam que, de acordo com essa percepção, “Como as atividades produtivas de grande e médio porte na Amazônia demandam trabalho por períodos intermitentes e sazonais, a criação de uma força de trabalho móvel é estratégica, e os núcleos urbanos prestam-se à concentração e distribuição desta força de trabalho”. Para tanto, “o Estado então manipula o espaço através da política de controle da distribuição de terra, da urbanização, e da promoção do fluxo migratório para a região”. A abordagem estadocêntrica reúne extremos historiográficos: desde autores como Arthur César Ferreira Reis, apologista da atuação draconiana do Estado na Amazônia, até outros de matizes teóricas várias, que fazem a denúncia das experiências autoritárias de gestão dos territórios e dos recursos dessa região.

Tal abordagem não leva em consideração os modos como agentes não hegemônicos atuaram nos processos de reconfiguração da rede urbana regional. Porém, migrantes de origens e modos de vida diversos, desapontados com promessas estatais não cumpridas, não hesitaram diante da possibilidade de alterar suas trajetórias, frustrando, assim, os planos governamentais de realizar reajustes demográficos em algumas áreas e de garantir o fomento a atividades econômicas específicas. Entre outras coisas, a migração foi vivida como uma importante tática de enfrentamento da insegurança estrutural, a guerra da sobrevivência cotidiana, mas não se tratava de uma luta individual. Era antes uma experiência que se construía no bojo de redes de sociabilidade: a partir da família, da vizinhança e de outras comunidades reais ou imaginadas.

A decisão de migrar e a definição da trajetória dos deslocamentos eram resultados de avaliações de possibilidades efetivas de aquisição de meios de sobrevivência. Essas avaliações eram feitas no seio familiar e com base não apenas nas sensações de fome e desamparo, pois essas experiências eram permeadas de valores morais. No Nordeste, a valentia (ou a honra masculina) empurrava o pai, o filho, o irmão, o marido ou o amásio para o dever de sustentar a sobrevivência familiar do modo

menos humilhante. Segundo Frederico Neves, distribuir os retirantes nas obras ou serviços governamentais era um modo de evitar a “esmola desmoralizante”, “o que foi reforçado pelo correspondente de *O Povo* (28 de março de 1942) em Alto Santo, afirmando que ‘gente pobre aqui não aceita esmola, pede trabalho’” (NEVES, 2000, p. 118). Assim, para aqueles que não conseguiam vagas nas novas frentes de trabalho, migrar era uma resposta alternativa para a seca nordestina (inclemente em 1942), mas também era uma afirmação de coragem e uma fuga da humilhação da pena alheia e da dependência.

Em *A cidade dos trabalhadores*, demos uma guinada de cento e oitenta graus no foco: não tratamos a migração como um problema de economia política, mas de economia doméstica. A caracterização das unidades domésticas como “aqueles que dividem o mesmo teto ou comem da mesma panela” é problemática porque negligencia aqueles que, mesmo ausentes, estão comprometidos com a sobrevivência familiar. Por outro lado, classificar rigidamente as mulheres como seres aprisionados no espaço doméstico – atribuindo somente aos homens as atividades ligadas à mobilidade espacial – é algo que se choca com numerosas evidências (LOBATO, 2019).

As migrações para e na Amazônia do século XX foram sim motivadas tanto por fatores globais quanto nacionais. Esses fatores eram, ao mesmo tempo, de natureza econômica e geopolítica. Porém, é preciso admitir que a decisão de partir rumo a algum ponto do espaço amazônico também era informada por uma cultura (ou um modo de vida) que exige nossa atenção. Outra conclusão importante é a de que os migrantes lidavam com os planos estatais a partir de seus repertórios de experiências e de saberes acumulados e compartilhados, que não poucas os levavam à resistência e à evasão.

REFERÊNCIAS

- ARAGON, Luis E. (org.). *A migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- ARAGON, Luis E. Migração internacional na Pan-Amazônia: o que dizem os censos. In: SILVA, Sidney Antonio (org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012, 15-59.
- BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.
- BITENCOURT, José de Souza. *Aspecto demográfico-social da Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960.
- BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Manaus: Edua, 2006.
- CABREIRA, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia brasileira – um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- CANCELLI, Elizabeth. *Estratégias para o flagelo*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1985.
- COHEN, Jeffrey; SIRKECI, Ibrahim. *Cultures of migration: the global nature of contemporary mobility*. Austin: University of Texas Press, 2011.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Brasil. *A luta pela terra*. São Paulo: Paulus, 1997.
- FLOWERAKER, Joe. *A luta pela terra. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- GARFIELD, Seth. *In search of the Amazon: Brazil, the United States and the nature of a region*. London: Duke University Press, 2013.
- GOMES, Angela de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro (org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 151-166.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes na selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: UFPE, 2006.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômade. As cidades na Amazônia. *Projeto História*, n. 27, p. 49-69, dez. 2003.
- HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- HOBBSAWM, Eric. *The age of extremes: a History of the world, 1914-1991*. New York: Vintage, 1995.
- HUERTAS, Daniel Monteiro. *Da fachada Atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume, 2009.
- IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- KAMPEL, Silvana; CÂMARA, Gilberto; e MONTEIRO, Antonio. *Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia – relatório técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LADISLAU, Alfredo. *Terra immatura*. 2 ed. (revista). Belém: Clássica, 1925 [primeira edição de 1923].
- LENIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos do NAEA*, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez. 1999.
- LOBATO, Sidney. Estado, nação e região na obra de Arthur Cezar Ferreira Reis. *Diálogos*, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009.
- LOBATO, Sidney. O futuro da Amazônia: horizonte de expectativa de Arthur Reis (década de 1950). *Confins*, Paris, n. 28, p. 1-15, 2016.

- LOBATO, Sidney. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Belém: Paka-Tatu, 2019.
- LOUREIRO, Violeta R.; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.
- MARTINELLO, Pedro. *“Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, José de Souza. Vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659-726.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.
- MENEZES, Adriano. *O problema de colonização da Amazônia*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1958.
- MESSINA, M. Atraso. In: ALBUQUERQUE, Gerson; PACHECO, Agenor (org.). *Uwakürü: dicionário analítico*. Rio Branco: Nepan, 2016, p. 96-106.
- MOOG, Vianna. *O ciclo do ouro negro: impressões da Amazônia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.
- MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta: colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*. São Paulo: Vértice, 1988.
- NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, vol. 21, n. 40, p. 107-131, 2000.
- NUNES, Osório. *Introdução ao Estudo da Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1950.
- PALMEIRA, Moacir. *Campesinato, fronteira e política*. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- PICHÉ, Victor (dir.). *Les théories de la migration*. Paris: Ined, 2013.

- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Sidney Antonio (org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012.
- SOARES, Lúcio de Castro. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963.
- SOUZA, Carla Monteiro de. *História, memória e migração: processos de territorialização e estratégias de inserção entre migrantes gaúchos em Roraima*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; ROCHA, Gilberto de Miranda (org.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- WENDEN, Catherine Wihtol. *La question migratoire au XXI^e siècle : migrants, réfugiés et relations internationales*. 2. ed. Paris: SciencesPo, 2013.

Nortes Migrantes, organizado por Cristina Donza Cancela e Lara de Castro, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel Polen Soft 80 g/m² nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em fevereiro de 2023, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

Entender as contribuições das populações migrantes na Amazônia como parte do seu processo histórico é de fundamental importância para perceber essa rica região e suas multiplicidades de facetas. Esta obra organizada por duas historiadoras especialistas e militantes da causa migratória e seus problemas sociais, que recebe iguais contribuições em forma de capítulos de diferentes intelectuais que estudam o tema nos variados estados da Amazônia, vem exatamente nessa direção. É preciso que os estudos sobre as migrações sejam fortalecidos e que sejam pensadas políticas de Estado socialmente responsáveis de integração, levando em consideração a agência dessas populações

Senador Randolfe Rodrigues



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

